



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

MARIA AUXILIADORA RAMOS VARGAS

**DA “CHUVA ATÍPICA” À “FALTA DE TODO MUNDO”: A LUTA PELA
CLASSIFICAÇÃO DE UM DESASTRE NO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS / RJ**

São Carlos – SP

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

MARIA AUXILIADORA RAMOS VARGAS

**DA “CHUVA ATÍPICA” À “FALTA DE TODO MUNDO”: A LUTA PELA
CLASSIFICAÇÃO DE UM DESASTRE NO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS / RJ**

**Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da Universidade
Federal de São Carlos como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Doutor em
Sociologia.**

Orientação: Prof.^a Dr.^a Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio

São Carlos – SP

2013



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Maria Auxiliadora Ramos Vargas

Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em 22 de abril de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio
Orientador(a) e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar

Profª Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho
Universidade Federal de São Carlos

Profª Dra. Cibele Saliba Rízek
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Adauto Lucio Cardoso
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Henri Acselrad
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Para uso da CPG

Homologado na 38ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 19/6/13

Profª Dra. Mariá Inês Rauter Mancuso
Coordenadora do PPGS

À minha mãe, Maria Sidneya, amor maior e princípio de tudo isto.

AGRADECIMENTOS

À minha família agradeço pelo amor e incentivo constantes: (às 'Marias') minha mãe, Sidneya, às irmãs Zezé, Lúcia, Mônica e a tia Margarida. A Tadeu e Nalva e aos pequenos sobrinhos Roberto, Bernardo e Isadora, alimento para nossa alegria! A meu pai, Nilson Vargas!

À Prof^a Norma Valencio, minha orientadora, pela presença marcante no meu aprendizado e amadurecimento.

Ao corpo docente e servidores do PPGS/UFSCar e aos meus avaliadores, professores Rodrigo Martins (qualificação), Cibele Saliba Rizek (qualificação e defesa), Rosemeire Scopinho, Henri Acselrad e Adauto Lucio Cardoso (meu orientador de mestrado/ defesa).

A inserção em Teresópolis/RJ me possibilitou uma das experiências mais ricas e significativas da minha vida. A pesquisa fortaleceu em mim o sujeito que se sensibiliza e encoraja com o sofrimento e a luta do outro. Agradeço a todos os representantes das instituições municipais e estaduais que me receberam para as entrevistas. Agradeço à Associação das Vítimas das Chuvas do dia 12 de Janeiro em Teresópolis – AVIT. Sou também e especialmente grata a todas as famílias que nos Bairros Caleme, Campo Grande e Santa Rita me abriram suas casas e histórias, permitindo registros de dor, sofrimento, mas também de luta e esperança. Esse conjunto de vocalizações é a maior expressão e riqueza deste trabalho.

O “caminho da Serra” me foi facilitado pelo acolhimento especial de Sônia Alves e sua família a quem serei eternamente grata: Evellen, Sr. Moacir, Sr^a Sebastiana, Silvia, João, Cíntia e Marco.

Tenho amigos muito especiais e a eles sou grata pela acolhida paciente, compartilhamento e carinho: Celeste Freire (por tudo e mais a transcrição), Vania Machado, Andréia Espíndola, Aldo Alcântara, Cida Rocha, Chico Filho, Estela Saléh, Simone Polli, Josi Delgado, Marco José Duarte, Raquel Brigatte, Francine Pinheiro e Andréia Ramos.

Às amizades mais do que especiais conquistadas no interior de São Paulo: Dita, Bia, Giane, Mari, Paulo e Douglas; à minha turma de doutorado e aos pesquisadores do NEPED/UFSCar (gente da alegria e inspiração).

Diego Correia, irmão por afeto, foi o companheirismo que me iluminou nessa reta final. Gratidão, sempre!

Aos que foram os melhores companheiros no cotidiano de trabalho e incentivadores desse esforço: os profissionais Fabíola Ramos, Cristiane Nasser, Hélio Coutinho e Cecília Rabelo. A Márcio de Oliveira, Sidilaine Menezes, Carolina Campos e Fabrício Loures, também parceiros da SEPLAG-JF, pelo trato carinhoso da tese. A Cristiane Nobre, Aninha Ferreira, Wássila Receputi, Antoniana Defilippo, Sandra Gomes, Francinelly Mattoso e Simone Ribeiro, minhas parceiras na docência.

Como sou professora há apenas 03 (três) anos, todos os meus alunos me acompanharam nessa empreitada. Com eles compartilhei as reflexões que estão na tese e deles colhi o incentivo para finalizá-la. Registro o especial apoio recebido de Shirley Mattos, Tácio Carnevalli, Edielson Batista, Luana Farias, Lidiane Oliveira e Ângela Gonzaga.

A Deus, a mais sincera gratidão por todas as bênçãos recebidas!

Eu queria me por completamente fora do livro, e ficar de algum modo isenta dos personagens, não queria misturar “minha vida” com a deles. Isso era difícil. Por mais paradoxal que seja, o meio que achei de me por fora foi colocar-me dentro claramente.

(*Fernando Sabino e Clarice Lispector, **Cartas perto do coração**, 2001*)

O bem-querer / 2

Quando a seca chega e leva embora as águas do rio Uruguai, as pessoas de Pueblo Federación regressam à sua perdida querência. As águas, ao ir embora, deixam nua uma paisagem de lua; e as pessoas voltam.

Elas vivem agora numa aldeia que também se chama Pueblo Federación, como se chamava a sua velha aldeia antes que a represa de Salto Grande a inundasse e a deixasse debaixo das águas. Da velha aldeia já não se vê nem mesmo a cruz no alto da torre da igreja; e a aldeia nova é muito mais cômoda e muito mais linda. Mas eles voltam à velha aldeia que a seca lhes devolve enquanto dura.

Eles voltam e ocupam as casas que foram suas casas e que agora são ruínas de guerra. Ali, onde a avó morreu e onde aconteceram o primeiro gol e o primeiro beijo, eles fazem fogo para o chimarrão e para o churrasco, enquanto os cães cavam a terra em busca dos ossos que tinham escondido.

(Eduardo Galeano, **O livro dos abraços**, 2010)

RESUMO

Desastre é um tema atual e complexo. A forma predominante como vem sendo interpretado e publicizado o projeta envolto por uma aparente objetividade e unicidade no imaginário social. Esta forma se encontra respaldada fundamentalmente nas estratégias discursivas e práticas geradas por uma racionalidade específica que está nas instituições (e seus representantes) a quem é delegado o poder de denominar e intervir sobre o fenômeno – ou seja, as “autoridades em desastres”. Porém, há indícios de que o desastre não é feito de uma única representação, mas constitui um campo de forças formado por múltiplos agentes e interpretações, originados de posições e racionalidades diversas, expressando tensões, disputas e a luta pela sua classificação. Identificar e problematizar esse campo, à luz da análise sociológica – observando aqueles agentes institucionalmente situados e os que constituem os grupos sociais diretamente “afetados” -, é o objetivo que norteia este trabalho - uma investigação de base qualitativa que se utilizou dos seguintes procedimentos metodológicos como referência: revisão bibliográfica atinente à Sociologia e áreas afins, levantamento e análise documentais e entrevistas em profundidade. A presente tese traz o desastre em desenvolvimento no município de Teresópolis/RJ como um exemplo relevante da luta pela sua classificação e nos aproxima de processos de vulnerabilização e abandono envolvendo grupos sociais específicos. Revela “jogos de poder”, onde há a tentativa de imposição monofônica do conhecimento científico e técnico em detrimento dos saberes populares, advindos das trajetórias de vida, experiências no lugar e da relação pretérita com fatores de ameaça – num esforço de ver a diversidade sucumbir. No entanto, as múltiplas expressões de resistência dos afetados nos desastres denunciam, não só a tentativa de silenciar a sua vocalização, como também a existência de uma luta para que sejam centralmente ouvidos e se tornem partícipes nesse jogo político, sendo resguardados na sua condição de sujeitos de direitos.

Palavras chave: Sociologia dos Desastres. Campo. Luta pela classificação. Agentes em disputa. Resistência. Teresópolis/RJ.

ABSTRACT

Disaster is a current and complex subject. The most common way in which this subject has been interpreted and widely advertised presents it with underlying objective and unique aspects in the social imaginary. This approach is supported primarily on discursive strategies and practices produced by a specific rationality than can be found in some institutions (and their representatives) who has the power to present a definition and promote intervention in the phenomenon – that is “disaster authorities”. However there are evidences pointing out that disaster is not consolidated into a single representation. Instead it represents a force field made by multiple agents and interpretations, developed through different positions and rationalities, expressing tensions, disputes and classification struggle. Identify and discuss this particular field through sociological analysis – noticing those institutionally situated actors and those who compose social groups that are directly affected – is the main purpose of this work – a qualitative research with the following methodological procedures: a literature review in Sociology and related areas, documentary collection and analysis, in-depth interviews. This thesis highlights the disaster in the city of Teresópolis/RJ as an important example of classification struggle and gets us close to vulnerability and abandonment processes concerning some specific social groups. It reveals “power relations” where there is an attempt at imposing monophonically scientific and technical knowledge to the detriment of popular culture which comes from life courses, in place experiences and past relation with threatening factors – in an effort to attest diversity failure. However, multiple expressions of resilience among people affected by disaster are evidence of both the attempt to prevent them from speaking and the acknowledgement of a struggle in order to make their voices heard so that they become real participants in this political game and guarantee their condition as subjects of rights.

Keywords: Sociology of disaster. Field. Classification struggle. Agents in struggle. Resilience. Teresópolis/RJ

LISTA DE SIGLAS

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AVIT- Associação das Vítimas das Chuvas do dia 12 de Janeiro em Teresópolis
CDDH/Petrópolis- Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis
CEAT - Centro de Ecologia Aplicada de Teresópolis
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
DC – Defesa Civil
DRM -RJ - Departamento de Recursos Minerais do Serviço Geológico do Estado Rio de Janeiro
EGP/RIO – Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMOP – Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro
FGV – Fundação Getúlio Vargas
INEA - Instituto Estadual do Ambiente
IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
MI – Ministério da Integração Nacional
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MNLN – Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MONADES – Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais
MP/RJ- Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
MPU – Metrópolis Projetos Urbanos Ltda
NEPED – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres
NUCOM – Núcleo Comunitário
NUDEC – Núcleo Comunitário de Defesa Civil
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PMT- Prefeitura Municipal de Teresópolis
PNPDEC – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PRONAF - Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
PUC Rio – Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro

SDS – Secretaria de Desenvolvimento Social

SEOBRAS – Secretaria de Estado de Obras

SNPDC - Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

TCE/ RJ – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
A pesquisadora	14
Motivações e caminhos de uma pesquisa	19
CAPÍTULO 1 – “DESASTRE É QUANDO...”: A DEFINIÇÃO DO CAMPO E A MULTIPLICIDADE INTERPRETATIVA DO FENÔMENO DITO DESASTRE	30
1.1- O que é desastre?	32
CAPÍTULO 2 - AUTORIDADE E AMBIVALÊNCIA: INADEQUAÇÃO E DESLEGITIMAÇÃO EM CONTEXTOS DE DESASTRES	48
2.1- Desastre: a vocalização das autoridades	55
2.2- Território: ordenamento e controle do espaço geográfico	78
2.3- Quem é o “outro” do desastre e do território?	90
CAPÍTULO 3 - DESASTRE COMO DISSOLUÇÃO DO Lugar: O ENRAIZAMENTO QUE PRECEDE O TRÁGICO	96
3.1- A interpretação do desastre pelo afetado	96
3.2- Lugar identitário, redes de sociabilidade e solidariedade	114
3.3- Sofrimento social: desproteção, abandono e resistência no contexto da afetação	137
3.4- Imagens: memória da vida, da casa e das vinculações com o Lugar	161
CAPÍTULO 4 – O “JOGO” COMO RELAÇÃO RECÍPROCA ENTRE OS AGENTES: REGULARIDADES DISPARADORAS DO EMBATE DE FORÇAS	197
4.1- Nomeações simétricas disparadoras das desigualdades e embates	198
4.1.1- Desastre como o INEVITÁVEL	199
4.1.2- A AMEAÇA : é o elemento biofísico; é “a falta de todo mundo”	201
4.1.3- ESPAÇO : “território” e “Lugar”	202
4.1.4- CÁLCULO de risco e CÁLCULO de vida e de morte	206
4.1.5- PROTEÇÃO originada na ciência, no discurso político, na solidariedade e na fé	207
4.1.6- O “OUTRO” no desastre	210
4.1.7- ENFRENTAMENTO : Estratégia (alternativa) e Tática (“ausência de um próprio”)	212

4.1.8- Participação no “ JOGO ”: condições diversas de poder	214
CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	219
O Desastre e a luta pela classificação do mundo	219
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	223
ANEXOS	229
ANEXO 1: Estatuto e Regimento da Associação das Vítimas das Chuvas do dia 12 de Janeiro de 2011 em Teresópolis	229
ANEXO 2: Organograma da Defesa Civil de Teresópolis/RJ.....	261
ANEXO 3: Sobre o diagnóstico oficial denominado “Megadesastre da Serra” .	263
ANEXO 4: Voluntariado e burocracia	264
ANEXO 5: Informações gerais sobre o município de Teresópolis/RJ	265
ANEXO 6: Certificado de Tempo de Posse	276
ANEXO 7: Operacionalização burocrática da morte	277
ANEXO 8: Documentos protocolados pelos movimentos sociais junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e outros.....	282
ANEXO 9: “A lista dos meus mortos”	306
ANEXO 10: A vizinhança perdida	307
ANEXO 11: Representações da memória recuperada na lama	308
ANEXO 12: Retorno à “área de risco”	309

INTRODUÇÃO

A pesquisadora

A história dessa tese remete à minha trajetória pessoal, e ao meu histórico profissional: a primeira, que contempla à minha história de vida, familiar, de formação para o trabalho; o segundo, alavancado em 1992 com minha inserção no serviço público, através da Prefeitura de Juiz de Fora/MG – nos primeiros 06 (seis) anos, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e, nos demais, à Defesa Civil e a setores responsáveis pelo desenvolvimento urbano do município.

As primeiras sensibilizações a respeito de contextos de vulnerabilidade social se deram, ainda que inicialmente de forma mais indireta, dentro do ensino médio, via “formação de professores”, experiência que possibilitou o contato com a alfabetização de adultos, junto a famílias plantadoras de café no município de Varre-Sai/RJ, minha cidade de origem. Ali, aos 18 anos de idade, vivi minha primeira aproximação com a realidade de famílias trabalhadoras rurais, analfabetas e pobres do interior. Nesse lugar, nos tornamos uma família de professores – meus 04 (quatro) irmãos e minha mãe -, ainda que atualmente nem todos trabalhem como tal. Minha mãe, além de exigir “a letra mais redonda e bonita”, determinava, acima de tudo, que portássemos uma qualificação que nos permitisse, num plano mais imediato, a “segurança” de um trabalho público, como aquele que foi oferecido a ela, uma alfabetizadora de adultos – aspiração condizente à sua origem humilde e que, de certa forma, foi transmitida aos filhos e potencializada pela minha formação toda realizada no ensino público.

A formação superior, graduação em Serviço Social, veio aos 20 anos, quando pude optar por viver em terras mineiras, no município de Juiz de Fora, para cursar a faculdade. De certa forma, havia uma sensibilização que indicava o meu desejo de desvelar e compreender expressões e processos atrelados à realidade desigual, ainda que tais motivações fossem pouco claras naquele momento. Quando já assistente social e servidora pública, me aproximei da periferia de Juiz de Fora por meio de algumas de suas escolas. Anos mais tarde, em 1998, fui convidada a fomentar um “Setor Social” no âmbito da Defesa Civil, num processo de

reestruturação de sua equipe técnica, que demandava servidores com maior qualificação profissional para a formação de um perfil mais especializado, e voltado para o planejamento no desenvolvimento de suas ações.

Aceitei o convite e tratei essa alternativa como possibilidade de conhecimento e desvelamento pessoal de alguns dos problemas mais desafiadores da cidade, e como forma de reafirmar minha profissão em meio às tendências de práticas originadas predominantemente das “ciências duras” e de um imediatismo a elas associado. Muito rapidamente me tornei “discurso contrastante” e necessário da lógica ali estabelecida, assim como, também aprendi a me reconhecer como parte integrante de um construto maior que em muitos aspectos me inquietava. A defesa civil, uma institucionalidade contraditória inserida naquilo que é estabelecido como “desastre”, passou a integrar o meu campo de atuação, o que me levou e me leva a tê-la como objeto de reflexões, inquietações e estudo.

Então, esse momento marcou a primeira inserção do Serviço Social na instituição, ainda que esta fosse uma atividade concebida a partir de noções muito restritas de atuação emergencial. Gosto de problematizar essa condição nos debates realizados junto à minha categoria profissional, quando me é oportunizado. Na verdade, aprendi aos poucos sobre o enorme desafio que é discutir uma prática mais propositiva e dialógica, interagindo com as políticas sociais e com a população, entendendo a defesa civil como tema transversal (VALENCIO, 2009) - e, por consequência, tangenciando da tendência ao imediatismo e à superficialidade.

Nesse contexto, interpreto que, predominantemente, as ações em Defesa Civil ainda se encontram vinculadas a uma noção de risco físico, quadro que reduz a leitura da realidade às consequências das emergências, ou que naturalizam processos que nada ou pouco têm de “naturais”, camuflando o real sentido da vulnerabilização desencadeada pelo modelo de desenvolvimento vigente. A engenharia civil, no caso específico da DC de Juiz de Fora/MG, se mostrou o “carro chefe” dos diagnósticos de risco, tidos como o mote das ações e do planejamento. Como exemplo, na predominância das vezes, as vistorias sociais eram solicitadas de forma a complementar às vistorias técnicas da engenharia e colaboravam para revelar as muitas limitações da intervenção inscrita nos moldes que o setor mantinha frente aos desafios impostos pela dinâmica contraditória da cidade.

Além disso, meu fazer profissional alimentava questionamentos claros acerca do confronto: “o empenho em preservar a vida” *versus* “a qualidade da vida preservada”. Ocupar esse lugar na Defesa Civil por 10 (dez) anos significou trazer à reflexão e problematizar o seu desempenho político-institucional. O setor acumula muita informação sobre a cidade, ainda invisibilizada perante a opinião pública, mas, como essas informações e realidade são interpretadas e que ações são geradas a partir desse arcabouço?

Curiosamente, por muito tempo, fui indagada sobre essa opção, inclusive, no próprio meio acadêmico, qual seja, sobre minha inserção numa institucionalidade de “baixo status”, esquecida pelas gestões municipais e restrita a ações de natureza emergencial, visto que, assim entendida, não teria correlação com as práticas mais comumente associadas à profissão de Serviço Social. Os questionamentos denunciavam a imagem projetada pela defesa civil, quando não eram expressão de “curiosidade” acerca de uma instituição limitadamente conhecida.

As motivações às quais me referi inicialmente justificaram, pois, muitos verões de trabalho árduo, quando as escalas de sobreaviso reservavam pouco direito ao descanso. Minha ausência em atividades “não profissionais” levavam os amigos e a família a me associarem aos “períodos e dias de chuva” e às notícias midiáticas sobre deslizamentos, desabamentos e afins. Em analogia ao que Silvestre (2011) fala em sua pesquisa acerca dos agentes penitenciários e seu constante estado de prontidão¹, eu diria que os técnicos de defesa civil incorporam a chuva como integrante de um estado de “conexão permanente” o que faz com que, ainda depois do “período chuvoso” (e mesmo quando desfeitas as vinculações institucionais com a defesa civil), ela seja vivenciada de maneira especial, diferenciada. Posso afirmar que, apesar de nunca ter nela depositado a responsabilidade pelas mazelas observadas nos contextos dos desastres enfrentados (meu filtro crítico nunca me permitiu isso), ainda a ouço com “ouvidos de memória” – mesmo que já distante da instituição desde 2008 -, inclusive enquanto redijo esse texto em pleno verão de 2013. Memória voltada principalmente para os vários sujeitos socialmente vulneráveis que encontram no tempo das águas, trovões e raios, um elemento a

¹ SILVESTRE, Giane. Dias de Visita: uma sociologia da punição e das prisões. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Dissertação de Mestrado, 2011.

mais a temer e que, contudo, teimam corajosamente em denunciar de diferentes formas o verdadeiro fundamento do sofrimento que nesse tempo é aguçado.

Num primeiro momento, não percebi a força que as possibilidades e as limitações apresentadas por esse campo teriam sobre as minhas motivações ao longo dos anos de trabalho. A tentativa de elucidar essas questões culminaram numa especialização em Saúde Coletiva (Serviço Social/UFJF/1999) – cujo tema foi a Defesa Civil -, e na dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ/2006) - que abordou a construção social da moradia de risco. Mas apesar da proximidade construída com essa realidade, no plano analítico eu ainda tateava na compreensão mais aprofundada de que as tensões presentes no universo de conformação dos ‘desastres’ são feitas de relações e jogos de verdade e de poder, sugerindo não só uma maior complexidade, mas exigindo um esforço no sentido de percebê-los envoltos por forças diversas que não só se confrontam, mas convergem, gerando encontros e desencontros e um conjunto de relações internas a esse campo.

Nesse caminho de reflexão é fundamental reafirmar a relevância da opção pela Sociologia que, ao explorar o dissenso a partir desses lugares de enunciação, contribui atuando contra a normalização e naturalização dos desastres, discutindo a noção de ordem que encobre a vulnerabilidade e a desigualdade. A revisão dos lugares de enunciação da problemática dos desastres e suas representações, pode revelar a produção de outras significações, deslocando concepções cuja explicação dá conta apenas de uma parcialidade de sentidos a eles conferidos. Trata-se de vocalizar a experiência vivida e emudecida, identificando agentes, processos e relações. Com a Sociologia dos Desastres, pude elucidar diferentes aspectos do fenômeno, tais como as alterações que provocam no plano concreto e simbólico do cotidiano dos envolvidos, sobre as práticas político-institucionais que se envolvem em termos multiescalares, a ineficácia/insuficiência das ações de defesa civil, assim como os vieses de classe, étnico-racial, de gênero, e geracional da vulnerabilidade e as dificuldades de vocalização dos direitos e enfrentamento dos perigos socialmente produzidos.

Meu encontro com a Prof^a Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio se deu a partir dessas aproximações e escolha. Seus escritos, nesse momento, já haviam se tornado familiares e alvo da minha admiração, pela forma sensível e profunda como

se apresentam e também pelo compromisso que revelam ter com a realidade social, fruto das buscas que é capaz de fomentar como pesquisadora. Sua postura de acolhimento e principalmente a aproximação com a literatura da Sociologia dos Desastres culminaram na minha aprovação em 2008, no processo seletivo para o doutorado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – PPGS/UFSCar.

Residi por 09 (nove) meses naquela cidade para cursar as disciplinas. Essa imersão no Programa resultou na minha associação como pesquisadora ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres – NEPED/UFSCar, que passou a ser uma referência constante, não só para a construção da pesquisa, mas como apoio aos diálogos travados junto a outras áreas do conhecimento – tarefa importante, cada vez mais fomentada (como é de se esperar em se tratando de produção do conhecimento) e que tem se revelado cheia de sentido e também desafiadora. Desse lugar também aprendi a ver a minha própria produção acadêmica como integrante de um construto coletivo, “feito a muitas mãos e reflexões”. Ali interagi com jovens pesquisadores ainda na graduação, mestrandos, mestres e outros doutorandos, como eu, originados também de formações e expectativas diversas, o que torna esse encontro ainda mais enriquecedor. Reafirmei também o entendimento de que este é um tema contemporâneo que ao se projetar com aparente objetividade ou como objeto de fácil domínio, oculta um campo composto de um emaranhado de interpretações em disputa, configurando uma diversidade intrigante de representações.

Por fim, quero destacar que a origem interiorana, as referências familiares, a formação (inclusive religiosa), a profissão, a condição de servidora pública e de pesquisadora, e mais atualmente, a condição de docente na área de Serviço Social se mesclam e constituem o que entendo como uma busca pela compreensão do dinâmico, complexo e desafiador universo dos sujeitos sociais e de suas experiências na luta cotidiana para se reafirmarem como sujeitos de direitos. Na Defesa Civil integrei projetos que estão no mote das indagações que trago hoje para este trabalho – a exemplo do Mapeamento das Áreas de Risco de Juiz de Fora e da formação dos NUDEC's – Núcleos Comunitários de Defesa Civil. Então, acima de tudo, busco falar de uma construção da qual fiz parte. Toda a reflexão que essa tese objetiva alavancar perpassa primeiramente os próprios impasses e construtos

vivenciados como sujeito e profissional, o que clareia ainda mais o sentido e a importância desse debate pra mim: minha experiência convoca o meu compromisso.

Motivações e caminhos de uma pesquisa

À luz da Sociologia - uma das muitas formas de interpretação do tema – tendo como mote, a interpretação do campo que se configura ao redor do fenômeno dito desastre, se tecerá o principal objetivo deste trabalho, que é a identificação de agentes e estruturas integrantes desse campo, e seus discursos e práticas em prol da definição e legitimação do conceito.

O que é um desastre? Percebe-se uma forma predominante de tal resposta se constituir e propagar, ou um lugar de verdade que permite que seja tratado como “algo dado”, envolto por uma aparente objetividade. Porém, há fortes indícios de que o desastre não é feito de uma única representação, o que demanda uma investigação dessa diversidade – por um lado, institucionalmente situada, e, por outro, conformada pela experiência dos grupos diretamente afetados.

Pode-se identificar, considerando a abordagem sociológica, um esforço em torno de congregar convergências sobre o tema. Quarantelli (1998, 2005), em dois de seus mais relevantes trabalhos, afirmará que embora haja diferenças teóricas, prevalece a discussão e o entendimento em tratar ‘desastre’ como um tipo de crise social, envolvendo tanto uma construção social quanto um acontecimento físico. Na síntese complementar de Valencio (2012), três aspectos são tratados como essenciais: o cerne do desastre é o meio social, o conjunto complexo de sujeitos e forças atuantes; um desastre pode ser descrito como um acontecimento social trágico e pontual sem que, com isso, seja preciso sonegar sua definição como um tipo de crise crônica na esfera social, possibilitando a convergência analítica de *situação* e *processo*; os desastres podem mesclar situações rotineiras e não rotineiras – levando em conta as características transescalares dos sujeitos e relações envolvidas.

Desastres designam, pois, um acontecimento trágico e podem ser descritos como fenômenos adversos que geram processos de ruptura da rotina, de lugares, fazeres e práticas envolvendo uma configuração espaço-temporal e sócio-histórica

para manifestar-se, permitindo, as seguintes indagações: ‘ocorreu o quê?’, ‘aonde?’, ‘quando?’ e ‘com quem?’. Estas questões se revelam indissociáveis e permitem várias outras ponderações secundárias (VALENCIO, 2010, 2012).

Refletindo sobre as particularidades do caso brasileiro, há que se ter em conta que aquilo que é reconhecido no meio institucional de defesa civil como desastre é, antes de tudo, o fenômeno da constatação pública de uma vulnerabilidade na relação do Estado com a sociedade diante do impacto de um fator de ameaça que não se conseguiu, a contento, impedir ou minorar os danos e prejuízos (idem, 2009). Este argumento permite elucidar a opção feita neste estudo pela análise do desastre associado aos processos de vulnerabilização (ACSELRAD, 2006). Nessa abordagem são reafirmadas, pois, as vulnerabilidades estruturais somadas àquelas que as mudanças climáticas farão emergir.

Recupero o argumento chave de que o desastre não é só aquilo que está na origem de sua compreensão ou que se revela através da forma predominante como se projeta, qual seja, do universo da gestão e da tecnociência (VALENCIO, 2012b, p. 11). Falamos dos indícios da existência de outras interpretações, que não só contestam diagnósticos técnicos, versões peritas e decisões oficiais, como afirmam outros elementos da experiência social na relação com tal fenômeno. Na verdade, o desastre se revela como um amplo campo feito da diversidade não só do discurso, mas dos atores e das representações, incluindo o âmbito da ciência.

No caminho dessa compreensão, contamos com o conceito de campo em Bourdieu (2005) que pode ser traduzido e absorvido como o espaço no interior do qual há uma luta pela imposição da definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo, contribuindo para que sejam entendidas as tensões em torno da definição de desastre, ou seja, a batalha de forças visando o exercício de poder ou a imposição de uma verdade. Como um jogo, o campo é conduzido por regras, estratégias e táticas que, como será apresentado, são utilizadas de acordo com as posições ocupadas pelos agentes.

Nesse âmbito, se dispõem dois discursos principais, às vezes complementares, mas em sua maioria divergentes, a saber: 1) do grupo de agentes responsáveis pelos diagnósticos, planejamento e ações para a remediação de eventos desastrosos, aqui designados como “autoridades em desastres”, integrados majoritariamente pelo conjunto de peritos, técnicos e gestores (ou pelo âmbito do

conhecimento científico, da vivência profissional e da política); e 2) do grupo de agentes “afetados” diretamente pelo desastre.

Nele também se afirma o embate, entre outros, sobre o sentido dado ao espaço geográfico onde ocorre o desastre. Se para os agentes da autoridade, o espaço é percebido como “território”, categoria indissociável da noção de poder, mensuravelmente limitado, e passível de ordenamento, para os denominados afetados, é entendido um Lugar², como espaço da construção do seu próprio material e do simbólico, e, sucessivamente, da própria identidade e pertencimento.

Retomo, pois, de maneira sistemática e mais clara, a ideia de que essas representações em torno do referido fenômeno não devem se limitar à noção de polarização de grupos, construtos e práticas. A pertinência de tais considerações se evidenciou não só no reconhecimento do discurso técnico em disputa e tensionamento com os saberes populares (a principal hipótese com a qual sempre trabalhei), mas também na observação desse mesmo campo técnico e dos saberes populares como campos em disputa no seu próprio interior. Ou seja, os diferentes construtos e agentes se revelam em disputa, mas não somente: há encontros e desencontros e um conjunto de relações internas a esse campo.

À luz de tais referências e na busca por desvelar esse campo, empreendi o esforço de traçar os rumos para a investigação que seria desenvolvida. Na verdade, a revisão bibliográfica já iniciada cumpria o papel de iluminar as reflexões e oferecer pistas. A partir dela, a pesquisa de campo se revelou como a grande possibilidade de contribuição a ser alavancada pela pesquisa de tese. O desastre envolvendo o município de Teresópolis/RJ me chegou, pois, como a principal alternativa de campo por diferentes e fortes razões. Certamente, se revela como apenas um exemplo, entre tantos outros registrados no caso brasileiro, a ser utilizado na tentativa de clarear a multiplicidade interpretativa que o campo dos desastres oferece, contribuindo para a aproximação com os diversos e desafiadores elementos que estão colocados nesse processo.

Alguns aspectos influenciaram essa escolha: primeiramente, a sugestão originada da inserção da Prof^a Norma Valencio naquele município imediatamente

² Com o intuito de enfatizá-la e resguardar o seu tratamento em associação com a ideia de identidade e pertencimento, a expressão ‘Lugar’ aparecerá no corpo da tese com a inicial maiúscula.

após a deflagração do desastre, em janeiro de 2011, representando o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres/NEPED – UFSCar, por ela coordenado. Tal incursão evidenciou a importância, significação e desafios alavancados por aquele processo e a pertinência da atividade de pesquisa – que neste caso, seguiu desenvolvida pela professora e outros integrantes do Núcleo, e que culminou também na tese ora apresentada. Outros elementos se somaram a essa sugestão: a repercussão do desastre desencadeado em 12 de janeiro de 2011, nos 07 (sete) municípios da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro – envolvendo tanto a sua projeção oficial como “a maior tragédia do Brasil”, como o forte sofrimento social e abandono nele registrados; a proximidade entre Juiz de Fora/MG e Teresópolis/RJ, que possibilitou a mobilidade exigida e a boa amarração do tempo em campo, considerando, entre outros, a minha condição de pesquisadora com duas vinculações formais de trabalho. Por fim, a oferta generosa de estadia feita por minha, então, aluna, Sônia Alves³, facilitadora do acesso e conhecimento da cidade, o que se deu também com a ajuda de sua especial família. Tudo isso me colocou frente a uma região belíssima que, apesar de fisicamente próxima, eu desconhecia.

Os procedimentos metodológicos foram sendo definidos a partir da organização do projeto de tese, das sensibilizações e questionamentos promovidos pelas disciplinas cursadas no doutorado e das orientações recebidas. A aproximação com o campo também contribuiu apontando facilidades, limitações e exigências, até ali, obscurecidas pra mim. A *revisão bibliográfica* que acompanhou todo o processo de pesquisa me permitiu o aprofundamento da literatura sociológica e de áreas de conhecimento afins, para o embasamento conceitual das regularidades que constituem o ‘desastre’, permitindo o seu entendimento como processo social, e colaborando também para situá-lo como parte integrante dos “jogos com linguagem”, da disputa pela classificação das coisas, do mundo (BOURDIEU, 2005a). A aproximação sistemática com a Sociologia dos Desastres se deu principalmente a partir da disciplina de mesmo nome no primeiro ano do curso. Tais referências conceituais facilitaram também a associação do objeto com a noção de vulnerabilidade social, fundamental nessa proposta de elucidação dos desastres na realidade brasileira.

³ Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO de Juiz de Fora/MG.

O *levantamento e análise documentais*, fundamentais como etapa que antecede e acompanha a pesquisa de campo, foi importante para identificação das especificidades da problemática configurada naquele contexto nas diferentes perspectivas como se apresentou. As primeiras informações obtidas vieram através dos veículos da imprensa escrita em âmbito nacional, regional e local: foram selecionadas matérias jornalísticas relativas ao desastre da Região Serrana do Rio de Janeiro, com ênfase em Teresópolis, através de canais como *Folha de São Paulo*, *UOL Notícias*, *O Globo*, *Portal G1*, *O Diário de Teresópolis*, *Folha de Teresópolis*, *Teresópolis Jornal*, *Jornal da Cidade*, *A Verdade*, *A Voz da Região*, entre outros⁴.

Os documentos oficiais produzidos no âmbito das instituições do Estado e representações comunitárias foram valiosos. Dentre eles destaco o acesso aos sites oficiais da Prefeitura Municipal de Teresópolis - PMT, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil- SNPDC, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Ministério Público do Rio de Janeiro – MP-RJ, Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro - ALERJ, Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Estadual do Ambiente - INEA, Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP, Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro – DRM-RJ, Associação das Vítimas das Chuvas do dia 12 de Janeiro em Teresópolis – AVIT (ANEXO 1) , entre outros.

A análise de relatórios, diagnósticos e mesmo as informações mais cotidianas apresentadas nesses documentos e canais foram recursos valiosos na interpretação discursiva acerca do tema. Em relação aos documentos produzidos pelas comunidades afetadas, estes foram principalmente veiculados pelas suas representações organizadas e o acesso facilitado pelos contatos presenciais estabelecidos naquele município. Destaco a Associação das Vítimas das Chuvas de 12 de Janeiro em Teresópolis - AVIT e outros movimentos locais e nacionais que atuam no intuito do fortalecimento dos grupos afetados – a exemplo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis - CDDH, Movimento Nacional de Luta

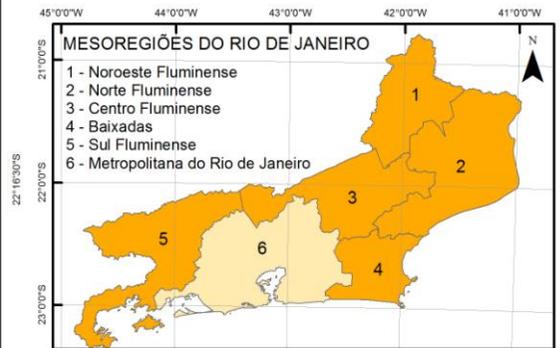
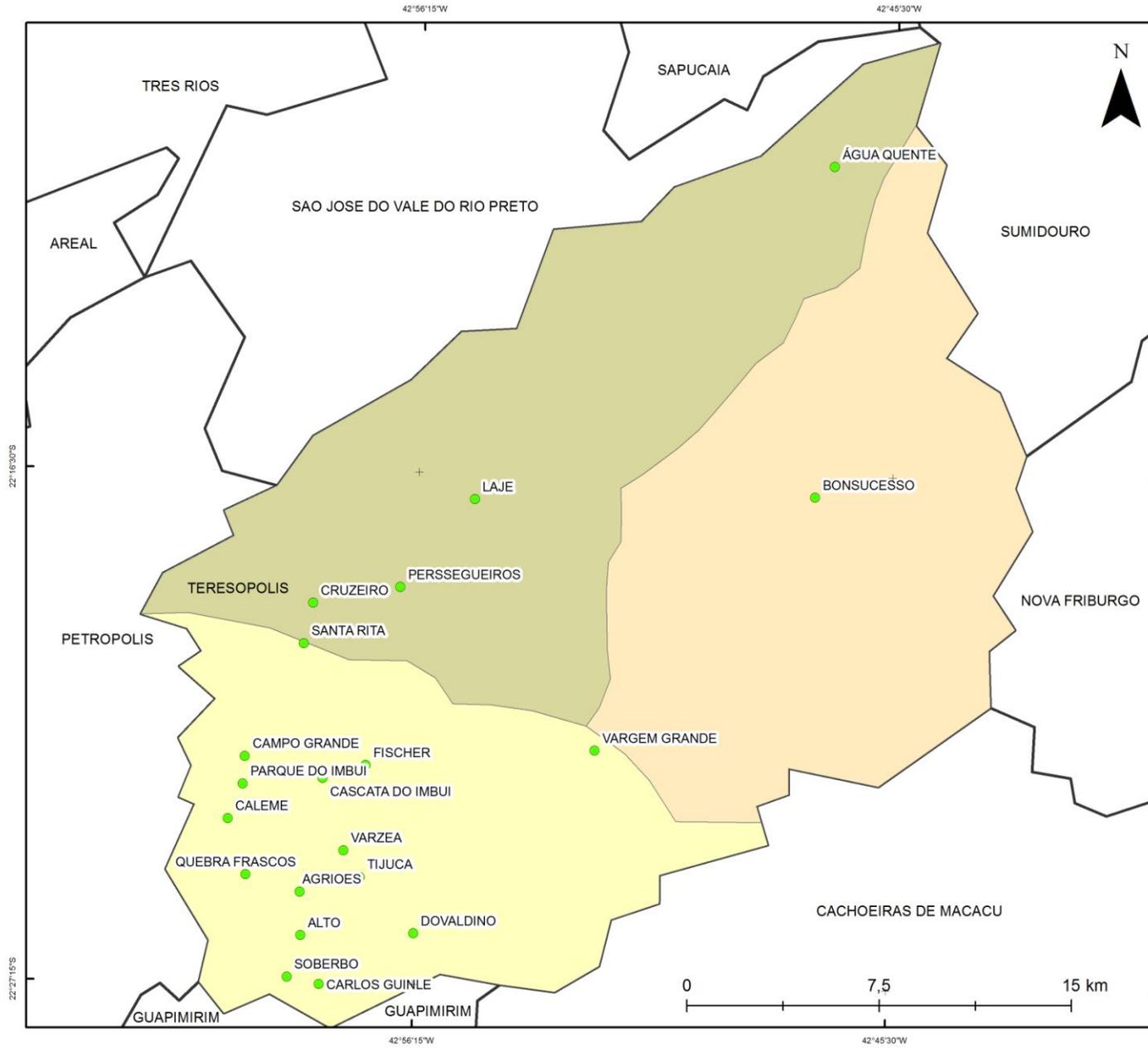
⁴ Alguns registros foram disponibilizados como ‘anexos’ desta tese em razão de cumprirem um papel complementar às informações oferecidas nas narrativas feitas pelos diferentes agentes entrevistados. É fundamental destacar que não se pretendeu tecer uma interpretação específica do discurso midiático, mas apenas mostrar certas convergências para as falas dos agentes em seu conjunto.

pela Moradia - MNLM e Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais – MONADES, além das diversas Associações de bairros.

Pelo acúmulo de informações obtidas através da pesquisa documental inicial, vislumbrei minha inserção para iniciar as entrevistas no Bairro Caleme, descrito sempre como um dos mais “severamente impactados”, tendo feito as primeiras incursões por ele no mês de julho de 2011, com a ajuda de Silvia Alves, integrante da família que comigo colaborou e proprietária de uma padaria no mesmo bairro. Naqueles dias, através do empenho de Marco Alves, tive também acesso a uma das assistentes sociais integrantes da equipe do Ministério Público do Rio de Janeiro. Ali conheci a copeira do MP, até então moradora do Bairro Campo Grande (um dos bairros mais projetados em razão do grau de destruição ocorrido), que me foi apresentada como uma das “severamente afetadas pela avalanche de lama que impactou a localidade”. Naquele momento, muitas reflexões e informações já contribuía para clarear o caminho da pesquisa naquela cidade ainda fortemente tomada pelo luto e sofrimento, e nesse sentido, mobilizada em dois aspectos complementares: a demanda pela “escuta” e o “assédio” da abordagem midiática, inclusive, internacional (o que levou, em muitas ocasiões, a me confundirem com uma “repórter”).

Além da influência do levantamento documental, a escolha pelas localidades e entrevistados se deu também pela observação direta quando dos primeiros contatos com a cidade e seus moradores. Todas as primeiras conversas, formais ou não, me levaram a uma aproximação também com o Bairro Campo Grande. De maneira geral, eu portava o entendimento de que, pelo grau de destruição divulgado, Campo Grande já não fosse mais habitado. E no mês de outubro de 2011 fui conhecê-lo na companhia de uma ex-moradora, quando se confirmou minha opção por também contemplá-lo no rol da diversidade que perseguia. Por fim, preservei a sugestão discutida na banca de qualificação de que a pesquisa de campo poderia envolver uma localidade pertencente ao 2º ou 3º Distritos de Teresópolis/RJ, ou seja, à zona rural, severamente afetada. A opção foi por Santa Rita/Cruzeiro – 2º Distrito. Cabe destacar que o acesso a muitas famílias abordadas resultou de manifestações espontâneas por parte dos moradores locais que se deram no decorrer dos contatos estabelecidos.

TERESÓPOLIS - DIVISÃO TERRITORIAL



Legenda

● Localidades

Distritos

TERESÓPOLIS

VALE DO BONSUCESSO

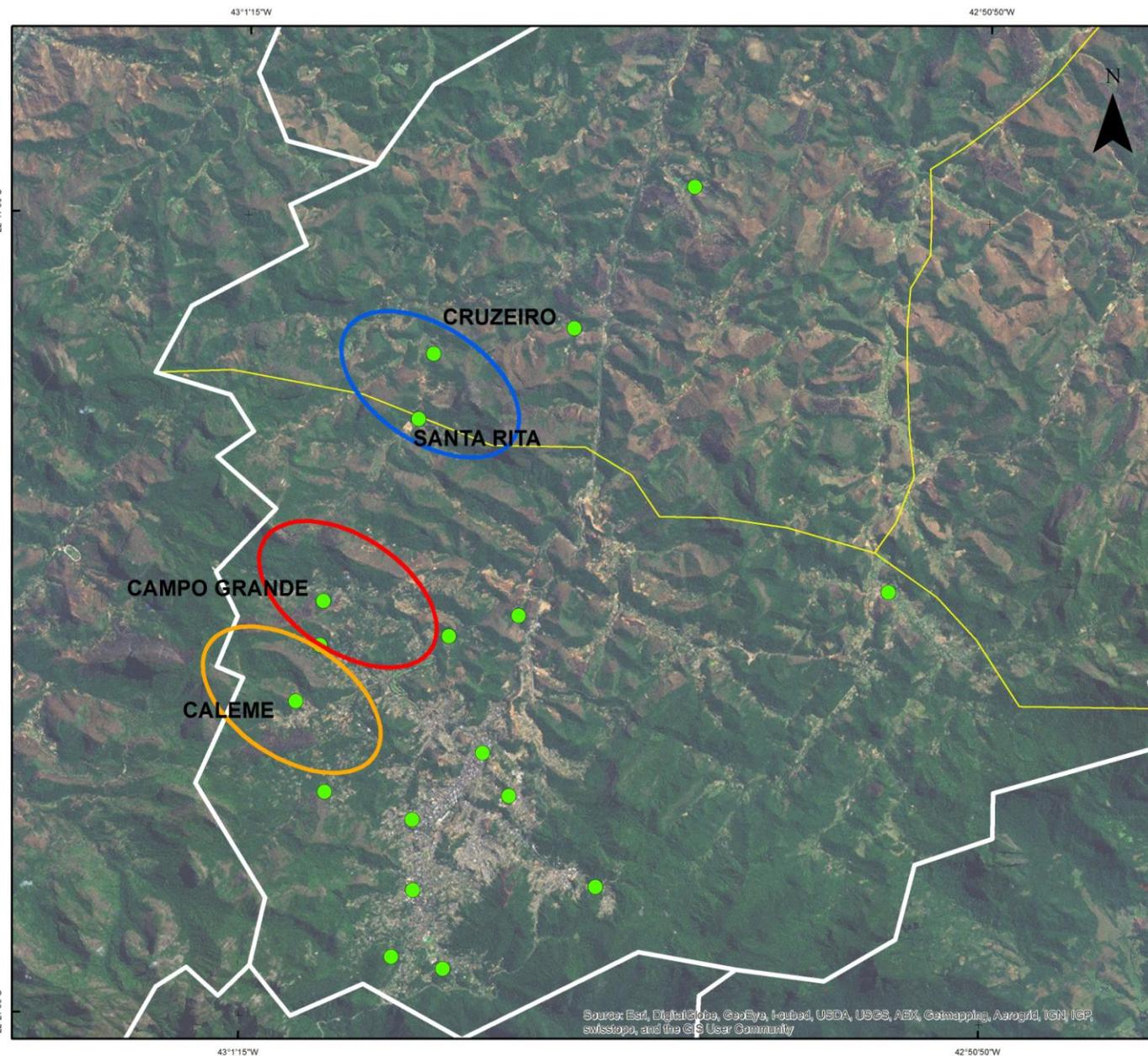
VALE DO PAQUEQUER

Datum SAD-1969, 23Sul

FONTE: Malha Cartográfica do IBGE. Teresópolis 1:50.000.
Mapa Urbano da Prefeitura de Teresópolis.

ELABORAÇÃO: EDUARDO, Carolina Campos; LOURES, Fabricio de Oliveira; VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos.

DATA: Agosto, 2013



Legenda

● Localidades

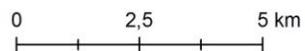
Áreas Pesquisadas

○ Campo Grande

○ Caleme

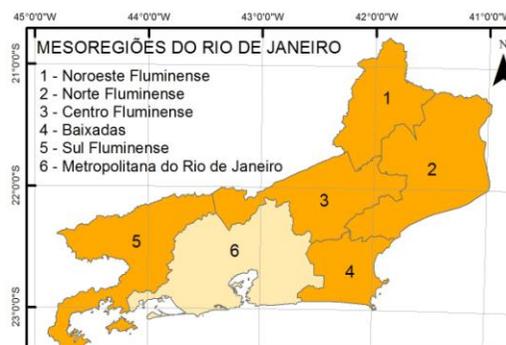
○ Cruzeiro/Santa Rita

Datum SAD-1969, 23Sul



FONTE: Malha Cartográfica do IBGE. Teresópolis 1:50.000.
 Mapa Urbano da Prefeitura de Teresópolis.
 ELABORAÇÃO: EDUARDO, Carolina Campos; LOURES, Fabricio de Oliveira; VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos.
 DATA: Agosto, 2013

TERESÓPOLIS - ÁREAS PESQUISADAS



As *entrevistas em profundidade*⁵ foram adotadas como a técnica de abordagem dos afetados a partir de 02 (duas) localidades urbanas (1º Distrito) – Bairros Caleme (totalizando 09 entrevistas) e Campo Grande (07 entrevistas) -, e 01 (uma) localidade rural (2º Distrito), Santa Rita (04 entrevistas). Da mesma maneira, foi utilizada para o registro das narrativas dos representantes das instituições envolvidas na produção de diagnósticos e gerenciamento do desastre, ou das autoridades em desastres, buscando facilitar a observação de possíveis recorrências e embates. Em seu conjunto, as narrativas foram motivadas considerando certa simetria na abordagem inicial feita pelo pesquisador. Ou seja, como pressupõe o procedimento da *entrevista em profundidade* - “em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões” (MINAYO, 2010) -, busquei alavancar as narrativas a partir da provocação: “como foi sua experiência no ocorrido aqui em Teresópolis em 12 de janeiro?”

No âmbito do município, foram entrevistados representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Defesa Civil, Secretaria de Desenvolvimento Social – totalizando 04 (quatro) abordagens; no âmbito estadual, Ministério Público do Rio de Janeiro e Departamento de Recursos Minerais, totalizando outras 04 (quatro) abordagens; no âmbito comunitário, a 1ª Igreja Batista do Caleme e a Associação das Vítimas das Chuvas do dia 12 de Janeiro em Teresópolis, somando 02 (duas) entrevistas; no âmbito da produção acadêmica, Departamento de Construção Civil da Escola Politécnica da UFRJ, com 01 (um) entrevistado. Esse universo foi caracterizado pela diversidade de formações: Serviço Social, Direito, Engenharia (na sua diversidade de especializações), Geologia, além de técnicos como os bombeiros.

Os contatos com as formas institucionalizadas de gerenciamento (direto ou indireto) do desastre se caracterizaram por certa morosidade e, em alguns casos, foram inviabilizados. Identificamos que isto se deu basicamente porque o desastre que afeta o município se espalha por uma crise político-administrativa (que incluiu uma grande rotatividade de servidores municipais no primeiro ano do processo) e isso se encontra associado não apenas ao “grande impacto sofrido”, mas decorre de características de sua história política pregressa - que serão tratadas brevemente no desenvolvimento dos capítulos. Algumas entrevistas planejadas foram

⁵ Minayo (2010).

impossibilitadas no âmbito de secretarias e institutos estaduais que são estratégicos no conjunto das ações desencadeadas, apesar das inúmeras tentativas e expectativas geradas. Tais representações só puderam ser consideradas a partir de sua vocalização nas 02 (duas) Audiências Públicas coordenadas pela ALERJ⁶ e por fontes documentais – o que entendemos, contudo, não inviabilizar o seu conhecimento e a interpretação de suas estratégias discursivas.

Os 07 (sete) meses de trabalho de campo - realizados entre o mês de julho de 2011 e janeiro de 2012 - totalizaram 12 (doze) viagens a Teresópolis/RJ, algumas delas intercaladas com os municípios do Rio de Janeiro e Niterói, para a realização das entrevistas com representantes institucionais ali sediados. As abordagens resultaram em 33 (trinta e três) registros formais, sendo 31 (trinta e um) deles *entrevistas em profundidade* e 02 (dois) registros da totalidade das Audiências Públicas realizadas em 28 de outubro e 24 de novembro de 2011, pela ALERJ, como solicitação da AVIT – gerando 471 (quatrocentas e setenta e uma) páginas de transcrição originadas do uso do gravador de áudio.

As fotografias compuseram a pesquisa documental, meu cotidiano de inserção no campo, num olhar atento e constante sobre ele, e também o momento específico de abordagem dos afetados e autoridades nas entrevistas. Neste último, a coleta de registros fotográficos feitos na perspectiva dos entrevistados, se revelou um enriquecimento do conhecimento das significações acerca de suas experiências e da realidade do desastre em andamento. Então, num primeiro passo, foi solicitado aos entrevistados que me mostrassem suas fotografias e quaisquer outras imagens que julgassem importantes, sendo que poderiam estar associadas a quaisquer aspectos de suas vidas. Solicitei que, dentre elas, fizessem uma seleção das mais representativas e, por fim, solicitei autorização para reproduzi-las – recursos esses que aparecem esboçados no final do capítulo 3.

A opção metodológica desta investigação tem, pois, na pesquisa de campo a chave para a observação das distensões e questões presentes no campo dos

⁶ Tais eventos viabilizaram o debate entre cidadãos e autoridades técnicas e públicas de forma muito elucidativa da correlação de forças e tensões presentes naquele cenário. Os representantes das diferentes secretarias e políticas municipais e estaduais foram convocados a prestar esclarecimentos não só sobre as etapas de socorro e assistência, como sobre os projetos de recuperação da Região Serrana e o orçamento viabilizado para este fim. O registro desses momentos marca claramente as denúncias e expectativas dos afetados que se fizeram representar de maneira marcante nas duas plenárias. Os posicionamentos e propostas das secretarias/setores não acessados através das entrevistas foram registrados nesses dois eventos e se encontram no corpo deste trabalho.

desastres, possibilitando, a partir dele, uma calibragem e esforço analítico a partir da base conceitual e abrindo, daí, novas questões que podem ser contribuições para o aprofundamento do objeto da Sociologia dos Desastres a partir da experiência brasileira. Os conceitos referenciados inicialmente buscam iluminar “o problema da representação única” que supomos ser sustentada acerca da definição do desastre. Essa suposta “hegemonia” sobre o tema está respaldada fundamentalmente nas estratégias discursivas e práticas geradas por uma racionalidade específica que está institucionalizada e a quem é delegado o poder de denominar e intervir.

Do intuito da tese, decorre, pois, uma problematização: não caberiam outras interpretações a partir de outros agentes e da observação da geração de outras práticas que a realidade dos desastres tem sugerido? De um lugar de verdade, objetiva-se abrir esse questionamento uma vez que nos são sugeridos indícios de outras interpretações. O desastre “parece estar dado”, mas não está.

Esse esforço se encontra representado em 4 capítulos, assim configurados: o capítulo 1 objetiva situar o desastre, considerando-o como um campo (BOURDIEU, 2005) e como fenômeno social, à luz da discussão da Sociologia dos Desastres na sua convergência para as discussões em torno dos processos de vulnerabilização (QUARANTELLI, 1998; 2005; ACSELRAD, 2006; VALENCIO, diversos), buscando sinalizar a existência de uma multiplicidade interpretativa; os capítulos 2 e 3 apresentam os agentes e as estratégias, representados consecutivamente pelos que denominamos autoridades em desastres e afetados em desastres, e suas interpretações, situado em “territórios” e “Lugares” (ZHOURI, 2010) e considerando “o outro” dessa relação – ou seja, o desvelamento dos afetados na visão das autoridades, e vice-versa; e, por fim, o capítulo 4 representa o esforço de apresentação das regularidades existentes nesse “jogo” relacional, que, no entanto, disparam os diferentes sentidos que o desastre e suas decorrências assumem para/entre tais agentes.

CAPÍTULO 1 - “DESASTRE É QUANDO...”: A DEFINIÇÃO DO CAMPO E A MULTIPLICIDADE INTERPRETATIVA DO FENÔMENO DESASTRE

Descolando-se das polaridades tradicionais das Ciências Sociais, pautadas, de um lado pelo objetivismo e, de outro, pelo subjetivismo na construção do objeto⁷, Bourdieu recomenda um recorte analítico que tenha por referência a relação recíproca entre os sistemas de percepção, apreciação e ação, os *habitus*, as diferentes estruturas constitutivas do mundo social e das práticas, ou seja, os diferentes campos. Dessa forma, o autor introduz a noção de *campo* no lugar de *sociedade*, buscando reconstituir um microcosmo inserido num macrocosmo maior (nacional ou global), capacitado de uma autonomia relativa, dotado de lógicas e necessidades próprias, constituído e ressignificado temporalmente por interesses e disputas internas, ou por confrontos com outros campos. O conceito de campo constitui a peça analítica fundamental por meio da qual Bourdieu procura operacionalizar metodologicamente a transposição do modo de pensamento relacional para as ciências humanas, o que implica uma tentativa de superar a imprecisão da noção de sociedade.

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (...). (BOURDIEU, 2005a, p.69)

⁷ A intenção de investigar a complexa relação entre as dimensões subjetiva e objetiva da vida social manifesta-se claramente em Bourdieu. Para o autor, a tarefa da Sociologia consiste em “descobrir as estruturas enterradas de maneira mais profunda nos diversos mundos sociais que compõem o universo societário, bem como os mecanismos que tendem a assegurar sua reprodução ou transformação” (BOURDIEU, 1992: 7), levando-se em consideração que esse universo existe sob duas formas necessariamente articuladas: a) como um espaço objetivamente estruturado de relações entre agentes diferencialmente posicionados segundo uma distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos, isto é, de meios socialmente eficientes na concorrência pela apropriação de bens materiais e ideais ao mesmo tempo escassos e diversificados; b) como um conjunto de esquemas simbólicos subjetivamente internalizados (via socialização) de geração e organização da atividade prática mental e corporal dos agentes individuais, esquemas que tomam a forma de disposições ou modos potenciais socialmente adquiridos e tacitamente ativados de agir, pensar, sentir, perceber, interpretar, classificar e avaliar. A imensa dificuldade em se capturar analiticamente a relação dialética entre estas duas esferas entrelaçadas de existência da sociedade está vigorosamente refletida na configuração da “mais fundamental e mais perniciosa de todas as oposições que dividem artificialmente as ciências sociais” (BOURDIEU, 1990: 26), qual seja, o confronto entre *subjetivismo* e *objetivismo* na análise da conduta humana e da vida social.

Desse modo, a noção de campo pode ser entendida como um “sistema” ou como um “espaço” estruturado por lutas entre os diversos agentes⁸ da produção simbólica, com o objetivo da imposição, ou redefinição, de seus princípios legítimos de visão e de divisão do mundo natural e social. As posições no espaço social configuram lugares enunciativos a partir dos quais as determinações ideológicas se inscrevem nos discursos que são produzidos e que produzem o próprio campo.

É possível afirmar que um campo se refere sempre a um *locus* de disputas estruturalmente engendradas pela distribuição desigual de uma forma específica de capital simbólico - dado por tudo aquilo que funciona como *signo distintivo* valorizado pelos agentes no interior desse espaço, de maneira a conferir poder aos seus possuidores -, distribuição que opõe aqueles em busca de ascensão a uma posição superior no campo, ou mesmo buscando forçar o seu direito de entrada, e aqueles que pretendem conservar a sua posição de dominante, garantida pelo maior volume do capital simbólico específico ao campo, que lhes confere o monopólio da *autoridade simbólica* reconhecida como legítima naquela esfera de atuação. Dito de forma semelhante, “as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência simbólica legítima (autoridade específica)”. (BOURDIEU, 1983: 90).

Os interesses e as disposições de cada agente do *campo* são caracterizados pela sua trajetória social/formativa e sua posição política no campo. Dentro do campo social, os agentes que observam semelhanças entre si, sobretudo das condições comuns que vivenciam, tendem a compartilhar interesses, disposições e práticas.

⁸ Torna-se relevante esclarecer que Bourdieu está entre os primeiros sociólogos do pós 2º Guerra Mundial a colocar a dualidade "estrutura/agência" como ponto central de sua sociologia. Esta "dualidade" sempre se expressou como uma polêmica no debate teórico e metodológico da Sociologia. Em termos gerais, "agência" se refere à capacidade dos indivíduos de agirem com independência e fazerem suas próprias escolhas livremente. "Estrutura", pelo contrário, refere-se a arranjos padronizados e recorrentes que parecem influenciar ou limitar as escolhas e oportunidades que indivíduos possuem. Resumidamente, trata-se de um debate que confronta duas perspectivas bem distintas sobre o agir humano: de um lado, os fenômenos sociais são encarados como resultado de ações individuais, produto de processos mentais e cognitivos; do outro, o agir humano está submetido a condicionamentos estruturais impostos pela socialização. Sua proposta é conectar agência e estrutura através de uma relação dialética. Bourdieu rejeita concepções que insistem em definir agência como uma resposta direta, não mediada, a fatores externos, seja no nível macro, como fatores culturais, sociais ou econômicos, seja no nível das microestruturas de interação social. Discorda, também, da concepção de agência como simples produto de fatores internos, na forma de intenções conscientes e calculadas, tal como postulam os modelos voluntaristas e a teoria da ação racional. Para Bourdieu, explicações que privilegiam uma dimensão de análise (macro ou micro) em detrimento da outra perpetuam a clássica dicotomia objetividade/subjetividade. De forma geral, o projeto de Bourdieu pode ser descrito como uma tentativa permanente de superar, no plano teórico e prático, as oposições que têm caracterizado a teoria sociológica ao longo do tempo para, a partir deste esforço, formular uma abordagem reflexiva sobre vida social.

Nesse sentido, Bourdieu assevera que “as disposições dos agentes, o seu habitus, isto é, as estruturas mentais através das quais eles apreendem o mundo social, são em essência produto da interiorização das estruturas sociais”. Por esse entendimento, num ambiente de agrupamento e disputa, é possível afirmar que as disposições do agente são tramadas mediante a incorporação da lógica hegemônica do campo, e (re) elaboradas conforme a (contra) posição ocupada por um determinado agente.

Na natureza dessas estratégicas, seguem-se dois princípios antagônicos: as estratégias de conservação, vinculadas à lógica dominante; e as estratégias ou táticas (CERTEAU, 2009)⁹ de subversão, atreladas ao grupo dominado, que busca reverter ou desordenar o estado da relação de força existente. Porém, em quaisquer modos de operação, persiste o interesse da existência do *campo* e, assim, forja-se uma “cumplicidade objetiva” que se impõe sobre quaisquer interesses, seja ele econômico, político, ou cultural. Cabe ressaltar que nem sempre há uma plena imposição de uma ordem sobre a outra, mas sim, a edificação de uma nova ordem, conforme a formação de alianças, ou de novos ordenamentos sociais.

Reconhecer a questão dos desastres como um campo social e político é reconhecê-lo como um espaço permeado de agentes e instituições, com diferentes e divergentes posições, interessados na produção simbólica e política, e que se enfrentam com o intuito de, ora instituir um ordenamento de práticas e de legalidades (pelo grupo hegemônico), ou pela subsistência material e resistência objetiva e subjetiva. Dessa forma, antes de identificar as disposições, agentes, posicionamentos, estruturas, e assim, analisar sociologicamente as relações engendradas no campo dos desastres, contextualizado, neste caso específico, no recorte territorial do desastre desencadeado em Teresópolis/RJ, no ano de 2011, é mister revisitar uma literatura teórico-conceitual do tema, com o objetivo de identificar pressupostos consolidados e suscitar novas indagações.

1.1 - O que é desastre?

Desastre é um tema em discussão, em disputa, em construção. As múltiplas respostas às indagações: “Desastre é...?”, “Desastre é quando...?”, refletem uma

⁹ Tática (CERTEAU, 2009) é a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio, ou seja, do lugar do poder ou do querer próprios (que será desenvolvido no capítulo 3).

variedade de posicionamentos em relação a esse fenômeno e revelam um campo de disputa pelo poder de sua nomeação, assim como, de luta pela influência nas arenas decisórias e no cenário por ele deflagrado.

Os diferentes ambientes de debate, quaisquer sejam – acadêmico, político, de gestão de políticas públicas, midiático -, apontam para o tensionamento entre as relações que colaboram para explicar como certas formas de classificação ganham primazia na luta pela autoridade de designar, nomear e legitimar uma visão acerca desse objeto.

Quando afirmamos que o conceito de desastre integra uma disputa, incluímos no rol dos que o interpretam, a ciência. Mais atentamente, nesse jogo, suas noções se revelam influentes quando conformam poder sobre sua “definição oficial”, a condução da gestão e sobre o próprio imaginário social (incluindo a própria Defesa Civil que possui em seu quadro os porta-vozes das técnicas, ou que, os absorve em “momentos de crise”, referenciando suas práticas no respaldo científico). Nessa ótica, tem predominado a interpretação do desastre como “evento pontual”, que se expressa como “situação emergencial”, integrante de uma “crise aguda” e circunscrito a uma “geografia reduzida”. Ele se constituiria na desorganização repentina dos elementos socioambientais que compõem um espaço restrito (VALENCIO, 2012b). As práticas técnicas decorrentes desse entendimento, via de regra, são aquelas originadas das chamadas “ciências da natureza”. Há, pois, um contexto político que privilegia essa abordagem, escamoteando outras possibilidades de interpretação e promovendo o afastamento da vocalização dos afetados, seus fazeres, seus sentidos de mundo.

No contexto sociopolítico que privilegia essa abordagem – através, sobretudo, do escamoteamento de outras possibilidades interpretativas -, os desastres não se apresentam como algo inusitado, tampouco ingovernável, mas como uma desorganização repentina dos elementos socioambientais que compõem um espaço restrito. Em última instância, no âmbito dessa visão, as causas principais do evento passam a ser referidas a *gaps* de planejamento dos atores locais, passando a exigir uma reorganização territorial em outros moldes o que, muitas vezes, não obedece à estrutura de sentidos do grupo afetado. Daí, subjaz a prevalência da ideia de gestão – urbana, ambiental, de riscos e afins -, que municiada por sentidos de mundo produzidos desde fora da cena, justifica a ampliação do aparato tecnológico para monitorar fatores que porventura tornem a ameaçar esse território e escora as práticas de eliminação dos lugares que se tornam disfuncionais aos novos parâmetros de segurança. As novas técnicas geram argumentos indecifráveis ao homem comum

para expulsá-lo de sua territorialidade quando esta é tida como ‘fora de padrão’, ao mesmo tempo em que reduz o conjunto dos sujeitos ditos competentes tanto para instruir quanto para atuar no campo decisório. Novos critérios são adotados para reorganizar o rol dos grupos sociais, de objetos e de ações considerado como pertinente ao território a ser conduzido pela ‘boa gestão’ (idem, p. 8).

A concepção de gestão, nesse caso, se contrapõe à *ideia de política*, afirmará a autora, que possibilitaria a participação e implicaria no aceite da diversidade de sujeitos, experiências e noções originadas do território coletivamente produzido e animado pelos mesmos. O contrário se dá quando a *gestão* é amplificada no escopo da tecnociência; e isso é o que tem vigorado na cena brasileira, pois há práticas para a redução do campo decisório sobre a vida de uma coletividade (idem, p. 9).

Nesse contexto, uma das contribuições da Sociologia sobre o tema, se dá na problematização dos conflitos existentes na luta pela representação do mundo social (BOURDIEU, 2005a) – incorporando em sua análise tanto o poder político, como o simbólico. Dessa forma, a análise sociológica deve envolver não só agentes e os seus discursos, como também, observar os diferentes lugares de quem fala, os diferentes compromissos de atuação de cada agente diante do fenômeno, e suas decorrências. É válido ressaltar que cada agente tem o seu lugar de verdade frente ao mundo, esta originada em diferentes tipos de conhecimento e racionalidades na interface desses diferentes saberes e trajetórias.

Tal como ocorreu com o conceito de desenvolvimento sustentável, disputado acirradamente até que se lograsse o esvaziamento de seu conteúdo crítico para fazê-lo corresponder, no imaginário social, às migalhas de providências, públicas e privadas, mitigadoras de danos socioambientais muito ostensivos, o conceito de desastre tem sido disputado por forças sociais diversas. Aquelas economicamente mais robustas nele depositam e inculcam definições sujeitas unicamente ao universo da gestão e da tecnociência, tornando-o eixo orientador das medidas de reforçamento do aparato político-institucional que inibe todas as demais forças sociais. Começa com a legalização de práticas de higienismo social que visam apagar a marca dos aviltados no território. Mas, onde terminará? (VALENCIO, 2012b, p.10-11).

Dessa forma, uma breve revisão bibliográfica acerca do desastre como objeto da Sociologia se torna, pois, pertinente, não só para reafirmá-lo como campo para essa disciplina, mas para possibilitar a diversidade de seu entendimento, numa relação

confrontante com outras racionalidades – aquelas que figuram predominantes no âmbito científico. Tal pressuposto da diversidade e densidade presentes na análise sobre o tema já está presente no escopo científico, mesmo que ainda timidamente no caso brasileiro, podendo ser mais amplamente observado no debate internacional. Porém, como elementos em construção, ainda não estão elencados no imaginário social, sobretudo no que tange à luta pela classificação desse objeto. A hipótese levantada aqui é, pois, a de que muitos são os agentes, diversas são suas vocalizações e, estas podem integrar a luta pela classificação do desastre. Tal compreensão passa a exigir mais do que o entendimento dos processos ditos biofísicos atrelados ao que se busca denominar desastres associados às mudanças climáticas – ou “desastres naturais”. Passam a demandar o trânsito por outras dimensões explicativas, tal como pode se observar na literatura da Sociologia dos Desastres.

A referida construção de âmbito sociológico, afirma Valencio (2009, p.5), anuncia um profícuo debate sobre os desastres. Uma gama de interpretações vem se desenvolvendo, sem que haja, até o momento, um consenso mínimo estabelecido no diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Contudo, pode-se afirmar que, a compreensão dos desastres para a Sociologia focaliza centralmente a estrutura e dinâmica social que, num âmbito multidimensional e multiescalar, dá ensejo a variadas interpretações acerca das relações sociais territorial, institucional e historicamente produzidas.

Nesse ensejo, desastres, para a Sociologia, designam acontecimentos trágicos e podem ser descritos como fenômenos adversos que geram processos de ruptura da rotina, de lugares, fazeres e práticas envolvendo uma configuração espaço-temporal e sócio-histórica para manifestar-se (*o quê? aonde? quando? com quem?*)¹⁰. Quarantelli (2005) afirma que seria difícil negar a existência da falta de consenso entre os estudiosos em torno do conceito de desastre e claramente há grandes diferenças sobre a forma de pensá-lo. Porém, segundo o autor, pode-se dizer que o paradigma básico implícito na área dos desastres é aceitável (embora não incontestável) e envolve uma série de noções inter-relacionadas, sendo duas delas as mais fundamentais, a saber: **(1) os desastres são fenômenos inerentemente**

¹⁰ Neste caso, torna-se pertinente a adoção dos conceitos de tempo e espaço sociais – em detrimento dos de tempo cronológico e espaço geográfico - assim como, a observação da relação entre desastres e processo de desenvolvimento (VALENCIO, 2010a).

sociais e (2) a origem dos desastres se encontra na estrutura social ou no sistema social.

Portanto, a natureza social dos desastres é – ou deveria ser – o foco principal do debate¹¹. Um desastre não é um acontecimento físico (...), trata-se de um acontecimento social. Assim, não é apropriado falar de “desastres ‘naturais’” como se pudessem existir fora das ações e decisões dos seres humanos e suas sociedades (idem, p. 343). Nesse sentido, já se encontra registrada a contribuição de Lavell (1993) para o debate latino americano sobre o tema, e sua preocupação e insistência em afirmar que “os desastres não são naturais”, denunciando a presença de uma concepção de “normalidade” na ordem do mundo e o escamoteamento das iniquidades na condição social de proteção frente aos fatores de ameaça (VALENCIO, 2012a). Para o autor, antes de serem “naturais”, os desastres são essencialmente políticos, considerando a importância das decisões a serem tomadas antes e depois das emergências e suas consequências trágicas; problematiza que o subdesenvolvimento, a insustentabilidade ambiental e a pobreza são as principais e mais imediatas causas dos desastres (2005).

As afirmativas até aqui expostas, se revelam como um contraponto à construção comumente feita acerca desse conceito quando originado de outras clivagens e racionalidades – como tende a se dar nas chamadas “ciências da natureza”, por exemplo - que, apesar de assim parecer, não respondem pela totalidade das formas científicas de argumentação acerca desse objeto.

A desnaturalização do desastre permite o deslocamento do foco para as estruturas, sistemas e práticas sociais às quais se encontram associados. Ao admitir e trabalhar esse enfoque, a pesquisa sociológica, afirma Quarantelli (2005), apresenta mudanças e ampliações importantes, permitindo a constatação de que os desastres se originam da própria natureza dos sistemas sociais, sendo, pois, manifestações ostensivas de latentes vulnerabilidades da sociedade, das deficiências nas estruturas ou sistemas sociais. Por isso, não devem ser vistos como resultantes de uma força externa, mas como produto de deficiências enraizadas na dinâmica do referido sistema social. Os desastres têm, pois, suas origens, manifestações e consequências na estrutura social (QUARANTELLI, 2005), portanto, desloca-se o foco das vítimas e

¹¹ Quando esse foco está nos riscos e perigos, os aspectos físicos e naturais tenderão a ganhar centralidade.

perdas para processos sociais contínuos, pois, não havendo consequências sociais negativas, não há desastre.

Esta perspectiva, vale ressaltar, dá início a outras formas de se pensar, não só a pesquisa acerca do tema, mas a construção de práticas para o planejamento e a gestão - que ganham destaque em detrimento do aspecto da “emergência”, quase sempre mais enfatizado/evidenciado no processo em questão, como veremos, inclusive, a partir dos dados colhidos no campo¹². Permite-nos também fazer a associação entre o desastre e os processos de vulnerabilização (ACSELRAD, 2006) experimentados por grupos sociais específicos, opção fundamental na pesquisa em questão.

Cabe salientar que a literatura sociológica específica sobre o tema, num dado momento do crescimento do debate científico, incorpora o paradigma da vulnerabilidade social associado aos desastres, suplantando referências que, até então, se limitavam a pensá-lo na sua associação com a guerra e com contextos de incertezas. Tais avanços aparecem referenciados em Gilbert (1998); Adger (2006); Cutter (2005); Hewitt (1995) e Schneider (2008). No entanto, trazemos tal discussão da contribuição oferecida por Acselrad (2006) através das noções de vulnerabilização como processo, e vulnerabilidade, como relação. Nesta formulação, o foco é retirado do indivíduo e deslocado para a desigual proteção ou, para os mecanismos que tornam os sujeitos vulneráveis (a tônica deixa de ser “a condição de destituídos da capacidade de se defender”). Destaca-se, como veremos nas análises do capítulo 3, o que lhes é devido em termos de proteção social e de direitos, revelando, pois, como tais elementos integram o desastre. O autor afirma:

Fatores com ação diferenciada concorrem para a maior ou menor exposição ao agravo ou a maior ou menor chance de proteção contra ele. Isto porque há mecanismos de distribuição desigual de tal proteção. Estes fatores são objetivos, sim (...). Mas há também fatores subjetivos (...). A condição de vulnerabilidade é, pois, socialmente construída (p.2).

¹² Abordados nos capítulos subsequentes. Na opção por essa abordagem, reafirma-se a importância de ter em conta as vulnerabilidades estruturais somadas àquelas que as mudanças climáticas possivelmente farão emergir e a necessária observação de outras variáveis implicadas no referido contexto.

Dessa forma, antes de analisar os contraditórios das relações, é importante revelar os agentes que configuram o cenário da luta pela classificação pela definição do desastre: quem são e de que lugar anunciam suas verdades? O pressuposto é o da existência de uma diversidade na constituição dessa disputa como também de diferentes compromissos de atuação, de fazeres que, apesar de acontecerem simultaneamente, não se darão da mesma forma. Pode-se ver agentes numa mesma situação com discursos diferentes ou até mesmo contraditórios; agentes em situações diferentes com convergências nos seus discursos e práticas – processos endógenos no interior dos grupos que se renovam e se reveem, tudo isso sinalizando para a configuração de um campo, nos termos de Bourdieu (2005a), permitindo afirmar que, as posições no espaço social configuram lugares enunciativos a partir dos quais as determinações ideológicas se inscrevem nos discursos que são produzidos e que também produzem o próprio campo. Num esforço por desvelar essa multiplicidade de agentes e de discursos, ou de desvelar o campo que compõe a disputa pela definição de desastre, se faz necessário elucidar a forma como se apresentam numa tentativa de entendimento das forças que constituem uma prática política - ou que são movidas pelo embate político.

Como já enunciado na introdução deste trabalho, os agentes presentes no universo dessa pesquisa serão tratados por: autoridades em desastres e afetados em desastres¹³. Tais termos, no entanto, não objetivam revelar consensos ou fechar possibilidades; na verdade, se mostram concorrentes entre as definições provisórias que patinam pela diversidade das retóricas e entendimentos, nos desafiando à sua compreensão. A sua multiplicidade se encontra referenciada na projeção dos discursos que afloram no contexto dos desastres, delimitando lugares e racionalidades distintas. Há certa imprecisão na maneira de definir aqueles que aqui são denominados “afetados”. “Afetado nos desastres” é uma expressão, a exemplo, fortemente apropriada pelo discurso técnico; em alguns movimentos sociais o termo adotado é “atingidos nos desastres”, assim como “vítimas”. “Sofredores” é termo comumente utilizado no âmbito dos movimentos de origem religiosa. Há, então, uma polêmica acerca dessa caracterização expressa na própria forma como o grupo se autodefine. Da mesma forma, é desafiador buscar agrupar homoganeamente as denominadas autoridades em desastres, sendo que, como veremos no capítulo

¹³ Serão trabalhados nos capítulos 2 e 3, respectivamente.

seguinte, podem ser entendidas a partir de noções do senso comum que as associam tanto a pessoas atreladas a cargos específicos de alto escalão nas diferentes esferas de governo, como também àqueles que fazem a interlocução com o meio social a partir de outras posições, tais como os representantes da ciência. No entanto, cabe reafirmar que todas as nomeações revelam sentidos e significações, intencionalidades, ou seja, integram a luta pela classificação e não são, portanto, inocentes. Como afirma Bourdieu (2005a, p.146):

Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da *nomeação* legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxonomias instituídas, como os títulos. Assim, todas as estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo podem situar-se entre dois extremos: o insulto, *idios logos* pelo qual um simples particular tenta impor o seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade; a *nomeação oficial*, acto de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do colectivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do *monopólio da violência simbólica legítima*. De um lado, está o universo das perspectivas particulares, dos agentes singulares que, a partir do seu ponto de vista particular, da sua posição particular, produzem nomeações – deles mesmos e dos outros (...) – e tanto mais ineficazes em se fazerem reconhecer, portanto, em exercer um efeito propriamente simbólico, quanto menos *autorizados* estão os seus autores, a título pessoal (*auctoritas*) ou institucional (delegação) e quanto mais interessados estão em fazer reconhecer o ponto de vista que se esforçam por impor. Do outro lado, está o ponto de vista autorizado de um agente autorizado, a título pessoal, como certo grande crítico (...), e, sobretudo, o ponto de vista legítimo do porta-voz autorizado, do mandatário do Estado (...), a nomeação oficial (...), dando acerca dos agentes sociais a perspectiva autorizada, reconhecida de todos, universal (...). A verdade do mundo social é o que está em jogo numa luta entre agentes armados de modo muito desigual para chegarem à visão e à previsão absolutas (...).

Associado a tais grupos de agentes, autoridades em desastres e afetados em desastres, está a luta social que se dá situada dentro de dois domínios distintos, quais sejam, do espaço social propriamente dito e também da esfera simbólica, no sentido do confronto de discursos, sentidos e projetos distintos que disputam legitimidade e reconhecimento – sendo que estes são processos intimamente

conectados, segundo Acselrad (2004). O autor, em analogia a Bourdieu, os chamará de “momento objetivista” e “momento subjetivista” da análise, sendo assim por ele traduzidos:

No momento objetivista encontraremos os grupos sociais distribuídos no espaço social em função de sua disposição diferencial sobre elementos de poder. Estaremos aí tratando do espaço relacional das posições sociais ocupadas pelos agentes sociais em função da estrutura de distribuição de tipos específicos de meios de poder. No momento subjetivista, identificaremos as representações que os atores fazem do mundo social, pontos de vista que contribuem para a construção deste mesmo mundo, inclusive da diferenciação social dos indivíduos que o caracteriza. Estaremos aí observando a configuração dos esquemas classificatórios, princípios de classificação, de visão e divisão do mundo social (2006, p. 55).

No âmbito não só da definição do desastre, mas também das práticas daí decorrentes – ou seja, de saberes e práticas, esse confronto se explicita fortemente na maneira como o discurso oficial acerca do “risco” ao se impor sobre territórios específicos e, por consequência, sobre os seus agentes, determina, via de regra, sua desterritorialização. Há tendencialmente, um esforço de desqualificação do território e de seus moradores, sendo que esta prática tende a “coisificá-lo”, destituindo-o da diversidade da experiência social que o constitui. O “território condenado” resume-se, pois, às suas benfeitorias, edificações e equipamentos de infraestrutura coletiva, passíveis de cálculos de indenização, em grande parte, referenciados em baixos valores, porque se associam à indenização de “áreas pobres” e, até então, desvalorizadas no que se refere às disputas do mercado imobiliário; pelo lado da significação identitária que os territórios adquirem, tais indenizações, somadas à forma de se traduzir esses Lugares são incompatíveis com o sentido de pertencimento que enraíza seus moradores a partir de uma trajetória de vida e vinculações.

Sendo assim, é necessário permitir que os sentidos do Lugar e de pertencimento possam ser também revelados a partir das narrativas dos afetados em desastres, resgatando as estratégias que contribuirão para o esclarecimento de uma de suas perspectivas. Nela, o Lugar como espaço do pertencimento se apresenta, ora como estratégia, ora como tática resistente à imposição do ordenamento exógeno proposto ao território. Tendo, pois, como eixo central o âmbito sócio-espacial, a concepção de Lugar pode ser utilizada como relação entre sujeito

afetado e o espaço onde vive, como expressão de práticas cotidianas na relação com esse espaço (CERTEAU, 2009) e da luta pelo direito à cidade (LEFEBVRE, 1991). O Lugar ganha não só significação, como se revela resultante de uma absoluta determinação, ou seja, da necessidade da adoção de formas de viver, morar e se relacionar com o ambiente nem sempre “escolhido”, ou de escolhas que se dão a partir de uma gama reduzida de possibilidades. Trata-se de um conjunto de determinações que desenha a desigualdade para além da possibilidade de escolha consciente desses sujeitos.

Assim, é facilitado o entendimento da construção que os agentes fazem do desastre. Então, a categoria definida Lugar deve ser explorada e perpassada no sentido de clarear as vinculações estabelecidas entre agente e território, agentes entre si, interpretação do desastre e a perspectiva do sofrimento social por ele aguçado.

Nesse debate, é importante que o Lugar possa ser pensado como forma de enraizamento que precede o “trágico” e o desastre como a dissolução desse Lugar e, ainda, a existência de uma luta pela manutenção de seus sentidos, independentemente do grau da destruição física e também simbólica registrado. O território periférico deteriorado e “impactado” pelo desastre não é revisto por aqueles que o têm como referência de moradia e de cotidiano, no sentido de sua desqualificação, o que se confronta com a categoria “área de risco” cunhada para esses mesmos locais pela versão perita. Em analogia à perspectiva trabalhada por Zhouri (2010)¹⁴ identificaremos: a existência de estratégias argumentativas de aniquilação do Lugar (predominantemente via discurso oficial) *versus* a estratégia argumentativa de reafirmação do Lugar (via resistência dos moradores locais). Enquanto os afetados buscam situar o ocorrido dentro de certa generalização dos fatores de ameaça e da afetação - não particularizando o problema no seu espaço e com a expectativa de recuperação e permanência no mesmo -, a análise técnica incluirá no rol de sua cartografização e diagnósticos essas novas áreas, até então, “livres” dessa forma específica de controle¹⁵.

¹⁴ Reflexões sobre os atingidos por barragens no Vale do Jequitinhonha/MG.

¹⁵ Vale ressaltar que os diferentes entrevistados mencionam que os territórios nessa pesquisa considerados, não recebiam a classificação de “áreas de risco” até a ocorrência deflagrada em janeiro de 2011. Esse dado está respaldado pelo Mapeamento de Risco do município e incrementa o debate

Com o propósito de desvelar aquilo que aqui será denominado território, categoria aplicada pelos agentes responsáveis pelo ordenamento, e Lugar, categoria explicitada a partir da experiência dos afetados nos desastres, exploraremos as contribuições que suas narrativas trarão de maneira a defini-lo e, de certa forma, a confrontá-lo com outras perspectivas em disputa. Qual seja, exploraremos termos definidores que reúnem aspectos objetivos e simbólicos de um mesmo processo: os **sentidos dados ao território como espaço geográfico e político com necessidade de ordenamento, e do Lugar, como espaço** de viver e morar; a interpretação do desastre, ora pela via do território, ora pela via do Lugar; e as demandas para as autoridades em desastre, **e as exigências vinculadas ao sofrimento social** vivenciado pelo outro, observando também e de ambos os lados, autoridades e afetados, a visão acerca desse “outro”.

No âmbito do debate acerca dos desastres, parte do enfrentamento que supomos existente, está respaldado no seguinte eixo explicativo: trata-se da interconexão entre as dimensões materiais, simbólicas e societárias que representam, para populações empobrecidas, os universos de morar e se relacionar com a cidade alternativamente às representações de risco que o Estado busca hegemonizar. Ao debruçarmo-nos sobre as representações distintas dos moradores e do Estado acerca do Lugar – e suas vinculações com o tecido maior da cidade – se evidencia a conflitividade não só de práticas sociais, mas também discursiva, e nesta evidência, a racionalidade que molda a espacialização contemporânea das cidades.

A disputa pela definição do desastre se faz a partir de diversos agentes mas, para além disso, de posições assimétricas de poder. Em analogia à Zhourri (2010, p. 444), ao tratar do debate ambiental:

São, então, portadores de visões concorrenciais sobre o meio ambiente e a natureza, fato que chama a atenção para as desigualdades na distribuição dos recursos naturais e dos riscos do desenvolvimento. Essas assimetrias revelam a hegemonia de determinadas categorias de pensamento que pretendem construir o debate ambiental como global, universal e consensual, obscurecendo

no que diz respeito à confiabilidade desses diagnósticos para a população e mesmo para alguns técnicos.

as relações de poder que, de fato, existem e promovem o deslocamento da política para a economia, do debate sobre direitos para o debate sobre interesses.

Nesta chave, inclui-se o poder simbólico que perpassa essas relações de forma sutil, como uma atribuição de inocência, ou de incapacidade planejada: as categorias com as quais certos grupos sociais são designados como alienados na sua relação com os territórios têm a ver com uma luta pela dominação social.

O poder simbólico é tão mais eficiente quanto menos visível ele se faz. É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido. (...) é com efeito esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem (BOURDIEU, 2005a).

Os diferentes desastres registrados nos últimos anos no Brasil têm revelado práticas tomadas pela característica do “imediatismo” seguido do abandono, quando não só é interrompido o repasse de recursos, aqueles ditos emergenciais - quais sejam, alimentação, abrigo, vestuário, medicamentos, entre outros -, como também caem nas malhas da burocracia e esquecimento todas as obras prometidas e direitos sociais básicos a elas vinculados: moradia, infraestrutura, serviços sociais essenciais. Ainda que a assistência social brasileira tenha conquistado o patamar de política social básica, integrando o tripé da Seguridade Social Brasileira¹⁶, tais avanços de cidadania se encontram ainda atrelados não só a uma forte noção de mérito – portanto, a um patamar não universalizante de acesso – como também ao que Martins (1999) denominará “cultura do atraso”. Antes de avançarmos no entendimento dos traços que o autor aponta como inerentes à formação social brasileira e que influenciam, entre outros, no processo de execução das políticas sociais, é importante situar seus fundamentos nas contradições da sociedade capitalista. Seu surgimento e o dos sistemas de proteção social em todo o mundo se

¹⁶ Na Constituição em vigência no país desde 05 de agosto de 1988, insere-se, no capítulo sobre a Seguridade Social do cidadão brasileiro, a Assistência Social ao lado da Saúde e da Previdência. A inclusão da assistência social na Seguridade traz a questão para o campo dos direitos e para a esfera da responsabilidade estatal. Inicia-se um processo que deverá torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitarem (...). (YAZBEK, 1996, p.55).

encontram associados às relações entre Estado e sociedade e aos mecanismos constituídos para gerenciar essas relações.

As políticas assistenciais apresentam, portanto, uma forma historicamente modificável, de acordo com as características das relações que se estabelecem na gestão estatal da reprodução da força de trabalho. São, como o conjunto das políticas públicas e particularmente das políticas no campo social, estratégias reguladoras das condições de reprodução social. Enquanto regulação, obedecem ao padrão mais geral das estratégias reguladoras que peculiarizam a economia capitalista na sociedade brasileira (YAZBEK, 1996, p. 49).

Martins (idem) nos falará daqueles traços da formação social brasileira que contribuirão para certa “cultura do atraso” e de sua influência sobre as políticas sociais, mantendo-as no patamar conservador do favor, clientelismo, favoritismo, tutela, pautadas nas relações pessoais e, portanto, na fidelidade e lealdade dos “assistidos” para com os representantes da prestação de tais serviços. Chama a atenção para “a importância da leitura de fatos e acontecimentos orientada pela necessidade de distinguir no contemporâneo a presença viva e ativa de estruturas fundamentais do passado” (p.14). Sua lógica reflexiva se vê complementada pela, do também sociólogo, Francisco de Oliveira (1998) que vê como grande desafio a superação dos traços desse atraso que historicamente predominam nessa área.

A constituição da assistência social como política pública percorre um longo caminho no país ‘cordial’ de Sérgio Buarque de Holanda, em que a sociabilidade do favor era – e ainda é – a moeda de troca das relações sociais, principalmente entre dominantes e dominados. A área da assistência social presta-se, como poucas, a essa cordialidade. Desfazer isto que é quase uma ‘segunda natureza’ das relações de dominação no Brasil, para transformá-la numa esfera pública não burguesa que ao mesmo tempo se estrutura nos direitos e reforça-se com sua prática, não é uma tarefa para poucas décadas (p. 12-13).

Todo esse contexto nos dá indícios da forma como o lugar da designação é ocupado e experimentado pelos diferentes agentes: o Estado, nas suas diferentes representações, os movimentos sociais, os empreendimentos econômicos públicos e privados, o corpo perito em emergência, os grupos diretamente afetados pelo desastre, e a opinião pública em geral, em diferentes momentos do processo, agentes

que serão mais claramente apresentados nos capítulos seguintes. E ainda mais: revela encontros e desencontros dentro do conjunto de relações que estão colocadas nesse campo, sendo este, talvez, um dos maiores desafios e riquezas a serem desvelados nessa investigação, uma vez que, ao contrário do que se pode deduzir, não se trata da mera oposição de lados ou forças, mas também entrelaçamentos dessas forças em momentos específicos.

Com esse intuito, pode-se recorrer à analogia do “jogo”, a exemplo do que faz Valencio (2010c). Para a referida autora, os diferentes agentes que buscam definir “desastre”, participam de “jogos com linguagem” que estão subjacentes a jogos políticos pela validação da verdade, que por sua vez, correspondem a jogos de poder. No entanto, faz-se mister compreender que tal jogo tem-se colocado como imposição de verdades sob o domínio de poucos, estas enunciadas de acordo com projetos específicos de construção da ordem social, reafirmando a explicitação de mundos simbólicos distintos balizados por vieses de classe: são saberes em disputa numa luta pela hegemonia e pela forma dominante de dominação.

(...) é lícito indagar: afinal, o desastre é algo que ‘está aí’ objetivado? É um infortúnio coletivo, isto é, um acontecimento adverso, mas também inesperado? Ou é previsível, resultando de uma sucessão de ações e omissões? Ou, ainda, se trata apenas de um discurso de certos sujeitos sobre o mundo? Diríamos que, em vista do debate atual em Sociologia dos Desastres, todas as proposições acima são válidas, embora, a princípio, contraditórias. Uma coisa é o espaço circunstancialmente desconfigurado, que torna os sistemas de objetos e os sistemas de ações arbitrariamente desfuncionais. Outra são os sujeitos que interpelam essa cena e, no seu arcaibouço de experiência, de envolvimento com o problema, de sua matriz sócio-cultural, política e econômica, passam a defini-la de tal ou qual modo. Outra ainda, são as conveniências oficiais para ajustar a classificação das circunstâncias do mundo ao conjunto de forças que definem a ordem territorial local – subvertendo o uso do conceito de desastre para dotá-lo ou renegá-lo conforme convenha – ou, no sentido oposto, a mobilização social para conclamar o reconhecimento de seu drama quando este é obscurecido (VALENCIO, 2010a, p. 41).

Nesse sentido, objetiva-se um exercício de reflexão acerca do poder e do tensionamento que perpassam as relações sociais e o próprio exercício de nomeação ou avaliação do fenômeno denominado desastre: *quem o nomeia? quem o avalia?* Ou, nas palavras de Martínez-Alier (2011), *quais discursos de valoração são*

utilizados pelos diferentes atores (...) e quem possui o poder de impor um discurso particular de valoração? O que resulta da assimétrica relação mantida entre os diferentes atores nesse contexto?

Enfim, o embate em torno da definição de desastre é crucial, pois envolve uma mal disfarçada disputa por influir nas arenas decisórias bem como na cena desoladora, controlando o destino dos grupos afetados. Embora o desastre seja um acontecimento social trágico – definição sociológica em torno da qual há relativo consenso –, vários são os planos em que ele ocorre. Há um plano simbólico, que se desenvolve em termos discursivos, no qual atuam e disputam diversas e, não raro, divergentes interpretações desse fenômeno social, incluindo aquelas que escamoteiam ou simplificam o aspecto social para dar visibilidade desproporcional aos fatores ameaçantes (pois isso envolve acesso privilegiado a recursos públicos e projeção social e política). Há um plano concreto, que imiscui dimensões socioambientais, sociopolíticas e econômicas. Há ainda, um plano subjetivo, que circunscreve múltiplas e diferentes formas de organizar a experiência pessoal de vivenciamento do acontecimento referido ou de aproximação ou distanciamento em relação ao sofrimento do outro. E assim por diante. De tal sorte essa diversidade de circunscrições e de sujeitos ocorre que haverá a narrativa de muitos desastres, naquilo que, a distância, para a opinião pública, parece se tratar de uma coisa só (VALENCIO, 2011, p. 24-25).

Como conclusão preliminar, os estudos sociológicos sobre os fenômenos sociais vinculados ao desastre jogam luz sobre uma diversidade de agentes e posicionamentos. Alguns prevalecem e outros sucumbem revelando uma relação assimétrica de poder, ou seja, relações que colaboram para explicar como certas formas de classificação ganham primazia na luta pela autoridade de designar, nomear e legitimar sua visão acerca dos desastres e de mundo.

Respaldando-se, pois, na perspectiva bourdieusiana, os dois capítulos a seguir têm como finalidade explicitar a relação entre os agentes, e os subsequentes processos vinculados, ora às práticas de ordenamento e controle, ora aos processos de vulnerabilização aos quais certos grupos sociais se encontram vinculados – aqueles grupos mais comumente afetados pelos desastres no contexto brasileiro, tendo como recorte, o caso do desastre em andamento na Região Serrana do Rio de Janeiro, mais especificamente, no município de Teresópolis/RJ, a partir de janeiro 2011. No caso da pesquisa em questão, o lugar da designação pretende focar, primeiramente o posicionamento, hoje predominante, dotado tendencialmente da lógica objetivista e mensuradora (Capítulo 2), e, depois, o posicionamento subassistido, dotado tendencialmente de uma perspectiva subjetiva, que busca uma

vocalização mais ampla dos agentes afetados pelo desastre (Capítulo 3). O primeiro grupo de análise, como veremos, está vinculado à maior parte das instituições estatais responsáveis pela gestão dos desastres, sobretudo à defesa civil, personalizado no corpo perito e técnico a ele vinculado, além de empreendimentos públicos e privados interessados em agir estruturalmente sobre os “efeitos” dos desastres. Já o segundo grupo, representa os afetados e os movimentos sociais que os representam.

Por fim, reafirmo que o exercício reflexivo proposto sugere, pois, a existência de certa complexidade no tratamento do tema. A tentativa de defini-lo a partir de uma perspectiva única ou totalizante, apesar do vigor de sua expressão predominante no imaginário social, não condiz com a diversidade de representações que nos chegam quando do levantamento da questão: “desastre é quando...”. Como objetivamos sintetizar nesse primeiro capítulo da tese, as interpretações se originam de diferentes agentes e se traduzem numa diversidade discursiva e prática que confirma a existência de um campo, nos termos de Bourdieu (2005a).

CAPÍTULO 2 - AUTORIDADE E AMBIVALENCIA: INADEQUAÇÃO E DESLEGITIMAÇÃO EM CONTEXTOS DE DESASTRES

A reflexão acerca da multiplicidade de posicionamentos pela definição do termo desastre pode ter como ponto de partida a observação da institucionalidade brasileira designada oficialmente para entendê-lo, nominá-lo, e, assim, para sobre ele atuar, o que aqui denominaremos de autoridades em desastres. Primeiramente, objetivo partir daquilo que o senso comum, nos termos de Martins (2008) entende por “autoridade”. Antes disso, no entanto, vejamos como o autor trabalha a própria noção de conhecimento de senso comum.

A crise das grandes certezas, das grandes estruturas da riqueza e poder e, dos grandes esquemas teóricos, esboça desafios para a vida, para a ciência e, mais especificamente desafia a renovação do pensamento sociológico. Nesse ensejo, afirma Martins, é que se propõe a questão do conhecimento de senso comum na vida cotidiana. O senso comum, e com ele o mundo da vida cotidiana, é desqualificado pela perspectiva erudita, porque banal, destituído de verdade, porque fonte de equívocos e distorções (p. 52). No entanto, o autor propõe justamente a reflexão sociológica que permita o entendimento de que

(...) o senso comum é comum não porque seja banal ou mero e exterior conhecimento. Mas, porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social. Nela o significado a precede, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação. Além disso, não há possibilidade de que os participantes da interação se imponham significados, já que o significado é reciprocamente experimentado pelos sujeitos. (...) Portanto, mais do que uma coleção de significados compartilhados, o senso comum decorre da partilha, entre atores, de um mesmo método de significados. Os significados são reinventados continuamente em vez de serem continuamente copiados. As situações de anomia e desordem são resolvidas pelo próprio homem comum justamente porque ele dispõe, de um meio para interpretar situações (e ações) sem sentido, podendo, em questão de segundos, remendar as fraturas da situação social (p. 54-55).

Ao qualificar esse tipo de conhecimento, tal reflexão nos facilita a aproximação do que o senso comum pode entender por “autoridade”. Como a autoridade em desastre se faz representar e é elaborada pelo conhecimento de

senso comum? Supomos que ela diga respeito não apenas a pessoas e às posições por elas ocupadas nos diferentes escalões e cargos das três esferas de governo, mas também àqueles que fazem a interlocução com o meio social a partir de outros lugares privilegiados - dentre eles, a ciência. Esses lugares que se projetam como “privilegiados” nas instâncias públicas – e nas privadas com as quais estabelecem interlocução -, e também no âmbito do saber científico, são tidos como portadores de uma interpretação sobre o mundo que é mais “qualificada”, se tornando, pois, “lugar de autoridade” - e, como supomos, lugar de poder.

Sendo assim, nos interessa apresentar o conjunto do qual fazem parte agentes do meio científico, meio técnico e da gestão pública, performances estas embasadas por diversas formações. Institucionalmente, poderiam ser identificadas por aqueles que atuam no âmbito científico/formativo, técnico/executivo e no meio político/administrativo, representados por uma gama de cientistas, peritos, especialistas, técnicos, profissionais, a exemplo dos engenheiros (nas suas diversas especialidades), geólogos, geógrafos, analistas ambientais, urbanistas, assistentes sociais, psicólogos, advogados, administradores, dentre outros, associados ao desempenho em contextos de desastres. No imaginário social, alguns serão mais facilmente identificados na sua associação com os desastres, enquanto outros, apesar de inseridos no bojo da peritagem e da gestão, conformarão uma relação mais indireta com o mesmo.

O corpo das autoridades se apresenta subdividido por diferentes áreas do conhecimento, suas diversas concepções, objetos, racionalidades e princípios, interferindo na leitura e ação sobre o desastre. É inevitável pensar a forma que o Brasil, dentre as várias nações, adotou para lidar com os desastres, qual seja, a institucionalização da Defesa Civil e a noção de sistema (envolvendo os três níveis do governo) que a constitui, abrindo um leque de representantes quando da tentativa de compreendê-la. A Defesa Civil deveria ser um tema transversal às políticas públicas (VALENCIO, 2009), dentre elas, as de saúde, moradia, educação, transporte, que incidem na reprodução e realidade sociais¹⁷. É importante entender, no entanto, que a experiência brasileira revela não existir uma padronização na

¹⁷ A PNPDEC deve integrar-se às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável (Lei 12.608/2012).

forma das defesas civis municipais se constituírem, apesar de assim prever a legislação¹⁸. Então, é possível encontrar formações exclusivamente voluntárias, militares, técnicas ou o misto dessas representações, ou ainda a mistura apenas parcial delas. Sua constituição pode incluir os porta-vozes militares, das técnicas ou incluí-los apenas em “momentos de crise”, respaldados pelo conhecimento científico originado prioritariamente das ciências exatas e da “natureza”. Destaca-se, nesse âmbito, a forte presença da racionalidade militarizada que está na origem do SNPDC e que nunca o abandonou. E quais são os reflexos disso? A Defesa Civil revela uma clara concepção de ordem social que é autoritária. Isso permite supor que essas autoridades estão numa posição que não permite a “barganha”, imprimindo nesses processos e relações a visão unilateralizada de tomada de decisão, ou a vocalização única. A análise de Valencio (2009) aponta elementos dessa relação:

É necessário consolidar a convivência do meio civil e militar em bases de confiança mútua sem precisar se relacionar, um com o outro, como algoz, como herói tampouco como vítima. A parceria com o meio militar no tema de desastres é bem vinda e deve ser promovida como parte constitutiva do diálogo de saberes e estratégias, na busca de sinergia em prol de um bem comum. Contudo, a ruptura de mais de duas décadas na convivência em bases democráticas criou necessidades de refazimento das regras de uma interação respeitosa aos direitos consagrados, de serenidade no encaminhamento de soluções negociadas, consoantes ao novo contexto político-institucional de amadurecimento gradual das arenas democráticas representativas e participativas. A natureza essencialmente hierárquica das instituições das Forças Armadas – o que é igualmente verdadeiro junto a corporações de segurança pública – é inerentemente avessa

¹⁸ O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC é constituído pelos órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas entidades públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e defesa civil, sob a centralização da Secretaria Nacional de Defesa Civil, órgão do Ministério da Integração Nacional: órgão consultivo, Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; órgão central, Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, responsável por coordenar o planejamento, articulação e execução dos programas, projetos e ações de proteção e defesa civil; órgãos regionais de proteção e defesa civil responsáveis pela articulação, coordenação e execução do SINPDEC em nível regional; órgãos estaduais e do Distrito Federal de proteção e defesa civil responsáveis pela articulação, coordenação e execução do SINPDEC em nível estadual; órgãos municipais de proteção e defesa civil responsáveis pela articulação, coordenação e execução do SINPDEC em nível municipal; órgãos setoriais dos 3 (três) âmbitos de governo abrangem os órgãos, envolvidos na ação da Defesa Civil. O SINPDEC poderá mobilizar a sociedade civil para atuar em situação de emergência ou estado de calamidade pública, coordenando o apoio logístico para o desenvolvimento das ações de proteção e defesa civil.

<http://www.mi.gov.br/defesacivil/sinpdec/organizacao.jsessionid=8F3C5CB765A210B52A058EE6BAE7CD49.lr1>. Acesso em 21 de dezembro de 2012.

à simetria que as negociações em bases democráticas exigem. Sendo assim, é temerário, em termos sócio-políticos que, à frente de instituições civis, haja sujeitos que tensionam abertamente com a racionalidade civil, desqualificam ou menosprezam os cidadãos a quem servem e, por vezes, insuflam intolerâncias no meio civil, indispondo grupos sociais afluentes e camadas médias contra os que já sofrem continuados abusos frente a seus direitos, o que vimos assistir em relação, especialmente, a operações nas favelas e nos discursos contestatórios à autodeterminação de indígenas no que concerne ao controle de territórios demarcados para estes povos. (p. 8).

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei 12.608/2012) “abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil”. Ao definir a instituição, a PNPDC afirmará que a Defesa Civil se caracteriza por um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social. Ainda na perspectiva normativa, se pode buscar a resposta para o que seria desastre.

(...) é o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios¹⁹.

Essas definições registram alterações na legislação atinente à defesa civil brasileira, ocorridas em 2012, impulsionadas pelos grandes eventos registrados por todo o país, ampliando a nomenclatura de “defesa civil” para “proteção e defesa civil”, incluindo a perspectiva de “cenário vulnerável”, entre outros, num esforço de remeter à ideia de avanço e qualificação normativa e institucional.

Refletir sobre o Sistema de Proteção e Defesa Civil, seus integrantes e suas propostas interventivas frente aos desastres implica não só tratar do sentido das mudanças no escopo da legislação, mas entender, principalmente, os preceitos que a norteiam historicamente, e a forma como seus agentes vêm ensejando práticas

¹⁹ Instrução Normativa 1 de 24 de agosto 2012, do Ministério da Integração Nacional. Publicada em 30 de agosto de 2012 no Diário Oficial da União.

frente à recorrência dos desastres no país – tendo suas próprias insuficiências institucionais como provocação, certo que geram polêmica e manifestações hostis diversas.

Recuperamos narrativas que permitem o conhecimento de algumas características da Defesa Civil de Teresópolis/RJ (ANEXO 2)²⁰, experiência que certamente está próxima da realidade de muitos outros municípios brasileiros e que permitem a ampliação desta reflexão:

Aqui **essa Defesa Civil nunca teve formação**, nunca teve concurso aqui pra agente de Defesa Civil, ninguém aqui do município é formado em Defesa Civil, ninguém! Então, tem gente que trabalhava no aterro sanitário, da obra tem muito, então assim, **são pessoas coletadas de outras secretarias que formam a Defesa Civil municipal**. A formação da Defesa Civil municipal são **pessoas com boa vontade, pessoas que se dedicam completamente, mas não têm formação**. É um efetivo de **15 pessoas que na multidão de voluntários**, da organização do corpo de bombeiros que vem com muita gente, **eles somem**. Então, a Defesa Civil trabalhava basicamente com planejamento, mas na hora da resposta, **ela some** (Entrevistado 12 – Secretaria do Meio Ambiente/PMT) **[grifo nosso]**

Teresópolis tem certo histórico de Defesa Civil, muito mais até do que de Meio Ambiente. A Defesa Civil tem uma história mais antiga, as pessoas têm essa questão um pouco enraizada (...). A **maioria é de nível de 2º grau**. Defesa Civil e Meio Ambiente eram 92 funcionários. Na verdade, pouco antes das chuvas nós recebemos 'parques e jardins' também e passamos pra 120 funcionários. A Defesa Civil especificamente tinha 40 e poucos funcionários, sendo que **90% de nível médio, 5% de nível elementar e 5% de nível técnico**. A gente normalmente contratava agregando pessoal reformado do Corpo de Bombeiros ou voluntários que fizeram curso da Defesa Civil e se destacaram em algum momento, daí passavam a compor equipe. Tinha geógrafo, geólogo e engenheiro contratados no quadro da Defesa Civil. Como funcionava o sistema? A Defesa Civil tinha o plano de contingência. Pra cada tipo de problema você tem um determinado nível de impacto e isso vai me exigir que eu tenha algumas ações. Nessas ações: nível 1, a DC é responsável e consegue tocar, ok; nível 2, eu já preciso acionar alguns entes do município mesmo: saúde, educação, serviços públicos (retirada de material, resgate); nível 3, prefeitura não aguenta, preciso do apoio

²⁰ Diz respeito ao art. 1º, inciso V (Fica a Secretaria Municipal de Defesa Civil incorporada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que passará a se chamar Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil) da Lei Complementar Nº 0133 de 31/10/2009, que altera a Estrutura Administrativa Básica da Prefeitura Municipal de Teresópolis, estabelecida pela Lei Municipal nº 1.441/1993, e dá outras providências. Fonte: www.camarateresopolis.rj.gov.br/leis/index.php/leis-municipais/leis-municipais-por-assunto. Acesso em 19 dezembro 2012.

do governo do Estado, então, a DC Estadual é acionada e essa aciona seus entes do Estado: habitação, obras públicas; e o nível 4, é o que aconteceu aqui: ninguém segura e tem que acionar a União também e daí vem exército, marinha, força nacional, todo mundo pra ajudar. Então: primeiro só DC, depois prefeitura, depois prefeitura e Estado e por fim, a União. A gente tem esse nível de acionamento. E aí, cada DC na sua linha de atuação consegue fazer seus contatos: às vezes, com uma ONG, com a Cruz Vermelha, por exemplo, um grupo de voluntários e assim vai organizando o trabalho (Entrevistado 19 – Defesa Civil/PMT). **[grifo nosso]**

Eu estive em Teresópolis, agora em 2008, e **não tinha nenhum corpo técnico especializado**. As pessoas que mais se preocupavam estavam na Defesa Civil, e eu diria que eram um ou dois profissionais: uma engenheira agrônoma, que **não era concursada, mas contratada**, e que era quem tinha a melhor visão sobre o problema na Prefeitura de Teresópolis. Ela **não tinha estabilidade** como profissional e em função disso, durou pouco tempo. Ela contribuiu bastante em fazer nascer o Plano Municipal de Redução de Risco que, por mais que seja discutível a sua metodologia de elaboração e seu resultado, já é um grande avanço pra tratar esse tipo de problema. A gente faz um retrato da situação, retrato em preto e branco com diversas deficiências sobre o problema no município, mas é um grande avanço. Isso lá se deve a um trabalho individual dessa profissional que viu a oportunidade de contribuir para o município. Pouco tempo depois do término desse trabalho, **essa profissional saiu** (...). Foi uma perda muito grande! Eu estou dando um exemplo de que **não tinha uma equipe técnica no município preparada pra lidar com esse tipo de problema, por mais que não fosse especializada**. O trabalho dela provavelmente não deve ter sido entregue pra ninguém, deve ter sido engavetado. (...) Além disso, o tema não foi levado a diante. Minha troca lá na época foi com essa engenheira, um outro engenheiro que também estava lá e com o coordenador da Defesa Civil, que faleceu logo depois. Não havia outros. Então, esse **despreparo na gestão do risco pela Prefeitura de Teresópolis**, eu acho um diferencial em relação aos outros municípios da Região Serrana. (...) Em Petrópolis, por exemplo, foi contratada em 1990 via concurso público, uma boa equipe de engenheiros geotécnicos e geólogos, uns 10 ao todo. Eram pessoas já com experiência em geotecnia, muitos com mestrado em geotecnia e também geólogos com mestrado em geologia de engenharia. A equipe era bastante satisfatória pra Petrópolis e a gente trabalhou muito com isso. A prefeitura ficou melhor preparada. (...) **Teresópolis não se preocupava quase nada com esse problema**. Acho que posso dizer que a prefeitura de Petrópolis tem mais conhecimento e acúmulo sobre o tema do que a de Teresópolis: eu falo tanto de uma **ocupação mais desordenada, como de uma prefeitura mais despreparada em Teresópolis**. (Entrevistado 33 – Geotecnia/UFRJ). **[grifo nosso]**

O conjunto da expressão institucional brasileira voltada para o gerenciamento dos desastres se apresenta como uma diversidade de formas referendadas no

aparato legal, que, no entanto, gera fazeres e intencionalidades, não só diversas como pouco consolidadas como ação protetiva. Essas variações, como já mencionado, e o fazer daí decorrente, têm contribuído para o comprometimento de sua legitimidade frente à opinião pública – experiência registrada no município de Teresópolis/RJ, marcado por processos fortemente conservadores e por uma crise política administrativa sensivelmente aguçada pelo desastre.²¹ Primeiramente, deve-se registrar que, quando falamos de defesa civil, estamos tratando de relações sociais estabelecidas historicamente, referidas, entre outros, a territórios e lógicas de produção e controle social sobre lugares e grupos, bem ou mal definidos. Porém, alterações de terminologias (como foi empreendido na legislação em 2012) não são suficientes para alterar a noção de ordem social. Os processos organizacionais e humanos que orientam o conhecimento normativo e técnico em Defesa Civil são difíceis de desaprender, afirma Valencio (2006). Cabe, pois, problematizar termos como “restabelecimento da normalidade do cenário” (idem, 2009), “proteção civil” e também o que é denominado “cenário vulnerável”.

Diante da vulnerabilidade socioeconômica estrutural, os eventos extremos relacionados às mudanças climáticas tenderão a transformar a frágil inserção espacial de determinados grupos em desterritorialização definitiva ao que cabe problematizar o termo

²¹ **“Prefeito de Teresópolis, Jorge Mario, é cassado por unanimidade pela Câmara.** Vereadores de Teresópolis aprovaram, na noite desta terça-feira, a cassação de Jorge Mario Sedlacek, prefeito afastado após denúncias de desvios de verbas destinadas à recuperação dos bairros afetados pelas enxurradas de janeiro. (...) Em agosto, eles já haviam decidido afastar o prefeito por 90 dias. (...) Jorge Mario — que era do PT, foi expulso do partido e hoje não tem legenda — é suspeito de envolvimento num suposto esquema de corrupção e pagamento de propina. (...) A investigação do MPF, sob sigilo de Justiça, apontou ainda irregularidades em licitações. Segundo denunciante, na semana das enxurradas — ocorridas em 12 de janeiro —, empresários e secretários se reuniram num gabinete da prefeitura, para dividir os contratos sem licitação e os recursos federais. O dinheiro, um total R\$ 100 milhões, foi enviado ao Estado do Rio pelo Ministério da Integração Nacional. (...) Diante das irregularidades, a Controladoria Geral da União (CGU) determinou o bloqueio da conta da prefeitura de Teresópolis. A CGU também passou a exigir o ressarcimento de R\$ 7 milhões transferidos para a cidade. Após o afastamento do prefeito, assumiu o vice-prefeito Roberto Pinto, que morreu de infarto apenas dois dias após a posse. Num momento político conturbado, a cidade empossou seu terceiro prefeito no período de menos de uma semana: Arlei, então presidente da Câmara de Vereadores. Em agosto, foram encontradas sete mil caixas de remédios — a maioria com validade vencida — num sótão na sede da Secretaria de Saúde da cidade. Na ocasião, o delegado Marcos Cipriano disse que os produtos, espalhados pelo chão e armazenados em caixas de papelão, seriam distribuídos às unidades de saúde do município. Denúncias de irregularidades e suspeitas de corrupção também atingiram Nova Friburgo, o município que mais sofreu, em área urbana, com o temporal, tendo recebido R\$ 10 milhões — a maior fatia das verbas federais enviadas às cidades da região. Até agora, o MPF na cidade já instaurou mais de dez inquéritos civis públicos e promete outros. Disponível em <http://extra.globo.com/noticias/rio/prefeito-de-teresopolis-jorge-mario-cassado-por-unanimidade-pela-camara-3057341.html>. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

normalidade do cenário na medida em que a normalidade designará um tecido de relações de classe já esgarçado e o termo cenário designará uma base biofísica inviável à ocupação. Ou seja, o cenário mostrar-se-á de difícil recuperação e as relações que o esteiam de difícil restabelecimento (p. 31).

No entanto, as primeiras evidenciações esboçadas nas narrativas feitas pelas autoridades (palavras, expressões ou frases que receberam destaque *em negrito* - recurso que usaremos no decorrer do conjunto das análises), denunciam a **condição de despreparo e precariedade do sistema de proteção no exercício de gerenciamento do desastre**. Evidencia-se a desqualificação dos quadros que constituem a defesa civil, realidade que integra grande parte dessa fração institucional brasileira e que neste estudo assim se apresenta: quadros constituídos de servidores de formação elementar ou predominantemente média, “coletados” de diversos setores do âmbito público, sem formação especializada, sem preparo na “gestão do risco”, com vínculos temporários de trabalho e orientados pela perspectiva valorativa da “boa vontade” e “dedicação completa”. **Esses elementos se confrontam com a noção de controle e ordem social que impregna tais instituições, racionalidades e retóricas decorrentes, gerando certa contradição entre as estratégias discursivas e a eficácia da intervenção.**

Haverá aqui um esforço de apresentação das narrativas que representam tais institucionalidades e racionalidades, focando sua constituição, sua concepção de desastre, de território - numa perspectiva de ordenamento do espaço geográfico - e ainda, a sua elaboração interpretativa acerca dos grupos sociais denominados afetados, ou “o outro no desastre”. A revelação do posicionamento e visão desses agentes na composição do referido campo objetiva permitir o entendimento dos possíveis embates e convergências que permeiam a relação interna aos mesmos, e suas interações com os afetados, conformando visões e práticas específicas. Isso justifica, pois, a busca por certa simetria na apresentação dos capítulos 2 e 3, permitindo uma aproximação e problematização das posições da diversidade dos agentes presentes.

2.1- Desastre: a vocalização das autoridades

Podemos tratar de tendências gerais originadas de peritos, técnicos e

gestores que fazem do fenômeno desastre, em se tratando do imaginário social, uma expressão aparentemente consensual, totalizante, única – sem que, no entanto, deixem de se evidenciar as particularidades e divergências dentro desses discursos.

O desastre em desenvolvimento na Região Serrana do Rio de Janeiro, se encontra fortemente amparado em argumentos de origem técnica. Nesse caso específico, os diagnósticos físicos do território estiveram concentrados na perspectiva da geologia, engenharia e geotecnia, tanto no que diz respeito à análise dos escorregamentos de terra e rolamento de rochas (Departamento de Recursos Minerais do Estado Rio de Janeiro - DRM/RJ), como sobre os cursos d'água (Instituto Estadual do Ambiente - INEA/RJ). Toda a publicização do ocorrido e de sua gestão se ancorou em documentos produzidos imediatamente após o “impacto” - o que foi convenicionado chamar pelo meio técnico de “o momento do desastre” - amplamente mencionado nas audiências públicas convocadas por representantes dos afetados, e podem auxiliar no entendimento do desastre a partir de sua perspectiva predominante, assim como daquilo que Valencio (2010c) chamará de “jogos com linguagem”. A definição que se segue foi apresentada pelo DRM-RJ, por ocasião da deflagração do desastre da Região Serrana, denominado por esse agente “Megadesastre da Serra” (ANEXO 3):

O que e quando ocorreu? Movimentos de massa generalizados nas encostas e ao longo dos canais de drenagem, deflagrados por **chuvas extremas** vindas do Norte, que se estenderam entre 18hs do dia 11 e 06hs do dia 12 de Janeiro, atingiram a região noroeste do município de Teresópolis, traçando uma faixa no sentido SW-NE, e causaram a **morte de mais de 350 pessoas. Por que ocorreu?** Uma região de **alta susceptibilidade a escorregamentos**, assim definida devido à combinação de um conjunto de **características - geológicas, morfológicas, hidrológicas de superfície e uso e ocupação do solo** – foi submetida a um **evento extremo de chuva. Como ocorreu?** Inúmeros **movimentos de massa com alta velocidade e alto poder destrutivo** estiveram associados a mecanismos de **ruptura e propagação específicos (...)**. A **Carta de Risco** Remanescente mostra, em função do **número e extensão das áreas** apontadas como de **'exclusão' ou de risco iminente**, que a **situação de Teresópolis é muito grave**. Se além delas forem consideradas, ainda, as áreas de alto risco apontadas em estudos anteriores, como o Meudon, Jardim Meudon, Rosário, Durvalino, etc, **fica claro que a situação do risco a escorregamentos em Teresópolis é muito, muito grave**. (Carta de Risco Remanescente, 2011). *[grifo nosso]*

O desastre assim se projeta através de expressões recorrentes e usuais como: desastre natural, tragédia, chuvas, emergência, defesa civil, soterramento, alagamento, socorro, vítimas, desabrigados, desalojados, mortos e desaparecidos, solidariedade, assistência, obras, mapas ou cartografias de risco, zoneamento de exclusão, aluguel social, remoção e reassentamento, governo, entre inúmeras outras. Tais expressões tendem a formatar sua versão oficial e institucionalizada que é geradora de práticas específicas.

Na mesma ocasião, o relatório produzido pelo Ministério do Meio Ambiente²² (MMA), em suas conclusões, enfatizou os elementos biofísicos que na sua concepção delimitam a “catástrofe”. Na citação seguinte, temos trecho do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – CPI/ALERJ-RJ²³, que além de pontuar elementos de mesma origem que os demais, acresce crítica à atuação do meio político na tentativa de problematizar o ocorrido na Região Serrana do Rio de Janeiro:

O desastre natural ocorrido na região serrana do Rio de Janeiro assume contorno catastrófico por conta da **conjugação de fatores sabidamente associados à geração de risco de acidentes naturais**. A **topografia, geologia, hidrografia e regime pluviométrico da região determinam a previsibilidade da ocorrência de acidentes naturais** na área, fenômenos diretamente associados com a evolução e moldagem da paisagem. Nessas condições, a suscetibilidade a escorregamentos associados à **instabilidade de encostas** é bastante evidente, e a ocupação destas encostas e áreas adjacentes torna os desastres naturais em eventos catastróficos devido à proporção de **vítimas e danos socioeconômicos de elevada monta** (p. 75). *[grifo nosso]*

A Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro e em particular os Municípios de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Bom Jardim e Areal, foram **vítimas do, possivelmente, maior desastre natural** ocorrido no nosso País. Intensas chuvas se abateram sobre a região da serra fluminense

²² http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/relatoriotragediarj_182.pdf

²³ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RELATÓRIO FINAL. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR AS CIRCUNSTÂNCIAS, OS FATOS, AS POSSÍVEIS OMISSÕES, NEGLIGÊNCIAS, IMPREVIDÊNCIAS E AVERIGUAR POSSÍVEIS RESPONSABILIDADES DE AGENTES POLÍTICOS, PÚBLICOS E DE TERCEIROS, EM FACE DO DESASTRE OCORRIDO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DECORRENTE DAS FORTES CHUVAS QUE CAUSARAM INUNDAÇÕES E DESLIZAMENTOS DE ENCOSTAS NO PERÍODO DE 11 E 12 DE JANEIRO DE 2011 (RESOLUÇÃO Nº 09/2011). Finalizado em 22 de agosto de 2011.

tendo causado transbordamento de rios, canais, o colapso do sistema de drenagem pluvial e deslizamento de encostas, tudo provocando a **destruição de inúmeros imóveis, pontes e outros equipamentos urbanos e, em consequência, mortes, desaparecimentos e ferimentos**, promovendo **desabrigo e desalojamento** de considerável parcela da população atingida. Até a presente data, agosto de 2011, só o **número de mortes oficialmente reconhecidas chega a 909 e com mais de 241 desaparecidos**. Diante das proporções do desastre, não há como admitir que todos os danos e prejuízos pudessem ser evitados. No entanto, ficou **evidenciada a inexistência, ou no mínimo, a imprevidência e ineficácia de planos de emergência e de sua correspondente estrutura logística que dispunham**, ou deveriam dispor os Governos do Estado e dos Municípios atingidos que, se bem formulados e operados, poderiam ter evitado, ou minorado a perda de vidas e de bens nas proporções alarmantes como aconteceram (p. 10). *[grifo nosso]*

O conjunto das narrativas registradas dá ênfase aos elementos biofísicos que fortalecem a noção de “desastre natural”. Apesar de haver formulações e interpretações que permitem pensar o fenômeno como resultante de um processo, tal como denuncia a ALERJ - isto é, não apenas a partir do “impacto”, mas também dos elementos estruturais que o antecedem e de suas decorrências –, os diagnósticos, relatórios, pareceres, planos e mesmo posicionamentos públicos diversos feitos em audiências, canais midiáticos e através de outros mecanismos, assumem a tendência geral de reafirmá-lo como evento basicamente natural, fundado nos movimentos da natureza e, portanto, apenas parcialmente controlável.

(...) aqueles complexos graníticos, guinais, que geram capas rasas de solo que já deixam a rocha exposta... com qualquer saturação muito plena já gera a ruptura dela. Temos também a questão dessas escarpas rochosas muito fraturadas em vales muito encaixados, estreitos que vai gerando vários escorregamentos planares e entulhando os fundos dos vales, carreando pra formação de uma corrida, por exemplo, com a aceleração de uma chuva. Fatores efetivos como a própria ocupação irregular do relevo ali, digo, o próprio mau uso do corte/aterro, uso e ocupação do solo, fatores antrópicos propriamente ditos. A gente geraria ali um parecer, uma conjectura de que tudo isso são fatores que deflagraram os movimentos ali na região. Tivemos diversos tipos de movimentos. Nosso diagnóstico diferenciou cada um: ruptura entre solo e rocha, ruptura na base do terreno, outras que eram corridas de massa que têm um poder destrutivo catastrófico, várias tipologias de movimento ocorreram ali nos sete municípios que cantaram estado de calamidade e emergência. Além de Petrópolis, Teresópolis e Friburgo, também São José, Areal, Bom Jardim, Sumidouro

decretaram estado de emergência. **O resumo da conjectura da região serrana foi esse: o fator deflagrador foi a chuva, a chuva atípica...** (Entrevistado 9 – Geologia – DRM/RJ). *[grifo nosso]*

Inúmeros movimentos de massa com alta velocidade e alto poder destrutivo (mas geometrias e materiais mobilizados diferentes) estiveram associados a mecanismos de ruptura e propagação específicos. Na região da divisa com Petrópolis – no Caleme e no Caminho do Camamu -, predominaram os deslizamentos do tipo “na Parroca” (Figura 1), com velocidade alta e grandes volumes de material mobilizado, e que ocorrem devido à rápida subida da poro-pressão no contato da capa de solo com a rocha sub-aflorante, junto à crista das escarpas rochosas sub-verticais; neste tipo de movimento, o material mobilizado na parte superior da encosta (inclusive lascas de alívio fraturadas e alteradas), promove instabilidades dos depósitos de tálus/colúvio presentes no pé da escarpa, seja em função do choque da massa despencada ou da sua força de arraste. Na região norte-noroeste – dos vales da Posse e Campo Grande -, predominaram as corridas de detritos (blocos, solo, lama e água) ao longo dos cursos d’água; estes movimentos de massa semelhantes a um líquido viscoso (Figura 2) serpentearam com velocidades médias a altas os canais de drenagem, incorporando, à medida que avançavam depósitos de sedimentos e blocos provenientes provavelmente de corridas pretéritas, dispostos nos taludes laterais dos canais. Estes deslocamentos de grandes volumes **tiveram alta capacidade de destruição e extenso raio de alcance**. Na zona urbana – Barra, Jardim Feo, Golfe, Jardim Salaco, Granja Florestal -, predominaram os deslizamentos do tipo Infinito (figura 3), com velocidade alta e pequenos a grandes volumes de material. Eles também ocorrem em função da rápida subida da poro-pressão no contato da capa de solo com a rocha sub-aflorante, mas principalmente pela evolução do run-off em taludes com forma plano-convexa, com inclinação entre 30° e 45° (Documento “Megadesastre da Serra”/DRM-RJ). *[grifo nosso]*

Há, pois, uma forte tendência de amarração do termo “desastre” em torno de elementos de origem física. **O desastre se define por: movimentos de massa, chuvas extremas, susceptibilidades a escorregamentos, alta velocidade, alto poder destrutivo, rupturas, áreas de exclusão, risco iminente, gravidade da situação, geração de risco e acidentes naturais; topografia, geologia, hidrografia, ocupação de encostas. “Maior desastre natural”, destruição, mortes oficiais, imprevidência e ineficácia de planos, chuva atípica.**

A recorrência dos desastres no contexto brasileiro já contribui, pois, para a familiaridade de certas narrativas, ainda que isso não signifique necessariamente a compreensão ou aceitação das mesmas, visto que se explicita um grande descompasso entre diagnósticos, propostas e as ações efetivas de redução do

sofrimento por eles potencializado. A força que os elementos biofísicos têm nas narrativas não impede que certos questionamentos acerca de sua incompletude, sejam gerados dentro do próprio meio técnico/perito por conta da ausência ou distorções da política.

Na pesquisa em pauta, a coordenação local de defesa civil problematiza a correlação que tal prática tem com a totalidade das ações demandadas pela cidade frente ao desastre, revelando, de alguma forma, a compreensão do papel transversal da defesa civil, sem o qual, supõe, o município permanecerá cada vez mais limitado frente a ocorrências de processos de ruptura social similares. O gestor de defesa civil denuncia que o saber perito nem sempre converge para os esclarecimentos que a gestão pública e os grupos sociais envolvidos demandam, gerando incertezas. Esta constatação se faz cada vez mais contundente quanto mais fortemente os territórios são destruídos, a exemplo do ocorrido na Região Serrana do RJ. A narrativa que se segue permite a observação de certa convergência da posição do gestor em defesa civil para aquilo que os moradores de territórios destruídos sentem frente à ausência de respostas, aquelas que são esperadas do meio científico e político.

Do dia 11 para 12, a gente recebeu uma informação do serviço meteorológico de que poderia ter chuvas fortes. Uma equipe nossa [*Defesa Civil*] saiu pra fazer um trabalho e ficou de moderado a forte. Quando deu umas 22:00 [horas], a informação que veio foi de que a chuva tava descendo o Vale do Paraíba, passando na divisa do RJ com MG e descendo em direção ao mar e que não pegaria a gente na serra. E assim, a gente ficou tranquilo.(...) **Não tinha dúvida de que numa hora ou outra fosse acontecer, mas eu não acreditava que fosse com esse volume gigantesco.** Porque até hoje a gente não conseguiu ter uma explicação meteorológica que dissesse: 'sim, era possível acontecer aquilo' e 'sim, vai acontecer com a mesma intensidade'. É provável? É provável, mas ninguém consegue falar pra gente o que aconteceu, por que aconteceu. (...) posso dizer que **o plano ou os planos, te dão o muito óbvio.** Uma pedra solta ali pode rolar, é óbvio. Ninguém, em nenhum momento, conseguiu sair um pouco do óbvio.(...) Você produzir um plano extremamente complexo sairia muito mais caro, mas **existem alternativas:** você priorizar determinadas áreas que possuem um histórico e ali fazer algo mais focado. Não tem uma resposta final: 'ah foi um dia que a pressão atmosférica teve uma baixa, etc, etc... nuvens que associaram àquelas que vieram da Amazônia e ficaram presas sobre as montanhas de Teresópolis.... etc'. Enfim, houve alterações, etc, mas tem que ter um motivo. **O que foi que houve?** O vento tava mais fraco? A temperatura tava alta, baixa? Tem que ter uma

conjunção de fatores pra eu poder analisar, estudar, pra quando esses fatores se cruzarem de novo, eu poder fugir daqui [risos]. **Tem que avisar à população**, tem que sair, não tem jeito. Quem é que a gente vai avisar que tá em área de risco em Teresópolis? Depois do que eu vi no Campo Grande, Vieira, Santa Rita... Onde eu moro é área de risco... qualquer lugar é área de risco em Teresópolis hoje em dia. Eu atribuo todo esse problema de Teresópolis à inexistência de uma política pública de habitação com foco em segurança. Defesa Civil tá aí pra tentar colocar *metiolate* na ferida, mas nem sempre cura. Nós estamos aí colocando as Defesas Cíveis estadual e municipal em parceria pra instalação das sirenes. Legal, mas isso aí é o que eu tomo pra minha tendinite aqui no ombro, *dorflex*: melhora num dia e no outro, começa a doer de novo. Não vai resolver. **E aí? Qual é a solução? É tirar e colocar em área segura. Agora, quais são as áreas seguras de Teresópolis?** Campo Grande: não tem barreira que caiu em Campo Grande. Veio uma avalanche e arrastou tudo. **Por que é que as pessoas estão ali? Porque não têm habitação, porque não há uma política pública de habitação.** (Entrevistado 19 – Defesa Civil/PMT). **[grifo nosso]**

Ainda que conhecedor e integrante do referido sistema, o entrevistado permite um exercício que representa um apelo pela revisão do fazer público da defesa civil, reconhecendo a inabilidade frente aos desafios que cada vez mais a integram, e esta experiência se molda também a partir do reconhecimento dos impedimentos da ordem política que perpassam produções e decisões. O entrevistado continua:

Esse é o pior cenário que eu vi e continuo vendo. Mudou? Não mudou. A conjuntura é a mesma, **o sistema político no Brasil é o mesmo**. Isso está nas três esferas. A obrigatoriedade de se desviar dinheiro daqui pra ali pra poder bancar uma campanha eleitoral ali, pra enriquecer. Mas isso tem um fundo lá atrás na gente que vota ainda no dinheiro lá, a compra de votos. **Quem toma a decisão nunca está preocupado com o que é prioridade pra nós, mas pra ele**. Essa é uma reflexão que eu busco levar sempre. Na área de meio ambiente é a mesma coisa: **as decisões não são técnicas**, que a gente tenha conhecimento. São decisões pra atender a **interesses personalizados**. Eu cansei de ver decisões sendo tomadas no gabinete do prefeito porque a pessoa que pediu podia ser cabo eleitoral lá na frente, um amigo e **contra a coletividade**. Daí, acontece o que aconteceu que não é privilégio daqui. A gente está falando do histórico de Teresópolis dos últimos 50 anos, pelo menos. Mais fortemente nos últimos 20 anos se deram as ocupações dessas encostas todas. E a gente sempre alertando, alertando. Há diversos processos no Ministério Público, na Justiça. E o cara que fez isso ao longo desses anos todos vem candidato a prefeito agora pra ganhar²⁴ (Entrevistado 19 – Defesa Civil/PMT). **[grifo nosso]**

²⁴ Tal suposição se confirmou nas eleições municipais de 2012, porém, com o impedimento de posse frente à constatação de “ficha suja”.

A cidade, naquele momento, já estava extremamente problemática com relação à sua administração pública. Já estávamos num processo da população questionar um pouco o que estava sendo feito. E daí, surge a calamidade, num governo onde **muitas coisas já estavam desarticuladas**. Esse governo pega um problemão e se desarticula ainda mais. (...) Tinha **muita equipe técnica nos lugares todos, mas muito poucas do poder público**. (...) Na verdade, você precisa da condução do executivo. (...) Acho também que a questão da ausência pública é muito mais no sentido de não se fazer nada pra preservar as áreas que poderiam vir a ser áreas de risco (Entrevistado 1 – Serviço Social – MP/RJ). **[grifo nosso]**

Resgatamos indagações importantes feitas nas narrativas que permitem uma aproximação com as **limitações do âmbito político e as interfaces com a técnica e a operatividade do sistema, além da ausência da política pública: o que houve? Qual é a solução? O que é seguro? As prioridades são para quem? “Interesses personalizados contra a coletividade”**. Tais reflexões convergem para reforçar o “ambiente frágil” que constitui a defesa civil e a própria configuração de “sistema”. Permitem pensar em que condições os diferentes atores acionam a crítica, ou seja, quais são as condições de politização desses atores, inclusive aqueles vinculados ao Estado, nos remetendo à noção de insegurança pública.

Aos poucos as narrativas permitem a construção de uma noção de desastre que é produto não só do mau desempenho das políticas sociais mais básicas, mas também de omissões e abusos na administração, gerando crises de natureza política, ou mesmo de legitimidade das instituições – ainda que a “magnitude do ocorrido” predomine como a chave de tais interpretações. Em muitos aspectos essas forças foram desafiadas para além do seu padrão interventivo habitual. O desastre desencadeado em 12 de janeiro de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro teve essa forte característica de “colocar em xeque” a capacidade organizativa das representações do Estado: as forças operativas de socorro só conseguiram se mobilizar e gerar atendimento 02 (dois), 03 (três) dias após o “impacto” das chuvas sobre o lugar e, 02 (dois) anos depois, o conjunto das instituições se revela limitado no desencadeamento das ações mais fundamentais: obras básicas de refazimento dos “territórios destruídos” (fixos e fluxos), incluindo acesso à moradia.

Neste caso, a comunidade local foi a primeira a atuar frente aos desafios que os escorregamentos de terra, enxurradas de lama e avalanches trouxeram. Esta

atuação marcante, no entanto, não se dá como parte integrante dos treinamentos e capacitações produzidos pelos setores do Estado, ao entendê-la como integrante do sistema, como se poderia inferir, mas nasce fundamentalmente de ações espontâneas e solidárias originadas das redes formadas na luta pela sobrevivência que os ameaçados pelos desastres, historicamente inseridos em processos de vulnerabilização, produzem cotidianamente. Isso poderia compor a retórica oficial de uma condição desejável de autonomia das comunidades, mas não se trata de preparação para o enfrentamento da ameaça, mas de ações que se originam, sobretudo, de uma luta frente à forma de atuação específica do ente público e de sua institucionalidade no que diz respeito à geração de proteção.

As narrativas conduzem à evidenciação de disputas entre as forças atuantes no socorro e também ao distanciamento existente entre os diferentes órgãos constituintes do chamado Sistema de Proteção e Defesa Civil como um todo. Foram registradas tensões entre aqueles considerados institucionalmente como responsáveis pelo gerenciamento dos desastres, ao prever a atuação através das etapas de prevenção, socorro, assistência e reconstrução. A defesa civil expressa uma consolidada cultura político-institucional representante do meio civil, mas fortemente influenciada pela hierarquização militar, o que enseja práticas assimétricas às relações em bases democráticas. Portanto, é possível esperar que a concepção de desastre faça correspondência a um modelo predominante que o fomenta e representa. Tais dificuldades, que têm por base relações de poder e bases organizativas, de maneira geral, precárias, não se restringem à relação sistema/afetados, mas está também refletida nas próprias relações internas às forças do próprio sistema.

O trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Social acontece em articulação com a Defesa Civil, sempre. Aqui, **a gente não tem uma secretaria específica de habitação. Nosso setor se tornou porque a gente colocou o nome de “Setor de Habitação”**. Eu coordeno o setor porque desde 2009 é a gente que vem solicitando recursos para construção de casas, aí eu faço esses projetos. (...) A gente tem um **número reduzido de técnicos aqui dentro**. Mas agora, **o processo de acompanhamento dessas famílias, a gente não tá conseguindo fazer e isso entristece muito**. Ainda mais pela experiência, pelo trabalho que a gente já vinha fazendo com o Plano Municipal Emergencial. O município também está pagando o que a gente chama de auxílio moradia, que tem esse decreto novo bem parecido com o anterior. Mas a gente não consegue monitorar, a gente não está conseguindo fazer **nenhum acompanhamento do**

aluguel social do município; o do Estado a gente também pretendia fazer, mas é impossível pelo número, né? E essas situações com as **ordens judiciais enlouquecidas** da forma como foi. Veio uma ordem judicial e eu vejo o processo e reconheço que, por exemplo, aquela família não está no perfil, mas não nos cabe aqui enquanto habitação questionar, então, a gente passa pra procuradoria pra posteriormente contestar, mas num primeiro momento essa família tem que estar, nem que seja no primeiro mês, nem que a gente consiga tirar no outro, então, isso dificulta o trabalho de acompanhamento né? (...) Houve muitos erros, tanto da equipe do Estado como nossos. (...) Não houve uma avaliação das famílias na hora da concessão do aluguel. (...) O período de permanência no abrigo é que teria que ter um estudo mais aprofundado e saber direitinho das famílias. **A gente tá vendo muitas falhas no aluguel social do Estado.** Quem coordena isso lá é a Secretaria de Estado de Assistência, juntamente com a Casa Civil. Porque **o Estado é muito fragmentado nesse sentido: tem a EMOP que terceirizou o trabalho com a MPU, que é uma empresa.** (...) Na verdade, tem uma situação que ainda não está muito bem determinada que é: **quem faz o quê? A gente está sentindo os baques disso.** (...) A gente está encontrando dificuldades na questão de não haver um representante do Estado aqui (Entrevistado 11 – Secretaria de Desenvolvimento Social/PMT). **[grifo nosso]**

As ações de socorro estão fortemente atreladas às forças militares. O cenário configurado na Região Serrana se mostrou mesclado por enorme gama desses agentes, incluindo Corpo de Bombeiros Militares de diferentes Estados, Exército, Aeronáutica, Marinha, Força Nacional, Polícia Militar e Civil, Defesa Civil Municipal de Teresópolis e Estadual do Rio de Janeiro, assim como de outros municípios e Estados brasileiros.

(...) o DRM se aproximou, hoje em dia eles têm aqui um grupo que atua em Teresópolis, antes da catástrofe não existia, então, foi algo diferente. A Polícia Civil era muito distante do Corpo de Bombeiros. Então, foi excelente parceira, eles trabalham à noite, o helicóptero deles pode funcionar à noite, o nosso não funciona. A gente viu também algumas **organizações não governamentais** que atuaram muito, uma delas foi a dos trilheiros, esses caras de moto. Eles chegam a qualquer lugar, então, a gente os cadastrou (...). A Cruz Vermelha **foi excelente parceira na parte de assistencialismo**, de levar comida nos locais mais distantes. A gente conhecia a atuação da Cruz Vermelha lá fora, através da televisão, aqui dentro a gente desconhecia. Eles são muito rápidos, têm uma organização muito boa, acúmulo de experiência (...). A gente recebia roupas, donativos de todo lugar do Brasil, do exterior e o Corpo de Bombeiros não sabia mais onde botar. A Cruz Vermelha separa em sacos familiares: tinha roupa ali pra toda a família. A gente jogava de helicóptero **o que as pessoas ficavam pedindo, as pessoas desesperadas faziam assim: ‘tô com fome!’.** Então, a gente jogava um saco de

comida familiar nos lugares que não podiam ser acessados. A Cruz Vermelha foi grande parceira! (Entrevistado 12 – Subsecretaria do Meio Ambiente/PMT) **[grifo nosso]**

O que veio de **voluntário** pra cá! A proporção da notícia lá fora, ainda que verdadeira, era muito pior do que pra gente aqui. Você via gente de todo lugar: São Paulo, Rio Grande do Sul e instituições como Médicos sem Fronteiras, Aldeias SOS, instituições de renome. **Fazer o quê? Ninguém sabia! E aí, num governo onde muitas coisas já estavam desarticuladas, esse governo pega um problemão e se desarticula mais ainda.** As pessoas começaram a bater cabeça com um tanto de iniciativas isoladas, separadas. Nos primeiros dois dias, nem se sabia quem era quem naquele Pedrão *[abrigo]*. (...) Até essa coisa da informação foi muito complicada. Não se tinha acesso a ela e nem elas eram centralizadas (...). **Todo mundo queria ajudar, mas não sabia como e não tinha ninguém pra dizer, pra dar um caminho.** (...) Na verdade, **você precisa da condução do executivo, né?** Então, enquanto **o governo tava batendo cabeça, a sociedade civil ia fazendo. ‘A gente não via, a nível do poder público, uma organização estratégica: o que fazer, em que prazo.** (...) Outra coisa que impressionou muito: a coisa era tão descentralizada! **Eram 300 pessoas fazendo a mesma coisa:** o Ministério Público, a Justiça, o Desenvolvimento Social, todo mundo queria acesso às informações **e as pessoas estavam de saco cheio por causa da exposição de suas vidas** (Entrevistado 1 – Serviço Social – MP/RJ). **[grifo nosso]**

No segundo dia, a gente já conseguiu se organizar. Quando é situação de emergência, vem o órgão do Estado, que é a Defesa Civil Estadual, que é o próprio Corpo de Bombeiros. A gente, neste caso, não pede apoio. Mas quando é estado de calamidade, como foi aqui, então, o Exército é chamado. O Exército se instalou aqui a partir do terceiro dia. Mas não foi um trabalho fácil com relação ao Corpo de Bombeiros, foi meio turbulento. Problemas de rivalidade: o Exército queria pegar o socorro pra ele. Mas já é tradicional, já é tradição a população ligar pro 193 que é o telefone dos Bombeiros, já reconhecendo em nós a figura do socorrista, e não na figura do Exército. O Exército é mais assistencialista, não o trabalho emergencial. Houve uma tentativa de querer colocar o ‘193’ lá no Comary *[local onde o Exército estava]* e a gente não deixou. Fomos ameaçados de prisão. Isso tudo no meio do caos, um caos instalado no município. Não foi uma experiência muito boa com o Exército, de início (Entrevistado 12 – Subsecretaria do Meio Ambiente/PMT). **[grifo nosso]**

Essa talvez tenha sido uma das funções mais difíceis: articular o comando. Porque você tem um comando técnico e um comando político. O prefeito não abria mão de fazer política com tudo o que estava acontecendo. O Exército não abria mão de ser o comando das operações. O Bombeiro, por sua vez, tem a *expertise* de lidar com isso em todos os lugares do Brasil e queria também essa voz de comando um pouco maior. A Aeronáutica queria controlar os helicópteros de todo mundo e, a polícia não queria se subordinar ao

comando da Aeronáutica. (...) Se eu estou pedindo o apoio de alguém e esse alguém tem verdadeiramente experiência, o comando tem que ser desse alguém naquele momento. **A experiência tem que ser discutida na hora, nem que seja democraticamente votado e escolhido.** Não basta dizer apenas que sou de tal órgão e que tem que respeitar apenas por isso, isso não basta. Isso gerou aqui a seguinte situação: uma ordem era dada e na prática, não era respeitada. Então, pela minha experiência de vida e de trabalho, a melhor maneira que você tem pra ser identificado como líder, é pela experiência que você tem e pelo respeito aos outros. **Respeito ao trabalho de cada um e não pela imposição.** (Entrevistado 19 – Defesa Civil/PMT). [grifo nosso]

No momento da tragédia houve uma grande **falha na coordenação mesmo**, o que está nos dando trabalho até hoje. Eles saíram fazendo **cadastro**: nós tínhamos 10 mil coletas de dados aqui, entendendo que cada uma representava uma família. (...) Quando o governo do Estado esteve aqui falando das 2.500 famílias que ele atenderia, saiu da mesma forma fazendo **coleta de dados**. Ainda existe muita coisa indeterminada, sobre **‘quem faz o quê’** e nós estamos sentindo esse baque. **Há conflitos de informação.** (...) **a coisa tá tão desencontrada** que muita gente tá recebendo o aluguel sem nem sequer ter o termo; há outros que têm o termo e não recebem o aluguel. Eu acho o seguinte: **por que isso aconteceu?** Porque aquelas pessoas que mais sofreram, que ficaram em piores condições, ou aquelas que foram verdadeiras, elas estavam de fora, não foram vistas. **A coisa se perdeu naquele momento.** Porque respeitar aquelas dez mil coletas que foram feitas no Pedrão e por aí afora é impossível. Quando eu assumi todo o aluguel em abril, a gente começou a arrumar isso aqui, a primeira coisa que eu fiz foi arrumar o cadastro do município pra que a gente tivesse um cadastro oficial. (...) **Fechar isso está complicado porque há erros da Defesa Civil e há a questão do INEA.** Em Campo Grande, está acontecendo uma coisa: tem um miolinho lá que a Defesa Civil interditou, depois ela própria desinterditou por informações contraditórias. E as pessoas voltaram para as suas casas e hoje o DRM/RJ vai interditar novamente. (Entrevistado 11 – Secretaria de Desenvolvimento Social/PMT). [grifo nosso]

Elemento fundamental para uma síntese de tais narrativas, diz respeito à **desarticulação do ente público e fracasso do Estado.** Revela-se um **misto de tentativa de controle e imposição de uma ordem específica e o descompromisso** ou a **posição de um Estado que menos exclui, e mais inclui ratificando a desigualdade** (RIZEK, 2002). Então, o desastre se revela como um retrato do Estado, do fracasso de sua relação com o “outro” que é a sua razão de ser e que tem sua vulnerabilidade aguçada pelo desastre. A dita “ingerência” apontada no estudo em questão inclui a estratégia discursiva de exaltação de outras “formas” e

“forças” que, até certo grau, eximem o ente público do cumprimento de seu papel. Ou seja, é realizado o envolvimento da sociedade civil através da atuação das ONG’s, do voluntariado e da ação dos próprios afetados. **A mesma noção de ordem que é impermeável à participação de outros agentes e suas visões (a não ser numa condição de submissão às suas regras), se justifica na atuação dos mesmos quando de sua “desordem”.** E esta desorganização se expressa claramente na execução das tarefas mais emblemáticas presentes no aparato institucional, ou seja: coordenação de ações e benefícios, definição de critérios, realização de cadastros, coleta de dados, informações. As narrativas dos técnicos trazem: “a coisa se perdeu”; “quem faz o quê?”; “falha na coordenação”, “falta de estabelecimento de critérios”, “coisas desencontradas” que se estendem para além do momento de deflagração do desastre (ANEXO 4). Todas essas características convergem para uma transposição dos afetados de uma condição de “sujeitos de direitos” para integrantes de uma **lógica burocrática e formal de “coisificação do outro”**, marcada também pelas incertezas, imprecisões e ausência de garantias de proteção social.

Para a Sociologia, não só o desastre, mas também o fazer técnico que sobre ele busca interferir é parte integrante da dinâmica social contraditória, o que colabora para que seja entendido a partir de suas limitações e inserção no jogo político. As narrativas permitem, pois, elucidar as concepções do meio perito, técnico e da gestão acerca de suas próprias práticas que, apesar de vigorarem como “verdades próximas do inquestionável” para a maioria de seus agentes e constituírem parte do imaginário social sobre a proteção social, experimentam sérias limitações, que aparecem transversalmente nos seus discursos, principalmente quando da associação do desastre ao aspecto restritivo da emergência e à imediata geração de cartografias de risco e zoneamentos de exclusão, que resultam na remoção compulsória de grupos sociais sem novas garantias de moradia. Remoções que se configuram, pois, como extensão da desproteção.

As principais análises técnicas geradas no dito “pós-impacto” são feitas a fim de orientar o sistema de defesa civil na prestação de socorro e de assistência. No entanto, seguem interferindo unilateralmente na programação das demais intervenções, como execução de obras de reconstrução, revelando suas elaborações internas acerca dos desastres, incluindo o território e os sujeitos a eles vinculados.

Então, nossa primeira ação, além de montar essa base emergencial e orientação de Defesa Civil, foi **fazer tomadas de sobrevoo** de helicóptero pra ter uma noção do alcance do processo e de quais elementos estavam sob risco. Então, a gente fez várias tomadas, desde as primeiras semanas. E era uma dificuldade também porque, como todos os técnicos e profissionais de Defesa Civil estavam com o olhar voltado pra atender a emergência no ato, a gente pra fazer a identificação e organização dessas fotografias, contou com recursos de vários *softwares* que nos auxiliaram. E nessas fotografias de helicópteros, a gente conseguia **fazer uma delimitação e um texto bem curto e bem sucinto sobre o que era esse processo**. A delimitação que eu digo é um perímetro em que as **casas**, nosso elemento foco, **pessoas**, poderiam estar numa **área de interdição imediata e evacuação imediata**. Ou deixávamos perímetros em amarelo que era pro geólogo ir ao campo e, de fato, retificar ou ratificar aquilo. Fora isso, a gente gerou laudos expedidos de situações mais pontuais ou situações de algum setor que realmente era algo que a Defesa Civil considerava, no momento, a necessidade de um parecer mais embasado (Entrevistado 9 – Geologia – DRM/RJ)²⁵. **[grifo nosso]**

Usando das referências objetivistas nas quais se pauta o próprio sistema de proteção e defesa civil, a CPI/ALERJ e os levantamentos realizados por Rosa (2006) apontam as deficiências de sua atuação: investimentos insignificantes em Defesa Civil; insuficiência dos equipamentos instalados relativos à previsão de fenômenos climáticos, ou seja, inexistência de uma rede de dispositivos tecnológicos de detecção meteorológica adequada e devidamente vinculada a um sistema de alerta; ausência de planos de prevenção, de contingência e de operação prévia e cuidadosamente elaborados, assim como de um Plano de Prevenção de Catástrofes; inexistência de política habitacional e fundiária; problemas referentes à concessão do aluguel social; morosidade na recomposição da infraestrutura e meio ambiente. As insuficiências estão também relacionadas à “produção dos mapas de risco”, prática muito incentivada nas deliberações feitas em contextos de “ameaça” e “risco”, mas que denunciam limitações e intencionalidades claras. Qual seja, dentro de seus próprios preceitos práticos e de organização, fica claro o despreparo das forças envolvidas na tarefa oficial do gerenciamento, movido pela lógica do “inusitado” que envolve o ocorrido na Região Serrana.

²⁵ Trata-se do documento denominado “MEGADESASTRE DA SERRA – JAN. 2011 - PRODUÇÃO DO SERVIÇO GEOLÓGICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DE PESQUISADORES DA PUC-RIO, UFRJ E UERJ”

(...) **Para aquela época [quando foi realizado o mapeamento de risco de Teresópolis], as áreas mais críticas eram outras.** Então, dentro dessa perspectiva, **não houve um erro.** É aí que entra logística, custo: não existe dinheiro pra fazer um mapeamento de grandes detalhamentos, tamanho, qualidade e refino, não tem. Ninguém vai dispor e dizer que você pode fazer o melhor mapeamento possível do município inteiro. Aí, **é assim: você tem X pra usar, quais são as piores áreas no momento?** Então, naquela época [por ocasião da confecção do mapeamento de risco de Teresópolis], era onde tinha ocorrência. E as outras? 'Não, porque temos pouco dinheiro'. **E em janeiro, aconteceu [a afetação] justamente onde não se esperava, onde não estava mapeado. Não estava no mapa e não era considerado de risco. Agora tá todo mundo focado no Caleme, Campo Grande, Posse, Vieira...** O ano hidrológico começa agora e nada impede que qualquer coisa aconteça em locais que não sejam esses bairros e nem as áreas mapeadas anteriormente. Mas **quem tem dinheiro, tempo, pessoal, capacitação pra mapear um município inteiro com detalhes? Ninguém. Infelizmente. Seria o ideal** (Entrevistado 10 – Geologia – DRM/RJ). **[grifo nosso]**

(...) **acho que pelo Brasil ter uma estrutura tão tranqüila assim, não ter vulcão, não ter terremoto, não ter maremoto, a gente nunca acredita nesse impacto numa região tão grande.** A gente acreditava num impacto local, assim, cair uma barreira e atingir Rosário, por exemplo, que é uma região bem adensada e a gente tinha a preocupação dessa região de maior adensamento de cair uma pedra e atingir 200, 300 casas. Então, essa era nossa preocupação. Não se preocupava com essas regiões menos adensadas e ali tem mata nativa, tem faixa marginal de proteção ainda. Aqui não tem mais nada disso. O rio aqui todo ele é cheio de casas em volta, não tem mais faixa marginal, é toda ela ocupada. Então, **a gente não tá preocupado com esse planejamento macro mas com o planejamento pontual, de uma comunidade, no máximo!** 'Como vai fazer a evacuação de um hospital', por exemplo, era o máximo que a gente pensava; um hospital pegando fogo, como que a gente evacuariá um hospital? E a defesa civil por ser muito remanescente do Corpo de Bombeiros, ela pensa da mesma forma no seu município. 'E se o rio subir? Vai afetar a comunidade tal', mas nunca se pensou todo o município afetado. 'Pra onde você vai levar essas pessoas? Pro hospital. Se não tiver como levar pro hospital? Qual seria outro hospital que você montaria? Onde ficaria o hospital de campanha? Será que esse hospital se fosse montado nesse local, seria seguro? Assim, também estaria esse local debaixo d'água ou não? Qual é o lugar seguro que ainda restaria pra você montar um hospital de campanha pra levar essas pessoas? Pra um abrigo? Qual o abrigo estaria disponível em sua cidade?' Então, isso aí a gente não pensa, porque se aqui no Rosário for afetado, a gente pensa o abrigo no Pedrão [ginásio], mas o Pedrão fica do lado do rio e se o rio subisse muito aqui? (Entrevistado 12 – Subsecretaria de Meio Ambiente - PMT). **[grifo nosso]**

O comportamento institucional identificado na história do município, assim como as proposições mais vigorosas originadas do evento, se apresentam como formas de poder diretamente associadas ao desastre: a retórica técnica permite revelar posicionamentos específicos e impositivos como aspectos constituintes de um mesmo processo - sendo que o uso da linguagem técnica hermética reforça a inacessibilidade ao entendimento/conhecimento, contribuindo para dificultar a participação e a submetendo-os às “technicalidades” (VALENCIO, 2010c).

(...).Teresópolis nunca foi planejada. As informações que eu tive recentemente é que algumas universidades, inclusive a UFRJ, tinham entregue há mais de 10 anos atrás um estudo (...) mostrando a problemática da cidade e que ele foi rejeitado pelos órgãos públicos, informações essas dadas pelo Ministério Público (...). **Não falta conhecimento entre nós, falta vontade (...)** (Entrevistado 16 – Secretaria Desenvolvimento Social/PMT). **[grifo nosso]**

Eu vou apresentar algumas ações que o INEA já fez, está fazendo ou vai fazer na região serrana e principalmente em Teresópolis. São três etapas: ações emergenciais, ações de curto prazo e ações de médio e longo prazo, que serão as obras, as intervenções que faremos nos rios de Teresópolis, Petrópolis e Friburgo (...). Aquisição de **dois radares meteorológicos** que vão começar a funcionar no próximo verão (...). Vou falar sobre o que já foi feito com as pontes. Foi feita a identificação e vistoria do direcionamento de 54 pontes e a gente fez o **cálculo dessas sessões hidráulicas** para esses principais **cursos hídricos** que foram o Paquequer, Príncipe, Imbuí, Vieira, Formiga e Santa Rita. O nosso projeto contempla algumas intervenções estruturais que é o **direcionamento de sessão hidráulica dos rios**, dragagem, contenção e/ou **recomposição de taludes**, **substituição que é o cálculo das sessões** hidráulicas das pontes que foram danificadas. Além disso, serão feitas três barragens de contenção de cheia no Rio Príncipe. As **intervenções não estruturais** serão o **zoneamento de áreas de risco**, onde a gente fez um **mapeamento de áreas de inundação** de cinco rios aqui de Teresópolis. Serão feitos **dois parques fluviais** e a revegetação/reflorestamento de várias áreas nesses rios e o reassentamento das famílias. O risco de **deslizamento e transporte de massa** é responsabilidade do DRM e da EMOP; o risco de desabamento, o responsável é a Defesa Civil Municipal e/ou Estadual; o risco de inundação é responsabilidade do INEA; o cadastro e reassentamento das habitações é de responsabilidade da EGP/Rio, que é o escritório de gerenciamento de projetos da Casa Civil Estadual e da SEOBRAS. Os critérios utilizados pro zoneamento foram: **risco iminente de inundação, alto risco de inundação e risco moderado**. (...) Foi feita uma **modelagem hidráulica da chuva da região de Teresópolis, uma chuva histórica de uma estação existente. Foram modeladas as vazões pra um tempo de recorrência de 10 anos**. Não é que essa chuva possa acontecer daqui a 10 anos: **ela pode acontecer de 1 sobre**

10 (...) e foi feita essa modelagem, essa simulação e essa mancha de inundação pra área urbana teve um limite desse tempo de recorrência de 10 anos , mais de 15 metros e da área rural, mais 30 metros que o limite. (Engenharia – INEA/RJ – Audiência Pública 1)²⁶ [grifo nosso]

Esses mesmos técnicos e gestores, tanto representam uma hierarquização quase ininteligível, como se tornam porta-vozes das denúncias sobre o nível de burocratização ao qual tais processos estão submetidos, impedindo a prontidão e fluidez de suas propostas e o refazimento adequado das condições básicas de vida dos severamente afetados²⁷. No entanto, essas não são condições casuais, uma vez que integram a estratégia moderna de desvinculação social de certos grupos, aqueles dispensáveis na composição da ordem social vigente. Como assinala Arendt (2010a; 2010b), trata-se da banalização das práticas de violência na totalidade do corpo político, propiciada pela burocratização da vida pública²⁸ para aniquilar a condição humana.²⁹ Soma-se a isso a ênfase oficial na magnitude do ocorrido que se transforma numa forte justificativa para a “inoperância” do sistema. As autoridades narram e explicitam embates que estão entre diferentes níveis do poder executivo, entre executivo e legislativo, entre executivo e empreendedores privados revelando o veio transversal das amarras políticas que perpassam a forma institucionalizada de enfrentamento da questão. Em verdade, ao contrário do que se pode supor, trata-se não da ausência do Estado, uma vez que ele se faz fortemente presente. Ou seja, há muito Estado, cabendo refletir sobre a natureza dessa presença e a ordem social específica que alimenta.

Com frequência, o corpo técnico responsável pela recuperação da região afetada, expressa a pressão à qual se entende submetido e as limitações burocráticas no tratamento das demandas colocadas, promovendo aquilo que Matos (in Valencio, 2012) denomina “culto dos meios e esquecimento dos fins”. A esfera

²⁶ Importante destacar que a apresentação da referida proposta de obra foi feita pelo INEA em audiência pública com o objetivo de informar sobre ações que estavam sendo elaboradas por diferentes setores e secretarias para as áreas afetadas. Estavam presentes centenas de afetados de diversas localidades de Teresópolis, além de autoridades do legislativo e executivo estadual e municipal.

²⁷ Sobre morosidade que envolve a situação de famílias desabrigadas em Alagoas e Pernambuco ver: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/17/dois-anos-apos-enchentes-al-e-pe-entregam-so-7-das-casas-e-tem-reconstrucao-longo-do-fim.htm>. Acesso em 17 de junho de 2012.

²⁸ <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/17/dois-anos-apos-enchentes-al-e-pe-entregam-so-7-das-casas-e-tem-reconstrucao-longo-do-fim.htm>. Acesso em 14 de agosto de 2012.

²⁹ Ver: <http://extra.globo.com/noticias/rio/tragedia-regiao-serrana-2011/tragedia-na-regiao-serrana-moradores-clamam-por-ajuda-5689769.html>. Acesso em 12 de agosto de 2012.

pública, em realidade, se mostra fragilizada e aparentemente incapaz de cumprir com o seu papel.

Não sei se vou agradar com todas as notícias que vou trazer, mas acho que tenho o dever, pelo respeito e carinho demonstrado, e esse sofrimento que vocês vêm acumulando desde a tragédia. (...) **o momento pra mim é sério, grave, solene e exige esse nível de respeito pelo tom com que vocês nos receberam aqui**. Alguns já viram nas outras audiências que tivemos aqui no início desse processo de chamamento público, que é o nome que se dá, pra construção das casas aqui em Teresópolis. (...) Esse é o programa de assentamento de desabrigados da Região Serrana que envolve os municípios atingidos e cada um de uma forma, cada um num tempo. Infelizmente nem todos os chamamentos que nós realizamos apareceram empresas interessadas. Às vezes, **é construção só de casas e as empresas não encontram resultado econômico na operação, enfim, acham o preço não suficiente**, ou o terreno ingrato, enfim... De qualquer modo, nós estamos insistindo pra resolver. (Representante da Subsecretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro – Audiência Pública 2) **[grifo nosso]**

(...) **é importante falar isso porque, às vezes, a informação não chega correta! O governo federal mandou 100 milhões de reais: 70 milhões para o Estado e 30 milhões que foram divididos pelos sete municípios. No Estado, 70 milhões: 21 milhões estão sendo usados no aluguel social e 49 milhões foram usados desde janeiro pra fazer toda limpeza, recuperação, salvamento nos sete municípios. Após isso, o governo federal disponibilizou mais 80 milhões pra recuperação de pontes e 147 milhões do governo do Estado pra obra nas encostas. (...) o governo federal e o Ministério da Integração Nacional não admitem que se coloque um recurso desse e que a obra seja feita em não conformidade com a legislação ambiental, então, tudo isso demanda tempo. É difícil explicar isso pra vocês porque infelizmente no nosso país é assim a burocracia.** (...) Então, é isso deputado, o senhor que é um deputado, tá na casa das leis, esse problema tem que ser enfrentado, **a legislação do Brasil é uma legislação pra enchente, pequenos acidentes, nós não temos uma legislação pra catástrofe**; a toda hora nós estamos debatendo esse recurso, esse último recurso agora que está sendo liberado, nós estamos há três meses discutindo com o governo federal a forma de contratação (Representante da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro - Audiência Pública 1). **[grifo nosso]**

Nós temos ordem do governador pra não sair das intervenções enquanto os recursos federais não voltarem, não chegarem. Esses recursos só podem ser contemplados quando você apresenta um projeto, você não pode chegar em Brasília e dizer: 'olha, eu quero um recurso pro município tal'. Não adianta, ele não chega, **precisa de um projeto** e lá atrás, logo depois dos acidentes na região serrana, o secretário Minc [Governo do Estado] e a presidente Marilene [do INEA] rapidamente **encomendaram o projeto, contrataram**

projetos pros três maiores municípios que sofreram os maiores acidentes que são Teresópolis, Petrópolis e Friburgo. (...) **Quem trabalha pro serviço público entende melhor isso, mas quem tá do outro lado do balcão não tem essa percepção, 'o que que é isso?'**. O recurso chega e, às vezes, eu tenho que fazer uma **licitação**, eu tenho que **contratar**, ou então, eu contrato de forma emergencial, então, **isso é um trabalho que não depende da gente. Nosso trabalho é executar, trabalhar, fazer os projetos, é ajudar a população** (Coordenador do INEA - Audiência Pública 1).

(...) **pra gente que é técnico: pra fazer esse estudo tá bem complicado, tá muito complicado porque não foi uma coisa real**, assim, aconteceu, mas **é uma coisa totalmente extrema**, a gente estudar isso **foi complicado** até porque **nossa faixa de exclusão não chegou nem aonde aconteceu a inundação**. (Engenharia INEA/RJ – Audiência Pública 1). [grifo nosso]

(...) de janeiro até maio, nós trabalhamos em parceria com a EMOP iniciando o trabalho social para aquelas famílias que perderam suas casas, tiveram suas casas abaladas de alguma forma ou até destruídas, pudessem estar incluídas no processo de aluguel social e futuramente escolher uma das três opções. (...) **O governador Sergio Cabral publicou um decreto que dá direito dentro do processo de realocação que cada família, à escolha de uma das três modalidades**: a primeira modalidade é o novo apartamento; em Teresópolis serão construídas 1680 novos apartamentos na Fazenda Ermitage, dentro do programa 'Minha Casa, Minha Vida'. Mas a família que foi atingida pela tragédia pode **escolher** outras duas modalidades: compra assistida, que é quando nós do governo acompanhamos essa família e ela escolhe outra **moradia** dentro do Estado do Rio de Janeiro, e o valor é pago a essa família que está comprando o imóvel; a terceira é a indenização, quando a família desiste de comprar o imóvel e ela quer o dinheiro. Pra esses 2 processos, de compra assistida e de indenização, a gente tem **critérios que são muito claros: a casa tem que estar situada na área de risco, aquele risco que o Luiz Manoel mostrou que é a área vermelha, é zona de exclusão; a família tem que receber menos de 5 salários mínimos de renda e nós só vamos atuar em famílias que recebem até 5 salários mínimos de renda e o imóvel não pode ter registro formal**. Se tiver registro formal ou for acima de 5 salários mínimos de renda, o procedimento não é com o nosso trabalho mas é através da procuradoria geral do Estado. Então, a equipe vai pro território junto com a Defesa Civil municipal. Quem define se a casa está no risco ou não é a equipe do social? Não, é a equipe da Defesa Civil ou o INEA, a partir desse mapeamento, ou o DRM que nos informa a área que é de risco. Hoje, **o número dessa semana: nós temos 2496 famílias que estão recebendo o aluguel social pelo Estado**. Elas recebem mensalmente 500 reais. A gente já negociou com 208 famílias que optaram ou pela compra assistida ou pela indenização. Hoje nós temos 30% das famílias abordadas que escolheram a indenização e 65% das famílias escolheram o novo apartamento, ou outros 5% querem a compra assistida. Bom, em termos de perda total, hoje temos identificados pela Defesa Civil 664 unidades que já foram demolidas, 62 imóveis na cidade e **nós**

atendemos no canteiro social até agora 2382 famílias cadastradas. Cada família aqui é atendida separadamente. A situação de um não é igual à situação do vizinho. Os valores de cada indenização variam de acordo com cada casa. A média que a gente já pagou variou de 48 até 70 mil reais (Secretaria de Estado da Casa Civil – Audiência Pública 2). **[grifo nosso]**

As narrativas mostram que a perspectiva técnica, proponente da obra, interpreta o ocorrido como algo “não real”, sendo que, para os afetados (considerando suas interpretações, expectativas e/ou prioridades), essa noção de “irrealidade” se estende, na verdade, para certas obras propostas pelo meio técnico – a exemplo da construção de um parque fluvial, no Bairro Campo Grande.

No bojo dessas disputas, evidencia-se também a forte associação entre a esfera das proposições técnicas, inseridas em racionalidades próprias, e a da ordem política: ora, o meio político é criticado pelo meio técnico, quando impede as suas realizações; ora, se misturam e asseguram a estratégia discursiva que coloca a técnica no lugar da verdade, projetando a eficiência política, sem maiores confrontações. Tal esfera técnica estatal integra os processos decisórios e atua reafirmando a defesa e manutenção de uma ordem social específica - que tem no seu contrário, a visão de desordem social quando da inserção de certas parcelas sociais em determinados territórios e práticas.

Nas narrativas que se seguem, assim como em outras que antecederam, o posicionamento dos técnicos objetiva gerar alguma certeza do empenho e compromisso com a coletividade envolvida no processo do desastre, mas também revela as limitações quando da inserção das propostas nas regras da política/administração.

O Estado não quer conhecer as áreas de risco que é pra ele não ter responsabilidade sobre elas. Isso aqui [*mostrando um mapa*] é um mapeamento de risco. A gente tá há um tempão pelejando pra entregar pro prefeito e ele não quer receber, ele não quer saber porque se ele souber, ele vai ter que tomar uma atitude. Mas ele não quer saber. Teve uns aí que a gente teve que **entregar ‘no peito e na raça’**. **Os caras não querem saber, que se dane**, é mais ou menos assim (...). Na minha opinião, eu achava que a Defesa Civil tinha que ser algo desmembrado da prefeitura. **Você não pode ser político, tem que ser técnico**. Porque muda o prefeito, muda o cara da Defesa Civil. Aí, o cara entra e não entende nada daquele histórico e as coisas vão se perdendo (Entrevistado 25 – Geologia – DRM/RJ). **[grifo nosso]**

Não falta conhecimento não, falta boa vontade! Porque aqui no Brasil, a gente tem uma coisa assim... até brinco dizendo que eu acho que o modelo ideal de governo é o da Suíça porque você tem o prefeito, o governador, não sei se é este mesmo nome... lá o político é dissociado do agente administrativo, então, quem administra a prefeitura, o distrito, sei lá o que, não é o prefeito; então, **quando você tira a figura da política, do político e separa da figura do administrador, fica mais fácil**. Quando você tem que administrar uma coisa sem, na verdade, ser o administrador e sim sendo o político... você não entende de gestão, aí fica complicado! Porque você não vai conseguir ter esta visão, não é? Por que é que no Brasil a gente tem esse problema de saneamento básico? Galeria de esgoto não acumula voto, não aparece, fica debaixo da terra, né? Então, vamos construir prédio que aparece, vamos fazer viaduto, pontes..! Enfim, os elefantes brancos. É por aí! Isso é uma cultura do país, já de antes da época da ditadura, desde Dom Pedro! A gente estuda um pouquinho de história e vê. **Eu acho que é falta de vontade política**, mas por essa questão, pelo fato do gestor administrativo da entidade pública, Municipal, Estadual ou Federal, ser o mesmo agente político. Então, você confunde (Entrevistado 16 – Secretaria de Desenvolvimento Social/PMT).

Num esforço, pois, de amarração de elementos que são convergentes nas narrativas peritas e técnicas, chegamos ao **recorrente uso da linguagem hermética**, tanto na definição das ações previstas para a “recuperação dos cenários destruídos”, como na apresentação da hierarquia perita/técnica responsável por tais respostas. Tal **estratégia discursiva se revela como busca de legitimação de um lugar de poder referendado por uma forma específica de conhecimento: o científico**. Por outro lado, é também **utilizado para amenizar certas expressões de descontentamento e revolta dos grupos sociais recorrentemente abandonados no processo**, buscando o “apagamento das resistências, a negociação e o entendimento”, em analogia ao que diz Zhouri (2010): o dissenso é prática indesejada.

Tais agentes, frente às grandes expectativas vivenciadas pelos participantes das audiências públicas realizadas para a apresentação das propostas interventivas do Estado, se utilizam de **expressões técnicas ininteligíveis**, como: “vistorias, direcionamento e cálculo de sessões hidráulicas”, “plano de contingência piloto”, “recomposição de taludes”, “intervenções não estruturais”, “mapeamento de áreas de inundação”, “parques fluviais”, “deslizamento e transporte de massa”, “modelagem hidráulica da chuva”, “mancha de inundação para a área urbana”, dentre outros. Da mesma forma, apresentam a **distribuição das competências entre os diversos**

órgãos atuantes no cenário (numa hierarquização também pouco inteligível) e as grandes cifras, traduzidas em milhões de reais destinadas aos municípios, sem que, no entanto, cheguem ao entendimento de quem os escuta porque não se traduzem em intervenções efetivas em favor de seu bem-estar. Os técnicos se apresentam como “os únicos que entendem o serviço público”, em detrimento dos ouvintes, e contestam o excesso de burocracia, se vitimando frente a ela e a outros sacrifícios feitos. “Demanda tempo, estudo!”. “Não estamos satisfeitos, estamos lutando”. “É difícil explicar isso pra vocês. Quem trabalha no serviço público entende melhor isso!”. “A legislação é burra!”. “Nosso trabalho é ajudar a população.” “Tá bem complicado!”. “Tá muito complicado, porque não foi uma coisa real.” “Tá sendo muito complicado!”. “A gente tá ralando mesmo!”. “Nós temos ordem do governador para não sair da região!”. Há uma retórica do esforço de aproximação com as vítimas, de solidariedade e entendimento de seu sofrimento, assim como a apresentação de uma organização formal, institucionalizada que cerceia possíveis questionamentos e que objetiva revelar um “governo incansavelmente comprometido com a população”: “nossa equipe”, “todos os dias da semana”, “uso de crachá e colete”, “controle sobre dados”, “informações”, “medições”, “o número da semana”, tudo com base na orientação perita.

A estratégia discursiva recorrente permite identificar certa “confusão” entre gestão e política partidária - ou aquelas práticas tidas por “politiqueiras” (que podem ser referenciadas em traços próprios da formação social brasileira) que se associam a interesses privados e à corrupção -, e a *política* no seu sentido mais amplo. Nas palavras de Rizek e Paoli (2007), ocorre certa *indistinção entre administração, gestão, técnica e política*. Nesse sentido, a deterioração da gestão, as características conservadoras da política partidária brasileira, a corrupção e o descaso com as políticas públicas são discutidos em prejuízo do entendimento da *política* como espaço de fortalecimento da esfera pública, da participação, da regulação social, da presença de conflitos e dissensos, de negociação dos diferentes atores e de deliberação. Oliveira (2007, p. 15) considera:

Política no sentido de Rancière é a reclamação da parte dos que não têm parte, e por isso se constitui em dissenso. Nessa acepção, os que fazem política distinguem-se por pautar os movimentos do outro, do adversário, por impor-lhe minimamente uma agenda de questões sobre as quais e em torno das quais se desenrola o conflito. Impor a

agenda não significa necessariamente ter êxito, ganhar a disputa: antes, significa criar um campo específico dentro do qual o adversário é obrigado a se mover. É evidente que o adversário, em seus movimentos, tenta, por sua vez, desvencilhar-se da pauta e sair fora da agenda que lhe é oferecida/imposta. É nesse intercâmbio, desigual, que se estrutura o próprio conflito, ou o jogo da política. Essa concepção abre as portas para sua permanente reinvenção, no sentido de que toda proposta, e sua resposta, que consiga sair do campo anteriormente demarcado cria um novo campo, que é, em si mesmo, uma nova qualidade dos atores políticos. Há, pois, na política, uma permanente mudança de qualidade. A força de uma invenção se expressa na capacidade de manter o adversário nos limites do campo criado pela proposta/resposta, e isso confere estabilidade ao campo político, mantendo a pauta e a agenda das questões (...).

As visões e práticas específicas do meio científico e técnico integrantes do campo dos desastres, se misturam a práticas político/administrativas que excluem o afetado da participação, do poder decisório, impondo-lhe uma racionalidade própria e distante de suas referências e vivências. A defesa do saber formalmente instituído como norteador da gestão e sua projeção para a sociedade podem ser identificados nas narrativas abaixo:

(...) Outra questão é a valorização da geologia. Se você sair na rua e perguntar o que um geólogo faz, te dirão: 'geo o quê?' O que se pretende fazer hoje é dotar as prefeituras, por intermédio das Defesas Civis, desse conhecimento que é de competência dos geólogos através da cartografia de risco: áreas que são aptas para uso e ocupação do solo de forma adequada. (...) As defesas civis têm que ter um geólogo, porque **quando a gente vai passar conhecimento, há um abismo muito grande, então, tem que ter um interlocutor que é um geólogo** (...). (Entrevistado 25 – Geologia – DRM/RJ).

A expectativa que se tem é a de que, quando você insere um geólogo ou geógrafo num agrupamento de Defesa Civil, é que os produtos gerados eles já saiam com um embasamento mais técnico. Com isso, **você pode educar uma comunidade através de uma mensagem, palestras educativas, cartilhas, porque você estará sabendo o que você está reportando numa linguagem acessível.** (...) Com certeza um agente de Defesa Civil capacitado pode fazer isso. Mas no meu olhar, **tratando dessa parte mais relacionada à comunidade, há necessidade, sim de um geólogo estar nessa conversa, porque ele vai fazer esse meio de campo melhor.** Efetivamente, **é o geólogo quem tem atribuições para discernir essa informação, entendeu?** (Entrevistado 9 - Geologia – DRM/RJ) [grifo nosso]

Os elementos que constituem o desastre para o meio perito, técnico e gestor tendem, ainda que com particularidades, à convergência de posicionamentos que enfatizam o “impacto”, a “emergência”, seus “aspectos biofísicos”, conformando a sua perspectiva predominante em todas as etapas do gerenciamento, ou seja, no socorro, assistência, práticas de recuperação/reconstrução e prevenção, assim preconizadas pelo sistema. Apesar do conjunto das narrativas apresentar aspectos fundamentais que permitem uma visão de processo - aspectos históricos do ordenamento e gestão da cidade, do papel das políticas e do agente público, além do impacto sofrido e seus desdobramentos –, o desastre não é interpretado como resultante da conjunção desses aspectos, prevalecendo a sua característica “natural”, e como veremos a seguir, fortalecendo a ideia de território como espaço restritamente geográfico, utilitário e a demanda pelo seu controle.

2.2- Território: ordenamento e controle do espaço geográfico

Feito o esforço de identificar preliminarmente a representação de desastre na visão de agentes específicos, quais sejam, das autoridades diretamente com ele envolvidas, buscaremos situá-lo no âmbito sócio-espacial, a ser denominado “território” – aqui tratado como **espaço geográfico e político, passível de embates pelo seu controle**. Essa distinção tem um propósito: permitir revelar a existência de diferenças marcantes no tratamento do espaço entre quem sobre ele intervém (para fins do ordenamento formal e domínio) e os que o enfatizam como espaço de construção identitária vinculada à sua trajetória individual e familiar, ou na perspectiva de Lugar (a partir de seus moradores), na perspectiva de dele usufruir, com ele se relacionar e a ele pertencer, como será tratado no capítulo seguinte. Algumas indagações se revelam pertinentes: quais elementos das narrativas de peritos, técnicos e gestores nos permitem acessar uma noção de território? Qual é o entendimento que se esboça sobre ele? Registramos primeiramente alguns elementos da história oficial da cidade.

Segundo informações históricas levantadas por Rosa (2006), a chegada do homem branco na Região Serrana do Rio de Janeiro teria ocorrido no início do século XVIII, coincidindo com o ciclo da mineração em Minas Gerais. A chegada da

família real ao Rio de Janeiro e a abertura dos portos alavancou processos como a vinda de comerciantes ingleses, e no caso da região, do inglês George March que se tornou figura marcante na formação da cidade. Suas terras se estendiam do Comary a Várzea, passando pelo Alto (denominações atuais dos bairros), abrangendo boa parte do atual território do município. Outra fazenda cuja importância para o surgimento do município deve ser destacada é a Fazenda da Posse, situada em terras do entorno da Cascata do Imbuí. A sesmaria teria sido dada por Dom João VI ao Tenente Joaquim Paulo de Oliveira, que seria filho natural de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Então, os descendentes de Tiradentes teriam sido precursores do povoamento de Teresópolis. Essa fração territorial se divide ao longo do tempo nas localidades atualmente denominadas Posse, Cascata Imbuí e Campo Grande, sendo que esta última corresponde ao final do referido vale³⁰.

O município está situado entre os treze que compõem a Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, possuindo área total de 772 km², correspondentes a 11,1% da área da Região Serrana (FGV, 2006, p.10). A referida autora elucida que a cidade colheu os “bônus” e “ônus” do período desenvolvimentista brasileiro com a chegada da BR-116, em 1959: especialmente no que se refere ao turismo de veraneio e ao crescimento da população urbana e ocupações irregulares dos espaços disponíveis, respectivamente – este último, fato observado em todo o Brasil ao longo do mesmo período. “Sem dúvida que o acesso facilitado pela abertura da BR-116, cujo trecho conhecido como Rio-Bahia passa por Teresópolis, permitiu maior afluxo de visitantes e também maior fluxo migratório de pessoas que se fixaram no município” (idem,

³⁰ “As terras ocupadas por March e por Oliveira constituem, portanto, as origens do povoamento do atual município de Teresópolis. (...) Somente no período republicano Teresópolis foi elevada à categoria de município. (...) Em 1893, a capital do estado foi transferida de Niterói para Teresópolis, entretanto, o governo não chegou a se instalar na cidade, sendo posteriormente transferida para Petrópolis. Em 1901, José Augusto Vieira arrematou muitas das propriedades de Teresópolis, tornando-se proprietário de quase toda a cidade. Em 26 de junho de 1926 constituiu-se a empresa A. Vieira e Cia. Ltda., com a finalidade de lotear e vender as terras anteriormente adquiridas por José Augusto Vieira. Surgem, então, as primeiras plantas e os arruamentos e delimitações das unidades a serem vendidas (FGV, 2006, p.8). Desde o surgimento dos primeiros povoamentos, a vocação de Teresópolis se mostrou eminentemente agrícola. (...) Hoje, o município é o maior produtor de hortigranjeiros do estado do Rio de Janeiro, sendo sua principal atividade econômica. A produção de hortigranjeiros ocorre, em mais de 90% dos casos, em pequenas propriedades com menos de dez hectares (CIDE, 2006, *online*). Segundo dados do CIDE (2006, *online*), referentes ao ano de 2002, a produção de hortigranjeiros é responsável por cerca de 13,2% do PIB do Município. (...) Essencialmente, a atividade agrícola é desenvolvida no 2º e no 3º distritos, que compõem a área rural do Município”.

p.6). Como conseqüência, o município possuía, segundo o Censo de 2000, quase um quarto de suas moradias em condição de informalidade. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, no intervalo de 1991/2000, enquanto as taxas de crescimento anual da população e domicílios no município foram, respectivamente, de 1,5% e 2,5%, para a população e domicílios nos assentamentos informais essas taxas foram de, respectivamente, 1,7% e 3% (2006, p.134). No intuito de facilitar o conhecimento da realidade mais geral do município, algumas informações atinentes a Teresópolis, tais como breve histórico do município, localização/território, demografia, indicadores econômicos e sociais, economia/finanças, aspectos urbanísticos, “áreas de risco”, organização de grupos sociais, déficit habitacional, áreas de ocupação irregular, marcos regulatórios existentes, estão apresentadas no ANEXO 5 deste trabalho³¹.

Há uma convergência desses dados para os que as “autoridades em desastres” esboçam como potencializadores dos processos de vulnerabilização (e dos desastres) no município de Teresópolis/RJ, considerando seu ordenamento espacial. Assim descrevem os representantes da gestão municipal:

Essa **questão de desordenação** dessa cidade se deveu a governos que resolveram dar ‘título de posse de direito’ e **todo mundo paga IPTU e se sente dono**, mas eles não têm nenhuma regularização de fato. E aí, ninguém fiscaliza e isso continua (Entrevistado 11 – Secretaria de Desenvolvimento Social/PMT). **[grifo nosso]**

Falar em termos de **habitação, é tudo muito precário**. Eu não sei se em outros municípios tem, mas eu sempre me perguntei desde que eu comecei trabalhar em Teresópolis, pois aqui a gente tem a **figura jurídica do ‘direito’**. As habitações **não são de ‘propriedade’**, as **pessoas não são proprietários. E nem são só invasões, existe o ‘direito’**. Prefeitos anteriores deram um ‘diploma’ às pessoas, como se elas pudessem usar aquela área de moradia, e **se você tá falando em comunidades carentes, as pessoas pegam um documento assinado por um prefeito e é óbvio que elas vão entender que aquele documento é legítimo, oficial e que regulariza toda a vida delas**. Então, a partir daquilo ali, as coisas começaram a piorar, né? A gente só tinha invasão, porque você não tem local pra morar. Teresópolis é morro pra tudo que é lado e não tem jeito! Aqui é montanha, né? A gente ou mora na montanha ou mora na montanha. Até quem mora no baixo mora na montanha!

³¹ As referidas informações foram levantadas do documento denominado “Plano de Habitação de Interesse Social”, de março de 2011 - publicizado pela AVIT em <http://www.avit.org.br> e fomentado pelo Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Prefeitura Municipal de Teresópolis e Instituto de Políticas Públicas Urbanas/URBES – e, ainda que não estejam totalmente atualizadas, considerando o Censo de 2010 do IBGE, colaboram para contextualizar o município. Em 18 de julho de 2013, a Prefeitura Municipal de Teresópolis convocou uma audiência pública para o lançamento do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS de Teresópolis/RJ.

Então, já tem esse agravante na situação de Teresópolis. Quando eu cheguei aqui era em menor número. Até porque você olhava assim pra paisagem, pros morros e via os morros ainda com certa vegetação, né! Passados 20 anos, você vê que ele está absolutamente tomado de casas: o morro que você olhava há 10 anos atrás hoje é outro (Entrevistado 16 – Secretaria de Desenvolvimento Social/PMT). **[grifo nosso]**

Eu já participei de diversos eventos sobre o fenômeno que aconteceu lá; participei também escrevendo alguns trabalhos técnicos sobre o ocorrido lá e **é um consenso que foi um evento extremo, excepcional porque o índice pluviométrico foi elevadíssimo**. Se esse índice tivesse se dado na cidade do Rio de Janeiro, o dano seria muitíssimo maior. Só que aconteceu na Região Serrana que acumula ocupação bastante desordenada, com uma população muito mais vulnerável, não só fisicamente como socialmente, em áreas com elevada susceptibilidade de ocorrência de movimentos de massa muito maior do que se tem na cidade do Rio de Janeiro. Então, soma-se esses três ingredientes e uma pluviosidade excepcional, fora do comum, muito fora do comum... **Teve estudiosos da área de meteorologia, de clima, falando que foi uma chuva equivalente a um tempo de recorrência de 500 anos, segundo modelos matemáticos** que eles consideram de avanço da pluviosidade ao longo do tempo. Equivale a uma chuva de tempo de recorrência de 500 anos. (...) No caso de Teresópolis, se esse evento tivesse acontecido na região central, urbana da cidade, a gente teria aí algo em torno de 10 mil mortes.(...) **A ocupação desordenada na região central é muito maior** (Entrevistado 33 – Geotecnia/UFRJ). **[grifo nosso]**

Destacamos que, o **conhecimento perito/técnico em sua forma hermética, contribui para que “o outro” da relação nos desastres seja visto como objeto da educação a ser por ele promovida**, numa via de mão única, como monofonia. Da mesma forma, nos mostram as narrativas, o **“território do outro” é traduzido como espaço sem ordem e sem legitimidade, pela ausência de respaldo jurídico-formal e por se fazer à revelia dos padrões de ordem espacial convencionados**. “Você pode educar uma comunidade através de palestras educativas”. “Quando a gente vai passar conhecimento, há um abismo muito grande (...)”. “Todo mundo paga IPTU e se sente dono, mas eles não têm regularização, de fato (...)”. “As habitações não são de propriedade, as pessoas não são proprietárias (...)”. “Se você está falando em comunidades carentes, as pessoas pegam o documento e vão entender que ele é legítimo (...)”.

A história da cidade revela um conjunto de práticas específicas estimuladas historicamente pelo Estado como estratégia de provisão de moradia para as

parcelas sociais mais pobres, constituintes, na verdade, da realidade do ordenamento urbano brasileiro. Nela se evidenciam o conservadorismo e a negligência no trato da questão urbana/territorial como um todo, conformando um cenário explicitamente potencializador dos desastres, tais como interpretados pela Sociologia, ou seja, como fenômenos sociais atrelados às ações e decisões dos homens e suas sociedades.

As informações e interpretações presentes nas conclusões do relatório final da CPI/ALERJ, permitem a observação das inúmeras lacunas deixadas pelas políticas e entes públicos anteriormente à deflagração e também após o desencadeamento do desastre, desmistificando aquelas noções que se pautam no trinômio construído por Valencio (2012a, p. 22): “o dia do desastre”, o “retorno à normalidade” e o desastre tido como “natural”. O fragmento de texto que se segue exemplifica a análise feita sobre as formas de uso e ocupação do solo naquele município.

As cidades da Região Serrana além de não escaparem à negligência do Poder Público Estadual e dos Municípios, no que concerne à política do uso e ocupação do solo (...) vitimaram-se pelo agravamento dessa realidade, pela ausência de uma política habitacional, durante as décadas de 80 e 90 do século passado e que se prolongou ao longo do primeiro decênio do presente, tanto no âmbito nacional como no estadual. Além disso, o importante incremento demográfico, o crescimento da indústria, verificados na segunda metade do século XX, provocaram um forte processo de urbanização que agravado pela estagnação econômica da chamada “década perdida” dos anos 80, pela insuficiência de emprego e de renda, pela ausência de planejamento urbano e de política habitacional, induziram o crescimento urbano desordenado e a ocupação de áreas impróprias à edificação, fatores agravantes da tragédia ocorrida em janeiro. Não se conhecem providências das atuais administrações do Estado e dos Municípios atingidos no sentido da reversão dessas negligências, insuficiências e precariedades, demonstradas pelas séries históricas dos investimentos em habitação constantes do relatório dos técnicos do TCE/RJ. Ainda, a ausência de política habitacional acima apontada, além dos graves problemas que causou, se refletiu na dificuldade da identificação de áreas disponíveis e adequadas a viabilizar o programa habitacional do Governo do Estado elaborado, especificamente, para suprir a necessidade de habitação dos desabrigados pela calamidade nos sete Municípios atingidos e, a nosso ver esse Programa, não se desenvolve na velocidade necessária o que provocará a permanência da concessão dos Alugueis Sociais até o fim de 2012. É mister observar que sequer estoque de projetos para produção de habitações populares, em locais seguros e sustentáveis, existiam na Região Serrana, o que comprova o descaso com esse tipo de programa. **Essa**

preocupação passou a existir somente após a tragédia. Observamos ainda, a anomalia da Secretaria de Estado de Obras ao realizar um programa habitacional quando existe a Secretaria de Estado de Habitação para essa finalidade (Relatório Final da CPI/ALERJ).

O documento denuncia práticas que estão historicamente consolidadas no caso brasileiro, apontando para as particularidades que assumem em Teresópolis/RJ - como já brevemente mencionado.

Há décadas as políticas referentes à ocupação e uso do solo - aliadas à ausência de uma política de habitação, ao desafio representado pelo explosivo incremento demográfico e à crescente urbanização - têm se mostrado inadequadas e insuficientes a coibir a ocupação de áreas impróprias à edificação como, por exemplo, encostas de morros e margens de rios. Dessa **grave falha de caráter político e legal** resultou o desrespeito sistemático e constante à legislação existente, à qual se soma outra igualmente grave falência que é a **incapacidade das instituições públicas fazer cumprir as normas legais** para evitar e coibir a construção nas áreas consideradas 'non aedificandi', sobretudo nas áreas de risco impróprias à edificação. Mais grave, ainda é a constatação da **ação demagógica e criminosa de alguns políticos e autoridades públicas** que, inclusive, incentivam essas ocupações irregulares no exercício de um populismo com finalidades político eleitoreiras, vide, como exemplo, os '**certificados de tempo de posse**' concedidos à sorrelfa pelo Prefeito de Teresópolis, Mario Tricano, em 1992 (...). A indução às ocupações irregulares, muitas das quais em áreas de risco, não se esgotam nos exemplos acima citados, eis que as Municipalidades chegam ao ponto de cobrar, dos ocupantes, o Imposto sobre a Propriedade e o Território Urbano – IPTU, além de permitir, em face da inexistência de legislação que o impeça, que concessionárias de serviços públicos – fornecimento de água, luz, gás, telefonia, etc.- instalem equipamentos e executem as ligações domiciliares em edificações situadas, impropriamente nessas áreas. Constata-se, inclusive, casos em que as Prefeituras executam obras de urbanização em áreas de risco. Infelizmente, as cidades da Região Serrana do nosso Estado não escaparam a esse cenário e, ainda que, em face da inusitada intensidade das chuvas de janeiro que se abateram sobre elas não fosse possível evitar danos, o fato é que a omissão, a negligência e até as ações criminosas político eleitoreiras, apontadas acima como causas da ocupação irregular das encostas e das áreas marginais dos rios, **permitiram que a tragédia alcançasse o nível inaceitável e desastroso, resultando em 909 mortos, 8908 desabrigados, 23118 desalojados e o número indefinido de desaparecidos que é estimado em mais de 241, ao quê há que se somar, ainda, os prejuízos causados ao patrimônio público, ao particular e à atividade econômica da Região e do Estado** (p. 218). [grifo nosso]

Os territórios em questão transitam entre a condição de desprezados pelos interesses econômicos ou pelo mercado, a utilizados pelos interesses políticos (quando de sua distribuição informal integrando a resposta do Estado à demanda por habitação social), e, por fim, a áreas passíveis de análise de risco, condenação e controle, com a geração dos zoneamentos de exclusão. A experiência do município conta com a artimanha política da distribuição informal da terra, ou a distribuição de “Certificados de Tempo de Posse” (ANEXO 6), denominada popularmente “*direito*” – prática conhecida e narrada por todos (observada e nominada na experiência fundiária brasileira também como “ocupação irregular/informal” ou simplesmente “ocupação” ou ainda, “invasão”).

As práticas estatais de resposta às demandas específicas dos grupos sociais mais pobres pelo acesso à cidade se dá, pois, através de programas de regularização/urbanização, fiscalização, práticas de remoção e reassentamento e também, e essencialmente, através da tolerância e estímulo a práticas informais de ocupação. Portanto, estas já estão incorporadas na forma de resposta à “provisão de moradia” para os grupos que se encontram deliberada e consensualmente fora da proteção jurídico-formal do Estado.

Maricato (2001) observa que a ilegalidade em relação à propriedade da terra tem sido um dos principais fatores impulsionadores da segregação ambiental e territorial e, conseqüentemente, da exclusão social, no campo ou na cidade brasileiros. A maior tolerância e condescendência em relação a essa produção ilegal do espaço urbano vêm dos governos municipais, uma vez que sua lógica de gestão pública urbana não admite a incorporação ao orçamento público da imensa massa moradora da “cidade ilegal”, gestando uma situação que se constituiu numa inesgotável fonte para o clientelismo político.³² Na verdade, este fenômeno não se restringe à formalidade da legalidade, mas implica em muitos aspectos negativos que acompanham o crescimento urbano, como a ocupação de áreas ambientalmente frágeis, aquelas, via de regra, canalizadoras dos fatores climáticos que potencializam os desastres.

³² “Em 1987, o desmoronamento de diversas encostas ocupadas por loteamentos ilegais na cidade de Petrópolis (RJ) após uma intensa chuva resultou em tragédia sem precedentes devido ao número de desabrigados e mortos. Além de não impedir a ocupação das encostas que não apresentavam condições físicas favoráveis e cuja segurança ficou mais comprometida com a infiltração das fossas individuais cavadas nos morros, o governo municipal a incentivou (...)”. (MARICATO, 2001, p.224).

Tais matrizes conservadoras estão diretamente associadas não só a real distribuição dos territórios, mas também à forma como as ações sobre a cidade são gestadas, ao poder de decisão centrado nas mãos de poucos, aqueles que estruturam a agenda de localização, remoções e obras, entre outros.

As áreas afetadas e severamente destruídas passam a ser pauta das negociações e planejamento feitos unilateralmente pelas equipes técnicas para fins de justificar uma atuação, prevalecendo uma distância brutal entre tal retórica e as ações dela decorrentes. A *ideia de gestão*, tal como nos revela Valencio (2012b, p. 8), inclui não só as novas técnicas e elementos que estão no âmbito orçamentário, como também exclui qualquer outro sentido de mundo e de Lugar produzido fora da sua perspectiva e racionalidade.

Reflexão feita pela autora (2012b) nos permite a associação dos desastres à *expansão do ambiente de negócios* no sentido de movimentação e viabilização da acumulação. Tal contexto movimenta grande liberação de recursos financeiros destinados a projetos de naturezas diversas, e apesar de serem divulgados como benefício aos grupos mais severamente afetados, “pulverizam-se, somem nos meandros burocráticos e, muito mingudadamente, geram efeito positivo em torno de quem fala, isto é, os grupos que sofreram a decomposição dos elementos essenciais de sua rotina” (p.11).

O Desenvolvimento Social entrou lá com assistente social e tudo pra fazer os sepultamentos sociais: fez de todo mundo que não tinha condição de pagar. Nós convidamos todas as funerárias: **óbvio que na tragédia tem alguém que quer lucrar com ela. Então, as funerárias começaram a pegar as pessoas na fila**, só que tinha muita gente que não tinha nada, não tinha como fazer, então, como é que enterra? Aqui já existe o serviço funerário social, que normalmente é conveniado com uma funerária só. Tem todo um procedimento licitatório direitinho. Mas na época da tragédia, nós chamamos todas as funerárias. Na verdade, são duas (que era de uma mesma família e desmembraram) e eu já conhecia os donos e daí, a tarefa ficou comigo. **E chamei as duas e disse: os caixões estão chegando todos por doação. Então, vocês não têm custo nenhum.** A gente está aqui por uma questão humanitária, a gente precisa do serviço de vocês que sabem fazer essa papelada, até pra depois fazer junto ao registro civil a expedição da certidão de óbito dessas pessoas. As famílias precisam tocar a vida e precisam de uma certidão de óbito no final. **Só que como era um número grande, a gente organizou a bagunça: os dois iam ter a mesma quantidade. Pedi pra não ficarem catando clientes; teve um dia lá que deu uma confusão, mas a gente conseguiu organizar tudo.** Eles tinham caminhões baú. Então, se enchia o caminhão baú

com certa quantidade pra fazer o enterro, porque a preocupação era do tempo continuar passando e aqueles corpos ficarem todos expostos ali. Foram contratados pela prefeitura quatro containers frigoríficos, porque a partir do segundo dia se entendeu que os corpos não podiam ficar ali expostos. Então, colocavam no caminhão frigorífico e no dia seguinte botava novamente pra fora e todo dia era assim. (Entrevistado 16 – Secretaria de Desenvolvimento Social/PMT) **[grifo nosso]**

Como em muitas outras vocalizações feitas no conjunto da pesquisa, estamos diante de um fato que não é rotineiro, evidenciado pela forma como um grande número de vidas é suprimido da rotina subitamente. Não só o Lugar, mas a vida nele presente, some. **A ideia de centenas de mortos, a carga da morte, mesmo que para o cotidiano de um Estado, é algo tido como “anormal”. E o que passa a ser a referência dele para lidar com isso? A operacionalização burocrática da morte**, ou seja, a resolução de questões de mercado relativa à “administração de corpos” (ANEXO 7). Para Valencio (2011), se trata de um genocídio velado, de desumanidade, de crueldade institucional. Trata-se de um ambiente que se torna convenientemente lucrativo para determinados setores e atividades: as obras, no contexto dos desastres, se projetam como grandes possibilidades de lucro e efetivação de negócios.

Uma das narrativas peritas colhidas na pesquisa propicia a crítica à forma como o investimento em obras vem sendo pensado, denunciando a falta de visão mais totalizante do problema e os resultados insatisfatórios na recuperação dos territórios, o que contribui para potencializar os desastres. Considerando os propósitos interventivos de ordenamento do espaço propagados pelos setores do Estado, como a realização de obras poderia servir como prevenção aos “impactos severos dos elementos biofísicos” sobre o território e os grupos neles instalados?

O desastre está instalado. O que fazer? Eu falo já há muito tempo que essas ações de execução de obras é como se a gente estivesse enxugando gelo. Tecnicamente já é inviável porque a gente não tem como executar obras em todos os pontos. E, além disso, algumas obras têm finalidade unicamente pontual. Isso é um erro muito antigo de se colocar *band-aid*: algumas obras que só têm a finalidade pontual. **Falta a visão de ter obras abrangentes**, que pensam na comunidade como um todo e não na cicatriz, ou na ‘cicatriz do deslizamento’. Não pensar em obras só ali. Eu tô tendo uma visão puramente técnica, agora. Então, querendo tratar tecnicamente o problema, **a gente tem que ter uma visão mais abrangente sobre ele pra poder tratar de uma forma mais eficaz**. E não se deve

pensar apenas em **obras corretivas, mas também em obras preventivas**. E entre elas, as mais eficientes são as obras de drenagem e de saneamento básico. Às vezes, se gasta uma verba muito elevada pra se executar uma obra, por exemplo, de uma cortina atirantada sendo que aquele valor poderia ter sido usado melhor pra se construir uma rede de drenagem muito extensa. A instalação de saneamento básico: eu não estou pensando como forma de melhorar a qualidade de vida da população, mas pra diminuir a susceptibilidade de escorregamento. Eu estaria atuando sobre o processo pra minimizar a susceptibilidade de acontecer um movimento de massa. Então, falta essa visão mais abrangente não só do problema geral, mas pensando tecnicamente em obras, em obras mais abrangentes. **O que eu tenho visto ali [na Região Serrana do RJ] são algumas obras pontuais onde o efeito é muito pequeno.** (Entrevistado 33 – Geotecnia - UFRJ)

As obras entram no bojo das intencionalidades que estão na disputa e não se descolam de uma compreensão do território antecedente ao desastre. A funcionalidade e papel de tais intervenções na perspectiva de propiciar bem-estar e segurança se veem comprometidas frente à visão desses espaços como objetos de imposições técnicas e econômicas. Tratamos, assim, de um conjunto de comportamentos que se manifestam quando da ocorrência de um desastre mobilizando, pois, as grandes obras, empreiteiras e também os seguros, serviços e todas as operações financeiras que este contexto permite - além da constatação do surgimento de uma série de manifestações e comportamentos que permitem o questionamento: “A quem o desastre interessa? A quem favorece? Até onde vale a pena mudar?”

(...) Eles contrataram uma recém formada no Serviço Social, minha ex aluna. E eu fiquei pensando: o que deve passar na cabeça dessa aluna que consegue seu primeiro emprego numa situação de emergência e na hora que aquilo tudo ali acabar ela está desempregada? O que passa na cabeça dela? Até onde ela consegue fazer uma análise de que aquilo ali tem que ser temporário quando ela tá envolvida na história. E foi o primeiro emprego dela, ela tá tendo oportunidade de trabalho. **É interessante porque numa catástrofe você alimenta uma série de coisas: a falta de emprego, inclusive. E aí, até onde vale a pena mudar?** Trabalhei dois anos em instituição de acolhimento e eu dizia assim: ‘gente, vocês têm que entender que isso aqui é provisório’. E tinha uma funcionária, auxiliar de serviços gerais, que fez uma colocação pra mim que eu cito sempre isso quando dou capacitação pra instituição de acolhimento. Ela disse: ‘tá bom, eu já entendi, a criança tem que ter família, ela tem que voltar pra família dela ou pra outra família, eu já entendi. Mas, o que é que eu faço comigo? Pra onde eu vou se

ninguém ficar aqui? E o que eu faço com o meu coração quando essa criança ficar aqui e eu criar afetividade por ela?’ Ela falou isso sofrendo legitimamente com o impasse que passou a se colocar na frente dela. Isso não é o ideal. Nesse período, a gente não tinha normativas técnicas e a gente foi pra lá pra desconstruir coisas, né? E a gente ouvia: ‘mas aqui a criança tem estudo, cama, TV e na casa dela ela não tem. Por que as pessoas querem tirá-la daqui se ela tá muito melhor do que lá?’ Porque a gente tem mentalmente na sociedade capitalista de que isso é o importante pras pessoas. Então, não se compreendia como que sair dali e voltar pra uma família sem essas coisas era uma solução. Como é que você desconstrói isso tudo? (Entrevistado 1 – Serviço Social – MP/RJ).
[grifo nosso]

Muitas manifestações integram o conflito entre os agentes presentes no campo dos desastres e revelam o descrédito por parte dos grupos alvo das “remoções planejadas pelo Estado” que se reconhecem em situação de desvantagem na luta por reconfigurar o “seu Lugar”, mas que reafirmam seus posicionamentos e visões, expressões de outro entendimento sobre o espaço, como será evidenciado.

A proposta de reassentamento de famílias oriundas de diferentes áreas do município em uma única localidade - a Fazenda Ermitage -, e a indefinição de prazos para a entrega das moradias, fortalecem a ansiedade e geram muitas insatisfações e expectativas com relação à alteração da agenda do Estado, em favor de sua permanência nos seus Lugares de origem. Na realidade em questão, os representantes dos setores estatais se pronunciam com relação ao projeto específico estruturado para Teresópolis/RJ:

(...) e alguns municípios ficaram pra trás nesse cronograma, nessa luta pra fazer a construção dessas casas. **Pra chamar as empresas pra apresentar os projetos, a gente desenvolveu um conceito pra cada lugar, pra cada terreno.** Como eu disse da outra vez aqui, e quem esteve pode estar lembrado, foi muito difícil achar terreno, principalmente depois das chuvas os terrenos melhores, ou foram utilizados pra ‘bota-fora’, ou ficaram também danificados, enfim, foi uma luta. Eu pessoalmente vim mais de 40 vezes até a Região Serrana com nossa equipe e com a ajuda da equipe do Monerat e, caça terreno daqui e vê se cabe e vê se tem obra de retaguarda muito cara pra fazer pro terreno se viabilizar. Enfim, foi duro, foi difícil, mas nós fomos selecionando e conseguimos alguns e fizemos esse chamamento público. **Os conjuntos, os bairros planejados como a gente está chamando e oferecendo pra essas cidades dos desabrigados, eles têm que ter, por norma, devem ser**

totalmente pavimentados, ter energia elétrica, água e esgoto com tratamento, drenagem, iluminação pública e serviços urbanos básicos, essenciais acessíveis a todas as unidades. Além disso, teremos tipologias diferentes em função do terreno, da localização, dos hábitos e costumes da população. Nas áreas urbanas das maiores cidades como Teresópolis, Friburgo e Petrópolis, **optamos por habitação multifamiliar**, que são os apartamentos e os **municípios de menor porte, nas áreas mais rurais**, distantes dos municípios maiores, **habitações unifamiliares, casas isoladas ou geminadas**, nos casos de terrenos muito curtos ou pequenos. Todos têm que ter creche, posto de saúde, escola, biblioteca e uma escola padrão do Estado de nível médio. Esses são os equipamentos sociais também no nosso entender, no entendimento do governo do Estado, indispensáveis ao reassentamento das famílias atingidas pelas chuvas num novo lugar pra morar. Então, **além da infraestrutura, tem também os equipamentos sociais, básicos, essenciais pra vida em comunidade. Esse era o projeto inicial com o conceito e o terreno que a gente identificou aqui pra Teresópolis pra área urbana: Fazenda Ermitage**, a parte dela maior já em processo de desapropriação anterior pra compor o Parque dos Três Picos, um unidade de conservação chamada Três Picos... ela já era motivo de avaliação pra desapropriação e o coração dela, onde está localizada a sede passou a ser uma área de interesse pro Estado pra implantação desse conjunto, desse bairro planejado aqui pra Teresópolis. Nos interessamos por essa área e escolhemos, depois de procurar muito no território principalmente por sua localização, por sua proximidade como centro. Estamos, mais ou menos, da prefeitura até lá, mais ou menos 2 km e na margem da BR. É um terreno excelente e foi o que melhor encontramos para a solução desse tipo, do tamanho (...). Porque também **Teresópolis e Friburgo exigiram da gente soluções mais robustas, maiores por conta do tamanho do desastre aqui e do número de famílias atingidas, que foi maior**. Imaginávamos 1650 unidades, chegamos no projeto da empresa vencedora do chamamento público, em 1600 unidades que eu vou apresentar aqui por diante e 40 unidades comerciais. Além da infraestrutura, serviços urbanos básicos, além dos equipamentos sociais também básicos pra dar condições de vida a essa nova comunidade, nós também entendemos e tivemos até um “arranca rabo” com a Caixa que na normativa do “Minha Casa, Minha Vida” acabou atendendo o nosso pleito, que aliás, não era só nosso mas também de outros Estados do Brasil, de ter nesses conjuntos uma previsão de unidades comerciais e de prestação de serviços. **Não é possível se ter uma vida de bairro sem uma mercearia, sem ter um cabeleireiro, uma farmácia, enfim, atividades comerciais e de serviços** onde a própria comunidade, às vezes, tem lá um empreendedor, uma pessoa que sabe tocar um negócio, que gosta do assunto, que já teve um negócio e que pode muito bem ocupar esses espaços e oferecer à comunidade mais um conforto ali (Subsecretaria de Obras – Audiência Pública 2). **[grifo nosso]**

Da mesma forma, se revela fundamental trazer à tona os elementos que conformam esse “outro” da relação: esta é, pois, a proposta que se segue.

2.3- Quem é “o outro” do desastre e do território?

Os representantes oficiais dos projetos de “refazimento da paisagem” ou as autoridades em desastres são agentes de diversas origens de formação e vínculos institucionais, com interpretações também variadas da realidade social. Já procuramos ressaltar que suas ações tendem pela predominância das racionalidades originadas de sua base formativa, vivências profissionais e políticas. Mas é importante registrar que a visão sobre “o outro” do desastre decorre de um misto entre a sua culpabilização pelo sofrimento experimentado e o reconhecimento das limitações estruturais que os envolvem levando à permanência nos espaços condenados como “áreas de risco” –, o que neste segundo caso permite uma espécie de convergência para a interpretação feita pelo próprio sujeito do Lugar. Também se verifica um mesmo profissional esboçando discursos que se contradizem: ora contemplam as vinculações criadas pelos sujeitos com tais áreas ao longo de suas trajetórias e sua baixa mobilidade para deixá-las; ora, os acusa de certa “ignorância” na relação e tratamento dessas áreas.

A Região Serrana está inserida num complexo de rochas que é muito estudado pelos geólogos, pesquisadores e tal. (...) Isso existe, está nas universidades, tá no Departamento de Recursos Minerais, está nos órgãos públicos onde existem profissionais geólogos, isso existe e está à disposição. **O problema é que em muitas das vezes não há ninguém na prefeitura apto a fazer o correto uso dessas informações.** E isso fica lá, ninguém olha, ninguém vê, salvo quando existem eventos dessa magnitude e que ocorre o que ocorreu, em que vai se buscar o porquê... Querem muitas das vezes eleger um culpado, mas **os culpados são eles mesmos. Esses vitimados têm grande parcela da culpa de sua própria desgraça, uma vez que eles, ou por falta de orientação ou mesmo almejando algum ganho em cima do poder público, eles invadem áreas que (...) as pessoas se acostumam com o perigo, com o risco e com o perigo.** Então, ele foi morar ali com 1 ano, nunca aconteceu nada e ele tem 30 ou 60 anos e foi a primeira vez que aquilo ocorreu. Mas por que é que foi a primeira vez? Porque pra esses eventos, considerando o espaço de tempo geológico, 60 anos não é nada. Esses eventos são recorrentes, a gente sabe que eles ocorrem. O problema é dizer quando vai ocorrer. O que é que precisava ter acontecido nesses locais? O poder público orientar. É o que estão

fazendo hoje, gerando zonas de exclusão. (...) Conhecimento se tem e está disponível (...). O problema do Brasil é enchente e escorregamento em função do clima e das rochas que aqui ocorrem. O que ocorre é a desvalorização dessa ciência e o uso incorreto dessa informação por parte de quem é de direito fazer (...). Se você não pode evitar processos ou não quer, ou não tem dinheiro para, você pode tirar aquela comunidade dali. O processo vai ocorrer, mas não vai matar ninguém. (...) Muitas áreas já foram mapeadas como 'áreas de risco', só que tem um monte de gente que mora nelas. Isso tem que ser passado para a prefeitura e o prefeito ter meios de realocar ou fazer obras. Tem que ver o que for melhor. (Entrevistado 25 – Geologia – DRM/RJ). **[grifo nosso]**

O mesmo entrevistado, no entanto, afirma:

Desastre é quando envolve perdas [*mostrando mapas*]. Essas áreas aqui já foram mapeadas como áreas de risco, mas só que isso tem que ser passado pra prefeitura e **o prefeito tem que ter meios de realocar, fazer obras... tem que ver o que for melhor**. Muito se fala em custo/benefício, só que eu tenho uma visão particular disso. **Não é só custo/benefício, embora as coisas sejam decididas dessa forma. Tem oitenta anos que o cara mora lá, então, ele tem as referências da vida dele lá, como é que você vai virar pra esse cara e falar: 'olha, agora você vai ter que sair daqui e vir morar aqui'... fica complicado né? Do ponto de vista psicológico e social é complicado, mas isso tem que ser feito se não as pessoas daqui vão morrer.** (Entrevistado 25 – Geologia – DRM/RJ). **[grifo nosso]**

O afetado é, pois, tratado como “culpado”, “responsável”, assim como demanda “respeito em razão de sua história de vinculação com o Lugar” e condição desigual. Os posicionamentos técnicos consolidados no conjunto dessas instituições se projetam em detrimento da influência das construções e fazeres originados no âmbito “leigo”. Entretanto, alguns peritos e técnicos se diferenciam por se mostrarem mais permeáveis a outras racionalidades e interpretações que não as do seu meio. No bojo desse movimento e diversidade de posições estão técnicos de mesma formação acadêmica, influenciados por outras noções de ordem social. O que está em discussão é também a não substancialização de peritos e técnicos num bloco único, homogêneo. Assim nos aponta a narrativa que se segue, originada da geologia.

(...) **Ficou muito claro pra mim: ele tem o risco do tráfico, de doença, de não ter o que comer... o risco geológico não passa**

pela cabeça dele. Daí, você fala assim: ‘existe uma probabilidade de 1 em 10 de um evento...’. A probabilidade de ele levar um tiro do tráfico é muito maior (...). E se você vai falar, com tantas coisas pelas quais eles passam, que existe uma probabilidade de numa chuva de tantos milímetros, devido às condições intrínsecas do solo etc etc... **não tem repercussão! Eu fui treinada pra dar parecer técnico, pra separar o técnico do emocional, mas, você chega no contexto e tem situações que te comovem.** (...) Eu ouço: ‘mas esse povo não sabe que não pode morar aí, não é óbvio?’ Eu digo que é e não é. **Não é tão simples.** É simples pra mim que vou lá e mapeio e volto pra minha casa que é no plano e seguro. **A dinâmica de vida dessas pessoas é totalmente diferente.** Na minha formação, eu fui agraciada com bons orientadores, bons treinadores (...). **Eu consegui estar perto dos três ícones do Brasil: os três trabalham com risco, cada um numa escala e cada um tem uma forma diferente de pensar,** cada um tem uma visão e eu procuro absorver o máximo dos três e construir minha visão. Pra um, é totalmente técnico (...); pra outro, já tá numa escala de nem querer ir ver, prefere gerenciar de longe, e o terceiro, vê na escala de um pra um: você tem que estar lá, tem que estar junto (Entrevistado 10 – Geologia – DRM/RJ).

Não existe uma forma perita homogênea, inclusive entre agentes de mesma formação acadêmica, quanto ao pensar sobre as práticas e processos sociais e o ambiente. A pesquisa identificou profissionais que se vêm influenciados por diferentes entendimentos que envolvem tanto a culpabilização do afetado pela sua condição de vulnerabilidade (incluindo as “condutas inadequadas da população pobre” no sentido da “exploração do poder público” – leitura freqüente e perceptível nos relatos)³³, como a defesa do direito de permanência em “áreas instáveis” que deveriam ser tratadas pelo poder público. Por outro lado, esboça-se também pelo lado técnico, um reconhecimento de que tais grupos sociais podem “secundarizar o risco” (VARGAS, 2006), quando se veem frente a outras dificuldades e privações, concernentes às condições estruturais enfrentadas: trata-se do reconhecimento de uma hierarquização de prioridades vivenciadas que pode deslocar esse construto, ou a noção de risco, pra outro ponto da escala de valores dos grupos ameaçados.

No entanto, a institucionalidade manterá a tentativa de sobreposição de seu saber e procedimentos sobre esses sujeitos, inclusive na busca por “educá-los”, “informá-los” sobre a experiência “desastre”, desconsiderando aquilo que já portam

³³ Muitos discursos dos diferentes atores sociais demonstram o não reconhecimento da função social da propriedade e da cidade e explicitam as dinâmicas assimétricas de poder.

como acúmulo proveniente das vivências, inclusive pretéritas na relação com certos fatores de ameaça.

A cooperação dos grupos vulneráveis é vista como ameaça, ou seja, não atende ao que está determinado por uma lógica que ainda é predominantemente formal, no sentido da produção de conhecimento, e militar, no sentido operativo do gerenciamento do desastre. Outras perspectivas ou formas de conhecimento geradas fora dos preceitos peritos/técnicos/normativos são tendencialmente banidas ou desqualificadas, assim como o dissenso e a perspectiva de conflito - que permitem pensar a necessidade do debate político quando se contrapõem ao objetivismo e às soluções autoritárias e meritocráticas que lhes são características. Como afirma Valencio (2006), há a desqualificação de processos sociais abrangentes de escolhas em torno de paradigmas alternativos de bem-estar coletivo (p. 103). Vale ressaltar, no entanto, o papel decisivo que as comunidades afetadas tiveram nas etapas de socorro e assistência, se sobrepondo incisivamente às ações públicas (como será apresentado no capítulo 3).

A perícia em defesa civil é a que, então, tem a interpretação válida dos acontecimentos, atribuindo significados em linguagem hermética, fechada à expertise de seus agentes do que decorre a competência para o exercício das práticas derivadas, desde a evacuação compulsória do lugar entendido como de risco às decisões de realocação que não contemplam a rede de sociabilidade cara aos afetados. Mesmo quando parece propícia a aproximação com o seu público como, por exemplo, na constituição de Núcleos Comunitários de Defesa Civil – NUDEC's, a relação de transferência de conhecimento tende a permanecer unilateral, o que favorece a manutenção da confiança e coesão interna na instituição e, ao mesmo tempo, preserva um tipo de legitimidade externa que a instituição valoriza (idem).

Soma-se à postura de desqualificação outra forma predominante e contundente de tratamento de tais grupos sociais nos desastres envolvidos: aquela alimentada pela compaixão (SENNETT, 2004). Desencadeia-se o apelo à doação, ajuda, entrega emocional, humana em detrimento da intervenção política, o que contribui para camuflar processos que foram histórica e politicamente engendrados e negligenciados anteriormente à deflagração do desastre. Reforça também o lugar de submissão do “outro” e suas supostas incapacidades frente à necessidade de reerguimento a uma condição de “normalidade”.

(...) **teve essa coisa de trabalhar com o coração. Eu gostei dessa expressão e quase todo mundo que trabalhou usa expressão parecida.** Porque realmente, ninguém tinha preparo pra isso, né? Ontem mesmo a gente teve uma reunião com o comandante da Defesa Civil e isso ainda é um assunto muito latente nas conversas. Você pode estar falando do presidente da Síria lá que caiu, mas você acaba entrando nesse assunto em Teresópolis. Não tem um morador que não fale ainda disso, é muito frequente. E ele mesmo como um coronel dos bombeiros estava explicando que nem eles, com todo o preparo, não tinham a dimensão e o preparo emocional, principalmente, pra isso. Foi por isso que falei: **todo mundo que trabalhou, acabou trabalhando com o coração. Aquela questão humanitária mesmo: tenho que ajudar porque tem alguém sofrendo mais do que eu.** Graças a Deus, eu tô viva, minha casa não caiu (...). (Entrevistado 16 – Secretaria de Desenvolvimento Social/PMT). [grifo nosso]

Juntamente com a ênfase dada aos elementos do âmbito físico, correspondentes à tendência de “coisificação” do território, está a objetivação das relações nele constituídas, alimentando uma concepção do “outro” que impulsiona a mobilidade social descendente e, no seu extremo, a produção e naturalização da barbárie (VALENCIO, 2010a). Tratamos aqui de grupos sociais incluídos precariamente, de desigualdades estruturais agravadas pelas alterações ambientais. Os desastres, na interpretação da Sociologia, estão relacionados diretamente ao contexto social, político e econômico onde se manifestam e tendem a se repetir sobre os mesmos grupos sociais e Lugares, revelando sua perspectiva de classe.

Síntese de termos definidores pelas autoridades em desastres:

DESASTRE se define em torno de elementos de origem biofísica:

“movimentos de massa”, “chuva atípica”, “chuvas extremas”, “susceptibilidades a escorregamentos”, “alta velocidade”, “alto poder destrutivo”, “rupturas”, “gravidade da situação”, “geração de risco e acidentes naturais”; “topografia, geologia, hidrografia, ocupação de encostas”. “Maior desastre natural”, “destruição”, “mortes oficiais”, “imprevidência e ineficácia de planos”; perspectiva “exógena”;

INEVITABILIDADE dos desastres: dimensão de “fatalidade”, “fenômeno incontrolável”; forte “impacto sofrido”, “cenário destruído” com a predominância, no entanto, da racionalidade científica na sua interpretação e discurso de “controle”;

TERRITÓRIO como objeto de ORDENAMENTO FORMAL E CONTROLE:

“território do outro” é espaço sem ordem e sem legitimidade, pela ausência de respaldo jurídico-formal e por se fazer à revelia dos padrões de ordem sócio-espacial convencionados; ambivalência.

CÁLCULOS DE RISCO, estratégias interventivas: “áreas de exclusão”, “risco iminente”, “mapeamento de risco”, “zoneamento de exclusão”, marcações de moradias, remoções compulsórias. “Coisificação”, sentido utilitário.

PROTEÇÃO SOCIAL ADVINDA DO CONHECIMENTO representado pela **racionalidade institucional:** conflitividade entre a noção de controle e ordem social que impregna tais instituições, racionalidades e suas retóricas e a condição de despreparo e precariedade do sistema de proteção no exercício de gerenciamento do desastre; contradições entre as estratégias discursivas e a eficácia da intervenção; “ambiente frágil” de constituição da defesa civil e da própria configuração de “sistema”; “interesses personalizados contra a coletividade”; fracasso da relação do Estado com o “outro” que é a sua razão de ser e que tem sua vulnerabilidade aguçada por ele.

-OPERACIONALIZAÇÃO BUROCRÁTICA DA MORTE.

“Jogo” e imposição de verdades: a visão sobre o “OUTRO NO DESASTRE”): lógica burocrática e formal de “coisificação do outro”, impermeável à sua participação, mas que se utiliza desse “outro” para encobrir a sua própria desordem (desorganização); **recorrente uso da LINGUAGEM HERMÉTICA:** busca pela legitimação de um lugar de poder referendado pelo conhecimento científico; **expressões técnicas ininteligíveis; hierarquização pouco inteligível e acessível;** “o outro” da relação nos desastres é objeto da educação monofônica a ser promovida pelo conhecimento formalizado; tentativa de **desqualificação, incapacidade, exercício da “compaixão”, submissão.**

Diante desses agentes que se assumem como “autoridades” e no esforço de desvelar os desastres como um campo de forças, reafirmamos a importância de dar visibilidade às falas, entendimentos, lutas e resistência dos agentes do Lugar. Esse será, pois, o foco do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - DESASTRE COMO DISSOLUÇÃO DO Lugar: O ENRAIZAMENTO QUE PRECEDE O TRÁGICO

Esse homem, ou mulher, está grávido de muita gente. Gente que sai por seus poros. Assim mostram, em figuras de barro, os índios no Novo México: o narrador, o que conta a história coletiva, está todo brotado de pessoinhas.

(A paixão de dizer/2. GALEANO, 2010)

Em analogia ao exercício proposto na seção anterior, este capítulo objetiva explorar, a partir das muitas e ricas narrativas colhidas nos Bairros Caleme, Campo Grande e Santa Rita, os termos definidores que reúnem aspectos objetivos e simbólicos de um mesmo processo, ou seja: o entendimento do que os afetados denominam desastre (sendo esse um esforço de esclarecimento de uma de suas perspectivas); os sentidos do Lugar de viver e morar – espaço entendido como forma de enraizamento e pertencimento que precede o “trágico” - e o sofrimento social experimentado, considerando a presença desse “outro”, ou da “autoridade que, enquanto institucionalidade (predominantemente pública) interfere no seu mundo privado.

3.1- A interpretação do desastre pelos afetados

A interpretação do desastre pelos afetados se revela determinadamente influenciada pelo elemento místico ou supramundano, pela religiosidade, solidariedade e pela ausência de proteção social, elementos que se expressam nas narrativas que se seguem. O caráter de “excepcionalidade” que o desastre assumiu, em razão de sua “magnitude e grau de afetação”, expressões relevantes na perspectiva técnica, levou ao relato quase sempre imediato do que foi sofrido pelos moradores, independentemente da solicitação ou provocação do pesquisador.³⁴

³⁴ Esse aspecto se mostrou bastante relevante, correspondendo à consideração feita por Minayo (2010) sobre a entrevista como instrumento privilegiado de interação social: “o que torna o trabalho interacional um instrumento privilegiado de coleta de informações para as Ciências Sociais é a possibilidade que tem a *fala* de ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores,

(...) Onde eu consegui me salvar foi debaixo de uma pedra, uma pedra de uns 10 metros de comprimento. Ficamos eu, meu marido e um neto ali encolhidos clamando ao Senhor. E antes de eu ir pra ali, **Ele me tocou... porque, graças a Deus, eu sigo o meu Senhor (...)**. E quando eu vi aquele temporal, **o Senhor me falou: ‘filha, vai pra rocha!’** Eu entrei pra dentro de casa e **Ele novamente me tocou: ‘filha, vai pra rocha!’** E ali eu caí nas águas e atravessei de um lado pro outro e entrei na cocheira onde tinha a loca de pedra. Aí, passou as trombas d’água, uma de um lado, outra do outro, passou por cima... Acabou tudo! O que eu salvei foi a bolsa do dia a dia, o celular e uma vela. Minha casa acabou, a do meu patrão que era mais abaixo, de dois andares, acabou, parece que nunca existiu nada lá (...). Rancou tudo, não tem mais nada. Tinha plantação de inhame, tinha horta (...), as minhas ferramentas, máquina de cortar grama, ferramentas novas que eu não tinha usado. Eu sou mulher, mas sempre tive ferramenta de pedreiro. (...) Olha, tudo o que eu tenho tá lá embaixo (*da terra*). Eu fiquei vigiando a chuva desde 23:00. Fui e entrei debaixo da pedra faltava 10 minutos para as 03:00 da manhã e nós saímos de lá às 05:30 (Entrevistado 13 – Bairro Caleme).

(...) Porque quando eu salvei essas seis pessoas, comigo sete, com esse telefonezinho [celular], **Jesus soprou no meu ouvido e me disse: ‘acorda essas crianças que não é a hora de vocês. Não quero vocês.’ Eu juro por tudo o que é mais sagrado** (Entrevistado 27 – Bairro Campo Grande).

A liberdade para discorrer sobre o tema em questão se deu não só pela facilitação que a *entrevista em profundidade* como procedimento metodológico oferece, mas também pela forte convergência para uma demanda latente daqueles agentes. Como foi enfatizado nas entrevistas: “o assunto sempre converge para o desastre, em qualquer circunstância, por parte de todos”, traduzido como “fenômeno atípico”, que “fugiu ao controle e ao entendimento” e está “associado a outras forças” que se originariam de um universo místico e/ou supramundano, precedido e acompanhado por “sonhos”, “visões”, “revelações”, “intuições” e “crises de choro”, entre outras manifestações e sentimentos especiais originados dos diferentes agentes. Essas expressões são, principalmente, originadas daqueles que vivenciaram de perto as avalanches ocorridas na madrugada de 12 de janeiro de 2011, conseguindo delas se salvar em condições inusitadas. Desses discursos se originam as expressões que traduzem o “horror” que os marcou: chuva excepcional

normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir, por meio de um porta-voz, as representações grupais, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas” (p.204).

e gelada, raios, estouros, solo e casas tremendo, falta de luz/escuridão, gritos incessantes de socorro, corpos levados pela correnteza, noite longa, cheiro de mato moído, céu turvo, telefones mudos. “Era uma chuva muito gelada, chovendo muita coisa e relampiando. Muito relâmpago, quase não dava intervalo (...). Aí, custou pra amanhecer, foi uma noite muito longa. Quando clareou era mais ou menos 7 horas, mas ainda estava turvo (...)”. (Entrevistado 20 – Bairro Campo Grande). “Por ali acima ficou tudo um mar só (...), Não tinha luz, acabou tudo! Os postes *quebrou* tudo. Quando nós descemos do morro de manhã, na quarta-feira, pra baixo não existia mais nada.” (Entrevistado 27 – Bairro Campo Grande). “(...) Houve duas explosões longe, como coisa que era dinamite estourando. Aí, a casa chacoalhou.” (Entrevistado 28- Bairro Campo Grande). “Olha aquelas pedras lá... O pessoal dizia que batia ali aquelas bolas de fogo!” (Entrevistada 31 – Bairro Santa Rita). “(...) eu fiquei em choque porque não tinha mais nada, só cada pedra enorme, uns pedaços de tronco que a gente não sabe de onde saiu aquilo... e muita gente morta, as pessoas tavam que nem lixo jogado, muita criança morta” (Entrevistada 4 – Bairro Campo Grande).

(...) **parece que houve até um terremoto**, um pequeno terremoto aqui dessa vez, agora em janeiro. Parece que houve **porque muita coisa tremeu, parede tremeu**, pedra que a gente não tinha noção. Como é que uma pedra dessa vai sair do lugar, um pedrão que nem máquina consegue tirar do lugar cair só com o poder da chuva. **Pra mim houve outras coisas** (Entrevistado 14 – Bairro Caleme).

(...) eu vou te dizer que Deus me preparou primeiro. Porque antes da tragédia, no último dia do ano, meu neto começou a chorar... ele começou a chorar e eu perguntei porque que ele tava chorando. E ele me disse: **‘eu tive um sonho muito ruim!** Eu sonhei que nesse Caleme aqui entravam soldados camuflados com metralhadoras nas costas, com carros camuflados, e eu não entendi esse sonho’. (...) eu mesma comecei a chorar 15 dias antes. Chorava do nada. E meu marido me dizia: ‘por que é que você tanto chora?’ Eu digo: ‘não sei, não sei’. No dia da tragédia, foi a Igreja Batista e a comunidade que trabalhou (...). (Entrevistado 15 – Igreja Batista do Bairro Caleme).

Na Igreja tinha uma menina de 15 anos que sonhou que morria na lama. Pois ela foi carregada e achada morta lá embaixo (Entrevistado 21 – Bairro Campo Grande).

Se você conversar com diferentes pessoas na cidade elas vão dizer dessa sensação. **Muitas tiveram sonhos, meu marido sonhou com gente lameada pedindo ajuda e acordou desesperado. E teve muita gente que teve vários tipos de sonho.** Eu achei

interessantíssimo isso! Talvez algum espiritualista explique essas coisas. E as pessoas não conseguiam dormir. Eram uns trovões, umas coisas meio filme de terror, muito fortes, barulhentas. E minha casa tem uma varanda e na frente tem um morro que é uma reserva florestal que tem uns pinheiros muito altos. Faltou luz no bairro todo e em quase toda Teresópolis, e dava aqueles relâmpagos fortes, e daí, aqueles pinheiros pareciam coisa de filme de terror, de que iam sair uns monstros ali de trás, sabe? (Entrevistado 16 – Secretaria de Desenvolvimento Social/PMT)

É uma intuição muito esquisita! O meu filho que eu tenho e que tem foto dele aqui também, ele foi carregado dois quilômetros e pouco, né! Então, ele também é todo cheio de enxerto! Pé, perna, as costas... a pá dele aqui assim arrancou inteira! Deslocou, sei lá como é que fala, aí no hospital eles puxaram e ele disse gritou e viu a morte. Mas tá bem, tá trabalhando, com os braços cheios de enxerto assim mesmo. Ontem ele chegou aqui e falou assim: ‘mãe, oh, vem alguma coisa de bom aí pra nós, porque eu sonhei com o papai (fez sete anos de morto) e sonhei com Mário Sérgio’ (faz seis anos de morto), que é marido de V., essa que te recebeu ali. Era, né! E, com Fabiano que era aquele ali [apontando para a foto]. Diz que **no sonho tava todo mundo agarrado na mão um do outro, e ali, conversando...** Aí, ele chegou e começaram a conversar e coisa e tal... Daí a pouco, um carro passa ali fora e chamou ele, ele foi lá ver e era o homem avisando que esses kits de móveis iam chegar hoje, o dele. Então! Eu falei, já é uma bênção! **Porque já tá lá nos pés de Deus, naturalmente, se eles se comunicam com a gente, eu creio que é porque já estão descansados, sossegados lá!** Porque quando a pessoa anda muito e perturba a cabeça da gente, ela não está bem! Aonde essa pessoa está, ela não está bem! (Entrevistado 27 – Bairro Campo Grande) **[grifos nossos]**

Em analogia à passagem bíblica que enfatiza o desaparecimento de duas cidades - Sodoma e Gomorra - como castigo divino aos excessos cometidos pela população, o entrevistado 6 (Bairro Caleme) situa o desastre como evento purificador dos possíveis erros vivenciados por alguns, o que é reforçado por outra narrativa de mesmo sentido: “Muitos não acreditam, mas pra mim é o seguinte: tem muita rebeldia aqui embaixo. Muitas pessoas acharam que eram donas disso aqui, aí, Deus veio e mostrou que quem manda aqui é Ele (...). O que Ele levou anos fazendo, em segundos destruiu.” (Entrevistado 2 - Bairro Caleme). Numa perspectiva também religiosa, o entrevistado 15 (Igreja Batista do Bairro Caleme) identifica o sofrimento decorrente do desastre como possibilidade de exercício de “vivência do amor” ou de experiências mais humanitárias, conforme esperado dentro dos preceitos religiosos nos quais alguns afetados creem. Esses aspectos são enfáticos em Teresópolis, cidade marcada pela forte presença de Igrejas Evangélicas que, por

ocasião do ocorrido, se revelaram mais diretamente envolvidas na assistência aos afetados, observação essa bastante consensual entre todos.

(...) As pessoas entravam e saíam: gente que estava ali só pra ver, pra ajudar, você tinha de tudo! E muito perdidos. Nesse primeiro momento, eu acho que era até natural. **Ninguém estava preparado pra aquilo.** Só que eu acho que não se articulou depois. E aí começou a **iniciativa voluntária, basicamente religiosa.** Eu digo que acho que **essas pessoas não sobreviveriam sem a participação da sociedade civil, principalmente das instituições religiosas: 99% das instituições que atenderam pessoas foram instituições religiosas.** (...) É a igreja que está abrindo as portas pra receber as pessoas, ainda que precariamente, mas às vezes, de forma mais organizada do que outros. As instituições religiosas têm um poder incrível que a gente não dimensiona, de mobilização da sua rede de recursos (...). Engraçado é que, como a Igreja Protestante - não sei se é esse o nome que se dá no geral - como ela é grande e foi preponderante. A Igreja Católica, menos, pelo menos no acolhimento. Tinha muita equipe técnica voluntária nesses lugares, mas muito poucas do poder público. (...) Então, considerando mesmo os valores religiosos, a postura dessas igrejas era de acolhimento. O pessoal abriu as portas mesmo, um negócio impressionante! Eu fico dimensionando o que seria se não tivesse havido esse movimento. (Entrevistado 1 – Serviço Social – Ministério Público do RJ).

(...) Eu vendo aquele povo todo na rua, falei pra uma zeladora: 'vamos abrir a igreja'. Qual foi meu pensamento? Vamos fazer um café, comprar pão pra dar pra esse povo que deve estar com fome... todo mundo na rua, as casas entraram água. O pastor é muito conhecido no Rio de Janeiro, então, as Igrejas de lá se mobilizaram. Eu recebi aqui um grupo chamado "Radical Livre": portoriquenhos, espanhóis, mexicanos. Foi o primeiro grupo que veio aqui. (...) era dia e noite trabalhando, a igreja toda envolvida, todo mundo trabalhando: cesta básica pra todos, água, remédio, vacina. Nós tivemos todo o apoio. **A gente tem que agradecer a essas pessoas, todos de Igrejas Evangélicas, que a gente nem conhecia.** (Entrevistado 15 – Igreja Batista do Caleme). [grifos nossos]

Como afirmou o entrevistado 6 (Bairro Caleme): "quando as pessoas frequentam a igreja elas ficam mais humanizadas, ficam mais gente e não tão violentos. Acho que uns 65% da população daqui é cristã". Há toda uma convergência de falas e registros visuais (placas, painéis, faixas pela cidade) além do incontável número de instituições religiosas, que levam à constatação da relevância que a atuação das igrejas denominadas "cristãs" tem sobre a cidade e, de

certa forma, sobre as práticas políticas que nela se desenvolvem³⁵. Por esse veio interpretativo, se evidencia a explicação mística transcendente que aponta para o apoio divino na falta de suporte, pessoal ou público.

Eu tenho, aqui no Caleme, 48 anos. Eu nunca vi uma tragédia desse tipo em lugar nenhum. O que aconteceu aqui, pra mim, foi um fenômeno que a própria natureza faz isso de tempos em tempos. Ela cria um meio de ela mesma limpar o que está demasiado. Campo Grande tava um lugar horrível. **Quem conhece ali sabe: tava igual 'Sodoma e Gomorra'**. (...) morreu muita gente inocente, mas morreu muita gente que tinha problema pessoal. 'Sodoma e Gomorra', há quanto tempo aquela cidade existia? (...) o que aconteceu? O fogo desceu de onde? Só acabou 'Sodoma e Gomorra' porque era pra acabar mesmo (Entrevistado 6 – Bairro Caleme).

(...) Porque a Bíblia fala que, no final dos tempos, o amor de muitos esfriaria. Então, esse amor, você já vê literalmente frio. Ele (*o pastor*) começou a pregar sobre o amor, mas **nós só fomos viver o amor no dia 12 de janeiro de 2011**. Foi uma postura que, na minha visão evangélica de fé, de ouvir e ler a palavra de Deus, eu penso assim: **Deus colocou o pastor, o pastor pregou o amor. Aí Deus falou assim: vamos ver se esse povo vai viver mesmo o amor? Entendeu?** (...) Só daí a pouco caiu a ficha: Deus usou as pessoas que ele quis usar, levou daqui do Caleme quem ele quis levar e deixou quem ele quis deixar (Entrevistado 15 – Igreja Batista do Bairro Caleme).

Tuan (2005) sinaliza que a crença em forças supramundanas está profundamente arraigada na mentalidade humana. As pessoas, em todas as partes e tempos, no passado e presente, têm consciência do miraculoso, ainda que seja de modo fraco e inconstante. Isso variaria de cultura para cultura e estaria em diminuição no mundo como um todo decorrente do domínio progressivo e prevacente da visão científica. Na contemporaneidade, a crença em manifestações de natureza sobrenatural coloca a pessoa à margem da sociedade tida como “respeitável e culta”. No caso específico de contextos associados a desastres, isso se soma à desqualificação que os grupos afetados já sofrem por se encontrarem em moradias e locais analisados tecnicamente como de risco, o que seria visto como “opção de consumo” inconsequente – ou como ausência de um saber e do não

³⁵ A principal avenida de Teresópolis possui um portal com os seguintes dizeres: “Governando com o coração” e “Deus é fiel”. O site da PMT, visitado no mês de março de 2013, mantém em destaque a expressão “Governando com o coração”.

investimento em seu capital humano (VARGAS, 2006). No início do mundo medieval, no entanto, isso se daria de forma contrária, uma vez que tal pessoa teria se colocado no centro da sociedade; o papel da autoridade supramundana consistia, nesse caso, em solucionar pacificamente os conflitos, o que se dava de forma mais eficaz uma vez que os parâmetros dominantes e socialmente aceitos estavam acima das subjetividades das partes litigantes, suprimindo o débil papel coercitivo do Estado (TUAN, 2005, p. 119).

Embora organização seja poder, o poder sobre o meio ambiente natural não produz automaticamente uma sensação de segurança (...). Do mesmo modo, a mudança da vila para estado, da cultura para a civilização, não redundam necessariamente em nenhuma redução significativamente do medo. O que em verdade muda é o caráter e a freqüência do temor (Idem, p. 91).

Para o autor, hoje, na cultura ocidental, o medo iminente de um holocausto nuclear ou de um desastre populacional mundial, podem se assemelhar ao medo medieval do Dia do Juízo Final. E defende que, apesar da mente humana nos apresentar um mundo amplo, ordenado e bonito, ao se revelar como um dom ambivalente, nos traz também imagens do caos, mal e morte.

Associados a esse âmbito estão os elementos do mundo onírico, como já mencionado. Os sonhos se apresentam como forma de ver a vida, de interpretá-la. Para Fernandes (1961), o sonho é, para o homem comum, mais do que sonhar e não se separa da interpretação do sonho. Sociologicamente, o sonho é o interpretável. “O indivíduo se utiliza, nessas circunstâncias, de representações coletivas. A interpretação do sonho aparece como um fenômeno social, estando mais em função da cultura do grupo, que do próprio indivíduo”.

O autor destaca o papel que os sonhos têm para as populações ainda organizadas com base em relações sociais tradicionais e familísticas, como pensamos se tratar da predominância dos sujeitos locais encontrados nessa pesquisa. Para estas parcelas, os sonhos seriam cheios de mistérios e de enigmas a serem decifrados, pedindo para serem interpretados na sua dimensão mágica e premonitória. Isso se diferiria da posição daquelas parcelas educadas e socializadas nos hibridismos e distanciamentos da modernidade, que se pautam, segundo o autor, por um senso comum que incorporou - utilizando-se de critérios próprios e

simplificados (e até “vulgarizados”) -, as descobertas da modernidade e da ciência – nesse caso representadas pela psicanálise, psiquiatria e psicologia. Segundo Martins (2010), a diferenciação entre vida doméstica/familiar e vida cotidiana interferirá diretamente na forma como os sonhos se fazem representar. No mundo onírico, a vida doméstica traz a representação de segurança, proximidade, intimidade porque é tradicionalista, no sentido de ser lugar dos vínculos umbelicais e naturais. A casa aparece como lugar de refúgio contra as ameaças da vida cotidiana, que se desenrola essencialmente nos espaços públicos. Então, aquilo que aparece como vida cotidiana, se coloca em conflito, como ameaça ao que é íntimo, doméstico e rotineiro (p.70).

A vida doméstica e familiar aparece nos sonhos como lugar de segurança, de paz, de proteção, ainda que lugar de dominação, autoridade e controle – um lugar quase uterino; a vida cotidiana, desfigurada, desidentificada, marcada por surpresas (...) se mostra como oposto da vida doméstica e familiar (idem).

E a vida cotidiana, que traz as ameaças da perseguição, o estranhamento e o medo, se instaura quando as pessoas são levadas a agir, a repetir gestos e atos numa rotina de procedimentos que não mais lhe pertence ou está sob seu domínio. As ações e relações sociais já não se relacionam com a necessidade e a possibilidade de compreendê-las e explicá-las. Apesar desse “estranhamento” ser traduzido por quem sonha como tendo origem “no outro”, em “algo externo”, residiria, para o autor, de fato, no interior de cada um que sonha e que está submetido ao mundo que se torna moderno.

O sujeito não tem como se reconhecer nas relações sociais de todos os dias senão como sua própria alteridade, isto é, como ser social; não mais como pessoa inteira, singular, como senhor da unidade pensamento-ação-consequência. Ao se produzir nas relações sociais ele é, de fato, produzido pelas relações sociais, de algum modo, mais ou menos profundo, alguém muito diverso daquilo que quer ser ou daquilo que acha que é. O homem da vida cotidiana se sonha como outro, como seu próprio eu irreconhecível. Sua identidade não lhe pertence. Por mais que a busque acaba sempre achando o estranho, o seu próprio estranhamento e, portanto, a negação de uma identidade própria. Ou então, uma contraditória identidade desidentificadora, em que o sujeito, ao se encontrar, se perde, pois ao ver-se no espelho da vida, que é o sonho, não se reconhece. Basicamente porque perdeu a capacidade de compreender o seu

estranhamento e de lidar com ele. Mesmo que não queira, na vida cotidiana ele é exatamente aquilo de que foge quando sonha. É esse desencontro que define o que é o sonho na sociedade moderna. No fim das contas, na vida cotidiana cada um já não pode se remeter à totalidade natural e íntegra do mundo comunitário e tradicional (e daquilo que dele resta – sitiado, ameaçado e já dilacerado – que é a família dos pais) a não ser em sonho (MARTINS, 2010, p.72).

Reconhecer o estranhamento seria tomar certo tipo de consciência (ainda que parcial) da sua alienação, porém, de forma legítima e denunciadora: por meio do sonho, a alienação aparece como mal-estar, o mal-estar da vida cotidiana e do mundo moderno (p. 75). Nos sonhos, de fato, as pessoas sonham com as contradições que definem um modo (histórico) de ser e de situar-se no mundo.

Nessa linha de reflexão, nos é permitido supor uma relação conflitante estabelecida entre os elementos originados da religiosidade, de uma possível proteção supramundana, e do mundo onírico, em contraponto à perspectiva científica, ou seja, às informações/recomendações geradas por parâmetros científicos. As narrativas que se seguem contribuem para explicitar um cenário mesclado por dois elementos importantes: a expectativa acerca da proteção social originada do ente público e também da presença da proteção oriunda do “divino”. Tal situação sugere-nos que o acúmulo científico, ao não se converter em ações de proteção social ou de colaborar para fomentá-las, além de gerar dúvidas acerca de seu potencial, fortalece a expectativa da proteção divina, “superior”, abrindo também concessões para o surgimento da insegurança e estranhamento como elementos presentes no mundo dos sonhos.

A gente fica sem saber o que eles [*as autoridades*] vão fazer, na realidade. A gente está esquecido! Há uns 15 dias atrás choveu, encheu um pouco... a gente ficou olhando o nível da água. Eu creio que isso que aconteceu, não acontece mais, não. Eles falam que aí pra cima tem muita coisa pra descer, **mas quem sabe é Deus, né?** (...) Eu acho que falta mais estrutura, mais investimento, né? Porque a pessoa tem lá no computador e teria como evitar isso, **porque eu soube que o Jorge Mário sabia, que era prefeito, ele sabia que isso ia acontecer aqui, mas ele não alertou porque quanto mais pessoas morressem, ele ia lucrar com isso.** Eu acho isso errado, se soubesse que ia acontecer, a gente tinha saído, não ia morrer tantas pessoas igual morreu aqui. Aí, depois quiseram abafar pra ONU não vir e tomar conta. Mas, contando aqui na roça, passaram mais de mil pessoas! Só que ninguém quis divulgar! Eu acho isso errado porque a pessoa é um ser humano. Mesmo aquele que está

no poder é de carne e osso igual a gente. Eu acho assim que ele poderia ter alertado sim, mas não alertou porque ele não quis. Tanto que no dia que aconteceu isso aí, eu não vi a cara dele aqui, nem no abrigo ele foi pra ver o que é que a pessoa que morava aqui estava precisando. Ele veio aqui quando não tinha ninguém. Eu acho isso muito errado, ele poderia ter alertado a gente e não fez! (Entrevistado 20 – Bairro Campo Grande)

(...) Você ter um alerta, você saber: 'oh! as coisas podem acontecer dessa forma, desse jeito', é melhor! Eu sabia muita coisa, mas ao mesmo tempo, não sabia nada. Porque depois daquilo que eu passei, vi que não sabia nada. **Apesar de ter tecnologia de estudo, você nunca sabe nada. Quem conhece a Bíblia, sabe disso:** Deus falou que não é pro ser humano tentar descobrir os mistérios Dele, mas o ser humano quer tentar descobrir. E toda vez que isso acontece, de uma certa forma, isso é mudado. O meu pai esses dias, ele até falou que Deus fez a chuva pra vir de tal lado e que, quando o ser humano começou a adivinhar que ela estava vindo daquele lado, Deus mudou pra outro lado, mudou a intensidade, mudou tudo. Então, a gente sabe, que por mais que venha a tecnologia, a gente ainda vai se surpreender com muita coisa. **Eu falo que o que ensina a gente não é o ser humano ou os cientistas, mas a Bíblia (...).** O que houve aqui, tem isso na Bíblia (Entrevistado 21 - Bairro Campo Grande).

Esse sistema de alerta, aqui não chegou ainda, não! Eu vi na televisão que eles instalaram, não sei se foi lá no Rosário... mas aqui, ainda não! Eles vêm aí, vê a pedra, toca no assunto, mas agora é que eles tão começando a calçar a rua, mas muito devagar. Então, eu não tenho visto nada no momento que eles fizeram. Mas as coisas são devagar mesmo, né? Ainda mais **nesse Brasil, as coisas são muito devagar!** (...) Agora já vai fazer um ano que aconteceu, né? Um ano e eles não fizeram nada. E vem aí a época das chuvas e vai vim chuva forte. Eles falam tanta coisa que a gente fica até... uns falam que vai acontecer pior que aquela, mas a gente não pode prever nada. **Só quem pode são os cientistas que estudam isso e Deus. Seria bom que eles tivessem prevenido, né? E pudessem dar um aviso pra não acontecer, era bom!** (...) Se não fosse a mão de Deus, eu nem sei, talvez eu não tivesse aqui. **Mas eu creio que Deus nos guarda! Aquela pedra ali, foi Ele quem botou e ela me protegeu aqui (...).** (Entrevistado 18 - Bairro Caleme).

Eu te garanto que foi comunicado aqui em Teresópolis: 'olha, nós estamos vendo nuvens em Teresópolis muito grandes e pode acontecer uma enchente, avisa à população'. **A prefeitura podia ter alertado sobre isso, mas infelizmente.** (...) Aqui não tem ninguém pra dar previsão do tempo. Você passa nos lugares e não vê aqueles aparelhos que eles instalam pra ver a quantidade de chuva. Onde você vê aquilo? Não tem... Porque a pesquisa tá tão evoluída! Um exemplo: a sombra da minha mão é o Caleme e aqui tem uma nuvem. Eles sabem qual é o tamanho e a grossura dessa nuvem, sabem a distância entre a nuvem e o chão, eles sabem onde ela está estacionada. É satélite! Então, o cara não sabe que vai chover? Esse caso de não avisar é porque, às vezes, é falta de conhecimento do

cara que tá lá. Ou de não ter ninguém que ouvisse aqui pra ser alertado (Entrevistado 6 – Bairro Caleme). **[grifos nossos]**

Integra tal relação de desconfiança não só a retórica e performance originadas no pós-impacto - quando aparentemente todas as forças do Estado são mobilizadas e atuam, inclusive, a partir da divulgação da disponibilização de cifras grandiosas -, mas a relação histórica de segregação e abandono sofrida por esses grupos sociais específicos. O desastre, então, se constitui em apenas mais um elemento a integrar a despossessão atrelada ao território precário. Valencio (2009) trabalha esses sentidos quando destaca a transposição pelo ente oficial do termo “área carente” para “área de risco”, revelando a circunscrição da cidade numa ordem econômica excludente.

Diante da persistência dos pobres no fazimento do lugar, nele depositando sentidos para sua existência, emergem novos mecanismos de contestação a essa territorialização, dentre os quais tem destaque a progressiva substituição da nomenclatura ‘área carente’ para ‘área de risco’. Essa nomenclatura, em processo de difusão, tem como objetivo garantir a legitimidade do Estado no desfazimento do lugar, eliminando-se da paisagem urbana, a vizinhança indesejada. O termo ‘área de risco’ corrobora com os significados do termo precedente, mas acresce componentes do ambiente natural na equação a fim de problematizar o direito de morar como algo situado além da esfera sócio-política acima considerada (p. 35).

Tal ordem de inclusão que ratifica a desigualdade se faz acompanhar de outro elemento chave nesse processo: a burocracia. Uma das formas identificadas de vivenciar o desastre e de interpretá-lo está nas tensões experimentadas pelos grupos sociais afetados com os setores do Estado, a institucionalidade configurada para sua gestão e com a burocracia fortemente presente no desencadeamento de suas ações. A busca por descortinar e denunciar o que se faz obscurecido pela burocracia é parte integrante das narrativas geradas nas duas audiências públicas, realizadas em outubro e novembro de 2011 em Teresópolis/RJ, e esse reducionismo é denunciado pelos principais afetados dos desastres.

A ausência do poder público municipal não é só nessa Audiência Pública, não! **Já se passaram 9 meses e nenhum político, nenhum vereador esteve presente lá no segundo distrito - Santa Rita, Fazenda Alpina, Cruzeiro - pra nos apoiar.** Só depois chegaram algumas máquinas que também depois desapareceram.

(Presidente do Comitê Gestor 'Rio Rural' – Audiência Pública 1).

(...) Campo Grande vai ser rede de água, um negócio de uma rede. Não vai ser uma barragem de prender a água pra arrebentar e acabar tudo, não. Vai ser tudo assim tipo tela, uma coisa que falaram lá na reunião. Eles vão fazer uma barragem, mas vazia, pra quê? Porque lá em cima tem uma barragem. Ela está rachada. Se caso ela vir arrebentar, não acontece o que aconteceu de vir destruindo tudo, entendeu? Aí ela vai vir batendo. Vai ter uma aqui, vai ter uma na Cascata [do Imbuí]. Eles vão fazendo assim. Eles estão falando que vão acabar com a Fazenda da Paz: dentro da Fazenda da Paz vai ser uma barragem também. Que aí ela vai batendo e não vai destruir tanto igual destruiu essa chuva, entendeu? Nesse lado aqui não pode morar mais ninguém! Portanto, **na reunião que nós tivemos lá no Hotel Alpino [audiência pública], eles falaram que vão conseguir um terreno do lado de cá ou lá embaixo, perto do Flor da Posse pra construir as nossas casas. Porque o povo de Campo Grande não quer sair daqui. Tanto que nós estamos morando de aluguel aqui no mesmo no bairro** (Entrevistado 28 – Bairro Campo Grande). [grifo nosso]

Tais contestações por parte dos afetados levam a algumas alterações na agenda pública, tal como nos evidenciou o episódio registrado pela AVIT (através do Núcleo Comunitário de Campo Grande) e abaixo descrito. São exercícios que se mantêm atuais e diversificados³⁶, como nos mostra a manifestação ocorrida em 06 de novembro de 2012, em frente ao Palácio da Guanabara, sede do governo do Estado do Rio de Janeiro - entre outras formas de resistência e protesto desencadeadas, alavancadas pelos seguintes movimentos organizados: Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais/MONADES, Movimento Nacional de Luta pela Moradia/MNLM, Associação das Vítimas das Chuvas do dia 12 de Janeiro em Teresópolis/AVIT e Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis/CDDH (ANEXO 8).

Após a passeata do dia 11 de fevereiro em **protesto contra o projeto do INEA para as localidades do Campo Grande, Posse e Cascata do Imbuí**, aconteceu no dia 13 de fevereiro uma reunião no NUCOM de Campo Grande com técnicos do INEA que se dispuseram a conversar com os moradores das regiões. Além da psicóloga do INEA, vieram a assistente social, uma engenheira civil e um engenheiro hidráulico, além do Diretor de Operações Ambientais Dr. Jordão, que explicaram à comunidade a importância do projeto, mas também ouviram os apelos dos moradores. Foi formado um

³⁶ As diferentes formas de resistência originadas no contexto do desastre em Teresópolis serão mais minuciosamente analisadas no item 3.3 deste capítulo.

Comitê Provisório com 2 representantes de cada localidade, sendo 2 de Campo Grande, 2 de Posse, 2 da Cascata do Imbuí e 1 representante da AVIT para o acompanhamento dos trabalhos do INEA. **O INEA ainda informou que será montado um escritório aqui na cidade de Teresópolis para facilitar o contato com a população.** Fica aqui o agradecimento ao INEA pela disponibilidade em ouvir os moradores.³⁷

A frágil relação existente entre os grupos afetados e o Estado potencializa certa “autonomia” na interpretação feita pelos primeiros acerca do fenômeno, incluindo a relativização das orientações institucionais. Os agentes institucionais tanto não interferem previamente na posição/experiência leiga - num sentido objetivo de efetividade das políticas na qualificação de seus territórios -, como também não se tornam referências produtivas nas conduções posteriores ao denominado “impacto” - apesar de estarem fortemente presentes na produção de diagnósticos e projetos interventivos, via de regra, determinantes na desterritorialização dos afetados. Pode-se afirmar que a informação perita e as conduções técnicas não são determinantes como orientação efetiva que antecede o desastre (no sentido protetivo e preventivo) e, no pós-impacto - apesar de ser parcialmente apropriada pelos moradores de tais áreas e acrescida de elementos próprios do seu meio (VARGAS, 2006) -, também não integra a segurança ou uma relação democrática e “confiável”.

Com a tragédia, a gente já ficou sem chão: primeiro por causa do que as pessoas passaram e parece que o governo quer tirar mais ainda, quer ver o teu sofrimento maior ainda. Campo Grande é um bairro que dá pra reconstruir (...). **Você viu a Defesa Civil chegar aqui e ser agressiva, eles não deram tempo pra gente, num viram que: ‘oh eles passaram por isso agora, vamos dar um tempo pra eles se recuperarem, vamos explicar pra eles porque que tá interditado, porque que tá assim..’; não, eles não pensaram em nada, o governo, ninguém!** Muitas coisas que você tá vendo serem recuperadas aqui é coisa do povo. Sei que eles abriram a rua aqui e tudo, mas abriram pra quê? Pra gente tirar as nossas coisas da gente, mas quem melhorou a rua pro ônibus poder subir foi o povo. E a gente não pode nem contar com a prefeitura porque a prefeitura tá zerada. O que é que faz? (Entrevistado 21 – Bairro Campo Grande).

³⁷ Reunião do INEA no NUCOM de Campo Grande. Publicado em 15 de fevereiro de 2012 em <http://www.avit.org.br>

(...) Tem esses fenômenos que só acontecem uma vez. Aqui em Teresópolis mesmo, quanta chuva deu desde que eu vim morar aqui! Não vai mais acontecer, essa tragédia que aconteceu não acontece antes de 50 anos, não antes desse menino que está ali completar 50 anos (...). **Sair do Caleme? Não. O Caleme é tranquilo, eu vivo aqui há mais de 40 anos. Hoje eu tô envelhecido, eu vim pra cá menino e envelheci aqui. Sair pra onde? Onde eu vou achar um lugar pra eu viver como eu vivo aqui?** (Entrevistado 6 – Bairro Caleme).

(...) Eles passaram pra gente que vão construir uma barragem aqui, tipo um arco, que não vai ser pra segurar a água. Vai ser pra, se no futuro acontecer, segurar pau, pedra. Até o momento o que a gente sabe é isso! Esses dias, ligaram pra avisar que vinham fazer vistoria na casa, daí, meu marido explicou que nossa casa já tinha sido demolida havia muito tempo. Porque é assim: eles vêm, marcam as casas pra serem demolidas e te dão 10 dias pra você tirar portas, janelas, telhado. Eles te dão três *opção* de escolha: compra assistida, apartamento ou dinheiro. Eu preferi dinheiro porque eu posso construir do meu jeito. Eu fechei com eles em maio e no final de junho eles demoliram minha casa. Daí, 4 meses depois eles ligam pra fazer nova vistoria na minha casa? (...) Antes de acontecer a tragédia, Campo Grande não era área de risco, agora eles estão considerando. Aqui a gente nunca teve orientação pra construir. **A Defesa Civil não era uma coisa comum por aqui, agora já passou a ser comum até demais!** (Entrevistado 20 – Bairro Campo Grande)

Aqui só teve o pessoal da Defesa Civil: um coronel da Defesa Civil com os acompanhantes, né? Mas eles não falaram nada, só perguntaram se queria que interditasse, nós perguntamos por quê; eles disseram: ‘você não quer que interdita?’... e viraram as costas e foram embora. E até hoje a gente está esperando resposta e nada. (...) Se houver uma condenação da minha casa, nós vamos ter que ir embora. Mas nós precisamos saber o que está acontecendo. Porque aqui do lado, a dona pediu pra interditar, eles vieram e interditaram. A gente queria saber o porquê, qual é o risco da gente. Saíram todos os da frente, dos fundos e dos lados. Uma delas é parede e meia... se interditaram a de lá, e a nossa? Fizeram isso e não explicaram nada pra gente. Foram embora e até hoje a gente está aqui esperando. (Entrevistado 7 – Bairro Caleme)

Eu peguei e meti uma tinta no letreiro [na marcação feita pela Defesa Civil] e apaguei e não procurei mais ajuda de aluguel social de nada mais. Eles nem vieram aqui mais. Dali pra cima eles tão em cima querendo tirar e eles falam que vão fazer uma barragem ali alta, mas não é pra cercar a água, mas se acontecer alguma coisa, cercar lama, pedra, pra barrar essa quantidade de terra. Daquele gramadinho que tem ali até aquele sítio lá; fazer três, mas eu tenho pra mim que não vai adiantar, eu acho que é melhor liberar pro pessoal voltar a morar ali, mas é o governo é que manda e a gente não pode discutir com eles. É isso aí que eles tão falando! Tem muita gente pensando que vai ir embora, que vão tirar tudo lá (Entrevistado 26 – Bairro Campo Grande).

Assim eles passam aqui, falam e ele mostra [representante do Estado]! É um senhor de idade que vem representando. Mas ele é lá num sei da onde. Ele não é daqui, não. Não é daqui desses que a gente já conhece, não. Aí, ele vai passando e mostra: 'aqui tem seis casas, tem dois quartos, sala, cozinha, banheiro, área de tanque, um reservado assim pra que se tu quiser fazer uma festa, um aniversário ter um espaço pra você fazer. Mostrou tudinho! Ele é meio coroa, é um coroa que fala bem. É tipo assim, o Gugu e o Ratinho que mostra, faz as casas. **Quem pegou pra fazer é gente de Belo Horizonte, né! Mas se vai cumprir, só Deus sabe!** [referindo-se ao planejamento do Estado de reassentamento das famílias afetadas]. (Entrevistado 27 – Bairro Campo Grande) **[grifos nosso]**

Essas narrativas traduzem o distanciamento experimentado entre a institucionalidade oficial e os moradores. A relação truncada com o conhecimento perito e com a gestão pública se desdobra na forma de desproteção – ou proteção desigual, nas palavras de Acselrad (2006) -, aquela que leva a certa condição de vulnerabilidade materializada objetivamente na fragilidade de suas moradias, no conjunto das características de seus bairros, tanto no que diz respeito à sua condição estrutural, à inexistência ou precariedade dos serviços coletivos, como à insegurança jurídico-formal no acesso a terra (propriedade), entre outros direitos tidos como parte integrante e responsabilidade política dos Estados democráticos. Ainda que consideremos que a vulnerabilidade é socialmente produzida e que práticas político-institucionais concorrem para vulnerabilizar certos grupos sociais, o lócus hegemônico da observação tende a ser o indivíduo e não o processo, afirma o autor. Uma alternativa politizadora seria definir os vulneráveis como vítimas de uma proteção desigual, mas, no contexto dos desastres brasileiros, incluindo aquele aqui em discussão, se confirma uma desproteção que antecede o ocorrido e que se mantém no pós-impacto através da assistência paliativa, do posterior abandono e das incertezas que são reforçadas no cotidiano de um grande contingente populacional envolvido³⁸.

Como afirmam Valencio *et al* (2011),

³⁸ <http://extra.globo.com/noticias/rio/tragedia-regiao-serrana-2011/video-documentario-mostra-que-pouca-coisa-mudou-na-regiao-serrana-apos-tragedia-de-2011-5693201.html>. Acesso em 06 de agosto de 2012.

Desastres são evocados pelos afetados como acontecimentos persistentes que se mantêm no sofrimento cotidiano oriundo de uma multidimensionalidade e agudização de danos havidos, em contraponto à recorrente prática de negação e indiferença de outros atores, incluindo das frações do Estado (p.22).

Considerando a incisiva interferência da institucionalidade estatal na resposta às demandas dos grupos sociais afetados pelo desastre – ainda que se possa questionar a natureza e qualidade dessas ações -, se torna relevante resgatar as características que a assistência social assume historicamente no Brasil através de ações públicas de enfrentamento da pobreza, e do próprio desastre³⁹. Yazbek (1996) explicita o perfil limitado e ambíguo de tal política apontando algumas de suas distorções, que convergem novamente para a culpabilização dos vulnerabilizados:

Seu apoio (*se dá*), muitas vezes, na matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando, formas enraizadas na cultura política do país (...). Essa matriz conservadora, baseada na reciprocidade e em relações de caráter personalizado, permeou o conjunto da vida nacional e, para os segmentos populacionais inclusos nas faixas de renda mais baixas, vem gerando uma condição de 'prisioneiros de relações de dependência pessoal, da deferência e da lealdade (...)'. No campo da assistência social, essa matriz reforça as figuras do 'pobre beneficiário', do 'desamparado' e do 'necessitado', com suas demandas atomizadas e uma posição de subordinação e de culpabilização pela sua condição de pobreza. (...) é nessa matriz que se fundamenta a lógica tutelar que permeia as ações assistenciais na sociedade brasileira (p. 50).

Destaca também a vinculação histórica da assistência com o trabalho filantrópico, voluntário e solidário dos homens em sua vida em sociedade -, traço que ganha evidência em contextos de desastres e emergências, gerando a associação da intervenção técnica com a ação voluntária, ou seja, a identificação da assistência (política social configurada como direito social a partir da Constituição Brasileira de 1988) com o assistencialismo paternalista e fundado em razões de benemerência, aspecto a ser retomado posteriormente.

Também relevante é a conformação burocratizada e inoperante da assistência pelo lugar que o social ocupa na política pública, afirma Yazbek (1996,

³⁹ Pesquisa de Siena (2012) apresenta especificidades da assistência social no âmbito da proteção social originada em contextos de desastres.

p.51), denunciando o caráter desarticulado do aparato estatal nesse âmbito e sua consequente atuação descontínua e compartimentada.

Tais referências são desveladas em narrativas como a do entrevistado 16 (Secretaria de Desenvolvimento Social - PMT), caracterizando Teresópolis como município conservador e detentor de práticas limitadoras da assistência social como direito social.

Teresópolis é município extremamente conservador, em todos os sentidos. Eu vim do Rio e senti muita diferença nisso! Você tem um transporte público que é de uma empresa só. **Você tem um monopólio. Teresópolis é muito feudo, aquela coisa de antigamente: você tem um dono da cidade, você tem um grupo de donos, né? E você tem o resto (...).** É assim, e quem for contra isso, acaba na margem, sendo marginalizado. Eu fiz parte de partidos políticos, sociais e vivi isso na pele. A gente foi fazer trabalho em comunidade e era um horror, tanto que as pessoas desistem. **Porque é um coronelismo mesmo:** a diferença daqui pra Paraíba é nenhuma; você tem o **voto de cabresto, a coisa da dentadura, dos óculos, da manilha... isso ainda existe em Teresópolis!** [grifos nossos]

Essas são constituintes de uma cultura política conservadora que no caso particular do município, se configura de maneira mais geral através do seu ordenamento territorial, da distribuição de suas terras como exercício de poder de grupos da elite - e que se revelam ainda mais perversas e desumanizadoras em cenários como os dos desastres. Ou seja, o que tem decorrido dessa lógica, são ações pontuais, de caráter fragmentado e descontínuas que, se somando ao que historicamente está consolidado como “atraso”, encontram no cenário específico dos desastres o chão propício para o protagonismo apenas imediato dos “afetados” (no “pós-impacto” e como vítimas dignas da compaixão⁴⁰) - que é potencializado fortemente pela atuação da mídia - e que se segue do seu posterior e imediato abandono e negação do reconhecimento de uma cidadania participativa, fomentando condições que se aproximam da barbárie (VALENCIO, 2010a).

(...) a imprensa incita, no imediato pós-impacto, sua visibilidade [a dos afetados] para além do testemunho local; o problema social decorrente torna-se, algumas vezes, objeto de comoção pública e mobilizam-se auxílios de toda ordem, do trabalho voluntário às doações. Então, sucede o fastio da imprensa, que sai em busca de

⁴⁰ Sennett (2004). Esse aspecto será retomado ainda neste capítulo.

outras tragédias, assim como os voluntários (VALENCIO et al, 2011, p. 28).

(...) Todo mundo veio pra Teresópolis. O que veio de voluntário pra cá! A proporção da notícia lá fora, ainda que verdadeira, era muito pior e maior do que pra gente que estava aqui (...). (Entrevistado 1 – Serviço Social do Ministério Público/RJ) **[grifos nossos]**

Há desastres cujo impacto se revela de maior magnitude - tendo, portanto, maior projeção junto à opinião pública e gerando, ainda que apenas de forma imediata, maior atenção da esfera de proteção social (pública e privada). O inverso também se dá o que, no entanto, não significa uma redução do sofrimento social gerado – estando os afetados mais rapidamente sujeitos ao abandono e esquecimento. Nesses casos, o rigor na condução operativa por parte do sistema de proteção é ainda mais flexibilizado.

Há diferentes exemplos que poderiam ser mencionados como casos extremos, sabidos, e, no entanto, banalizados, onde os afetados são deixados totalmente à margem dos processos de proteção e das políticas públicas no intuito de refazimento de suas condições de vida. Pesquisa de Valencio (2008a) nos revela a experiência dos afetados de Jaboaão dos Guararapes/PE, no ano de 2005, que depois de 02 (dois) anos da deflagração do desastre, aguardavam, em situação de abrigo, solução para o impasse da construção de suas moradias, situação configurada pela ausência de integração entre as esferas governamentais responsáveis pelo gerenciamento da política. Em Juiz de Fora/MG, Vargas (2006) identifica a experiência de um grupo de 13 (treze) famílias inicialmente abrigadas pelo poder público no prédio de uma escola municipal infantil desativada e que ali permaneceu em situação de improviso e precariedade por mais de 15 (quinze) anos. O processo de inclusão em unidades habitacionais populares e próprias se deu somente no primeiro semestre de 2012, depois de vários adiamentos em razão, entre outros, de denúncia de corrupção contra o executivo municipal, levando à interrupção de vários projetos sociais no município e retardando o acesso a direitos fundamentais de significativos grupos sociais.

3.2- Lugar identitário, redes de sociabilidade e solidariedade

Pra mim o lugar é aqui! Porque aconteceu, mas foi em todos os lugares. Se fosse só na minha casa, mas foi em todo lugar. Isso não me dá medo, a gente tem que conviver com o medo, não adianta. Se ficar com medo vai morar aonde? Aqui é o meu lugar pra morar. Nós não temos condições de comprar um terreno, por enquanto! (...) A esperança de ser ajudado pelo Estado é mínima. Houve várias tragédias na cidade há anos e têm pessoas que até hoje *espera* a casa e não recebeu. Nem começaram a construir as casas dessa tragédia ainda! A gente tem que tocar a vida! Se for esperar pelas autoridades, eles não *faz* nada! Eles filmaram minha casa, tiraram foto pro aluguel social... já são 8 meses e nada! Não tem 1 real de aluguel social... (Entrevistado 3 – Bairro Caleme).

E você pode ver que desde que aconteceu a tragédia, continua acontecendo: ela está pegando em todos os lugares agora... Rio, São Paulo, Japão onde morreu gente de montão, carregou carro, navio... (Entrevistado 2 – Bairro Caleme)

Eu até tava pensando assim, pensei na minha cabeça: ‘essas coisas estão acontecendo lá nos Estados Unidos, aqui no Brasil não está dando isso, não!’ E não demorou nada a chegar no nosso Brasil e agora tá circulando. **Quer dizer que agora não tem lugar de confiança mais!** (Entrevistado 32 – Bairro Santa Rita).

Eu não perco a esperança, não. Eu creio que eles vão fazer alguma coisa pra melhorar porque acima de tudo tem Deus, e Ele tá olhando por nós. Se Ele não tivesse olhando, o que seria da gente? A gente pode sair daqui e não viver... Tá ali e morrer! (Entrevistado 18 – Bairro Caleme). [grifos nossos]

O contexto dos desastres – nominado comumente ‘tragédia’ na retórica dos abordados nessa pesquisa -, permite a evidenciação de sentidos que são atribuídos ao Lugar por aqueles que nele vivem, apontando para outras dimensões relacionais com o espaço. Inicialmente, se pode mencionar elementos, quase não explorados na literatura recorrente acerca do tema, constituintes da perspectiva traçada pelos moradores vinculados a essas áreas, uma vez que são contrapontos à versão perita para tais territórios: o desvelamento de uma esfera coletiva das representações do território como passível de produção de um Lugar; a revelação de um mundo significativo na rotina da periferia que é também “seguro” e “rico” – dentro da precariedade socioambiental das áreas sujeitas a deslizamentos, enchentes e afins

– ou, a processos de disrupção do cotidiano -, aspectos que apontam para a existência de um imaginário social capaz de construir endogenamente sentidos para um Lugar fora do escopo da deterioração.

A gente tá acostumado, eu tô acostumada, **eu estou sentindo falta da minha terrinha, das minhas plantinhas**, que eu levantava já ia preparando, arrumando a minha casa já preparando a comida das crianças. Ia na roça pegar lá as coisas separava: ‘ah isso aqui eu vou fazer para o almoço’; ia colocava na pia. Eu gostava muito de pegar aquelas rúculas verdinhas para fazer, que é bom para o sangue e ficar forte. O que eu comercializava, dava o dinheirinho que comprava o pão, comprava o leite, o arroz. Porque eu ganho uma pensão da minha filha que desceu para andar de bicicleta aqui embaixo: ganho R\$150 dela, mas não é o suficiente. Então, eu fazia isso para mim poder sobreviver, sustentar a turma, era o meu ganho. O resto eu tirava da terra (Entrevistado 8 – Bairro Santa Rita).

(...) **Eu sinto falta da roça, eu me sinto presa agora** [morando em apartamento de aluguel]. **Tô num lugar que não tem espaço, meus netos não têm espaço**. Eu me sinto muito presa, sempre gostei de ter as minhas coisas, graças a Deus. O Senhor me deu! Ganhei muita coisa depois da tragédia. Mas tá faltando sair pra um cantinho que tenha mais espaço que a gente possa se alegrar mais. Eu gosto da roça, dos bichos, de cuidar da terra com foice, facão, tudo na mão (Entrevistado 13 - Bairro Caleme). **[grifos nossos]**

A insistência na permanência ou retorno ao local de moradia e na reconstrução em territórios tecnicamente condenados aponta para a importância de “um Lugar seu”, evidenciando a luta por pertencimento e vinculação, frente à despossessão vivenciada - inclusive a espacial. Estamos tratando de cenas urbanas e rurais que trazem tanto a dimensão da dominação quanto da desigualdade para o primeiro plano. Esses locais se configuram em Lugar na medida em que é necessário tornar o mundo plausível, vivenciável: uma escolha dentro de uma gama reduzida de possibilidades.

Colabora com essa reflexão a ideia de “tática” em Certeau (2009), ou a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio, ou seja, do lugar do poder ou do querer próprios, como supomos se constituir predominantemente o universo dos grupos afetados severamente pelos desastres no caso brasileiro. O autor tratará das formas utilizadas pelo “homem ordinário” para escapar à conformação esboçada pela razão técnica que acredita organizar da melhor maneira as coisas e pessoas. Esse escape silencioso se traduz na reinvenção do cotidiano

graças a táticas de resistências que permitem a reapropriação do espaço e do uso a seu jeito. Certeau (idem) afirmará:

Nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é um movimento 'dentro do campo de visão do inimigo' (...) e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as 'ocasiões' e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. Em suma, a tática é a arte do fraco (p. 95).

Há, pois, um conjunto de determinações que desenha a desigualdade para além da possibilidade de escolha consciente desses sujeitos. Como já trabalhado, retomaremos o recurso sociológico de associação do desastre ao paradigma da vulnerabilidade social. Quando Acselrad (2006) anuncia que a vulnerabilidade é uma relação e não uma "carência", objetiva, acima de tudo, reafirmar que não poderá ser atacada através da oferta compulsória de bens, mas que deverá considerar as relações e contextos, as diferentes situações e condições que se articulam nos distintos momentos e localizações (p. 5). Decorre daí que, o consentimento para com os riscos e danos impostos será tanto maior quanto maior for a destituição (idem, p.3). Entram, no âmbito dessa análise, as possibilidades concretas que estão colocadas para certos segmentos populacionais frequentemente vivendo nos limites das condições físicas de reprodução, ou seja, como resultado de uma situação sócio-histórica marcada pela ausência absoluta de opções, de moradia inclusive. Este é um fator que evidentemente impulsiona e cria o pano de fundo da dinâmica de ocupações tidas como "ilegais" e/ou "predatórias" e tão fortemente condenadas pelos discursos técnicos e oficiais, principalmente quando da ocorrência dos desastres. As conseqüências se colocam no restrito quadro de oportunidades de

localização para os mais pobres, fruto de padrões de produção do ambiente construído e de formas de produção e distribuição desigual da riqueza.

Situando a proteção social no âmbito mais objetivo desse processo, pode-se afirmar que nele, uns apresentam maior capacidade para se proteger enquanto outros, nem tanto. No primeiro caso, essa proteção é possível via mobilidade ou pela influência que certos grupos têm no controle do mercado das localizações. No segundo caso, tal proteção afugenta-se para aqueles que não a possuem, ou a possuem em baixa ou descendente escala numa dada condição de existência.

Segundo Haesbaert (2004), a natureza dessa mobilidade se faz representar pelas possibilidades relacionais estabelecidas no território. Alguns são protegidos pela experiência da “multiterritorialização”; outros sofrem os limites impostos pela lógica capitalista hegemônica que os atrela ao “território unifuncional”. Para o autor,

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’. Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (p.1).

Utilizando-se de Lefebvre (1986, p. 441-412), o autor destaca o sentido simbólico das “marcas do vivido” que o território assume e que nos permite falar de apropriação em contraposição à dominação: no sentido de apropriação, estaria embutido o valor de uso e, como tal, a multiplicidade, diversidade e complexidade que o território assume; na segunda, qual seja, na dominação, estaria embutida a sua funcionalidade ou o seu valor de troca. Para Lefebvre, a acumulação capitalista sufoca as possibilidades de “reapropriação” dos espaços que são transformados em mercadoria, impedindo a prevalência da apropriação sobre a dominação. Essas considerações, ainda que apenas preliminares, se mostram fundamentais no entendimento do que aqui chamaremos de “Lugar” - e dos saberes nessas condições gerados-, no reconhecimento de práticas cotidianas na sua dimensão espacial, tudo

isso atrelado à experiência de enfrentamento do desastre que traz em seu bojo a constante ameaça de desterritorialização.

No âmbito dos fatores subjetivos, podemos considerar as diferentes construções socialmente feitas acerca do que é “tolerável ou intolerável”, do que é “arriscado ou seguro”, frente a condições determinadas de existência. Registra-se certa convivência com eventos pretéritos tidos como ameaçadores que geram sua relativização. As narrativas se mostram esclarecedoras evidenciando certa recorrência de fenômenos que marcam a experiência no sentido de sua apreensão e enfrentamento pela necessidade da permanência no Lugar:

Quando amanheceu, eu e meu marido fomos lá e nada... Só aí que eu fui ver, que eu saí pra frente, que eu fui ver. Meu sobrinho falava: ‘tia, meu pai e minha irmã saíram de casa, né?’ Parecia que ele já estava sentindo [*sobre a morte dos familiares*]. Eu disse: ‘não, C. H., eles saíram, sim, **porque sempre encheu e eles sempre saíram**’. **Porque enchia até o joelho.** (Entrevistado 31 - Bairro Santa Rita)

(...) a gente pensava que era o rio que estava subindo, que era só água! É onde que, pra baixo, todo mundo morreu, por causa disso. Caso entrasse água, ia acabar com os móveis, mas no outro dia estava tudo bem! Mas aí, não foi só isso. Foi as pedras que veio matando todo mundo! É onde que acabou tudo!! (...) **A gente pensava que era enchente, só enchente!** (Entrevistado 28 – Campo Grande)

Eu passei uma vez, que eu morava numa casa que só tinha uma porta, e já dava pro rio, era um corredorzinho assim! Então, a gente passava e já ia direto pra rua e **esse rio costumava encher**, aí ele encheu muito e só via aquele barulho de pedra e o meu marido sempre tranquilo, dormia, sempre desligado nessas coisas. Eu olhei da janela e vi a água fazendo ‘assim’ aí, o que que eu fiz: eu só tinha o meu filho e eu fiquei tão nervosa que o pessoal começou a gritar: ‘sai daí’, e não tinha como a gente sair. **A gente era obrigado a pular dentro do rio**, se o rio enchesse mais, ou então, quebrar a parede de concreto pra tirar a gente por dentro da casa da mulher. Aí, eu peguei o meu filho, acordei ele! Eu fiquei tão desesperada que eu fiquei procurando o meu filho e ele tava no meu colo. Então, aí nós saímos e fomos pra casa da minha sogra, mas aí, o rio chegou num nível, mas não ultrapassou. Era assim: chegava em um certo nível e pronto! (...) **Eu pensei assim: ‘vai entrar água, mas tomara que dê um sol pra eu botar as minhas coisas pra secar.’** E quando eu cheguei, fiquei em choque porque não tinha mais nada, só pedra (Entrevistado 4 – Bairro Campo Grande).

(...) meu pai sempre fala com a gente: ‘**choveu, de vez em quando, dá uma olhada no rio**, apesar dele tá longe’, porque isso aqui é um *valão*, é morro de um lado e de outro e aqui é uma descida, e aqui é um bairro que tem muita água. Se você andar por essas trilhas, eu te

levo em lugares que tem muita água, tem cachoeira. Então, quer dizer, eu não sei na cabeça dos outros, mas meu pai sempre foi uma pessoa assim, apesar que **a gente sempre morou perto de rio, ele sempre falou: ‘se ver que a chuva não tá normal, sempre dar uma olhadinha, sempre ter uma atenção!’** (Entrevistado 21- Bairro Campo Grande) **[grifos nossos]**

Conviver com tais fatores de ameaça faria parte daquilo que Vargas (2006) menciona como sendo lidar apenas com mais um elemento componente do cenário de privações e demandas que estão no plano mais imediato – ameaças, pois, que se tornariam contornáveis e passíveis de convivência. Então, não se trata da negação desses fatores, como se pode num primeiro momento inferir, mas de sua secundarização⁴¹. A leitura dos “sinais da natureza” e a apreensão de elementos que caracterizam a paisagem, sua constituição biofísica, na tentativa de seu “controle”, se mostram como um misto entre a convivência e observação do Lugar e as noções apreendidas, ainda que parcialmente, do próprio discurso perito (geológico, meteorológico, originadas da geotecnia, entre outros). Nas narrativas seguintes, moradores e um técnico interpretam os territórios e suas características geológicas revelando uma convergência para a leitura produzida pela geologia:

Teresópolis é um lugar que está sobre a pedra. É uma cidade alta. Essas pedras já estão aqui há milhões de anos (...) durante esse tempo foram sendo depositadas sobre essa laje de pedra materiais... essa área todinha tem pedra embaixo. Mas você vê vegetação em cima da pedra, vê que tá na terra acumulada sobre a pedra ao longo dos anos. É pedra com camada de terra e vegetação. Se chove muito, ela vai lavar isso. Olha aquela montanha: pedra pura! Essa outra aqui do lado, também... Essa base nossa aqui é de pedra e é continuação daquela montanha, etc. O que está aqui foi depósito feito ao longo dos anos: depósito de poeira que veio ao longo dos anos, a gente não sabe quantos e que se acumulou (Entrevistado 6 – Bairro Caleme).

(...) Eu conheci Campo Grande: tem muita construção em cima da pedra. Muitas pessoas falam assim: ‘como é que vieram essas pedras, como isso veio parar aqui?’ As pedras não veio de lugar

⁴¹ Rosa (2006, p. 08) apresenta dados de pesquisa desenvolvida num assentamento precário de Teresópolis enfatizando que a secundarização de fatores de ameaça se revela recorrente: “É interessante destacar dados de pesquisa realizada na Coréia, um dos assentamentos informais de Teresópolis, que ocupa parte da área do Parque Estadual do Três Picos, unidade de conservação cujos mananciais abastecem as Regiões Serrana e do Grande Rio. Quando os moradores foram perguntados sobre os principais problemas que enfrentam, na ordem de prioridade, o primeiro lugar ficou com a pavimentação. Somente em último lugar aparece a preocupação com os riscos físicos que os ocupantes sofrem devido à construção de suas casas em encostas íngremes e, muitas vezes, acima ou abaixo no nível das vias e servidões (...)”.

nenhum. É porque as casas foram embora e as pedras ficaram destampadas. Porque tijolo esfarela, vai embora, areia, pedra britada, vai embora. Agora, as pedras vão destampando e ficam de fora. **É como se a água tivesse lavado e deixado as pedras de fora** (Entrevistado13 - Bairro Caleme).

(...) e as pessoas se perguntam: ‘de onde veio tanta pedra?’ Foi por isso que até se fez pesquisas com os geólogos e tudo, pra mostrar qual era o tipo de relevo mesmo de Teresópolis. E aí, se descobriu que Teresópolis é uma grande pedra. Debaixo de toda a cidade você tem uma camada de terra relativamente pequena. Aí, os engenheiros, arquitetos é que devem explicar. Parece que realmente não é nada muito profundo e você tem muita pedra indo diretamente a essa camada, então, qualquer chuva, qualquer coisa maior faz com que aquela terra que é muito pequena, desça e apareçam as pedras. (Entrevistado 16 – Secretaria de Desenvolvimento Social/PMT)
[grifos nossos]

Os elementos mencionados até aqui compõem a noção de Lugar pelos agentes e a retórica perita/técnica envolverá, direta ou indiretamente, tais construções. Qual seja, tratamos de perspectivas que, num dado momento das narrativas, fazem certo movimento de convergência para o conteúdo das referências técnicas, ainda que isso não seja claro para os agentes, e que essa forma específica de entendimento não use dos jargões da ciência, necessariamente. Haveria, pois, uma apropriação do ambiente influenciada pelas estratégias discursivas oficiais, fortemente divulgadas, principalmente por ocasião da deflagração do desastre. A força que a gestão e a tecnociência (VALENCIO, 2012) ganham contribuem para a projeção de ideias, noções, ferramentas específicas que impregnam o imaginário social e interferem na forma dos agentes mais diretamente afetados pelo processo o traduzirem, ainda que sua ótica e experiências não sejam consideradas frente às decisões que afetam o seu cotidiano e o da comunidade à qual pertencem.

Mas olha, a pesquisa tá tão evoluída. Um exemplo: a sombra da minha mão é o Caleme e aqui tem uma nuvem. Eles sabem qual é o tamanho e a grossura dessa nuvem. Sabem a distância entre a nuvem e o chão se é de 12 km, 15 km. Eles sabem onde ela tá estacionada e ela estava da Várzea [bairro central] pra cá... Sabe por que eles sabem? Nós estamos aqui conversando. Eu te garanto que eles nos lugares de pesquisa mais evoluídos sabem que eu tô sentado aqui e ele está em pé. Eles dizem até o que você está comendo. **É satélite! Então, o cara não sabe que vai chover?** Diz pra ele, quantos minutos o satélite leva pra dar uma volta na terra? Se você reparar no jornal quando eles mostram aquela foto de satélite, ele dá a cada 11 minutos uma volta na terra, ele anda na

mesma velocidade de uma espaçonave quando está em órbita e leva 11 minutos pra dar a volta ao redor da terra. Já pensou? Em cada 11 minutos você está aqui de novo. Então, a cada 11 minutos o cara tem a previsão daquela área onde passou. Ele passa investigando a área todinha, então, como a altura dele é muita, ele vê aonde tá acontecendo. (Entrevistado 6 - Bairro Caleme). **[grifos nossos]**

Nessa reflexão, as narrativas contam aos poucos a história de vinculação com o Lugar, de apropriação do território que está diretamente associada aos processos de desenvolvimento e ao ordenamento territorial mais geral. Os dois territórios urbanos envolvidos na pesquisa - Caleme e Campo Grande -, se situam em finais de vales que foram ocupados há aproximadamente 50 (cinqüenta), 60 (sessenta) anos e adensados nos últimos 30 (trinta) anos, conforme relato de seus moradores mais antigos.

Tem quase 40 anos que estamos aqui. Quando nós mudamos pra aqui podia contar meia dúzia de casas só. Era Seu Zé Lopes, João Tico-Tico, que era motorista de ônibus, e Jaci, e só! Vi isso aqui crescer e não tinha nem o nome de Campo Grande (...). Esse nome foi posto depois. **Antes era Posse, chamava tudo Posse** (Entrevistado 27 – Bairro Campo Grande).

Originada de um integrante da gestão municipal, a narrativa seguinte facilita o entendimento acerca das características que marcam o adensamento que a cidade viveu nas últimas décadas:

Eu vim do Rio de Janeiro por conta de violência! Tudo bem que 20 anos atrás nem era esse tanto de violência que é hoje, mas a gente já veio com essa visão de sair do Rio por conta da violência. E hoje em dia é muito maior a proximidade de Teresópolis com Rio de Janeiro. A gente leva uma hora e meia, duas horas de ônibus: é o tempo que você leva da Barra da Tijuca até o centro da cidade morando dentro do Rio. Então, **você tem uma qualidade de vida melhor em Teresópolis por causa do clima, um ambiente mais seguro para os filhos adolescentes**, ainda se pode andar de noite na rua. Você não tem arma na cabeça quando para no trânsito, não tem caixa eletrônico explodindo, enfim, você tem uma certa segurança aqui ainda. Existem aqui os traficantes, enfim, mas é em menor escala e aí, você faz com que Teresópolis lote de gente. **Qual é o grande problema de Teresópolis? As pessoas procuram os centros urbanos que é onde tá centralizada ali toda parte de comércio, banco, as unidades, órgãos públicos. Teresópolis tem uma área rural muito boa, muito grande, até eu tinha uma grande vontade de morar pra Vargem Grande.** Depois do negócio que aconteceu em

janeiro, eu mudei de ideia, mas você não tem essa área rural muito habitada. Tem uns condomínios maiores de uns 5 anos pra cá. Você tem uma leva de condomínios de classe média, classe alta pra esses locais. Se você andar aqui você vai ver bastante de Albuquerque pra lá em direção a Friburgo bastante condomínio de casas grandes, você vê que já é gente que tá morando mesmo, nem usa só pra veraneio, não! Gente que mora e desce pro Rio, vem pro centro e tal! Mas assim, é isso! **Eu acho que Teresópolis tem uma população pobre muito grande por conta: primeiro pela topografia da cidade**, não tem jeito, você vai morar naquilo mesmo e até gente aqui que mora na Várzea que é a parte baixa do centro da cidade, que é o reto, você vê que não é tão reto assim. Aqui, por exemplo, na nossa Secretaria tem uns morrinhos aqui do lado e nós estamos, teoricamente, na parte baixa, né? Há pouco tempo, por conta da tragédia, eu até fui em algumas reuniões do Ministério Público e tal, e ela tava mostrando uns mapas, mostrando como que é o terreno de Teresópolis: a camada de terra que tem aqui é muito pequena em profundidade. Em Teresópolis, como é região serrana, parece que é a característica dos três municípios: Teresópolis, Petrópolis e Friburgo. (Entrevistado 16 – Secretaria de Desenvolvimento Social/PMT) **[grifos nossos]**

No entanto, quando nos atentamos às narrativas dos moradores, encontramos certa disposição em interpretar “seus Lugares” não a partir da ênfase de possíveis carências ou irregularidades existentes - ainda que possam ser objetivadas e componham seu quadro de vulnerabilização -, mas a vinculações materiais e também de natureza simbólica já criadas. Ao contarem as histórias de ocupação/formação dos seus bairros, realçam, antes de tudo, a perspectiva relacional, cotidiana, as conquistas (pessoais e coletivas) e mesmo o sentido de “oportunidade” (VARGAS, 2006) que tal inserção simbolizou na sua trajetória de vida - e que se mantém na luta travada pela tentativa de permanência no lugar.

Tem de 32 a 33 anos que eu moro aqui. Quando eu vim pra cá não tinha muitas casas, a rua não era calçada, não tinha ônibus até aqui. Eu só saio daqui direto pro lugar pra onde nós vamos todo mundo (...). **Foi meu pai que me deu essa terra aqui. Ele morreu aqui e minha mãe também, aqui é de família, entendeu? E tenho meus amigos, a molecada toda gosta de mim. É só você perguntar: ‘onde mora o velho’ que todo mundo me conhece.** Aqui eu crio minhas galinhas e outros bichos e tenho meus pés de fruta. (Entrevistado 2 – Bairro Caleme)

Moro aqui há 44 anos. Vim do Rio pra cá com 01 ano de idade. Aqui, eu já morei no haras que tem perto do campo, lá em cima. Daí, me casei e fui morar lá embaixo em Santa Rita e depois vim pra cá [*Fazenda Alpina*]. Nessa casa tem 04 anos que eu vivo. Aqui a gente fala Fazenda Alpina. Santa Rita fica mais pra baixo, lá embaixo. Mas

Fazenda Alpina faz parte de Santa Rita. Antigamente, chamavam 'Engano', depois Fazenda Alpina. Aí fala: Fazenda Alpina/Santa Rita. (Entrevistado 31 – Bairro Santa Rita).

O bairro cresceu tem uma faixa de uns 50 anos, né? Tô aqui há uns 50 e poucos anos (...). Quando eu vim pra cá pro Caleme eles estavam ainda querendo construir a barragem. Então, que cresceu mesmo esse bairro aqui tem uns 30 anos que começou a evoluir. Aqui era quase só parente antes. Depois começou a evoluir, o tio dela arrumou um carrinho, o primo lá embaixo comprou um carrinho. Já tinha um carrinho pra sair aí pra fora, viajar. Eu acho que cresceu devido ao fato do lugar ser muito tranquilo. Muita gente veio, começaram a vender os terrenos. Esse terreno aqui, a gente não tinha escritura de nada. Alguém aí tem um papel e diz que tem escritura do terreno, mas não tem nada! Era de uma Cia que tinha aqui em Teresópolis. Depois, a casa da Cia pegou fogo e os documentos sumiram tudo. Então, ficou esse lugar aqui assim. O pessoal começou a tomar conta do pedaço. Meu sogro mesmo, pegou daquela ponte que tem abaixo da padaria até lá em cima. Isso aqui era dele, ninguém mexia. Cada um pegava um pedaço, cercava e dizia: 'é meu!' E foram fazendo casa e começaram a vender. Meu sogro mesmo vendeu isso tudo aqui, ali pra baixo. Trocava por qualquer coisa. Trocou por material que nem tinha valor nenhum. (Entrevistado 17 – Bairro Caleme)

Eu nasci e fui criado aqui: tenho 60 anos em Santa Rita. Meu pai tá com 85 anos e minha mãe com 84, todos aqui trabalhando nos terrenos de lavoura. Trabalhamos nisso tudo. Santa Rita/Alpino, Alpino/Santa Rita, virou tudo a mesma coisa. Antes era chamado *Engano*. Aqui é um terreno que se dizia fazenda do governo. Aí, veio a desapropriação depois de 35 anos parado (Entrevistado 32 - Bairro Santa Rita).

O bairro Campo Grande tem uns 40 anos, mais ou menos. De uns 20 anos pra cá é que começou a aumentar de verdade. Há 20 anos começou a vir ônibus, aí eram umas três, quatro viagens por dia e foi aí que eu vim morar aqui. Não tinha ônibus à noite, depois passou a vir até 21 horas. A escola já tem há muitos anos, antes mesmo de ter esse bairro aqui. A minha irmã de 77 anos estudou aqui e quando ela veio estudar, já tinha gente que estudava há mais tempo que ela. É porque nesse vale aqui, o primeiro lugar quando vem entrando se chama Cascata do Imbuí, depois é Posse e depois, Campo Grande (Entrevistado 26 – Bairro Campo Grande). **[grifos nossos]**

Evidencia-se nesse conjunto o movimento de crescente ocupação física (com ênfase na constituição da moradia) e dos serviços que são destacados como os mais essenciais no cotidiano dos moradores: o transporte, a educação, o pequeno comércio, os mesmos mencionados como as principais carências para os que permaneceram nos locais impactados, gerando, entre outros, um sentido de “vazio”

e “solidão” enquanto simbologia de rompimento também dos fluxos do Lugar, qual seja, da mobilidade, liberdade de ir e vir, possibilidade de manutenção de hábitos cotidianos como comprar o pão no comércio mais próximo e do lazer e diversão (futebol, sinuca), assim como da manutenção da dinâmica alegre da reunião de crianças e adolescentes nas manhãs e tardes de entrada e saída da escola local.

(...) Eu tive que passar setenta dias fora, depois eu voltei pra cá, mas estou sentindo falta do movimento, daquela bagunça, daquela gente que descia pra jogar futebol, porque tinha um campo que a gente, às vezes, vinha bater uma bola. Olha, muita gente diz que Campo Grande tinha três mil pessoas, mas eu calculo que devia ser duas mil pessoas. Quando veio o dia da tragédia, eles não foram embora de noite, porque não tinha como eles ir, tava chovendo, aí a chuva acabou já tava quase amanhecendo, aí eles não iam descer sem caminho, no escuro. Eu cheguei ali e vi pouca gente, morreu muita gente, eu calculo umas mil pessoas, ou umas mil e duzentas pessoas. Mas a água aqui passou por cima de casa de dois andares. Inclusive tinha um casal que tava na praia, eles vieram pra cá naquela noite, e viram eles em cima da casa. Então, o pessoal pensava que eles não estavam em casa, viram eles em cima da casa, o casal com duas crianças, e quando dava um relâmpago eles gritavam pedindo socorro, e ouviu uma vez. Mas quando deu o relâmpago de novo, eles não tava mais, a água passou por cima da casa, eles chegaram em casa de noite e não amanheceram em casa. É triste, não é? Eu acho que aquele povo, muita gente não vai ter nunca mais, eu acho que esse ônibus nunca mais vai até lá em cima [antigo ponto final]. Eles tão indo lá pra cima pra derrubar as casas, eles não fazem nada pra ajudar a consertar a rua. Bom, eu gosto daqui, a água aqui é muito boa porque é de uma nascente ali em cima. Aqui é um lugar muito sossegado, aqui a gente pode dormir com o portão aberto entendeu? Não tem perigo nenhum, aí quando o meu filho sai e deixa a porta aberta, a pessoa pode chegar e entrar. Eu fiquei muito tempo sem sair de casa, pra ir ao médico o meu filho arrumava um carro. Aí o ônibus tá vindo até aqui em cima agora, agora ficou bom de novo. Mas agora a gente tá esperando que eles asfalem a rua aqui e que afundem o rio porque quando enche o rio, desce pela rua e estraga a rua tudo de novo. Olha, eu tô achando que é muito ruim pra gente sair de noite, fazer compra: **se voltasse aquele mercadinho aqui embaixo seria bom, melhorar a rua, aí eu preferia ficar aqui. Tava muito bom! Aqui tinha uma padaria que vendia todo tipo de fruta, uma birosca lá em cima e lá tinha uma mesa de sinuca. E o pessoal se divertia muito. Aqui tinha até o grupo das mulheres que a gente jogava bola no sábado.** (Entrevistado 26 – Bairro Campo Grande)

Na verdade, tem mães aqui ajudando também, mas eu faço parte do conselho de mães e ela era a professora. Então, assim todo mundo aqui tava tentando, aí eu comecei com a ideia de abrir uma comunidade e vou jogar pra internet pra pedir ajuda, pra pedir para que as pessoas possam ajudar a gente. E a gente tá aí na luta até

hoje. (...) Então, um dos objetivos de voltar pra Campo Grande, além de amar realmente muito esse bairro, não só eu mais os meus filhos, o meu maior princípio é: eu conversei muito com Deus e falei: ‘Deus, se for da Tua vontade, que a minha casa seja liberada, se for da Tua vontade que eu venha pra ajudar o povo. Porque eu não perdi nada, eu tô viva, móveis tão aí, roupa tá aí, a minha família tá aí mas eu quero ajudar quem perdeu, eu não preciso de nada. Quem tá precisando é realmente quem perdeu e a minha luta não é só pelo colégio, eu já dei muita entrevista assim e já falei: a minha luta não é só pelo colégio, mas sim por todo mundo, porque eu não perdi nada. As únicas coisas que eu perdi foram os meus vizinhos, os meus amigos, isso sim, porque se eles tivessem aí já tava bom. Agora casa? O pobre já tá acostumado a sofrer, o pobre já tá acostumado a lutar, isso a gente reconstrói com o passar do tempo, com o passar dos anos. **Porque o que faz a falta acho que é a ausência de todo mundo, é isso, a falta de todo mundo.** Por mais que não desse, tava todo mundo junto. Eu acho que não tinha necessidade de pegar o povo e tirar daqui. Vai pegar o povo e botar aonde? (Entrevistado 21 – Bairro Campo Grande). **[grifos nossos]**

As considerações compreendem a perda de fixos, de fluxos, assim como a perda “dos outros”. Então, o desastre é “*a falta de todo mundo*”, a dificuldade de manutenção da vinculação com o Lugar e com as pessoas que integram esse Lugar, porque morreram ou porque, aos que permaneceram vivos, não foi permitido o retorno.

Na conformação do Lugar que se faz identitário, é interessante observar certa convergência entre as três localidades pesquisadas esboçada nas narrativas – Bairros Caleme e Campo Grande e Distrito de Santa Rita –, principalmente considerando a mobilidade já experimentada por alguns entrevistados entre as três áreas, assim como por vínculos de parentesco existentes nas outras localidades ou mesmo apenas pelo conhecimento que se tem das histórias locais, com as quais é possível verificar forte identificação. Na verdade, são territórios que apresentam características semelhantes no que se refere ao histórico e tempo de ocupação, padrões construtivos, infraestrutura e formas de vida, de maneira geral, facilitando certa aproximação identitária com seu próprio Lugar. Quando dos relatos acerca do ocorrido em 12 de janeiro de 2011, foi comum o deslocamento de suas interpretações para o outro território, no sentido do reconhecimento de um também sofrimento experimentado por “semelhantes”.

Eu perdi muito parente lá em Campo Grande (Entrevistado 32 – Bairro Santa Rita).

Campo Grande foi demais, né? Lá acabou mesmo! Ainda tem muita gente morando lá, né? **Minha sobrinha morava lá.** Minha cunhada, a casa foi abaixo: tiveram que sair de lá. (Entrevistado 18 – Bairro Caleme).

Lá no Campo Grande acabou. Eu não tive coragem de ir lá. **Muita, muita gente conhecida da gente! Uma família toda conhecida da gente!** Foram membros da Igreja junto com a gente. Filho, neto da irmã da Igreja. Lá foi muita gente conhecida, não tenho vontade de ir lá. Tem um mês, encontraram o corpo de uma senhora lá, perfeitoinho (Entrevistado 17 – Bairro Caleme).

O meu filho trabalha lá pro lado de Fazenda Alpina/Santa Rita. Ele disse que lá choveu mais do que aqui. Lá no Caleme, **os primeiros moradores de lá do Caleme foi meu avô, o José Francisco de Melo. Papai foi criado lá. Todos lá, a maior parte é meus primos que eu nem conheço.** Lá foi aumentando e tá quase uma cidade, né? (Entrevistado 26 – Bairro Campo Grande)

Lá em Campo Grande era meu mesmo, foi a primeira casa que eu comprei (...). Nossa, lá eu conhecia as casas a dedo! Eu conhecia tudo. Depois lá foi crescendo. Agora, nessa época, fiquei um bom tempo fora e ali já tinha bastante gente que eu não conhecia. Não consegui voltar lá depois do que aconteceu. Eu tenho uma conhecida lá que tá sumida. Eu fui até o ponto final [do ônibus] mas não consegui: só em ver a primeira casa ali do ponto da igreja... (Entrevistado 13 – Bairro Caleme)

Eu nasci na Posse, em Campo Grande, ali pra cima (Entrevistado 30 – Bairro Santa Rita).

Fora daqui, eu tenho meu tio no Caleme (Entrevistado 21 – Bairro Campo Grande). **[grifos nossos]**

Pensar essas localidades nos permite avançar em traços particulares de sua constituição. Elemento fundamental na caracterização dos vínculos formados diz respeito à conservação, por tais grupos, de fortes traços suburbanos e relações sociais ainda bastante tradicionais e familísticas, nos termos de Martins (2010). “Aqui a gente conhecia os mais velhos, os mais novos, quem casava, quem tava namorando, quem tava esperando neném (...). Aqui, quando uma fazia uma arte, todo mundo ficava sabendo: ‘ih, tá namorando escondido’. Era assim” (Entrevistado 27 - Bairro Campo Grande).

Quando da realização das entrevistas, no decorrer de 07 (sete) meses de

trabalho de campo, foi comum confirmar a informalidade como traço marcante, o acolhimento à pesquisa (em alguns casos sem agendamento prévio), o agrupamento espontâneo de pessoas num ímpeto de colaboração na produção das narrativas, sendo em suas próprias moradias ou em locais públicos, como a rua. O espaço público, coletivo e o âmbito privado se mesclaram como possibilidade de abertura quase incondicional ao diálogo e ao relato tão “necessário” das versões diversas acerca do ocorrido, possibilitando a expressão da dor, do sofrimento, da solidariedade, assim como das diferentes interpretações da chamada “tragédia da Região Serrana”. Cabe destacar que a demanda pela escuta foi algo marcante, ainda que passados 06 (seis) meses entre o nominado “impacto” e o início da pesquisa. Por essa razão, ou seja, pautado na identificação de um grau de sofrimento e abandono explícitos, as narrativas se deram com bastante fluidez, confirmando uma boa convergência entre as demandas dos grupos moradores e a proposta da *entrevista em profundidade*, inclusive para a apreensão de elementos da subjetividade de tais grupos.

Nesse conjunto de importâncias e reflexões, destacamos o papel da casa como “espaço vital” e a forma própria como é feita e habitada, contribuindo para o entendimento do enraizamento dos sujeitos tanto nesse espaço mais restrito, como na sua extensão mais coletiva, ou na experiência comunitária, se reproduzindo de acordo com todas as dialéticas da vida, segundo Bachelard (1993). Talvez não haja, no âmbito dos fixos presentes na análise dos desastres, componente mais enfatizado do que a casa. Na perspectiva do autor, a moradia está relacionada à proteção e é concebida simbolicamente como “concha”, ou seja, o “primeiro universo”, um “cosmos”, nosso “canto no mundo”. Considerada para além de ser um objeto, expande-se de sua positividade para o mundo dos sonhos, onde “as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam tesouros dos dias mais antigos” (p. 25). Bachelard quer mostrar que

a casa é uma das maiores (forças) de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. Nessa integração, o princípio de ligação é o devaneio. O passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes que não raro interferem, às vezes se opondo, às vezes excitando-se mutuamente. Na vida do homem, a casa afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das

tempestades da vida. É corpo e é alma. É o primeiro mundo do ser humano (...). A vida começa bem, começa fechada, protegida, agasalhada no regaço da casa (p.26).

Apropriando-se do autor (2003), Valencio ilumina essa reflexão considerando que:

a construção inicial de identidade e as relações fundamentais com o outro, em termos de cuidados mútuos, solidariedade e afetividade, são protegidas pela moradia (...), concebida como um lócus onde a intimidade é resguardada para o repouso, o devaneio, a satisfação das necessidades básicas, dentre outros. Trata-se de uma referência espacial essencial dos residentes para dar materialidade aos seus valores, desejos, aspirações, fantasias, sentimentos, assim como para exercitar as tensões e conflitos que, porta afora, estarão igualmente presentes na esfera pública. É ainda, a referência espacial relevante na sociabilidade praticada com os demais membros de sua rede primária, desde os oriundos da família nuclear como da extensa, como os amigos e vizinhos. A referência alargada da moradia, que faz a ponte entre a esfera privada e a pública, as práticas pessoalizadas e as impessoais, é a comunidade, cujo sistema de objetos com significados compartilhados viabiliza a coesão e rotinas de convivência entre conhecidos e desconhecidos (2012a, p.68).

Campo Grande foi um bairro que revelou a característica da sociabilidade levantada pela autora, apontando para conjuntos de moradias que agregavam toda a família:

E lá era assim: tudo perto, em família. Era um terreno que tinha cinco casas: a minha sogra, a minha cunhada, minha outra cunhada, eu e meu marido e tinha um sobrinho dele que tinha uma casinha lá também (...). (Entrevistado 4 – Bairro Campo Grande).

Eram 4 casas: da minha cunhada e meu cunhado... era, na realidade, 5 casas porque o outro cunhado solteiro ele tava construindo por cima da casa do irmão dele, já tava com meia parede de tijolo levantada; como a casa do irmão dele foi levada por inteiro, a dele foi junto. Só a que ficou inteira e não caiu nada foi a minha casa e a do meu sogro. Já a da minha cunhada que era no segundo andar, a sala foi destruída e a garagem, a cozinha, banheiro e quarto. A varanda da cozinha, onde ela até tinha uma lojinha de doce ficou intacta, só atingiu mesmo a sala e a garagem (Entrevistado 20 – Bairro Campo Grande).

O terreno era assim: a gente fala que é meu, mas como dizem, a gente não tem nada, aqui é de Jesus. Jesus emprestou pra gente viver até agora, né! **Então, tinha a casa dele, que é da minha filha,**

e tinha a casa do outro filho que eu deixei ele fazer em cima da minha, e eu morava na de baixo. E foi tudo embora numa pedrada só! Tinha outra mais pra baixo que meu genro tinha acabado de construir. Já tinha gastado um dinheirão, estava quase pronta, só faltava botar porta e a cerâmica. Aí levou tudo! Já tinha gastado 15.000,00 (Entrevistado 27 – Bairro Campo Grande). **[grifos nossos]**

A perda da moradia, ou do sentido de proteção da “concha”, torna-se, pois, um forte componente do sofrimento experimentado no contexto de desastres, passando a representar a maior expressão da luta dos grupos sociais afetados na reconstituição das referências perdidas. Três grandes enfrentamentos/desafios parecem nascer daí: a passagem pelos abrigos públicos temporários (na condição denominada de “desabrigados”) ou o alojamento na residência de conhecidos ou familiares (na condição de “desalojados”); a inserção nos programas de “aluguel social”, estes geradores de profundas inseguranças e desconfianças na relação com o Estado (agravado, naquele município, pela falta de oferta de imóveis para aluguel, pela alta dos preços dos existentes, ou ainda, pela resistência do município em firmar esse contrato com parcelas dos grupos afetados, conforme denunciado pela AVIT); e ainda, o total descompasso entre as expectativas dos afetados e as propostas de reassentamento via programas de moradia elaborados unilateralmente pelo Estado.

A defesa do Lugar passará pela luta na tentativa do seu refazimento: este é fato recorrente nesses cenários e se torna o mote das lutas desencadeadas a partir dos desastres, de maneira geral. E, nesse caso, os moradores contestam as experiências de demolição das edificações atingidas no desastre e/ou daquelas condenadas pela avaliação técnica de risco por diferentes razões, principalmente: por não verem, em grande parte dos casos, a necessidade, em se tratando principalmente daquelas edificações que permaneceram intactas e que têm “indicação preventiva de demolição” – e daí, é revisto todo o sacrifício que a conquista da moradia representa para esse segmento social historicamente; e porque as demolições agregam mais componentes ao aspecto de destruição e desertificação do Lugar, tudo isso se somando à ausência de ações de recomposição local por parte do Estado, traço marcante do caso da Região Serrana do Rio de Janeiro - o que só reforça o aspecto de ruptura social característico dos

desastres – num plano mais imediato materializado pelo meio físico. O Lugar é tratado como impossibilidade.

A expressão “lá fora” foi sempre utilizada nas narrativas para o tratamento de qualquer outro ponto da cidade que não fosse o seu próprio Lugar criando certa distinção acerca do espaço “conquistado” e “seguro”, no sentido de lhe ser pertencente, acima de tudo, pela identidade e proximidade com seus hábitos, relações, afinidades e mesmo, com as táticas que envolvem sua sobrevivência. O aspecto *outsider*⁴² presente tanto na perspectiva da “área carente” como da “área de risco” – agregado a tais territórios a partir da retórica oficial - é ressignificado quando a vida e o cotidiano se revelam atrelados a aspectos que lhes asseguram o sentido de pertencimento. Não se quer aqui afirmar o sentido de Lugar isento de restrições, uma vez que não é traduzido nas narrativas como “idealização romantizada” e inclui o reconhecimento das limitações que lhes são impostas (e os próprios aspectos classistas inerentes a essa condição). Contudo, cabe enfatizar: os sentimentos de pertencimento e segurança permanecem diretamente associados a esse “Lugar identitário”, ainda que em muitos aspectos, explicitamente restrito e segregado.

É um bairro de pessoas pobres, que muitos aqui não estudou, onde as pessoas não tinha nem noção de muita coisa. Então, eram pessoas que realmente viviam aqui dentro do bairro: a gente tinha um mercado; bem ou mal, vinha um pediatra, vinha um ônibus de dentista, então, assim, muita coisa a gente tinha aqui dentro do bairro. O que você realmente tinha que fazer lá fora, você ia fazer. **Eu acho que as pessoas têm que entender que só porque aconteceu aqui [o desastre], não quer dizer que seja só aqui. O povo tem que ter a consciência que isso acontece em vários lugares. Então, um dos objetivos de voltar pra Campo Grande, além de amar realmente muito esse bairro, não só eu, mas os meus filhos também, o meu maior princípio, eu conversei muito com Deus e falei: ‘Deus, se for da Tua vontade que a minha casa seja liberada, se for da Tua vontade que eu venha pra ajudar o povo, porque eu não perdi nada, eu tô viva, móveis tão aí, roupa tá aí, a minha família tá aí, mas eu quero ajudar quem perdeu, eu não preciso de nada. As únicas coisas que eu perdi foram os meus vizinhos, os meus amigos, isso sim, porque se eles tivessem aí,**

⁴² Referenciado na obra de Elias (2000) que usa o termo para se reportar àqueles estigmatizados por um grupo estabelecido, como pessoas de menor valor humano, carente da virtude humana superior – o carisma grupal distintivo – que o grupo dominante atribui a si mesmo. “Os grupos mais poderosos (...) veem-se como pessoas ‘melhores’, dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros. Mais ainda (...), os indivíduos ‘superiores’ podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes – julgando-se humanamente inferiores” (p.20).

já tava bom. Agora, casa: **o pobre já tá acostumado a sofrer, o pobre já tá acostumado a lutar**, isso a gente reconstrói com o passar do tempo, com o passar dos anos. Porque o que faz falta acho que é todo mundo, é isso. **A gente sente a falta de todo mundo. Tava todo mundo junto:** porque sexta, sábado e domingo as crianças tavam na pracinha brincando, soltando pipa, né? Tava todo mundo brincando, todo mundo era conhecido. Então, **aqui é tranqüilo. As pessoas lutam, mas se o Governo não ajudar a gente, o que é que adianta? Se tirar daqui vai colocar aonde? Vai enfiar aonde? Num tem.** As pessoas que receberam dinheiro aqui, não tão conseguindo nem comprar uma casa. O que é que você faz com trinta mil reais? Você vai comprar num bairro que não é como aqui, que tem tiroteio direto, tem drogas. Aqui era um bairro mais família, mais roça, mais tranqüilo. Pra você ter uma ideia, mesmo antes da tragédia, o silêncio que você tá vendo aqui, era assim. O agitação maior era depois das cinco porque as crianças começavam a sair do colégio e nos finais de semana, porque aí as crianças saíam correndo: era pipa pra cá. Aqui sempre tem a época de pipa, de pião, de gude, então, as crianças corriam pra lá e pra cá. (...) **É um bairro que a gente sabe que tem reconstrução**, se não dá aonde tinha as casas, tem outros lugares que dá pra fazer. **Tem o reaproveitamento dessas pedras**, Então quer dizer, qual é a do Governo? Não tá se importando de te tirar daqui, se você vai ter casa pra morar, aonde você vai enfiar seus filhos. Tem gente aqui que tá sem o aluguel social, e tá lá fora pagando do bolso, passando uma dificuldade danada né? Então, fica complicado. (Entrevistado 21 – Bairro Campo Grande). **[grifos nossos]**

“Lá fora” compõe, então, o discurso de reafirmação do Lugar em contraponto a outras e diferentes ameaças: ao que está distante e desassociado e, até mesmo, ao estranhamento que as tramas da cidade podem gerar às suas práticas sociais específicas. A precariedade objetivada é amenizada pelo sentimento de pertença, sendo que, o contrário, também se revela: a precariedade ganha, de fato, maior relevância quando se pensa a experiência “fora do seu Lugar identitário”⁴³.

Quando a gente morou ‘lá fora’, eu não me adaptei de jeito nenhum! Tem gente que não quer voltar [*para o bairro de origem*], mas eu, depois que voltei, eu durmo melhor. A gente vive mais tranqüilo... Aqui tem muitas pessoas conhecidas (...), eu me sinto bem, em paz, tranqüila. **Fora daqui é difícil!** (Entrevistado 20 – Bairro Campo Grande) **[grifos nossos]**

⁴³ Foi recorrente ouvir relatos informais de indivíduos residentes nos locais da pesquisa que nunca saíram de seus bairros para a região central da cidade.

O sentido de Lugar se traduz, pois, de diferentes formas. Como tais territórios possuem fortes características interioranas e suburbanas, é registrada a ênfase na tranquilidade que o cotidiano permite (silêncio, liberdade, simplicidade, informalidade no trato) e na pessoalidade das relações, sendo que isso se opõe às características tidas como próprias do ambiente urbano, ou seja, o “tumulto da cidade”, os desafios colocados por uma dinâmica não absorvida, a invisibilidade das pessoas. “Aqui é bom, é tranquilo, sossegado. Não tem violência e a gente se sente à vontade.” (Entrevistado 5 – Bairro Caleme). O “interior” - outra expressão localmente usada para se referir à zona rural, mas que também converge claramente para os fragmentos territoriais urbanos que não estão na área central do município -, é traduzido pelo que proporciona em termos das redes de sociabilidade que facilitam a sobrevivência e suprem, até certo ponto, a ausência ou precariedade do trabalho/renda e das políticas públicas, de maneira geral.

Era uma vidinha boa, divertida. Eu falava com essa daqui: ‘hoje, pro domingo, vamo fazer isso, vamo fazer esse almoço, vamo preparar isso, mamãe vai correndo lá fora’. Ela ficava tomando conta dos outros para eu poder fazer compra. Aí, eu vinha aqui no mercado fazia compra e voltava correndo, aí, levava as coisas que ela pedia, a gente entrava no acordo sobre o que a gente ia gastar no domingo. Porque não tinha divertimento nenhum: não tinha parque, não tem lugar pra gente passear legal nem nada. Então, o divertimento era ali dentro de casa e a televisãozinha. Era uma vida divertida que levava, a gente sente até a diferença. Ela também pergunta várias vezes quando é que a gente vai voltar para casa, aí eu falo: ‘isso aí é o tempo que vai dizer’ (Entrevistado 8 – Bairro Santa Rita).

Eu te digo na honestidade, eu quase não saio do bairro. Às vezes eu chego lá na cidade e penso: ‘fizeram essa obra, e fizeram isso aqui’ e as pessoas falam ‘R., mas tu mora em Teresópolis’. Aí eu: ‘é, eu moro lá em Teresópolis, mas eu adoro ficar lá no meu bairro, e minha vida é lá, eu gosto de estar com os amigos, gosto da tranquilidade, eu não me vejo no meio de muita agitação, eu gosto da paz de saber que eu vou sentar num lugar pra conversar, vou rir, não tenho que me preocupar com nada, porque infelizmente, o mundo de hoje te obriga a trabalhar. Te obriga a viver aquela vida estressante e, de repente, você sabe que você tem o seu bairro e é tranquilo e calmo, tu sabe que você vai ficar ali na tranquilidade. Eu pelo menos gosto. Nada muito cheio, muito movimentado. (Entrevistado 21 – Bairro Campo Grande).

Eu gosto muito dali [local onde morava]. Meu caso é ficar ali. Se caso não tiver outra solução, tenho que aceitar para onde me mandarem ir. Mas o meu marido não, ele chega a passar mal quando fala que ele tem que sair dali. Passa mal mesmo, ele desce fica lá pensativo no que fazer. Nos primeiros dias depois da

tragédia eu fiquei no hospital com o menino dois dias (...). Quando eu vim os vizinhos me contou que ele ficava sentado chorando. Já tem 33 anos que ele mora aqui. **Construímos do começo até o fim.** Foi exatamente no ano que terminei de colocar o piso na casa, comemoramos o final de ano e foi tudo embora. Tava muito bonitinha a casa, toda emboçada, com piso, tava comprando as coisas pra dentro de casa, fiz um quarto pra mim, pras minhas crianças, tinha o corredor, o banheiro, aí a cozinha tava na parte da garagem que a gente ia bater a laje do outro lado para fazer a cozinha. Já tinha comprado o material, ficou tudo soterrado (Entrevistado 3 – Bairro Caleme).

Aqui é um lugar tranquilo, um lugar bom. Só que agora depois que aconteceram essas coisas a gente fica um pouco espantado, mas é um bom lugar, tranquilo, muito bom de morar (Entrevistado 18 – Bairro Caleme).

Meu marido sofre muito porque ele tem muita vontade de voltar pra lá [Campo Grande]. Falou que se tivesse uma casa lá voltava. Meu marido tá lá direto, sempre que tem folga ele vai e fica lá a manhã inteira. (Entrevistado 4– Bairro Campo Grande).

As pessoas saíram pros abrigos. Mas eu acho que a maioria sempre quer voltar e ficar no seu lugar porque eles pegaram aquilo do chão, construíram a casa todinha, levaram séculos construindo, mais de ano... Aí, acontece uma tragédia. Às vezes, a casa deles não tá nem na interdição, tá fora do perigo. Aí, eles interdita a casa pra derrubar. Eu acredito que eles iam querer continuar morando ali. Eu quero continuar morando na minha. E muitos saíram no desespero, perderam família, ficaram com medo. Aí ficaram com medo de voltar, eu acredito nisso! Ficaram com aquele trauma de ver aquilo. Ninguém esperava ver aquilo em Campo Grande. Tinha mais de mil pessoas lá. Não, muito mais que isso. Falam que mil tá sumido. Isso foi um velhinho que mora lá dentro que falou. Dizem que morreu mais de mil lá dentro e não acharam os corpos. Se você for lá, tu vai ver como é que ficou: onde não tinha rua, hoje tem rua... a água abriu rua. Tinha uma, foi feita duas ou três ruas. (Entrevistado 2 – Bairro Caleme)

Movimento, muito bom! Aqui tinha movimento, festa... Esse meu cunhado que morreu, ele tinha uma birosquinha. Ele fazia forró, festa junina. Era normal. Vinham uns caras de fora cantar! Agora... Quem tem televisão fica dentro de casa vendo TV, quem não tem, vai dormir. De vez em quando ainda tem uma festinha na casa de amigo, um churrasquinho... Mas mudou muito, muito, muito! Encontrei esses dias uma amiga minha. Quando ela me viu, ela me deu aquele abraço: 'pensei que você tivesse morrido!'. **Porque falaram que Santa Rita acabou, que todo mundo morreu. Morreu muita gente, mas não foi todo mundo.** É difícil! Porque é interior, a gente é unido, se gosta, todo mundo se comunica um com o outro. Todo mundo se dá, graças a Deus! Às vezes tem até uma maldade, mas é gente de fora quando vem. **Pessoal daqui, que foi criado aqui, todo mundo se dá bem. Vamos supor: se alguém tá com um carro, uma moto quebrada no caminho, para pra ajudar. Se**

alguém passa mal e não tiver carro, pode ir no vizinho que ele leva, entendeu? (Entrevistado 31 – Bairro Santa Rita) **[grifos nossos]**

É possível reconhecer nessa interpretação, ou na crítica dos afetados, um descolamento entre a ideia técnica de risco fortemente propagada e a defesa de reconstituição do Lugar. Toda a discussão acerca da moradia é perpassada pela constatação da existência daquilo que consideram equívocos ou morosidade/ineficiência na atuação do Estado, levando a manifestações de total desconfiança com relação à efetividade das ações prometidas. Subitamente, passam a interagir com frações desse Estado que, até então, não integravam suas experiências no Lugar, revelando inclusive a dificuldade de assimilar suas identidades e papéis.

(...) **Agora é a tal do INEA.** Agora é esses, só que esses demoliram a casa aqui de baixo e eles limparam. Eles falou que o negócio deles é demolir limpo; os primeiros, não: você pode ver aqui em cima que as casas que eles demoliram e só juntaram o lixo mais ou menos e tá assim horrível. **Porque, às vezes, as pessoas chegam e não sabe se foi pela chuva, porque muitos que vem aí perguntam se foi a chuva. Aí, eu falo: não, foram as máquinas!** (Entrevistado 20 – Bairro Campo Grande)

A Defesa Civil interditou algumas casas. Depois, voltou ao local e liberou a casa. O dono da casa não quer mais a casa, pediu pra marcar e destruir. E por que não distribuir essas casas pra quem perdeu as suas? Derrubaram casas boas, que estavam liberadas e têm pessoas esperando casas pra morar. Eu moro no Loteamento do Feu, minha casa não aconteceu nada e tá lá marcada pra derrubar. Já estiveram lá, já mediram, tô esperando me chamar. Se me der um dinheirinho de acordo, eu vendo a casa, se não der, não tem condições. Lá perto de casa têm casas que foram liberadas, o dono não quer mais, falou com a Defesa Civil pra marcar e derrubar. Ele tá recebendo aluguel e certamente vai receber um apartamento desses que tão prometendo aí, que é difícil. **Poderiam aproveitar essa casa, inclusive eu tenho vizinhos lá que aceitam a casa. Se vai derrubar a casa, que não derrube, mas dê pra outros** (Participante da Audiência Pública 2).

Quero fazer uma pergunta para as autoridades competentes: quando vai acabar de ser feita a infraestrutura dos bairros, do Poço dos Peixes onde a obra começou e parou, a limpeza de rio, barranco? E quero repetir a pergunta que já foi feita sobre as casas que pediram pra serem marcadas: se tem como fazer uma reavaliação e dar as casas pra quem tá precisando (Participante

da Audiência Pública 2)

(...) **Aqui mesmo teve muitas casas que não aconteceu nada. Dava pras pessoas voltar e morar, entendeu? E eles, naquele afobamento de pagar, quanto, é trinta, é sessenta e derrubou!** Quer dizer, as pessoas ficaram sem as casas e sem o dinheiro para comprar outra. Que a maioria não recebeu, entendeu? Quer dizer, aí as pessoas ficaram sem aluguel, sem casa pra morar e sem nada! (Entrevistado 27 – Bairro Campo Grande) **[grifos nossos]**

São interpretações que se opõem à forma utilitária como o Lugar é tratado pelas instituições do Estado na sua lógica de “refazimento do “cenário destruído pelo desastre”. A significação que a conquista da moradia tem e a necessidade de garanti-la se mostra contundente nas estratégias discursivas utilizadas pelos agentes desse Lugar. O tratamento dado, pois, pelas instituições do Estado é contestado, uma vez que sua ação se rebate no cotidiano de diferentes formas: através do seu esvaziamento, na ainda maior redução da mobilidade e no isolamento, sentimento de solidão e abandono para os que ficam e de desvinculação para os que são obrigados a sair definitivamente através das remoções. São serviços públicos essenciais e práticas de trabalho interrompidos e não reativados com base em argumentos não assimilados por quem se vê em situação de abandono e negligência pelo ente público. As ações públicas direcionadas aos segmentos afetados revelam a sua perspectiva classista, ou seja, a que setores da cidade e frações sociais a atenção e proteção são efetivamente dispensadas - uma recorrência no caso brasileiro.

Eu reclamo hoje das estradas, né? Porque agora, com qualquer chuva, enche. Domingo agora encheu! Eu fiquei apavorada! Muita gente que veio pra igreja não pode voltar! Os que vieram visitar a família não puderam ir embora. Eu acho que eles tinham que mexer nesse rio. **Tem um monte de máquinas, mas tão paradas.** Ponte que não tem. Antes o ônibus vinha e passava pelo Cruzeiro, mas agora não tem como! **Tem que melhorar, do jeito que está não dá pra ficar! Eu acho que eles não vão fazer mais nada, não!** Porque já tem um ano e eles não fizeram nada! (...) Sei lá, parece que esqueceram de nós, ainda mais agora que aqui tem pouca gente! Tem rua, tá passando ônibus vai se virando! Cadê o dinheiro? O dinheiro e muitas coisas. Caminhão cheio de móveis. Dizem que veio muita coisa, mas cadê? Isso foi desviado como o dinheiro foi. O dinheiro foi o prefeito mesmo. Eu não posso dizer, tô falando o que falam. Até comida estavam desviando. No começo, não, no final.

Mas graças a Deus, todo mundo voltou a trabalhar: fome nós não passamos, não! (Entrevistado 31 – Bairro Santa Rita)

(...) Foi falado que começou a dragagem no rio Santa Rita, bairro do Cruzeiro. Tivemos uma informação agora aqui do vice-presidente do comitê gestor, morador de Santa Rita, que o operador da máquina disse que só chegaria até a ponte do Cruzeiro, hoje de madeira. Eu falei pra que fosse apurado isso. **A máquina que chegou lá, só temos uma máquina do INEA operando e o rio tem, mais ou menos, 20 km de extensão e até agora só foram dragados 500 metros e a última chuva forte já estragou tudo que foi feito.** Qual é o prazo que nós vamos ter pra dragar todo rio pra dar segurança à população de ir e vir? Outra pergunta: com relação também às máquinas. No mesmo programa Rio Rural, dentro das propriedades dos produtores pra limpar áreas produtivas que hoje estão impróprias porque foram assoladas com entulhos e com barreiras que caíram, qual é o prazo pra isso ser feito? (Participante da Audiência Pública 1).

(...) Aí, voltei assim mesmo, os meus filhos lavaram aqui, e fiquei morando aqui. **Tá ruim pra fazer tudo, tá ruim pra comprar um pão, tudo é eles que traz. E aí, fiquei aqui mesmo e comecei a ficar nessa solidão.** Não tinha um ônibus pra gente apanhar pra ir na cidade e tá assim nessa solidão até hoje. Tá devagarzinho, tá chegando gente, mas tá muito lento. **E aí peguei e meti uma tinta no letreiro [marcação feita pela Defesa Civil] e apaguei e não procurei mais ajuda de aluguel social e nem de nada mais** (Entrevistado 26 – Bairro Campo Grande).

As perguntas são rápidas: quando vamos ter o projeto do Rio Vieira? Nós precisamos dessa informação pra que nós possamos plantar em volta do rio, recriar nossa mata no rio. E outra: as casas de Vieira, as pessoas de Vieira não querem sair de lá, querem continuar plantando, e **nós precisamos saber como vai ficar a situação do 3º distrito, dos agricultores do 3º distrito.** (Integrante da AVIT - Audiência Pública 2)

Eu queria saber o seguinte: tiraram nosso postinho de dentro da Granja Florestal, será que mora bicho lá dentro? Quem é que vai responder isso pra nós? Nós da Granja Florestal queremos uma resposta de quem for das autoridades, porque em Teresópolis, tá tudo morto, é Câmara Municipal, é Prefeitura (Participante da Audiência Pública 2).

O meu assunto é a creche Carinha de Anjo. Essa creche foi dada por uma ONG e, de 2 em 2 anos, troca o responsável. Agora eu estou lá. E o que aconteceu? Em janeiro aconteceu a tragédia também em Granjas Florestal e não sei porque a Defesa Civil, EMOP, prefeitura não se interessaram em abrir a creche. **São 44 crianças, a maioria vai lá mais pra se alimentar, vocês sabem que são crianças pobres.** A EMOP diz que tem uma casa caindo lá no alto do morro. Nós já estamos há 10 meses com essa casa caindo. Eu gostaria que alguém pudesse responder. **Sr. deputado, eu gostaria que o Sr. me desse uma resposta. Criança sem**

estudo, como é que vai ficar? Aí, não tem resposta, claro, né?
(Participante da Audiência Pública 2)

É muito bonito ouvir o discurso das nossas autoridades, porque eles chegam e fazem uma síntese da nossa dificuldade, mas a gente tem olho. Olha só, falaram em 10 pontes, nós temos 54 pontes no nosso município. Em pior estado está a área de Vieira, Bom Sucesso aquela área que o M. acabou de citar tá toda ilhada. **O trabalhador, o agricultor, pra ele transportar uma caixa de tomate ele tem que andar debaixo do rio, entrar dentro do rio pra encontrar uma estrada ali.** Poxa gente, são 10 meses. **Voltam novos discursos: não queremos discurso, queremos objetividade, uma resposta.** Poxa, **não adianta sentar aqui e falar pra gente isso, aquilo.** Se chover 20 mm agora, 12 mil estão desabrigados vão ser 40 mil porque o Rosário vai descer, Vale da Revolta, porque tá tudo dependurado lá. Nós queremos uma resposta pra aquelas encostas lá, por favor (Sindicato da Indústria Têxtil - Audiência Pública 1). **[grifo nosso]**

Esse conjunto de enunciações destaca de maneira direta, os elementos que constituem a experiência de abandono vivenciada: máquinas paradas, baixa mobilidade (“tá ruim pra comprar pão!”, “o agricultor, pra ele transportar uma caixa de tomate, tem que entrar dentro do rio”) e o reconhecimento do tratamento que lhes é dispensado. Nas palavras de Zhouri (2010, p. 453), se configura uma **resistência legitimada pelo discurso dos moradores através do testemunho pautado na observação e vivência**, em contraponto ao posicionamento das autoridades e suas retóricas denunciadas como “a síntese da nossa (sua) dificuldade”. Destacamos outros fragmentos cheios de significação: “Como vai ficar a situação do 3º distrito?”. “Tiraram nosso postinho de Granja Florestal: será que mora bicho lá dentro?”. “E a creche Carinha de Anjo? Sr. Deputado: criança sem estudo, como é que vai ficar? Aí, não tem resposta, né?”. “(...) a gente tem olho!”. “Não queremos discursos, queremos objetividade, uma resposta!”.

3.3- Sofrimento social: desproteção, abandono e resistência no contexto da afetação

A potencialização da experiência de desproteção vivenciada frente à avalanche de lama, pedras e vegetação, frente às diversas situações limítrofes entre vida e morte, ao incerto número de mortos e desaparecidos, à brutal mutilação dos corpos encontrados, ao desaparecimento de bairros (a exemplo de Campo Grande)

e famílias na sua quase totalidade, à morosidade e burocracia no tratamento de demandas essenciais da população, conduzem a interpretações que são diretamente influenciadas pelo forte sofrimento social experimentado. Identifica-se a presença de um luto que dois anos após a deflagração do desastre, está manifesto no choro mais sentido, na saudade e na necessidade urgente de falar sobre o ocorrido, de encontrar escuta, mas também de denunciar o abandono, as incertezas, a morosidade nas decisões e encaminhamentos acerca de benefícios e direitos.

Quando eu cheguei, não vi a minha casa. O carro dele [*do filho*] tava arrastado assim, encostado na casa do vizinho. Eu comecei a gritar: 'olha que ele tá aí dentro! Olha que ele tá aí dentro!' Pra mim ele estava dentro do carro. Aí quebraram o vidro do carro que estava cheio de lama. Só estava o volante aparecendo. Ele não estava. Aí eu olhei pro lado assim, a água jogou a cama que ele dormia, que era uma cama de casal que eu tinha na minha casa; pra mim ele tava ali e eu comecei a arrancar aquilo e comecei a me machucar porque tinha muito prego, caco de vidro, tudo o que você pode imaginar... pedaço de carro, aí eu arrancava tudo! Comecei a me cortar toda! **Pra mim ele estava ali e não tava nada!** Resumindo: não tava nada! **Acharam o corpo dele lá embaixo no Condomínio Fazenda da Paz.** Então, **eu descí por aqui abaixo pisando em cima de cadáver.** Mas pra mim aquilo não era ninguém, eu queria era meu filho. Até então, eu não sabia que tinha morrido minha filha, minhas netas, minha nora, meu genro, entendeu? Eu foquei nele. Eu sei que foi uma coisa de maluco! Eu descia, pulando os cacundas dos bombeiros, eu pedia pra eles misericórdia pra eles acharem o meu filho, acharem meu filho! E tinha tanta gente pra eles achar, né?! E descí. Quando cheguei no campo, ali tinha muitos corpos, muitos! Aí meu marido entrou assim. Gente, quando eu entrei aonde o muro quebrou no sítio, tinha muito, muito corpo, estava um em cima do outro, e eu vi um homem, eu não identifiquei quem, que a correnteza fez tanta pressão que um gancho de uma árvore sugou ele. Ele estava espremido, sabe? Estava roxo o corpo do homem! Olhei do outro lado, uma mulher, só as pernas aparecendo... aí eu me desesperei. (...) o meu marido me puxou e disse: 'não vê mais não, não vê mais não!' Por quê? Ele já tinha visto a minha nora e a minha neta do outro lado. Imagina se eu vejo!! Deus me livre! Eu acho que eu tinha morrido! Eu fiquei uns quinze dias só no calmante... e não consegui ir lá no IML reconhecer ninguém...(...) **Tu imagina! Chegar em casa igual eu cheguei lá! A marmitinha do meu filho e o prato dele em cima da pia, só ficou a pia, o fogão: o menino foi embora. É muito triste, gente!** Eu sinto muita falta do meu filho! Muita falta! [choro]. Eu tenho uma fotinha do meu filho na minha carteira, que todo lugar que eu vou, em assistente social, nesse negócio que eu vou da AVIT, que eu começo a contar a história, **eu mostro a foto e me desmancho toda porque eu não aguento olhar** (Entrevistado 29 – Bairro Campo Grande). [grifos nossos]

Se no âmbito do gerenciamento do desastre, a morte aparece referenciada na necessidade de sua operacionalização burocrática, como já visto, na perspectiva dos agentes do Lugar, está respaldada na dor e até na culpa, considerando os comportamentos que esse sofrimento desencadeou.

Muitas manifestações desse sofrimento dizem respeito à tentativa de preservação da memória dos que se foram subitamente: aquelas registradas no âmbito privado, da casa, através da recuperação e exposição de fotos, da escrita de textos, poemas e até do registro dos mortos da família numa listagem (ANEXO 9); as que informalmente se restringiram à dimensão local, através das marcações em locais públicos destruídos - como as pinturas de nomes de mortos nas pedras de Campo Grande (intituladas “memorial”); e as que foram organizadas numa perspectiva coletiva e de denúncia, a exemplo das passagens de 01 (um) e 02 (dois) anos de desencadeamento do desastre (em 12 de janeiro de 2012 e 2013) e aquela realizada junto ao Palácio da Guanabara – sede do governo do Estado do Rio de Janeiro -, em 06 de dezembro de 2012, já mencionada.

Perdi sobrinhas, filhos, netos, bisnetos, genro, nora (...): perdi duas noras, perdi esse genro [*mostrando a foto*] que não foi encontrado ainda; a minha filha foi encontrada lá na Cascata do Imbuí, toda mutilada! Lá embaixo! Essa aqui é ela [*mostrando a foto*]. Era vendedora. (...) **Mandei fazer essas fotos** desde que eu consegui o DVD, o CD. **Eu falei: ‘só quero dos meus mortos’** (...). Eles falam, mas é uma lembrança. **Isso aí é uma lembrança que, não é pra mim, que já não vai valer muito, mas pros que vem aí... Eu vou ganhar duas netinhas agora, bisnetas. Todo mundo gosta dessa parede de fotos.** (...) **Eu já estou maluca mesmo, pode me chamar de maluca, mas deixem minhas fotos ali** (Entrevistado 27 – Bairro Campo Grande). **[grifos nossos]**

O sofrimento que marca os afetados do desastre da Região Serrana do Rio de Janeiro se associa a grandes perdas que estão na base material de sua reprodução social - destruição ou condenação de suas moradias e/ou locais de trabalho, a destruição de bens pessoais e coletivos, ou seja, de fixos e de fluxos dos quais dependem (e que “objetivam/concretizam” o desastre para a opinião pública) - mas também invadem fortemente o âmbito de suas relações privadas, primárias, nucleares, comunitárias: morte, desaparecimento e danos físicos de familiares,

amigos e pessoas próximas que integram as relações cotidianas e de pertencimento (são os semelhantes na constituição do *habitus*, nos termos de Bourdieu (2005)), gerando um sofrimento emocional imensurável. Como afirma Valencio (2009, p. 42), as perdas não estão apenas referenciadas na destruição material, mas na decomposição do território como referente espacial do *self*, da vida familiar e comunitária. Perdas e sofrimento reforçados pelas características de proximidade mantidas nesses Lugares de menor porte e de perfil “familístico”, retomando a expressão de Martins (2010).

(...) a gente nunca mais vai esquecer na vida, pode passar 20, 30 anos que não esquece aquela imagem. Só via lama! **Eu vi as pessoas que sobreviveram procurando os outros. Igual meu marido que desceu, ajudou muitas pessoas que ainda estavam vivas.** Do lado da minha casa tinha uma casa de dois andares, eram dois vizinhos, quatro pessoas. Só sobreviveu o filho de 10 anos: o pai, a mãe e o irmão morreram. Aí, falaram com meu marido: ‘M., ajuda a pegar o A.’, porque dizem que o menino estava todo quebrado. Aí, a cabeça dele estava aberta, as pessoas ajudando, enrolando pano. Meu marido ainda perguntou quem era A. porque na hora a gente não sabia definir quem ele era, aí que ele viu que era o garotinho. **Eles desceram e foram tirando os vivos da lama e tinha várias pessoas mortas, penduradas em árvores, vergalhões, em cercas.** Ele foi até o campo, aí um rapaz, colega dele falou que o pai dele estava lá embaixo. Aí, ele desceu, mas chegou lá, não era. Ele nunca foi encontrado. (Entrevistado 20 – Bairro Campo Grande)

Acabou, não se acha casa. A do meu patrão, lá na parte baixa, era de dois andar e sumiu, parece que nem nunca teve nada lá. Só você indo lá para ver, porque tem muita gente, fotógrafo, jornalista, essas coisas, que não acredita que eu tava ali debaixo da pedra. Só vocês vendo para acreditar. As crianças, depois de uma semana começaram a puxar roupa, pano do chão para ver onde é que era o lugar da casa. **Perdeu, não tem mais nada:** o pé de abacate dessa grossura, cambucá. Cambucá é nome de uma fruta. **Rancou tudo, não tem mais nada. Tinha plantação de inhame, horta, tinha de tudo. As minhas ferramentas, máquina de cortar grama.** Aquela que tá ali ainda salvei porque tava no concerto, mas a outra nova (...), ferramentas novas que nem nunca foi usada: furadeira de parede, eu sempre tive, eu sou mulher mas sempre tive ferramenta de pedreiro. Mas os outros falavam: ‘por que você não trabalha de pedreiro? Você tem muita ferramenta de pedreiro’. Eu falei: ‘mas quando a pessoa vem trabalhar, a gente tem que ter ferramenta’. Olha, **o que eu tenho tá tudo lá embaixo: você não tem ideia das coisas que eu tinha, muita coisa mesmo.** (...) Foi tão incrível na época que aconteceu as coisas, eu fiquei de pé e dando força pras meninas, mas a minha ficha caiu depois, **porque só Deus mesmo! Tem semanas que para mim é muito difícil. Eu sinto falta da**

roça, dos bichos. E a gente fica preso, sabe? A gente tá num lugar que a gente não tem espaço e elas também [filhas, netos]. Quando arma o tempo, elas ficam tudo agoniada, os netos também *ficam* tudo alvoroçado.... A bíblia diz que a vinda do Senhor está próxima, mas **nós temos que ter esperança em alguma coisa para frente, a gente tem que prosperar e eu me sinto muito assim presa, sempre gostei de ter minhas coisas, graças a Deus**, o Senhor me deu eu tenho coisas, roupas, essas coisas assim, poltrona, sofá, essas coisas tenho tudo novo porque a firma do meu esposo deu para ele e eu também ganhei. (...) E ele ganhou da firma, graças a Deus esses materiais: tenho bastante roupa, lençóis, roupa de banho, graças a Deus, tem bastante. **Só que tá faltando é sair um cantinho pra nós, que tenha mais espaço, que a gente possa se alegrar mais** (...). (Entrevistado 13 – Bairro Caleme)

Eu peguei e levantei duas e meia da manhã, fui na cozinha, comi um pedaço de empadão e tomei um copo de suco bem forte de maracujá. **Sentei na beirada da cama e falei: ‘Deus, que chuva é essa que não para? Que torneira é essa que tá aberta?’.** Mais cedo eu já tinha levado meus filhos todos pra perto de mim, pro mesmo quarto. **Sáímos às pressas com as paredes rachando em cima da gente e a casa descendo.** (Entrevistado 14 – Bairro Caleme).

Dali de cima [Caetes, Caleme] 16 casas foram embora⁴⁴, fora as que estão lá, mas estão condenadas. Dali se salvaram somente G. e S. A casa deles era em cima, segundo andar. Eles ficaram ali ouvindo tudo e vendo com a luzinha do celular. Então, **o testemunho deles é o testemunho do que Deus faz na vida de quem Ele ama.** Ela ficou com o marido, os dois se ajoelharam e ela disse: ‘nós vamos orar porque nós vamos morrer’. E ela disse que **eles começaram a orar e eles viram o sinal do celular deles lá. Aí, arrumaram cordas, corrente humana que até hoje eu não sei e nem ela mesma sabe explicar direito como foi. Só Deus!** (...) Tem duas pessoas que não foram encontradas. (...) **Essas marcas foram profundas não só aqui no Caleme, na Posse, nas pessoas que eu acompanhei que vieram de lá da roça pra quem eu fazia doações aqui. Essas marcas, eu creio que vão ficar na mente de uma pessoa pra sempre, isso não vai sair.** (...) **Então, aqui, todas as pessoas mudaram. Aqui nós éramos alegres: você via, todo mundo passava era aquele bom dia, era aquela coisa... agora, você olha as pessoas....** (Entrevistado 15 – Igreja Batista do Caleme). **[grifos nossos]**

Ao tratarem do abandono sofrido pelos afetados, Valencio et al (2011) nos apresentam uma hierarquia que assim os ordena: desaparecidos, mortos, desabrigados, desalojados e demais afetados e complementam:

⁴⁴ Ver ANEXO 10.

Os grupos nessa hierarquia, como de resto em todas as hierarquias, devem ser tomados num sentido relacional, pois que, no plano concreto, essas condições se enfeixam. Estão mais suscetíveis a morrer antes de famílias que, nos desastres, ficam situadas nos grupos de desabrigados ou desalojados. A condição de desaparecido no desastre, representando desvinculação involuntária de seu grupo de convivência, é também dada por resolvida pelo meio envolvente quando se trata de ente de famílias desalojadas ou desabrigadas as quais, num viés de classe, são majoritariamente pobres e miseráveis (...). Entre os sobreviventes, os desalojados e os desabrigados são grupos sociais cujas relações persistentemente debilitadas com as frações do Estado se deterioram intensivamente num tempo social. Configuram um abandono que também pode ser visto como uma manifestação de invisibilidade social; dito de outra forma, como uma espécie de desaparecimento das vistas do Estado ou, ainda, uma evidência de sua progressiva morte social (p.29).

Teresópolis/RJ registrou uma experiência diversa com relação ao conjunto de ações que configurou a assistência social prestada. Como já mencionado, os grupos religiosos foram os protagonistas no tratamento das demandas relacionadas ao abrigo e cuidados, assim como houve forte participação de grupos voluntários. Foram identificadas situações em que o poder público só tomou ciência da existência de certos abrigos e condução do processo por outros atores depois do seu desfazimento.

E aí, teve a ocupação de três escolas. Bem, algumas escolas, não sei precisar, porque **as informações eram tão desconcentradas que a gente ia descobrindo as coisas quando elas já estavam acabando**. A gente ouvia: 'tem gente naquela escola'. Quando chegávamos lá já não tinha mais. 'Tem gente na casa de Dona fulana, 40 pessoas'. Chegava lá (...). Porque até **essa coisa da informação foi muito complicada. Você não tinha acesso às informações e nem elas eram centralizadas**. Isso foi muito complicado. **Mas 90% dos atendimentos foram feitos pelas instituições religiosas que com o seu poder** – porque as instituições religiosas têm um poder incrível que a gente não dimensiona – **mobilizaram a sua rede de recursos** (...). (Entrevistado 1 – Serviço Social do MP/RJ) [grifos nossos]

Já são significativas as pesquisas produzidas na literatura brasileira acerca dos abrigos gerados em contextos de desastres, estas conduzidas prioritariamente por Valencio (2007; 2008a; 2008b; 2009) que, com suas contribuições analíticas, evidencia a relação direta que a estruturação desses espaços coletivos, as práticas ali geradas e seu desfazimento têm com a lógica de contestação de uma

territorialização que se daria “fora da ordem” imposta pelo sistema político e econômico e, por sua vez, com a própria concepção de “área de risco” que “acresce componentes do ambiente natural na equação”. “Área de risco” se torna uma nomenclatura em processo de difusão e tem como objetivo garantir a legitimidade do Estado no desfazimento do Lugar, eliminando-se da paisagem urbana, a vizinhança indesejada (idem, 2009, p.35).

Os mapeamentos de risco têm servido à geração de zonas de exclusão e à expulsão de grupos sociais significativos do espaço urbano, na configuração de uma mobilidade social descendente, caracterizada pelo seguinte processo de degradação: evacuação da “área de risco” e impedimento de retorno; abrigo sem solução habitacional prevista, o que condiciona a busca de outros territórios em bases ainda mais precárias, e caracterizando a negação da cidadania. “Sob uma narrativa de compromisso com o valor maior da vida humana, se procede a uma cartografização da cidade que descarta a compreensão de fatores de ameaça no terreno de uma dimensão sócio-histórica mais abrangente e relacional” (idem). As remoções geradas por tais práticas de cartografização, por sua vez, se revelam como medidas de caráter higienista e encontram na gestão dos abrigos temporários sua forma de complementação.

Abrigos temporários fazem parte das medidas de reabilitação de desabrigados quando perdem suas moradias. Mas, esta medida de reabilitação tem se processado numa crescente desumanização dos serviços inerentes, havendo restrições para que as famílias desabrigadas sejam atendidas providências referentes a sua promoção social (p.36).

A tipificação “desabrigado”, aquela formalmente ensejada pela demanda de constituição de abrigos provisórios

(...) mescla características sociais e territoriais limitantes na medida em que, para ser amparada pelo Estado, a família será inquirida para comprovar sua destituição material e, também, de relações sociais (de parentesco, compadrio, amizade, vizinhança) que lhe providenciem acolhimento. Logo, revela-se como uma situação mais acentuada de assimetria de poder para o grupo reivindicar condições para se restabelecer no lugar. Se a característica do desabrigado é o desprovimento das coisas e das relações, é tratado pelo Estado como um desqualificado. E, ao desqualificado, não é dado, no imaginário dominante, referenciar suas necessidades no escopo dos direitos de cidadania, mas no escopo da ajuda, tendo que considerar

suficiente os provimentos que lhe chega fruto da bondade alheia e demonstrar gratidão e motivação para renunciar paulatinamente ao local de abrigo provisório e às provisões caritativas (VALENCIO, 2007a in 2009, p. 42).

Encontramos a expressão das tensões geradas por essa condição específica e no contexto da dinâmica dos abrigos, na narrativa de diferentes entrevistados da pesquisa. O grau de aceitação da inserção e permanência nesses espaços coletivos se difere entre os informantes, mas permanece o consenso acerca do desejo de verem rapidamente retomadas as condições de vida habituais, familiares, de práticas e relações que lhes assegurem o sentido de pertencimento, ainda que em condições nomeadas como adversas ou precárias. Além disso, são também reforçados os traços do abandono, da insegurança e as incertezas vivenciadas, tudo muito diretamente atrelado aos processos de vulnerabilização (ACSELRAD, 2006) que caracterizam suas trajetórias de vida e não somente a experiência pontual de perda da moradia e das referências do Lugar.

É conflitante a perspectiva esboçada pelos desabrigados daquela manifesta pelos responsáveis na gestão dos desastres. A condição esboçada pelos processos de desvinculação forjados no desabrigo, desalojamento, morte e mesmo na situação que configura o desaparecimento das pessoas, porta características de interrupção da rotina, privações, abandono, perda das relações e da rede de suporte envolvendo sentimentos como o luto e a dor emocional, aspectos dificilmente observados e contemplados no mote do gerenciamento dos espaços “alternativos” criados para o atendimento desses grupos e das demais intervenções ditas “protetivas”. Essas intervenções facilmente se burocratizam, tal como demonstram as diversas narrativas contempladas na pesquisa, porque são fortemente guiadas por uma concepção de ordem social militarizada e, portanto, tendencialmente autoritária, monofônica. Por outro lado, também resultam no abandono, tão logo o desastre deixe de se configurar no protagonismo midiático. Como já refletido anteriormente, quando a assistência acontece calcada numa concepção meritocrática ou ainda mais essencialmente, a partir do princípio da ajuda e do sentimento de compaixão, como referenciado em Sennett (2004), condiciona o assistido ao lugar da submissão, do favor, reforçando a abordagem que vê a pobreza como culpa dos pobres.

(...) chegamos lá (*no abrigo*), vi a mãe do meu marido e os irmãos dele, aí, eu fui pra lá na sexta-feira de manhã; **os três primeiros dias foram bons, mas depois. Difícil, estranhei tudo, desde dormir, comer, tomar banho, (...) tinha hora pra dormir, hora pra levantar, é muito ruim** porque, às vezes, a gente saía durante o dia e eles falavam: ‘olha, tem que estar aqui nove horas da noite’ e colocavam uma pulseirinha no braço de cada um, aí, anotava a hora que saía e a hora que voltava. E não é só você, mas também seu marido e sua família. São muitas famílias. Gente de fora, porque, às vezes, as pessoas aproveitavam da situação e se abrigavam lá porque tinha médico lá dentro. **Foi bom no começo, pois tinha pouca gente, os médicos cuidaram do ferimento da gente, meu marido com pressão alta, deram remédio. É ruim porque você se sente presa, porque você não tem aquela liberdade da casa de um parente, porque casa de parente é diferente. Porque se você quiser comer alguma coisa, você vai lá e come e no abrigo já tem hora pra tudo, é muito ruim** (Entrevistado 20 – Bairro Campo Grande).

A experiência no abrigo foi uma lição porque muitas coisas eu não sabia e aí, eu aprendi muito. Eu aprendi até conviver com determinadas pessoas, porque **quando a gente mora na roça fica mais isolado, mais fechado, aí então, eu tive que conviver com pessoas que estão acostumadas com outro ritmo de vida, então, a gente aprende muita coisa sobre o modo de ser, de conversar, mais expansiva, mais aberto, mais atirado;** a gente vai falar e fica até com medo na hora de falar, ver as coisas diferentes, aprender coisas diferentes, a gente aprende muita coisa. O dia-a-dia, sempre um dando apoio para o outro. Acho que não teve apoio da prefeitura não, foi da igreja mesmo. (...) **No princípio, teve bastante atenção,** um ajuda com uma coisa, outro ajuda com outra. **Mas depois, foi ficando esquecido e acharam que com tempo as pessoas podiam se localizar, se virar por conta própria.** Mas tá difícil se virar por conta própria, ainda precisa de muita muleta para gente caminhar porque tá difícil. **Nós dependemos muito de muita coisa, de muita assistência.** O importante de tudo, de tudo passado, é que a gente sobreviveu, estamos com vida, **mesmo que esse governo não ajude a população de Teresópolis, que tá com as nossas coisas em mãos para poder distribuir, dar um apoiozinho a mais para gente,** ajudar a gente a se esforçar por conta própria porque estamos com vida. **Nós temos filhos para cuidar, tem criança indefesa,** não sabe nem o quê que aconteceu, só ouviram falar: ‘por que isso, mãe, o quê que é aquilo?’. Porque eu sou mãe e pai ao mesmo tempo (Entrevistado 8 – Bairro Santa Rita).

Na hora que a gente chegou no Pedrão [*abrigo central*] ficou uma coisa horrível, tudo lameado. A senhora me desculpe, mas a gente lembrar é muito triste, as crianças descalças, tudo *lameado*. Os cabelos tudo em pé, parecia uma mendigo, esfarrapado, e isso **foi uma cena que me doeu muito mesmo, sabe? A cena dos meus filhos desesperados e a gente sem saber o que fazer, acalmar eles, mas a gente só tinha que pedir a Deus, porque o que que a gente ia fazer?** Então, as pessoas falam que viu a morte de perto, eu vi a morte de perto, então, eu não tenho vontade de voltar pra lá

[*Campo Grande*], porque foi por um fio mesmo que a gente sobreviveu. A gente chegou no abrigo todo mundo descalço, e eles vieram logo arrumar um sapato pra gente, arrumar um chinelo, arrumaram roupa e a gente foi tomar banho e depois comer. **A gente, como pobre, tinha uma vida estabilizada, com casa e as coisas tudo direitinho, entendeu? E de repente, você não tem nada.** Agora que tá começando a aliviar, mas essa cena foi muito triste pra mim, me marcou muito, de lá [*Campo Grande*] e dos meus filhos. **Ficamos um mês no abrigo, aí a gente foi pro aluguel, e eu peguei essa casinha pequenininha mesmo, só pra sair do abrigo até porque tinha um prazo pra ficar lá. (...) Tirou todo mundo das igrejas porque não podia mais ficar, entendeu?** E por fim também, **as pessoas já estavam saturadas. A gente, às vezes, escutava piadinhas: ‘ai, tomara que saia logo’** porque ‘as pessoas melhores tão indo e as ruim tá ficando’. Então, tinha uma certa piada, a gente ouvia lá! Dói, porque a gente não pediu pra eles abrigar a gente, eles trataram muito bem, mas teve um lá que jogou conversa fora. São coisas que machucaram a gente. Isso veio do pessoal que tomava conta, foi uma coisa muito triste. Foi assim: nós chegamos no Pedrão [*abrigo central*], aí, do Pedrão, nós ficamos uns dias na casa do meu cunhado na Granja Primor. A gente ia ficar no Pedrão só que tava muito cheio, aí nós ficamos uns três dias só, tinha muito tumulto, tava muito embolado, aí o meu cunhado levou a gente pra casa dele, aí nós ficamos lá, só que daí **falaram que se a gente não tivesse no abrigo, a gente não ia receber o aluguel, aí o que que nós fizemos?** Nós voltamos de lá, nós nem chegamos a dormir no Pedrão, nós fomos pro Pedrão e de lá nós fomos na van pra esse outro abrigo (Entrevistado 4 – Bairro Campo Grande).

A diversidade que constitui as experiências dos afetados inclui claramente a diferença entre o “tempo urbano” e o “tempo rural”, como nos revela o entrevistado 8, de Santa Rita. Foi recorrente observar certas narrativas originadas desse movimento que os obrigou a deixar a zona rural para o enfrentamento do abrigo e, posteriormente, a moradia de aluguel na cidade – configurando-se num grande conflito e desafio para as suas práticas sociais.

Evidencia-se certo conflito entre as narrativas dos afetados e aquelas originadas dos representantes do Estado, elucidando as diferentes posições ocupadas nesse enfrentamento. A configuração que o Estado quer dar à assistência social assume feição de “novidade”, de ação diferenciada, tanto quanto a forma de tratar o próprio desastre. Perde-se o contorno das garantias a serem oferecidas pelo Estado democrático no seu papel de proteção social. Aplicada à realidade da Região Serrana do Rio de Janeiro: como seria possível, por exemplo, pensar a não renovação do “aluguel social” para as centenas de famílias afetadas em Teresópolis/RJ se não havia um cronograma de obras para a construção das

moradias? (sendo que no mesmo contexto onde se deu o anúncio de prorrogação de tal benefício foi apresentado apenas o projeto de “reassentamento” das famílias?). Que feição essa estratégia discursiva ganha a não ser a de promoção do ente público para fins claramente eleitoreiros? Os três depoimentos seguintes mesclam o discurso do Estado e a exaltação ao benefício, a expressão de uma afetada, na forma de apelo, e a manifestação da Associação representante dos afetados, na forma de denúncia:

Eu queria dizer pra vocês que essa iniciativa do aluguel social na magnitude que ocorreu, acho que é uma experiência que ainda não tinha acontecido no nosso Estado e segundo as informações da Caixa e do próprio Ministério da Integração, na extensão que a gente está fazendo (...). **Nós conseguimos com muita rapidez, fazer o cadastro.** Inclusive, naquele momento aqui em Teresópolis, a gente trabalhou muito ainda num conceito de ‘pessoas que estavam abrigadas’. Isso aconteceu muito lá no estádio, no Pedrão e em outros locais que nós tínhamos a informação e tínhamos o acompanhamento da nossa Secretaria de Estado de Assistência do município e de outras secretarias, da Casa Civil, da Secretaria de Governo, enfim, onde nós estávamos mapeando todos os abrigos. Então, **o primeiro conceito foi exatamente os desabrigados**, nós não pensamos em excluir, pois era um momento muito difícil e a exclusão poderia ser injusta. Então, nós acatamos as informações de pessoas que eram proprietárias, que estavam no aluguel e que pagavam aos proprietários e fizemos um cadastro. Este cadastro, vocês sabem que é um cadastro grande! **Nós estamos vivenciando com o aluguel social uma grande conquista!** É um benefício transitório, que **nós devemos guardá-lo como uma conquista, defendê-lo como uma conquista e mais do que nunca zelar para que ele seja uma conquista de verdade! Porque nunca houve uma distribuição de aluguel social da maneira que nós trabalhamos: são 41 milhões de reais do aluguel social.** Então, é um dinheiro público que nós temos que valorizá-lo. Então, é uma coisa que eu trago assim, como uma demanda importante pra vocês, **nós mesmos temos que valorizar o aluguel social.** (Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do RJ – Audiência Pública 2)

(...) Eu estava desesperada! Aí eles me falaram: ‘passou, calma, calma!’ Me deram água e coisa e tal. Aí eles me perguntaram: ‘o que é que a senhora queria mais pedir pra Deus nesse momento?’ Aí eu falei assim: ‘o que eu quero pedir pra Deus, primeiro pra Deus, que é o Pai de Jesus e a Jesus Cristo que, assim como Ele me abençoou e eu já estou recebendo um aluguel e tô pagando o meu aluguel, **que também chegue pros meus filhos que estão todos esparramados! Pra gente ajeitar a vida de novo**’. Olha, deu um disparate, eu falei tanta coisa, que era católica misturei com cristã e ganhei até aplauso de tão maluca que eu estou! Mas me filmaram desde a primeira palavra. (Entrevistado 27 – Bairro Campo Grande)

(...) **não é favor nenhum o cidadão ou a cidadã de Teresópolis receber o aluguel social, isso é uma conquista da sociedade.** É uma conquista de cada um de nós, é uma conquista de vocês. Nós queremos dizer o seguinte: **nós queremos que todos os alugueis sociais pagos pelo Estado, que seja feito um recadastramento geral,** porque na nossa entidade e nas ruas chegam denúncias de que há fraude no aluguel social. E **nós precisamos de resposta,** a gente precisa que isso seja feito agora de outra maneira, com a população sabendo aonde se cadastrar de maneira organizada, porque **a gente, além de tudo, precisa continuar sobrevivendo.** Também, nós precisamos que aquelas pessoas que eram inquilinas ou meeiras que ficaram completamente desamparados, e são muitos, que essas pessoas também sejam amparadas pelo Estado, porque essas pessoas também são cidadãs. Ao longo desses meses nós recebemos mais de 1000 pessoas lá na salinha da AVIT, vivendo a Associação das Vítimas toda a dor, toda a angústia desses 10 meses. **O que nós lamentamos é que de todos os alugueis pagos pelo nosso município, a nossa Associação teve que entrar com quase 400 ações** para que essas pessoas cidadãs recebessem o aluguel social. Isso é uma vergonha, porque isso só atrasa e só prorroga o sofrimento de todos nós. A gente queria sentar com a Secretaria de Desenvolvimento Social e a Procuradoria do Município com todos os cadastros que nós levantamos e resolver com o município todos os casos pendentes. Eu gostaria que fosse firmado esse compromisso da Secretaria de Ação Social, Secretaria de Governo e Procuradoria do Município. E pra concluir: quando é que as casas serão construídas? Nós estamos lutando pelo futuro dessa cidade e pelas nossas famílias (Integrante da AVIT - Audiência Pública 2). **[grifo nosso]**

Essa perspectiva limitadora que a proteção social apresenta, como já mencionado, é enriquecida pelas noções trazidas por Sennett (2004) que problematiza a ação voluntária e o sentimento de compaixão como elementos que reforçam o que já denominamos como a associação da intervenção técnica com a ação voluntária, ou seja, a identificação da assistência social com o assistencialismo que ganha feições paternalistas e que se referencia na benemerência. Esse tipo de conduta, pautada na compaixão, fomenta duas posições, segundo Valencio (2012a), com contribuição do autor (idem): exalta o provedor e obriga o receptor a uma gratidão infinda ensejando um tipo de solidariedade pouco disposta a questionar as desigualdades e injustiças sociais, ou que, mais precisamente, se nutrem dessas.

É relevante destacar que a urgência dos pobres no suprimento de suas necessidades vitais retira-lhes qualquer direito de escolha e de preferência, enquanto que, de outro lado, é a oportunidade para a faxina dos ricos. Doar é menos um alívio na contribuição à mitigação do sofrimento alheio do que oportunidade de limpeza no armário dos

setores afluentes, renovando suas vestes, seus eletrodomésticos e afins. Mantido nesses termos, o desastre renova e reforça a segregação com tonalidades de coesão social (p.173).

A exaltação à solidariedade que perpassa o desastre em estudo é predominante: “Tem as coisas legais da tragédia, se é que se pode dizer assim: o voluntariado em Teresópolis foi uma coisa maravilhosa. Muito legal ver a disponibilidade das pessoas de ajudar (...)” (Entrevistado 16 – Secretaria de Desenvolvimento Social/PMT). “Eu acho que foi bastante manobrosa essa parte do trabalho de todos, da sociedade em si: eu nunca vi uma coisa que não fosse organizada e fosse tão boa, porque não faltou nada aqui” (Entrevistado 11 – Secretaria de Desenvolvimento Social/PMT). “A minha casa virou ponto de referência em Santa Rita, eu não sabia se era um supermercado, farmácia, loja de roupas. O quarto lotado, tudo cheio. Foram 7 meses dando cesta básica pra 400 famílias. Eu tive que rejeitar compra, remédio” (Entrevistado 32 – Bairro Santa Rita). “Aí, ficamos sem água, sem luz... Isso foi de terça pra quarta. Na quinta-feira, o povo, todo mundo se reuniu, foi dez: trouxeram água, comida, roupa, muita coisa lá da cidade. Vinham a pé, de moto, de bicicleta pra trazer as coisas.” (Entrevistado 31 – Bairro Santa Rita). Contudo, essa posição não se sobressai consensualmente, além de se revelar como prática temporária posto que a compaixão sofre uma fadiga depois de certo prazo de doação dos envolvidos (SENNETT, 2004).

(...) Você sabe que nos primeiros 15, 20 dias você recebe doação de tudo, todo mundo vem. Mas a gente, quando começou a trabalhar, trabalhou com essa perspectiva: de não colocar abrigo dentro de escola (por causa do início das aulas), e de que em dois meses já não teríamos apoio nenhum e que a gente ia ter que tocar a cidade sozinho (Entrevistado 19 – Defesa Civil/PMT).

Portanto, as reflexões não deixam de esboçar certa consciência crítica que denuncia não só as condições precárias e vulneráveis antecedentes à afetação – incluindo a forma desordenada de crescimento da cidade, a distribuição informal e inconsequente das terras sobrantes por gestores públicos (e posteriormente “tecnicamente condenadas”) -, como também o processo de corrupção e desvios que perpassou a administração dos bens doados e orçamentos públicos destinados a Teresópolis/RJ para o socorro e assistência aos afetados. Esse conjunto de

denúncias aponta para a forma como o poder público municipal, como em outras tantas experiências brasileiras, colabora diretamente para fomentar as condições favoráveis aos desastres, como aquele desencadeado em 12 de janeiro de 2011⁴⁵.

A esses elementos se somam a má administração dos recursos públicos, a duvidosa repartição das doações recebidas por ocasião do impacto, a confusa efetivação do “aluguel social”, a imprecisão do número de mortos e desaparecidos⁴⁶ (números oficiais que são contestados como estando aquém da realidade) e a morosidade na efetivação das obras diversas, das mais básicas, às mais complexas, e ainda, a desatenção e ausência de cuidado com os mais severamente afetados, também no âmbito emocional.

Eles [Igreja Batista] é que estão dando esse suporte pra gente de alimento, de uma alegria, de um sorriso, de um abraço, de um aperto de mão, de um ‘quê que você quer’? Muito mais que o Estado, muito mais. Tem o outro lado disso que é o sentimento. Quando tem um alguém que te ajuda a levantar é muito gratificante. Até da casa lá onde eu tô morando agora, Dona Dejanira, ela gosta muito de jogar você pra cima. Deus tem me cercado de pessoas assim, porque senão eu piro, eu enlouqueço. (...) O que mais marca é a dor da perda, a perda do ente querido e bens materiais também, porque uma coisa que a gente lutou com muito

⁴⁵ **Prefeitos de cidades serranas construíram, ano a ano, a tragédia com mil mortos de 2011 - CPI da Assembleia Legislativa do Rio mostra que administradores passaram anos com investimento zero em habitação e contenção de encostas. Em Teresópolis, moradores voltam para casas marcadas para demolição.** “A cidade de Teresópolis foi atingida por duas tragédias em sequência. A primeira, a chuva. Em seguida, veio a catástrofe da corrupção. Irregularidades nas obras contratadas pela prefeitura levaram a Controladoria Geral da União (CGU) a determinar a devolução de 7 milhões de reais destinados à reconstrução da cidade. O que se descobriu foi que empresários e autoridades municipais combinaram um esquema de propina para aproveitar a chegada dos recursos e as facilidades para fechar contratos emergenciais. O prefeito Jorge Mário foi afastado do cargo. A crise política em que mergulhou a cidade prejudicou ainda mais o pouco que estava sendo feito para evitar uma nova tragédia. E, por enquanto, há poucos indícios de que a cidade seja capaz de resistir a outra tormenta como a de janeiro. Nas áreas com casas condenadas, há moradores que reocuparam imóveis marcados para demolição. Como alerta a promotora Anaísa Malhardes, a dificuldade de encontrar imóveis na cidade faz com que, para algumas famílias, os imóveis condenados sejam o único abrigo disponível. ‘Teresópolis tem hoje um déficit de cerca de 13 mil moradias’, explica Anaísa, considerando as cerca de 3.400 casas destruídas ou condenadas pelo temporal e outras 11 mil que, em um estudo de 2006, foram consideradas inadequadas, pela forma de construção e pela localização em encostas e leitos de rios. ‘O ex-prefeito esvaziou os abrigos em dois meses. Mas para onde foram essas pessoas? Não tenho provas, mas sabemos na cidade que muita gente voltou para as áreas de risco’, adverte (...)”. Em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/prefeitos-de-cidades-serranas-construiram-ano-a-ano-a-tragedia-com-mil-mortos-de-2011>. Acesso em 10 de outubro de 2011.

⁴⁶ <http://extra.globo.com/noticias/rio/tragedia-regiao-serrana-2011/tragedia-na-regiao-serrana-parentes-de-desaparecidos-ainda-mantem-esperancas-5761739.html>. Acesso em 15 de agosto de 2012. <http://extra.globo.com/noticias/rio/pais-que-perderam-filhos-na-tragedia-da-regiao-serrana-reviveram-dor-do-luto-5769761.html> Acesso em 15 de agosto de 2012.

sacrifício pra ter e outras, que não com muito sacrifício, mas que a pessoa tenha te dado, mas uma pessoa que te deu uma coisa com carinho e de repente você se vê sem nada. Dor, tristeza: pra mim a primeira coisa que vem é a dor, dor da perda. E eu não sei, eu ainda não sei lidar com isso, já me encaminharam, porque eu sou teimosa, tenho feito mais pelos meus filhos, mas eu sou muito teimosa porque eu assim na minha consciência... meu psicólogo é Jesus. Mas Ele colocou alguém na terra pra fazer essa parte também, mas esse meu lado tem um pouquinho da minha teimosia, ainda não consegui trabalhar isso, não (Entrevistado 14 – Bairro Caleme).

(...) **Que nem aqui eles falam que morreu 380 pessoas. Num foi. Tinha seis mil habitantes! Eram seis mil e quatrocentos.** O censo de 2010 fez uma contagem do Flor da Posse [*supermercado local*] até aqui no Campo Grande. Aí tinha um total de seis mil e quatrocentos moradores, sendo que, a maior população era daqui do Campo Grande, entendeu? E não tem da missa a metade! **Eles falaram lá no IML e em todo o lugar que é 380 pessoas, só!** Né isso, não! Falar a verdade pra você, na Região Serrana, entre os mortos todos, passaram de mil e quinhentas pessoas. Imagina! Seis mil e quatrocentas. Hoje, que já vai fazer onze meses, quando a gente encontra alguém lá fora, é uma felicidade enorme! Eles gritam assim: ‘olha, o senhor tá vivo!! O senhor tá vivo!!’ Aí, eu que sou muito brincalhona falo: ‘lh,rapaz, tu não foi nadar,não? Tu tá vivo igual eu? Tu sobreviveu?’ A gente se agarra, a gente se abraça... que aí a gente sabe que tá vivo! Quer dizer, onze meses se passaram, a gente não sabe quem tá vivo e quem tá morto. Só da família, né? Porque aí a gente sabe. Porque no dia foi uma tragédia enorme! Era gente viva atolada na lama, gritando socorro! Então, os bombeiros tiraram aqueles primeiro. E a gente, como podia andar, os outros vinham guiando a gente, sabe! (...) **A gente conhecia todo mundo! E eles falam que é trezentos e oitenta....aonde? Não tem como! É mais.** Cadê o restante? Porque tinha casa que nem essa casa da Dona D. onde tinha vinte e três pessoas. Porque era um terreno e ali todos os filhos dela casaram e continuaram ali. Só sobrou duas pessoas (Entrevistado 28 – Bairro Campo Grande).

(...) Mas ninguém sabe direito o que aconteceu, porque eles foram avisados por telefone: ‘cuidado que tá enchendo’. Na casa da mãe dele [cunhado] tinham 10 pessoas que saíram: a mãe dele de 70 e poucos anos saiu pelo telhado, ninguém sabe o que aconteceu. Ninguém sabe se foi choque. Aí, ficaram mortos [irmã, cunhado e sobrinha] dois dias dentro de casa e mais um dia lá em cima no haras onde nós fomos criados. Quando os bombeiros chegaram aqui disseram que tirariam primeiro os que estavam com vida, porque todo mundo saiu daqui de helicóptero. Inclusive, foi o irmão dele que tirou eles de dentro de casa, botaram lá em cima no haras e ficaram mais um dia lá. A situação já tava triste, difícil. Aí, o que aconteceu? O irmão do meu cunhado ia enterrar eles lá mesmo. Mas aí, chegou na hora o helicóptero dos bombeiros e não deixou, porque é crime isso. Levaram pra cidade. Mas eu não vi eles, não deu pra ver, não tinha passagem pra gente ir pra lá. Mas é muito triste, fez um ano antes de ontem, eu chorei muito, e é uma coisa que só Deus, só o tempo. Eu não consigo me conformar porque eles eram pessoas

muito boas pra ter uma morte assim, entendeu? Nossa, foi muito triste. Eu sonho com ela direto, direto, direto (...) (Entrevistado 31 – Bairro Santa Rita). **[grifos nossos]**

Valencio (2012, p. 141) nos lembra que no contexto do sofrimento gerado pelos desastres há atores robustos - a exemplo dos que desenvolvem a performance política, técnica, científica -, cuja predominância se dá em detrimento dos grupos afetados, anulando a vocalização de suas demandas e provocando a sinergia de dois estados emocionais, dolorosos e de impotência, a saber:

O de sofrimento devido às perdas em si – humanas, materiais, sociais e simbólicas – e o da vergonha pelas perdas havidas, decorrentes do ruidoso julgamento moral dos que assistem de fora aos acontecimentos, mas dele formam e disseminam opinião, no geral, culpabilizando os afetados pelas próprias tragédias. No desastre, o medo de morrer e o medo de sofrer, radicados na alma humana, se dão as mãos e mostram simultaneamente a sua face fantasmagórica (...).

Contudo, o sofrimento em contextos de desastres também se revela fonte de denúncias e resistência, as mais diversas, expressões de organização, assim como manifestações de natureza difusa. As representações mais organizadas, como associações e movimentos, são interpretadas pelos afetados de diferentes formas. Entende-se que, apesar de, por vezes, não saberem nominá-las ou traduzir claramente seus objetivos, entendem globalmente que representam a defesa de seus direitos. Expressão disso está na presença significativa dos afetados nas referidas audiências públicas e na busca cotidiana pela assessoria oferecida pela Associação das Vítimas das Chuvas do dia 12 de Janeiro em Teresópolis - AVIT. “Acho que vale a pena você conversar com o pessoal da AVIT pra ver o outro lado (...). Eles estão fazendo um trabalho legal” (Entrevistado 19 – Defesa Civil/PMT). “Eu fui na AVIT para saber porque que meu aluguel social estava demorando, aí a moça falou que a justiça [prefeitura] entrou contra a gente porque não tem dinheiro pra pagar” (Entrevistado 28 – Bairro Campo Grande).

Outras representações organizadas, já mencionadas, se agregam à AVIT que se torna referência na luta pela gestão política e contra um regime de verdade: CDDH de Petrópolis, MNLM, MONADES, assim como organizações locais conformam a vocalização que sinaliza para a possibilidade de conversão das táticas

para as estratégias, sugerindo-nos o acompanhamento de tal processo através da continuidade da pesquisa. Novas investigações permitiriam também a inclusão na análise de outros atores presentes nesse cenário de embate de forças, aqui não contemplados – a exemplo dos políticos.

(...) foi difícil pra gente! Nós precisando de uma autoridade, mas a autoridade ela tá muito mal organizada, muito mal organizada! Eles não tão mais organizando direito a defesa civil, esse negócio de cesta básica, aluguel social, esse negócio da casa. Aí, tem um projeto aqui na cidade que eles tão vendo as casas das pessoas que estão precisando, igual minha mãe. Ela vai na reunião: me esqueci do nome deles. É tipo uma associaçãozinha que eles fizeram que tão cuidando disso. AVIT, é isso! (Entrevistado 30 – Bairro Santa Rita).

Como é que a gente fala? É AVIT? Lá eles falam que eu sou guerreira daqui, porque eu sou a mais velha que sobreviveu. Como é que a gente faz pra conversar com uma pessoa mais chegada da AVIT? Porque eu só conheço da EMOP, a Dona V. e acho que a Dona L. também (Entrevistado 27 – Bairro Campo Grande). **[grifos nossos]**

Entendemos que, tão importante quanto tratar dessa natureza de manifestação de caráter mais político e organizado, é também observar outras possíveis manifestações de resistência que têm se revelado recorrentes nesses contextos, quais sejam, aquelas que não se enquadram nas formas mais convencionadas como são os movimentos sociais, sindicatos ou partidos políticos – ou, nas palavras de Menezes (2002), nas formas de luta coletiva, organizada, pública e formal (p.32). Num exercício de reafirmação de um “sentido para o Lugar”, aqueles severamente afetados pelos desastres podem adotar posturas e expedientes que, nas palavras de Scott (2002)⁴⁷, são definidos como “formas cotidianas de resistência” e que revelam o confronto, ainda que difuso e aparentemente desorganizado, com as definições e ações que são traçadas, via de regra, unilateralmente pelo conhecimento perito hegemônico destinado à gestão de seus territórios. O relato que se segue ilustra essa noção do autor, revelando a

⁴⁷ O autor entende que, na maioria das vezes, a resistência às relações de dominação expressa-se em práticas cotidianas e discursos difusos, fragmentados, que orientam as interações cotidianas entre dominantes e dominados (p.33).

contestação às demolições de moradias nas chamadas “áreas de risco”: “(...) no dia em que eles estavam começando a demolir as casas, a máquina foi sabotada: cortaram a mangueira de óleo dela. Levaram um tempo pra arrumar e botaram vigia” (Entrevistado 20 – Bairro Campo Grande). Esclarecendo, Scott (idem) afirma:

Aqui tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer ‘corpo mole’, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. Essas formas brechtianas de luta de classe têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite. Entender essas formas comuns de luta é entender o que muitos dos camponeses fazem nos períodos entre as revoltas para melhor defender seus interesses (p.12).

Se por um lado, o autor reconhece como um possível erro a demasiada idealização dessas chamadas “armas dos fracos” – e nesse sentido, sua contribuição se revela tanto importante quanto polêmica -, por outro, entende que deve haver um “ajuste de contas” da história ou da teoria da ação política com o que chama de “formas cotidianas de resistência”, uma vez que, segundo ele, as Ciências Sociais se equivocaram ao privilegiar as organizações formais desqualificando as práticas cotidianas como triviais ou sem consequência. Para Scott (in Menezes, 2002), a política se define também, mas não apenas, pelas práticas de confronto aberto, público e/ou visível, mas pode inclusive estar dissimulada numa prática diferencial, de respeito honroso aos detentores e controladores do poder (p.41). Rebatendo as críticas de Genovese (1974), que denomina as formas cotidianas de resistência como “micro-atividades, incidentais ou epifenomênicas”, Scott (2002) afirma:

Minha maior discordância é com a argumentação de que as últimas formas são, em última instância, triviais ou inconseqüentes, enquanto apenas as primeiras podem constituir resistência real. Esta posição, a meu ver, deforma, fundamentalmente, a própria base da luta econômica e política conduzida diariamente pelas classes subordinadas. Ainda pode ser acrescentado que esta posição baseia-se numa combinação irônica de pressupostos leninistas e burgueses a respeito do que constitui a ação política (p.26)

O autor quer apresentar alternativas teóricas que permitam compreender as diversas formas de manifestação dos trabalhadores frente à dominação que lhes é imposta. Tanto as práticas cotidianas quanto a dos movimentos sociais são consideradas por ele como formas de resistência. Assim, discorda da separação entre “resistência real” e “resistência incidental”.

Em contextos de desastres essas formas de dominação e resistência parecem ser fortalecidas pelo abandono que é experimentado pelos afetados, evidenciando esses comportamentos adversos frente à inexistência de ações efetivas da proteção social. Então, essas práticas ganham um lugar ainda mais “relevante”, “significativo” no cenário onde há uma baixa intervenção ou atenção. E ainda que não alterem diretamente o rumo das ações ou a agenda pública, se configuram como forma de expressão do descontentamento e da expectativa pela permanência, pela manutenção do território como Lugar.

Tal expressão de resistência se dá frente não apenas (ou predominantemente) a formas convencionadas de dominação, expressas na figura do ente público, gestor, perito e seus argumentos e decisões, mas da ausência ou do abandono a que se encontram submetidos - ações ou uma funcionalidade própria que representam formas de poder. Qual seja: a máquina promove a demolição sob contestação dos moradores, porém, os entulhos sequer são removidos e o terreno tratado, o que colabora para criar um estranhamento ainda maior com relação à imagem da destruição gerada pelo desastre e complementada por essas ações; as edificações são marcadas, significando sua “condenação”, mas os agentes públicos que o fizeram sequer retornam ao local pra que os demais encaminhamentos sejam observados, tais como a discussão acerca das novas opções de moradia e direitos a ela referentes. Por vezes, até mesmo alteram a decisão tomada sem que haja uma lógica clara e explicitada ao morador, ou ainda menos, que haja sua participação e contribuição na tomada de decisões. Em alguns casos, há omissões e negligências que, por fim, invalidam qualquer credibilidade possível com relação aos diagnósticos propostos e intervenções do ente público.

Então, a própria concepção de desastre e também as formas cotidianas de resistência se revelam atreladas a esse comportamento de abandono, que é histórico e está associado a grupos sociais específicos, se tratando, na verdade, de

um descompromisso que marca a institucionalidade vinculada à gestão dos desastres. Valencio (2010a) enfatiza que:

(...) há grupos que se encontram num dado espaço, mas são destituídos da possibilidade de tecê-lo em contornos e conteúdos com os quais se sintam identificados e em prol de sua plena socialização. Logo, a retirada, destruição ou deterioração provocada por outrem, dos sistemas de objetos significativos do espaço onde o referido grupo se constitui, mais do que causar rupturas na realidade material em si mesma, causa danos à vida interior destes, que se vêem destituídos à revelia (p.35).

São rupturas que geram não só entristecimento, mas amedrontamento, e, por consequência, a redução no número dos que assumem posturas explicitamente reivindicativas de reconhecimento do seu Lugar. Os que não reivindicam compõem a parcela dos silentes tomados tanto pela revolta, quanto pelo “dilaceramento profundo do Lugar e do Eu que, ao lugar dava sentido e neste estava refletido” (idem). Entendemos, apoiados nesta reflexão, que tal sofrimento social exige um esforço de resistência cotidiana à desfiliação que se faz representar por manifestações diversificadas, inclusive aquelas aparentemente destituídas de poder político, no entanto, recorrentemente presentes e relevantes.

Elas podem simbolizar o misto da “resistência cotidiana” que termina por resultar em organização e alteração na tomada de decisão em favor daqueles mais severamente afetados. Tomemos, a exemplo, situação levantada por Vargas (2006) no município de Juiz de Fora/MG, referente a grupo removido pela Defesa Civil local e sua luta pela formalização adequada do, até então incipiente, benefício de moradia denominado auxílio social (ou “aluguel social”):

O dado novo que caracterizou esse momento foi o da luta por garantias, asseguradas, neste caso, pelo citado “contrato”, elemento resultante da pressão de um grupo específico de moradores que, mesmo aparentemente desarticulado entre si e com relação aos demais (pertencentes a localidades diferentes), exercitou seu poder reivindicativo manifestado no momento da crise e assegurou um benefício que se estendeu aos demais envolvidos. A cláusula que marca esta conquista, incluída a partir da pressão dos moradores, diz respeito justamente à garantia do poder público de tornar acessível a moradia segura e própria para todos os então removidos de áreas condenadas pela avaliação técnica da Defesa Civil, o que implicaria no acesso à moradia para todos (mesmo que não de forma gratuita, mas a partir de planos acessíveis às suas condições concretas de

vida — aquilo que, na realidade, deveria se processar através de uma política elaborada para o município e não de maneira apenas paliativa, resultante da pressão oriunda dos momentos de emergência e desastres). (p.38)

Outras situações marcantes nos remetem a práticas de igual natureza, conforme as referências usadas por Scott: nos bairros Campo Grande e Caleme foi comum observar as marcações referentes à condenação dos imóveis feitas com tinta vermelha pela Defesa Civil serem recobertas por nova camada de tinta, pelos moradores interessados em retornar ao local de moradia. Também se mostrou relevante o comportamento de algumas mães que, ao serem ameaçadas por representantes do poder judiciário de tomada do seu direito de “pátrio poder”, frente à possibilidade de retorno a “moradias condenadas” na companhia de seus filhos de menor idade, crianças ou adolescentes, se articularam para que os mesmos permanecessem temporariamente em outros locais, reafirmando seu retorno ainda com a ausência temporária desses filhos.

Essa semana passada, até a Defesa Civil teve aí e o rapaz veio brincando comigo assim: ‘é, eu vou deixar a sua casa interditada’. E eu falei: ‘vai lá, interdita que daqui você não sai’. No começo, quando eles vieram, essa área perto da minha casa foi interditada provisoriamente. Ali em cima também acho que foi provisório! Aí, depois eles vieram e botaram essa numeração aí pra saber. Depois vieram e liberaram essa parte aqui e lá em cima ficou permanente. Quem pintou aqui foi a Defesa Civil. Essa tinta que veio depois, foi a gente. A gente preferiu não deixar [*as marcas registradas pela DC*] porque, até então, como o meu pai falou, são 25 anos da vida dele e da minha mãe aqui dentro. Então, de repente, vem uma pessoa e quer tirar? É o que o meu pai falou: a gente aqui ia lutar até o fim. Ia não, vamos! Vamos lutar até o fim. Nós só vamos sair se chegar e falar: ‘não, não tem mesmo como vocês ficar, então, pra não sair sem dinheiro nenhum... Em último caso, se chegar a Federal [*justiça federal*]... que a gente não tem como brigar com a Federal, aí assim, em último caso, a gente entra em acordo. (Entrevistado 21 – Bairro Campo Grande)

Ficamos um mês na casa da minha irmã. Voltamos porque a prefeitura não libera a verba pra nós morar de aluguel. Minha mãe também não recebe aluguel. Vamos morar aonde? Minha mãe ganha um salário mínimo. Tu não encontra aluguel de menos de um salário, vamos comer o quê? Aí, tivemos que voltar pra casa ‘marcada’. Porque isso tudo aqui tá condenado. **Eu pinte as marcas que fizeram aqui, pinte toda a parede de azul e voltamos.** (Entrevistado 5 – Bairro Caleme)

Mas na medida em que nada foi feito, as pessoas começaram a voltar pras casas de risco. A juíza abriu uma portaria de que toda casa que tivesse crianças, se a mãe não saísse, as crianças seriam retiradas. Isso foi motivo de discussão, a equipe técnica ficou muito doída, porque foi obrigada a participar disso. As equipes tiveram que voltar a essas casas e as pessoas arrumam seu jeito de burlar, isto é, 'eu tiro as crianças e fico'. A prática motiva esse pensamento porque nós estamos há 6 (seis) meses da tragédia e o que você viu efetivamente pra essas pessoas? **Você não vê uma casa construída** (Entrevistado 1 – Serviço Social do MP/RJ).

A minha casa não foi diretamente atingida porque fica mais para cima, mas passou avalanche do lado, tem uma frestona no meio do mato lá com uma pedra no meio para descer. Então, eu não posso estar lá. **Se eu teimar e for para lá a Assistente Social vai lá e apanha as minhas crianças.** É que a gente tem que ter responsabilidade. Eles falaram que se eu fosse para casa eu tinha que assinar um termo comigo porque as crianças eles iam apanhar, eles iam tirar. **Com a minha irmã que mora no Parque Imbuí, ela saiu da coisa e foi para casa, aí a Assistente Social foi lá atrás e buscou ela de novo e falou que se ele continuasse eles iam retirar as crianças** (Entrevistado 8 – Bairro Santa Rita). **[grifos nossos]**

A pesquisa de Vargas (2006) identificou a presença de um conhecimento acumulado pela população ao longo de suas trajetórias, oriundo da experiência que se confronta e resiste à noção técnica de risco – resistência que poderia ser caracterizada por formas particulares e difusas de reagir às imposições do discurso técnico que quase sempre determina a expulsão, sem outras garantias de acesso ao território urbano e à moradia própria (p.79). Podem ser exemplificadas: a retirada das faixas zebradas de isolamento das áreas e o retorno ao local condenado tecnicamente, quando da saída das equipes técnicas da paisagem impactada; a utilização de um conhecimento próprio no enfrentamento cotidiano das situações – mais acessível e inteligível do que aquele apresentado pelo técnico, ao indicar soluções construtivas para seus problemas. Neste caso, identifica-se uma apropriação parcial de conhecimentos técnicos associados a técnicas não necessariamente codificadas, expressando um hibridismo nas intervenções e práticas e conferindo-lhes segurança – apesar de sua reprovação pela tecnicidade. Somam-se a isso, recursos discursivos de reinterpretação de fatos e sinais do cotidiano, tais como a descida dos barrancos, a chegada das águas das enchentes - expressões oriundas da convivência com tais fenômenos que se apresentam

recorrentes nas suas experiências.

O sofrimento social é também originado da relação com as forças que atuam no sentido da inviabilização da política, do direito, da participação e controle social. Nesse sentido, as formas de resistência diversas que estão diretamente associadas ao conjunto de determinações que desenha a desigualdade para além da possibilidade de escolha consciente dos sujeitos, são marcadas pela luta para integrar os “jogos com linguagem”, para desses “jogos” fazerem parte e mesmo para subvertê-los, delimitando o seu também lugar de verdade (Valencio (2010c).

Eu queria fazer um contraste aqui, porque essa audiência pública convocada pela AVIT é um esforço que cada um de nós está fazendo com o apoio de vocês. **Se nós trouxemos as autoridades aqui hoje, é pra que elas possam olhar nos olhos de vocês e ver a angústia desses últimos 10 meses, a nossa impaciência.** Pra que as pessoas pudessem falar aqui com educação, vocês pudessem ouvir um pouco daquilo que foi essa luta toda pra chegar até hoje e ver aquele projeto [*apresentado pelo Estado*], mas como diz o Betinho: **‘quem tem fome, tem pressa’ e a gente já esperou muito tempo.** Quem é que ouviu a convocação da AVIT no carro de som, levanta o braço aí. Bom, significa que a sociedade está mobilizada, a sociedade de Teresópolis está consciente e está mobilizada. A mobilização da sociedade de Teresópolis já colocou pra fora da prefeitura um prefeito corrupto e essa mobilização é que vai fazer o controle social dos recursos públicos. Aí, Salomão [*deputado estadual, mediador*] e autoridades, quando o prefeito da cidade decretou estado de calamidade - o prefeito Jorge Mário e o governador do Estado também atuou -, **embora digam que o município está em calamidade, na verdade, o que está em calamidade é o cidadão,** porque sem o cidadão não tem Estado, não tem município, não tem Câmara dos Vereadores, não tem empresa funcionando, não tem Judiciário, não tem Assembléia Legislativa, não tem governo federal. Sem o povo, não existe município, então, **o estado de calamidade é do cidadão e aí nós precisamos desse controle social, da participação de vocês.** Esses recursos que vieram pra cá, segundo o Tribunal de Contas da União, dos 444 milhões, **77 milhões não se sabe para onde foi.** Talvez a falta de obras aqui no município mostre para onde foram estes recursos e das 45 empresas que prestaram contas, apresentaram as notas e os serviços, a gente viu muito pouco. **A gente precisa ver mais serviços, então, a gente precisa do controle social da sociedade e cada um de nós sabe como é que se faz pra ser atendido. Quando a gente nasce, a gente chora, a gente grita e a gente é atendido, é ou não é?** Então, é essa mobilização que a gente vai precisar fazer e daí, a AVIT que é essa entidade criada pelas vítimas e quando ela foi criada a gente pensou: as vítimas devem se organizar porque quem deve ter voz são as vítimas. É muito boa a solidariedade que a gente recebeu ao longo do tempo, foi muito bom a gente ter recebido recursos, a

solidariedade das empresas, das instituições religiosas, dos trabalhadores, mas nós temos que cuidar das nossas vidas. A gente é que tem que fazer o trabalho, a gente não pode deixar na mão dos outros aquilo que a gente tem que fazer. Então, essa entidade veio para dar voz a quem não tem voz e é essa entidade aqui que vai ao longo de todo do tempo, com outras entidades, fazer o controle dos recursos, por isso, que a gente tá aqui hoje olhando para as autoridades que são servidores públicos. (...) o prefeito da cidade também recebe salário pago com nossos impostos, então, ele deveria estar aqui, não tem justificativa para ausência e essa falta de respeito com o cidadão da cidade. Então, a gente tem que guardar isso tem que cobrar, tem que cobrar muito. Então, **a AVIT é essa entidade que junto com as outras autoridades da cidade vai dar essa voz, essa voz que precisa ser ouvida pelo governador do Estado. Precisa ser mais rápido, nós temos pressa**, os recursos destinados para as obras da copa do mundo estão muito mais rápidos, o recurso pra construção do estádio do Corinthians, lá em São Paulo, tá a todo vapor, mas os recursos que precisam vir pra cá, eles são lentos. **A gente precisa de mais rapidez** porque, de todo esse recurso, Salomão, **a vida das pessoas não tem preço, é um patrimônio que precisa ser respeitado**. Aí, eu queria só pra terminar, falar com a representante da Assistência Social do Estado: o Estado, ao colocar à disposição os 2.500 alugueis sociais, cumpriu a sua função de socorrer e a gente tá vendo isso, e é muito bom. **Mas nós temos visto lá na AVIT: ainda tem muito mais pessoas para receberem esse aluguel social, essa emergência, esse socorro**; esse dinheiro é nosso, esse dinheiro não é do Estado e nem é do governo federal; mais de 600 pessoas que a gente recebeu ao longo desses últimos 10 meses, pergunto pra vocês, aquele cidadão que tá na roça, que como eu, ficou sem a casa lá no campo, que perdeu seus familiares, que não é titular do terreno, e essas pessoas que estão na condição social mais difícil do que o proprietário, essas pessoas não vão ser amparadas pelo Estado? Essas pessoas não são cidadãs? Essas pessoas estão sem absolutamente nada. (...) E aquelas pessoas que moram na cidade que estavam em alugueis, essas pessoas estão completamente desamparadas. A gente tem que atender a todo cidadão que foi atingido, independentemente de ter a posse, de ser proprietário, senão a gente tá voltando ao início do século. Pra terminar, nós lamentamos muito a atitude do poder executivo municipal, o prefeito anterior Jorge Mário, que decretou estado de calamidade, mas os cadastrados aqui no município pra receber tiveram que ir à justiça. E aí, o Dr. M. A. vai completar, ou seja, **é uma vergonha que as vítimas tenham que entrar na justiça pra receber o aluguel social e o mais grave: no município de Teresópolis, o prefeito entrou na justiça contra as vítimas para não pagar o aluguel social**; e mais ainda, o atual governo também entrou na justiça pra não pagar o aluguel social. (...) Essa audiência pública não será como as outras, nós não vamos fazer audiência aqui e ficar esperando, **nós queremos prazos para execução das obras, tanto para as que são de impacto ambiental - a dragagem dos rios, a contenção de encostas, o plano de emergência -, mas nós não vamos ficar parados**. As obras não vão sair na velocidade que a gente precisa. Então, nós vamos sair daqui e vamos continuar mobilizados. Nós

vamos para as ruas, nós vamos parar a cidade, nós vamos para os jornais até que todas essas obras saiam (Representante da AVIT - Audiência Pública 1). **[grifos nossos]**

3.4- Imagens: memória da vida, da casa e das vinculações com o Lugar

Das formas de expressão visual da realidade social, a fotografia é aquela que ainda procura o seu lugar na sociabilidade contemporânea. Talvez porque tenha sido, por muito tempo, a mais popular de todas, ao alcance de um leque amplo de usuários e instrumentalizada por uma variedade significativa de imaginários. A que se deve agregar, em conseqüência, a diversidade de suas funções: das puramente técnicas às puramente artísticas, passando pelas relativas ao lazer e à memória do homem comum. Do mesmo modo, a fotografia ainda procura o seu lugar na Sociologia. Tanto como forma peculiar de expressão do imaginário social e da consciência social quanto como recurso da Sociologia para compreendê-los (MARTINS, 2009, p. 33).

Esta pesquisa de tese buscou na fotografia uma possibilidade complementar (ainda que menos intensamente explorada) de expressão dos agentes envolvidos na realidade do desastre deflagrado em Teresópolis/RJ em 2011. No primeiro momento da inserção na pesquisa de campo, na realização de cada entrevista, foi solicitado ao morador e aos representantes institucionais separar no conjunto das fotografias pertencentes à família e às instituições, aquelas que julgassem as mais significativas, independentemente da razão que justificasse as escolhas.

As situações se mostraram bastante variadas. Pelo lado das representações institucionais, esse movimento esteve atrelado às imagens oficiais e midiáticas, tais como mapas ou matérias publicadas nos jornais naquele momento específico da deflagração do desastre, e foram apenas mencionadas e não disponibilizadas pelos entrevistados. Foram destacados, como exemplo, o diagnóstico produzido pelo DRM/RJ e imagens aéreas dos locais afetados feitas pelos bombeiros. Pelo lado dos moradores afetados, envolveu situações como as dos que haviam perdido todo o acervo de fotos com o desastre, passando pelos que conseguiram tê-las recuperadas em meio à lama (as perdas foram recorrentes nesse sentido – ver ANEXO 11), até a inexistência de qualquer acervo que pudesse ser apresentado. Outra possibilidade se colocou nesse contexto: o desejo de que o pesquisador

fizesse o registro de situações diversas como a do entrevistado junto às ruínas de sua casa, dos locais onde seus vizinhos foram afetados (ou seja, o espaço desconfigurado onde perderam suas vidas), nuances da rotina retomada depois da deflagração do desastre – reafirmando a possibilidade de resgate de um cotidiano no Lugar -, das homenagens feitas aos que morreram (no âmbito privado da casa ou no espaço público), entre outros. Como afirma Martins (2009), entrará no bojo dessas escolhas e importâncias, não a imagem em si, mas a sua interpretação que está vinculada à inserção desse sujeito no mundo social.

Esse conjunto de expressões é constituído, pois, por fotografias repassadas prioritariamente pelos entrevistados moradores dos 03 bairros alvos da pesquisa (apresentadas no primeiro conjunto de fotos) e, aquelas feitas pelo pesquisador e também colhidas na internet (enfeixadas no segundo conjunto) –, sendo que este segundo grupo objetivou complementar as informações e realçar aspectos levantados nas narrativas - assim como foram algumas opções elencadas para os anexos deste trabalho.

No contexto geral dessa coleta, muitos e diferentes aspectos foram destacados. Relatos (narrativas) e imagens foram separados e tratados como informações de natureza complementar, mas distintas. As fotos elencadas tentaram caracterizar minimamente o que o conjunto dos informantes pretendeu oferecer quando falava de si, não apenas através da palavra, mas também das imagens -, sendo esta apresentação, sem qualquer forma de identificação específica, uma maneira de preservá-los e as legendas, formas breves de situar a fotografia no contexto geral dos argumentos. A análise do conjunto quer buscar elementos de um processo que é histórico e espacializado, que vem como história de uma memória que é integrativa do sujeito com aquele Lugar – identidades territorializadas e que se encontram ameaçadas pelo desastre.

O ato de fornecer livre e espontaneamente suas fotografias para fins de registro científico, assim como de solicitar que algumas fotos fossem feitas no contexto de suas inserções, nos possibilitou interpretar a demanda por uma associação entre a memória que é do grupo e o Lugar que lhe faz sentido, que ele produziu e que conferiu sentido para sua existência. Por conseguinte, ele quer ser identificado nesse Lugar, quer tornar isso público, quer ser identificado nessa circunstância.

Você quer ver minhas fotos? Vou te emprestar para copiar essas 19 aqui, mas preciso que traga de volta pra mim. Elas foram tiradas do meio da terra, do lugar de onde minha casa desapareceu. Eles tavam proibindo os moradores de voltar lá, mas nós fomos escondidos e tiramos algumas coisas do meio da terra que tavam mais por cima. Eu sou analfabeta, não sei ler. Se essas fotos não voltarem, minhas filhas vão dizer que é culpa da minha ignorância (...). Moradora do Bairro Caleme.

Imagens Conjunto 1: conquista da casa e do Lugar

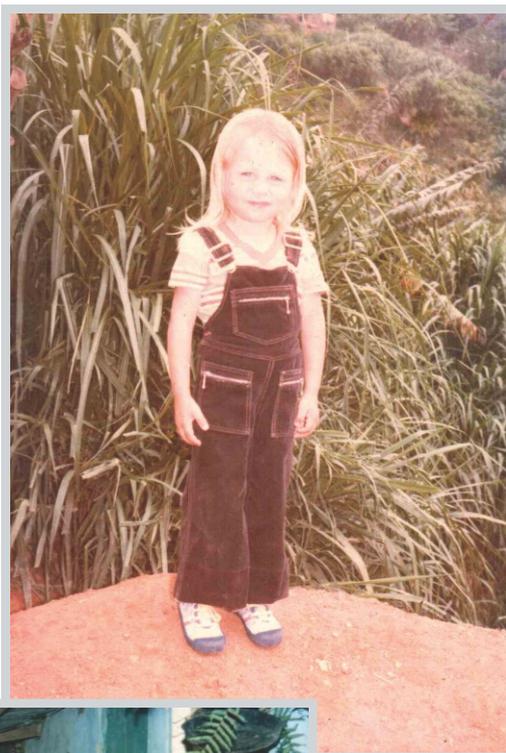
As fotografias estão referenciadas no processo de chegada no Lugar e de conquista gradativa da moradia, vinculações fortemente marcadas pela informalidade e pelo padrão construtivo “possível”: o terreno “ocupado” como produto do repasse informal ou da inserção espontânea no “local sem dono”; a casa de sapé ou de madeira que ganha novos contornos ao longo da trajetória, e a passagem da condição de “meeiro” para a de “proprietário”.

A conquista da moradia e as significações que o Lugar agrega com o tempo de permanência têm em seu bojo a estreita relação com o crescimento da família e com todas as particularidades que isso comporta: alegrias, conquistas, agregados (casamentos), as batalhas cotidianas, o trabalho, a sobrevivência, as perdas, adoecimento e mortes que marcam o âmbito privado e a representação das casas (incluindo objetos e sua distribuição pelo espaço privado) como preservação da memória daqueles que se foram (em condições diversas).

A deflagração e desenvolvimento do desastre, considerando a interpretação imagética possibilitada pelas fotografias coletadas, envolvem elementos que ressignificam sua projeção oficial e midiática, dando sentido e aprofundando aquilo que tenderia a se limitar à comoção e compaixão, possibilitando um movimento que extrapola a ideia do “impacto” (chuva atípica, avalanches, lama, pedras) e suas decorrências (destruição, desertificação, perdas materiais e mortes). O desastre representa a quebra, a interrupção também das histórias cotidianas de lutas que estão no âmbito do trabalho, das relações pessoais, da saúde (luta contra doenças graves), das conquistas comunitárias. As fotos mais antigas mostram essas casas, as famílias reunidas no quintal, aniversários, infância (e o hábito dos cabelos longos

para os meninos), os equipamentos de trabalho, a relação com a terra, com a natureza, as plantações, a ludicidade. As mais recentes incluem o retorno ao local depois das avalanches de lama e pedra e a necessidade de buscar as referências da moradia, de se ressituar frente ao sistema de objetos, ao espaço que se desintegrou. Revela-se uma desintegração interna e a busca por si mesmo frente aos escombros, aos “restos”: este fato foi registrado em pelo menos três situações fotografadas (incluindo registros que estão no 2º conjunto de fotos).

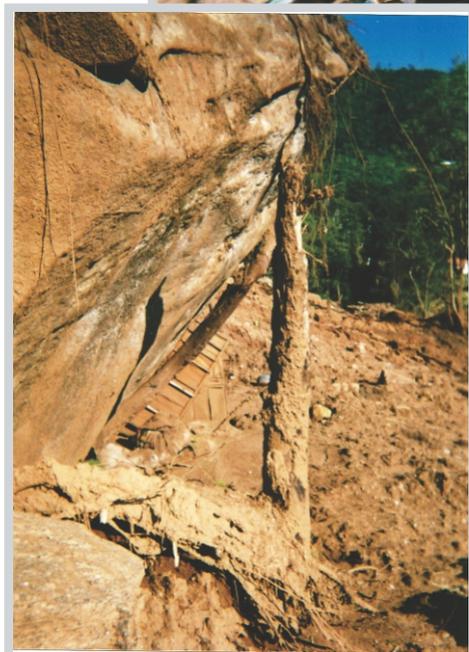
São imagens que falam, pois, e principalmente, de um processo de territorialização, da produção de um Lugar que é, de maneira imbricada, a produção de uma territorialidade significativa com objetos, formas de uso – que é da trajetória, ou seja, Lugar onde esse sujeito se produz, e que por isso, vem com seu passado e seu presente, trazendo um processo sócio-espacial.



Imagens 1 a 3 - Infância no Caleme: memória da casa de sapé perdida com as chuvas e das festas em família.



Imagens 4 e 5 – Visão externa e interna da casa levada pela avalanche.

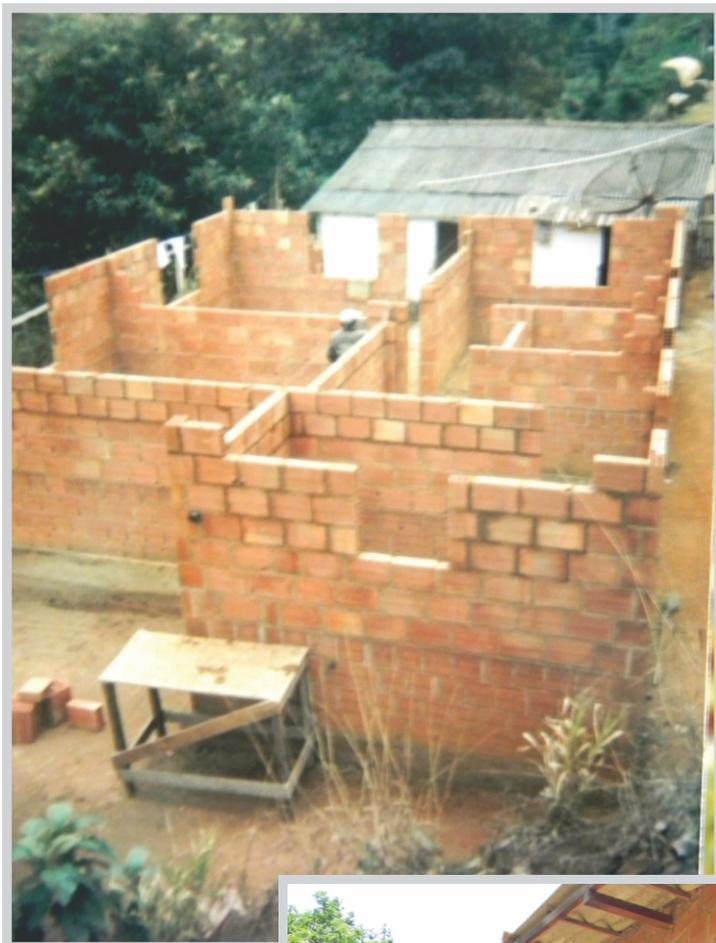


Imagens 6 a 8 – Família reunida no quintal; a pedra que mata também protege e salva; em busca das memórias: recolhendo o que restou em meio aos destroços.



Imagens 9 e 10 - A luta contra a doença e o fortalecimento da vinculação com o Lugar.





Imagens 11 e 12 – A casa que é memória do ente querido que se foi: a permanência que reafirma a presença do outro.

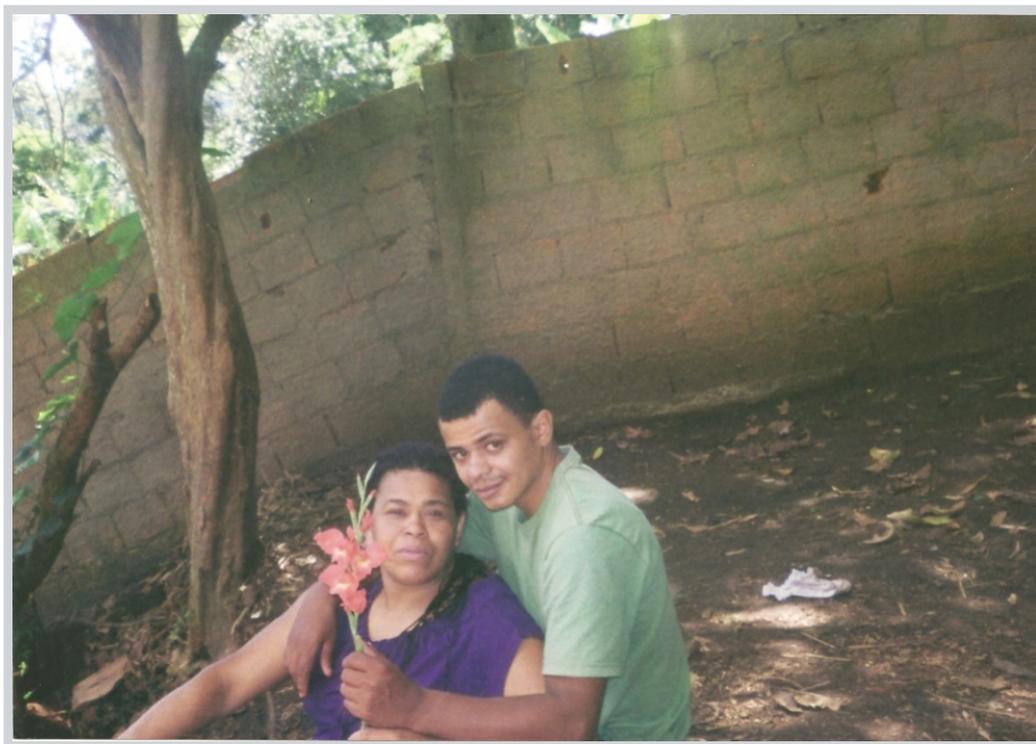


Imagens 13 e 14 – Trajetória de vinculação com o Lugar: fazer e melhorar a casa, constituir e ampliar a família.





Imagens 15 a 17 – Uma das primeiras famílias a chegar no Lugar: a casa que é melhorada ao longo da história de vinculação.



Imagens 18 e 19 – Memórias familiares: apego ao Lugar, moradia, destruição.





Imagens 20 e 21 – Memórias familiares: apego ao Lugar, moradia, destruição.



Imagens 22 e 23 - Campo Grande: as primeiras aproximações com o Lugar.



Imagens 24 e 25 – Histórias que se constroem ao longo da construção da moradia.



Imagens 26 a 28 – Construindo a “concha”: casa como elemento de proteção e vinculação, da base ao acabamento, antes da condenação e demolição.

Imagens Conjunto 2: destruição, resistências, organização e homenagens

As imagens desse segundo conjunto contemplam a destruição e formas de resistência reveladas no cotidiano do Lugar e na sua expressão coletiva de vocalização. Aparecem exemplificadas pelas marcações das edificações condenadas tecnicamente e a cobertura desses sinais com nova tinta executada pelos moradores, seguida do retorno para suas moradias (situação recorrente – ver ANEXO 12) -, produto de uma série de incertezas que se colocam na relação frágil com a diversidade de interlocutores e políticas que representam o Estado. A organização e resistência coletivas aparecem representadas pelas audiências públicas e manifestações realizadas dentro e fora de Teresópolis/RJ (reivindicações e protestos também na passagem do 1º e 2º anos de deflagração do desastre), que foram representativas na perspectiva de desvelar disputas disparadas entre os agentes envolvidos na luta pela classificação do desastre. As imagens feitas nas audiências públicas (registros da autora) buscam uma demonstração breve do ambiente onde se reuniram por duas vezes, afetados e autoridades.

Ainda nesta sequência se encontram imagens das demolições sendo executadas pelas máquinas públicas e dos entulhos gerados para além do momento do “impacto”, alvo dos protestos das comunidades, assim como o foram algumas obras propostas pelas instituições estatais. Destacam-se também as homenagens que perpassam o âmbito privado e público: fotos dos mortos nas paredes da casa, pinturas nas pedras que se instalaram no local onde ficava a moradia da família homenageada, a confecção de uma lista dos mortos da família, o ato de portar a foto do familiar morto ou desaparecido na bolsa para publicizá-la sempre que possível, ou ainda, a importância do ritual do batismo, se utilizando apenas da fotografia do familiar que já se foi sem ter sido batizado. O “lidar com a morte”, “com a falta de todo mundo”, “viver o luto e a dor” envolvem um contraponto às operações desencadeadas pelo Estado no “gerenciamento dos corpos” e dos indicadores objetivos do desastre. Envolve a homenagem que é expressão do sentimento originado não só nas relações familiares, mas também comunitárias.



Imagens 29 e 30 – A contemplação dos destroços.



Imagens 31 e 32 – Revisitando o local da moradia.



Imagens 33 e 34 – Registros de destruição.



Imagens 35 e 36 – Registros de destruição.

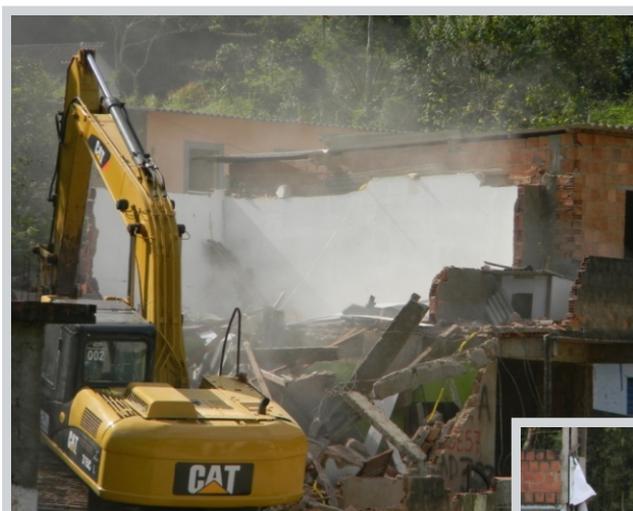




Imagens 37 e 38 – Registros de destruição.



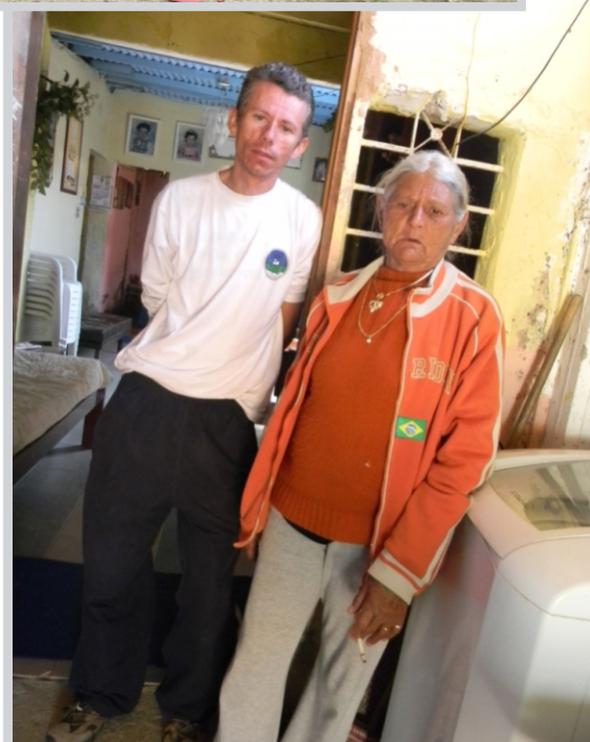
Imagens 39 a 41 – Registros de “edificações condenadas”: perdas e desfiliação.



Imagens 42 a 44 – Demolições em Campo Grande: ampliação das ruínas ou do sentido de interrupção social.



Imagens 45 e 46 – A luta pelo retorno ao Lugar: cobertura de tinta sobre as marcações oficiais e a expectativa de permanência.



Imagens 47 e 48 – Campo Grande: o jogo de futebol em meio à destruição; a tentativa de retomada do cotidiano. Caleme: a vida depois da afetação e a luta pela permanência.

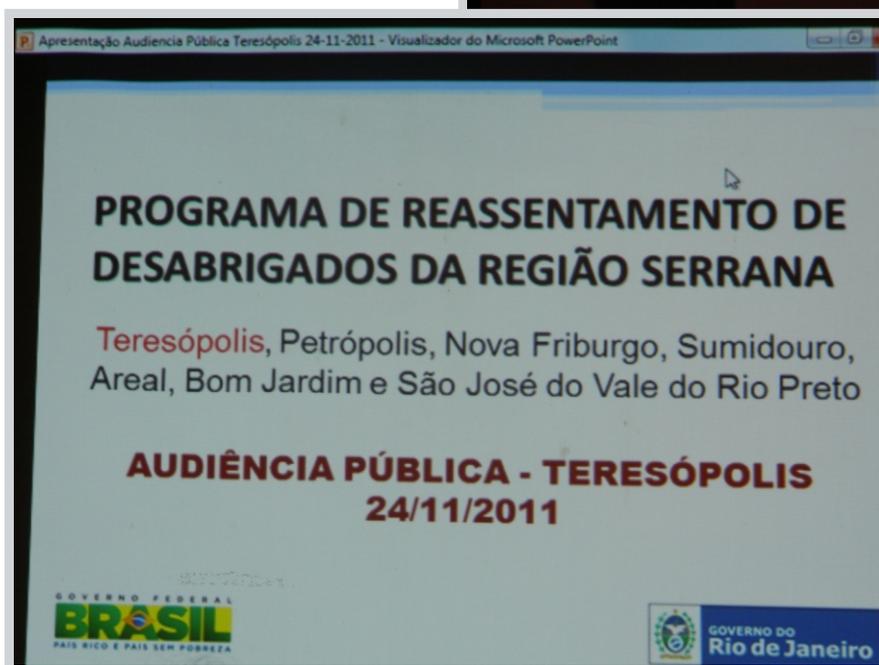
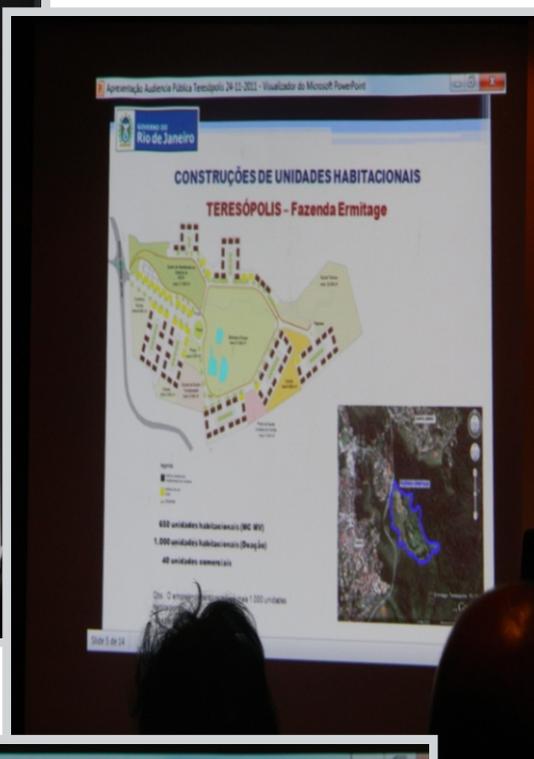
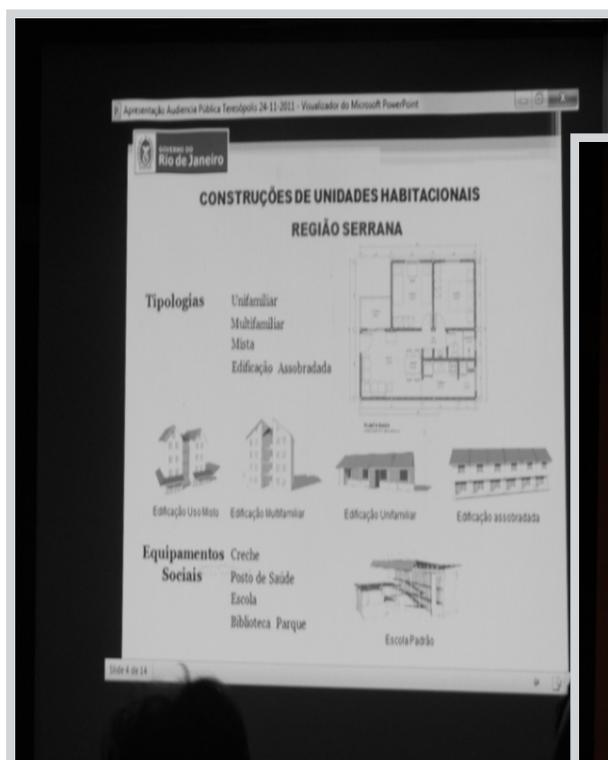


Imagens 49 a 53 – AVIT convida para a Audiência Pública 1. cartaz afixado em poste no Bairro Campo Grande. Plenária da Audiência Pública 1 no Hotel Alpino/Teresópolis-RJ.



Imagens 54 e 55 – Representantes dos governos estadual e municipal e integrantes da AVIT e de outros movimentos organizados.





Imagens 56 a 58 – Propostas técnicas de reassentamento dos desabrigados pelo desastre em Teresópolis/RJ.



Imagens 59 a 61 – Manifestação em frente ao Palácio da Guanabara, sede do Governo do Estado do Rio de Janeiro – 06 de novembro de 2012. Integrantes do MONADES, AVIT, MNLM e CDDH- Petrópolis.

12 DE JANEIRO

**UM ANO SE PASSOU...
VAMOS PARAR UM MINUTO PARA REFLETIR.**

**REFLETIR SOBRE OS MOTIVOS
REFLETIR SOBRE AS CONSEQUENCIAS
REFLETIR SOBRE O QUE PODE SER FEITO
PARA QUE...
... NÃO SE REPITAM OS MOTIVOS
NEM AS CONSEQUENCIAS**

No dia **12 DE JANEIRO**, às 18 horas, vamos fazer **1 MINUTO DE SILÊNCIO** e parar para refletir...
No silêncio e na cor da paz, vamos simbolizar nossa solidariedade, marcando com uma fita, lenço ou pano branco, nossas casas, nossos carros, nossas roupas.




Associação das Vítimas das Chuvas de 12 de Janeiro em Teresópolis

12 DE JANEIRO

ATO EM SOLIDARIEDADE AS VÍTIMAS DAS CHUVAS E FAMILIARES

Dois anos de saudade, sofrimento, descaso e omissão do poder público.

Por:

- ↪ Construção das casas
- ↪ Conclusão das vistorias e indenizações
- ↪ Recuperação das pontes e vias
- ↪ Atenção às famílias dos desaparecidos
- ↪ Apoio emocional as famílias vitimadas

"Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos"
(José Saramago)

Apoio e organização:
Associações, colaboradores e entidades civis de Teresópolis.

Local: Praça de Santa Tereza – Várzea – Teresópolis - RJ
Data: 12 de janeiro de 2013 - Sábado
Horário: de 16h às 18h.

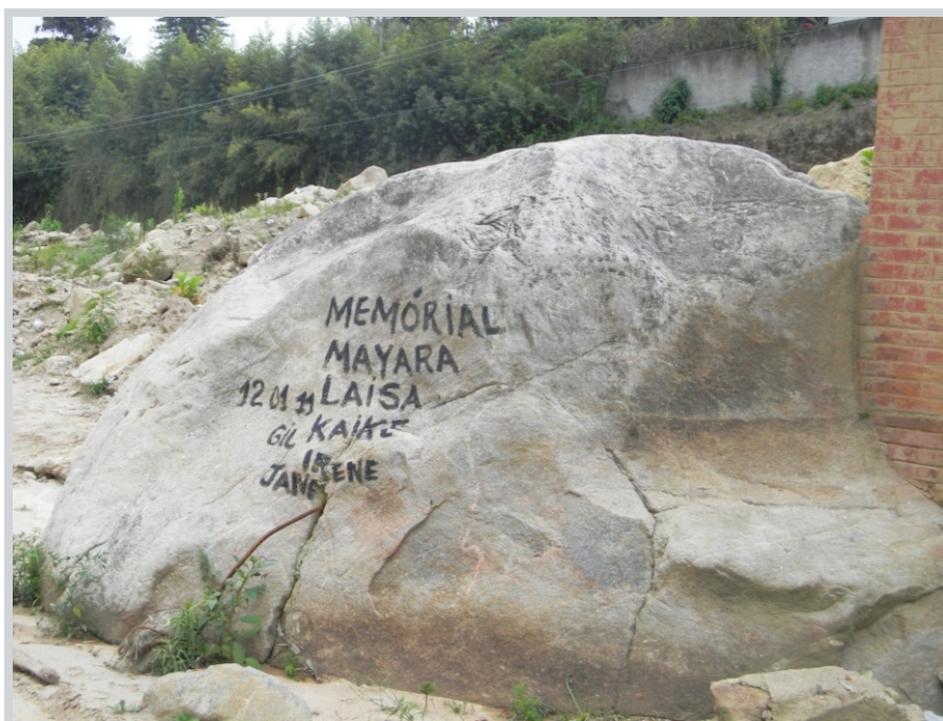
Às 18 horas daremos um grande abraço à praça e faremos um minuto de silêncio.

[ENTRAR NO SITE](#)

Imagens 62 e 63 – Mobilização pela passagem do 1º e 2º anos da deflagração do desastre em Teresópolis/RJ.



Imagens 64 e 65 – O registro de “memoriais” pintados nas pedras pelo caminho: homenagens feitas às famílias mortas no desastre.





Imagens 66 e 67 – O bisneto desaparecido no desastre é batizado com a utilização da fotografia. Fé, homenagem e alívio do sofrimento.



Imagens 68 e 69 – Fotos e gravuras nas paredes da casa (“a parede dos meus mortos”): homenagem aos familiares mortos e desaparecidos no desastre.



Síntese de termos definidores pelos afetados em desastres:

DESASTRE se define pela “falta de todo mundo” numa perspectiva interpretativa endógena, que implica na expulsão (ou ameaça de) do Lugar, o ter que “ir para fora”, o sentimento de “não pertencimento” quando da desterritorialização vivenciada; estranhamento. A ameaça, e o desastre, “**é com ele**”, “**é ele**”.

INEVITABILIDADE dos desastres: presença do Estado ratificando a desigualdade e gerando “desconfiança”, referência originada de experiências pretéritas, incluindo outros desastres – próprias ou referenciadas em outros moradores. Está diretamente associada ao que entende que vai acontecer com ele e com os seus independentemente do espaço onde esteja (desproteção social). É inevitável permanecer também “porque não se pode contar com ninguém e não adianta deixar o lugar onde se está.” **Inevitável, pois, é permanecer.**

LUGAR: representação do enraizamento e pertencimento, da identidade de grupos sociais específicos na relação sócio-espacial, “densidade”. Experiência no Lugar é geradora das lutas pela permanência e contra as remoções compulsórias. Relação de um sujeito coletivo com o espaço. “Oportunidade” frente à restrição de opções em condições dadas.

- Resistência cotidiana, resistência organizada.

CÁLCULOS DE VIDA E DE MORTE (originados de condições determinadas):

o “cálculo de vida” é noção gerada da possibilidade de permanência no seu Lugar, das garantias da casa própria (fuga das incertezas geradas pelo aluguel frente à inexistência ou incerteza da renda) - ainda que a produção do Lugar e os padrões construtivos de suas moradias sejam questionados/condenados;

“Cálculo de morte” traduz as ameaças e incertezas advindas da falta de garantia de direitos, da ameaça do “ter que deixar a sua casa”, seu Lugar, a inserção em abrigos e a perda das referências; mobilidade social descendente - experiência

constituente de suas trajetórias na relação com a moradia e na inserção no espaço social; “morte social”.

PROTEÇÃO advinda da solidariedade e da fé: proteção alimentada pela perspectiva supramundana, o que não suprime a luta organizada pela efetivação de direitos e as contestações; sentimento de desproteção que se origina do “mundo dos homens” (suposta “má fé”); o mundo da fé, das crenças, da religiosidade promove e assegura;

Conflitividade entre “proteção divina” e “proteção científica” (ausência de ações efetivas advindas do acúmulo científico gera dúvidas acerca de seu potencial, fortalece a expectativa de uma proteção “superior” e abre concessões para a insegurança e desconfiança na relação com a autoridade). “Reinvenção” da relação com o sagrado/divino.

“JOGO”: a relação com o “**OUTRO NO DESASTRE**”. Luta contra a tentativa de silenciamento de sua vocalização e contra a sua “desautorização”; ou, luta pelo direito de integrar a decisão que se faz à base da persistente contestação; o outro/autoridade é reconhecido, ora pelo seu autoritarismo, ora pelo abandono, ausência e negligência no trato de suas demandas; formalidade, burocracia ou pela inacessibilidade aos produtos gerados de suas competências.

- **Relação pautada em desconfiança, baixa e frágil dialogicidade** e desconhecimento sobre os papéis das autoridades;

- **“Tática”** como ação calculada determinada pela ausência de um próprio, ou seja, ausência do lugar do poder ou do querer próprios – condição correspondente à realidade dos grupos afetados por desastres.

- **Resistência cotidiana, resistência organizada.**

CAPÍTULO 4 – O “JOGO” COMO RELAÇÃO RECÍPROCA ENTRE OS AGENTES: REGULARIDADES DISPARADORAS DO EMBATE DE FORÇAS

Em virtude dos objetivos desta pesquisa, observando os esforços de sistematização da pesquisa *in loco*, traçada ao longo dos capítulos 2 e 3, interpretamos que o campo dos desastres revela dois posicionamentos principais: aquele que optamos por denominar o corpo das “autoridades em desastres”, formado predominantemente por agentes que atuam amparados na ciência, vivência profissional e na política institucional e que, apesar de apresentarem certa diversidade na sua composição e posicionamento, revelam uma convergência para uma linha comum de visão e atuação (fruto também da exigência de obedecer a certas racionalidades e padrões); e, por outro lado, aquele que é composto majoritariamente pelos “afetados em desastres”, assim nominados a partir da identificação da transversalidade que se ampara em suas vivências tanto pretéritas, como atuais de convivência e enfrentamento dos desastres e suas decorrências.

O esforço desse capítulo 4 será, pois, o de identificar as regularidades nas vocalizações e nas práticas de autoridades e afetados, com a finalidade de observar contradições e intencionalidades que se mostram presentes nesse campo de disputas e embates - as diferentes vocalizações que, em um primeiro instante, entendemos estarem tendencialmente no âmbito “objetivista” para as autoridades em desastres e “subjetivista” para os afetados.

Como afirma Zhouri (2010), esse exercício nos permite observar o caráter conflituoso das situações vivenciadas, considerando, pois, o reconhecimento das fronteiras opositivas entre grupos e projetos antagônicos. A luta social se dá a partir da intersecção de dois domínios distintos, quais sejam, o que se refere ao espaço social propriamente dito, e à esfera simbólica, ou seja, ao campo onde se confrontam discursos, sentidos e projetos distintos que disputam legitimidade e reconhecimento, sendo processos intimamente conectados (ACSELRAD, 2004).

4.1- Nomeações simétricas disparadoras das desigualdades e embates

A vocalização de autoridades e afetados apresenta regularidades que serão aqui sintetizadas na tentativa de pensarmos o desastre, o território e o “outro” (autoridade pelos afetados e afetados pelas autoridades), na forma didática de categorias que integram uma disputa pela nomeação e pelo poder de intervenção - revelando a associação que as propriedades do discurso mantêm com o tecido sócio-histórico e com as relações de poder nele vigentes. Segundo Zhouri (2010, p.448),

Considerando que o discurso é sempre realizado a partir de condições de produção específicas associadas aos efeitos das relações de lugar, as estratégias discursivas acionadas pelos agentes ultrapassam o texto e nos remetem tanto ao contexto mais imediato da enunciação, quanto ao espaço social que estrutura as relações interdiscursivas (Pêcheux, 1997; Orlandi, 1989). É nesse sentido que o conceito bourdiano de campo se mostra pertinente, pois permite destacar que as posições no espaço social configuram lugares enunciativos a partir dos quais as determinações ideológicas se inscrevem nos discursos que são produzidos e que produzem o próprio campo (...).

Extraídas do conjunto das narrativas esboçadas nos dois capítulos anteriores, essas categorias são tratadas, pois, como nomeações simétricas ou vocalizações inicialmente semelhantes que, no entanto, disparam as desigualdades e embates entre noções e práticas de autoridades em desastres e afetados. Como já mencionado, apesar de se observar a tentativa de projeção de uma ideia totalizante ou “única” acerca desse fenômeno – hegemonicamente respaldada pelos preceitos científicos e técnicos -, a realidade dos desastres revela a diversidade de vocalizações que denunciam a “persistência da polifonia e a disseminação dessas vozes presentes na diversidade das lutas que emergem nos Lugares” (ZHOURI, 2010, p. 441).

Assim, recuperamos aqui as indagações de Martinez-Alier (2011): quais discursos de valoração são utilizados pelos diferentes atores e quem possui o poder de impor um discurso particular de valoração? O que resulta da assimétrica relação mantida entre os diferentes atores nesse contexto? Termos, nomeações e conceitos em grande parte utilizados pelos próprios envolvidos, nos ajudam a elucidar tais

questões. O desastre como fenômeno *inevitável* e como *ameaça*; inserido num espaço que tem sentido de *território* (ordenamento formal e controle) e de *Lugar* (pertencimento, identidade); que promove *cálculos* de risco, mas também de vida e morte e, *estratégias* (a partir de opções) e *táticas* (a partir de condições dadas historicamente); o desastre que enseja a *proteção* (originada do conhecimento ou de forças supramundanas); o fenômeno que enseja a construção e é alimentado por uma noção do “*outro*” e a participação dos agentes no referido “*jogo*”. Que posições e visões tais categorias colhidas das narrativas revelam na constituição da concepção de desastre? E que relações alimentam?

Vamos a cada uma delas.

4.1.1- Desastre como o INEVITÁVEL

Reafirmamos, uma vez que já mencionado, que o aspecto “**inevitabilidade dos desastres**” ou, o sentido de entendê-lo como fenômeno inevitável, tem integrado sua concepção predominante, a associação à dimensão de fatalidade e de fenômeno incontrolável. Essa percepção tem correspondência com o grau de sua magnitude, estando no caso da realidade em estudo, respaldado pelo forte impacto sofrido pelos moradores da Região Serrana do Rio de Janeiro e a evidente alteração da paisagem.

Nessa ótica, algumas indagações originadas do corpo técnico revelam que mesmo as referências científicas não vêm respondendo a contento por aquilo que é esperado como controle dos “processos da natureza” ou a minimização dos ditos “impactos gerados”. Porém, o discurso oficial ou a retórica fundada nas diferentes formas de descrição científica da chuva, das avalanches, deslizamentos de talude, rolamento de pedras, das correntezas, descargas elétricas e todo o conjunto de manifestações analisadas exerce um forte poder na construção do imaginário social acerca do que se firma como um processo inusitado, incontrolável, absurdo, no entanto, nominado pela ciência. A ciência nos seus diversos esforços para esmiuçar e traduzir aquilo que segue prevalecendo como “desastre natural”, permanece no lugar de uma fração - a dominante, mas não exclusiva - da retórica que se revela em disputa. Mas, em meio ao emaranhado de discursos e fazeres, não consegue se

revelar tão propositiva e eficiente, como o esperado, na composição do rol de soluções demandadas.

Então, admite-se que o domínio desse entendimento está referenciado nas “ciências da natureza”, mas que certos processos de maior magnitude são incontroláveis e devem gerar inevitavelmente, práticas de remoção e desterritorialização como aquelas desenvolvidas na experiência em estudo. A geração de mapeamentos, cartografias de risco e zoneamentos de exclusão são iniciativas que se padronizam no imediato pós-impacto, como nos revela a experiência de Teresópolis/RJ. Para a autoridade em desastre, **inevitável é “remover”** com base na geração de análises de risco e também por conta das próprias insuficiências originadas do sistema no processo como um todo - ainda que isso não seja explicitado de forma a questioná-lo. Ou seja, trata-se do “impacto sofrido severamente”, mas também das relações e ações que não foram anteriormente geradas em prol de tais grupos, apontando para a constituição de “cenários de risco” incrementados pelo próprio Estado, nas suas diferentes formas de omissão e negligência, aquelas historicamente firmadas. Trata-se do que Acselrad (2006) definirá como processo de vulnerabilização, ou dos processos que concorrem para vulnerabilizar certos grupos sociais, agentes que se revelam vítimas da proteção desigual.

Porém, se ambos os agentes, aqui denominados autoridades e afetados, enxergam o desastre como inevitável, essas interpretações são marcadas por sentidos bastante diferentes. A inevitabilidade para o afetado está diretamente associada ao que entende que vai acontecer com ele e com os seus independentemente do espaço onde esteja. Então, sua luta será a luta pela permanência, pela manutenção do sentido de pertencimento e de identidade. **É inevitável permanecer** também “porque não se pode contar com ninguém, porque ninguém vai dar esse lugar seguro e não adianta deixar o lugar onde se está.” A promessa de proteção por parte das políticas estatais não se valida, e esta é uma referência originada de experiências pretéritas, de outros desastres – próprias ou referenciadas em outros moradores presentes no âmbito de sua convivência.

Se por um lado, o inevitável no contexto de desastres, é o controle na forma da remoção, por outro, é a permanência, por conta daquilo a que o sujeito está exposto, independentemente do lugar onde esteja (posições/espaço que sua

condição de classe assegura), o que justifica a sua luta pela permanência. Tal postura se revela “tática”, na medida em que não está tratando de “opções”, mas de comportamentos gerados dentro de condições determinadas, impostas a tais grupos sociais. A mobilidade social, neste caso, está referenciada na sua forma descendente e representa “ameaça”.

4.1.2- A AMEAÇA: é o elemento biofísico; é “a falta de todo mundo”

O fenômeno desastre se faz representar, entre outros, pelo componente da ameaça que é interpretada de duas diferentes formas, a partir dos grupos aqui em questão. **A ameaça** para peritos, técnicos e gestores se apresenta referendada no **fenômeno biofísico**, no conjunto das manifestações originadas no “meio natural” (mencionamos as grandes chuvas, enxurradas, enchentes, avalanches, deslizamentos de talude, rolamento de pedras), numa **perspectiva exógena** – ou seja, a partir de eventos que estão **fora das suas relações e experiências**, inseridos apenas nas suas vivências profissionais, e, portanto, gerando uma forma específica de interpretação. Tais práticas, como já trabalhado, se encontram referenciadas na noção dominante de risco e na busca por sua mensuração, uma *logos* referendada pela perspectiva objetivista.

Recuperamos Acsehrad (2006) quando afirma que o salto da noção de risco para a de vulnerabilidade melhor articula as condições que favorecem a suscetibilidade de sujeitos a agravos. Esse dimensionamento, ou seja, a possibilidade de considerar elementos originados das relações e processos, integra, ainda que apenas sutilmente, a narrativa de alguns técnicos sem se revelar, no entanto, uma interferência alterativa de suas práticas na produção de diagnósticos ou na gestão dos desastres. O desastre não é, pois, entendido como expressão da vulnerabilidade social, ou não a tem como paradigma orientador; o contexto estrutural, por sua vez, não é visto como produto sócio-histórico sobre o qual incidem os fatores de ameaça; a questão social, quando considerada, é secundarizada ou utilizada como facilitadora da culpabilização dos grupos afetados pelo seu sofrimento – a condição de pobreza, o baixo investimento em seu capital humano, a relação “incestuosa” com o Estado, representada pelas condutas tidas como irregulares (ocupação informal dos territórios

e uso de equipamentos e bens públicos sem as devidas vinculações formais como o pagamento de impostos, etc).

Nesse mote se encontra a experiência dos sujeitos afetados que traduzem a ameaça a partir da **ótica do estranhamento decorrente da expulsão** (ou ameaça de) do Lugar, do **ter que “ir para fora”**, do sentimento de “não pertencimento” quando da desterritorialização vivenciada. Tal como esboçaram as narrativas, o “lá fora” – traduzindo o espaço que não lhe pertence, do qual não se sente parte - é ameaçador e real fator de geração de insegurança. Num sentido inverso daquele originado pelas autoridades em desastres, a ameaça, e o desastre, **“é com ele”**, **“é ele”**. O que ameaça é a falta dos seus, dos que se foram (ou “a falta de todo mundo”, como dito), numa **perspectiva “endógena”**, ou de uma visão que se projeta a partir do pertencimento e, portanto, que fala da experiência.

4.1.3- ESPAÇO: Território e Lugar

O desastre nos remete, dentro do aparato conceitual adotado nessa reflexão, a uma luta pela hegemonia, uma disputa que tem a ver com o poder simbólico (BOURDIEU, 2005a), e que se desdobra na questão identitária e territorial e nas várias nomeações do espaço. A referência sócio-espacial é, pois, chave na discussão em pauta. A Sociologia designará o fenômeno desastre, entendendo-o como processos de ruptura da rotina, lugares, fazeres e práticas envolvendo uma configuração espaço-temporal e sócio-histórica para manifestar-se (VALENCIO, 2010a). Em detrimento dos conceitos de tempo cronológico e espaço geográfico, são trabalhados os conceitos de tempo e espaço sociais.

Na referida pesquisa, ao buscarmos traçar as diferenças entre autoridades e afetados em desastres, acerca da concepção de “espaço”, adotamos o “território” como categoria favorecedora do entendimento do movimento promovido pelo Estado na busca pelo ordenamento e controle do espaço geográfico – ou, de forma mais abrangente, os propósitos ordenadores e homogeneizadores dos Estados-nação e dos seus projetos de desenvolvimento (ZHOURI, 2010, p. 449). A expressão tratada, pois, como termo definidor da ação oficial sobre o espaço geográfico, objetivou explicitar e conter as expressões geradas pela gestão dos desastres no sentido da

ação, intervenção sobre os espaços, tanto para fins da produção de diagnósticos, como para a condenação, reutilização, aplicação de normativas, enfim, de seu controle oficial – revelando-se um contraponto ao que será explicitado como “Lugar” pelo afetado.

Portanto, o território se encontra aqui referenciado em duas contribuições que se complementam, quais sejam: aquela trazida por Haesbaert (2004) que afirma tanto sua conotação material, como simbólica e o sentido de dominação política e simbólica; e aquela enfatizada por Zhouri (2010) que falará da visão dominante do território como recurso, no seu sentido utilitarista – utilitarismo que reduz a complexidade e diversidade das formas locais de imaginação do território a um conjunto homogêneo de “propriedades” ou “imóveis” a serem removidos. A segunda contribuição, Zhouri (2010), enfatiza a propriedade e a imagem do indivíduo atomizado como pressupostos dessa visão utilitarista, sendo que qualquer visão de uma coletividade organizada e resistente, em defesa do seu Lugar, se torna obscurecida, resultando na tentativa de desqualificação e esvaziamento das mobilizações sociais.

Os cenários contemporâneos de desastres, destacando o caso brasileiro, têm revelado o território – principalmente a partir da ótica dos autorizados oficialmente para tratá-lo, considerando suas competências técnicas e administrativas -, como próspero “ambiente de negócios” (VALENCIO, 2012b), referência que se encontra no mote da gestão.

Ao envolver altas cifras voltadas à recuperação do cenário impactado, o território se torna o alvo e a justificativa de intervenções que geram fortes embates entre os agentes, competição e divergências, inclusive entre contratados para a prestação de serviços, a exemplo das grandes empreiteiras. A perspectiva de proliferação dos negócios, no caso de Teresópolis/RJ, foi fomentada para além das intervenções mais concretas sobre o território e perpassou, como vem sendo recorrente em outras realidades, o momento da emergência, envolvendo o processo de sepultamento das vítimas, entre outros fazeres geradores de suspeição por parte da população com relação ao papel do agente público - desvio de recursos e doações, má administração geral. Esses aspectos são limitadores das reais perspectivas da ação protecionista delegada historicamente ao Estado.

Se o **território** representou o esforço de traduzir a visão da autoridade acerca do espaço – que entendemos ganhar **ênfase no aspecto geográfico**, no seu **sentido material, utilitário e para fins de controle** -, o **Lugar** se revela, no seu contraponto, como a **representação do enraizamento e pertencimento, da identidade**, ainda que condenado ou pejorativamente traduzido pelas suas possíveis limitações e características de precariedade.

É relevante dizer que antes de um território ser a “área de risco”, tecnicamente classificada, ele representa o Lugar de viver e morar de certos sujeitos sociais, ou seja, representa a relação desse sujeito coletivo com o espaço. Isso nos remete a trajetórias de vida e a processos de vulnerabilização (ACSELRAD, 2006). Não se trata de dizer que esse suposto “risco” é negado, mas sim, ressignificado (VARGAS, 2006) - isto é, são atribuídos novos sentidos ao ambiente periférico deteriorado a partir de muitos fatores. Territórios estrutural e ambientalmente degradados passam a ter a conotação de “espaços desejáveis” a partir da ausência de alternativas e decorre daí, a valorização de um patrimônio construído que se confronta e “supera” a noção técnica de risco, se revelando como uma opção legítima (ou uma “oportunidade”) frente à total falta de opção. Os vínculos de sociabilidade se sobrepõem a partir de relações primárias, familiares ou comunitárias, que são traços culturais relevantes em tais grupos e também a possibilidade de se contar com recursos adicionais pra sua reprodução social, em contextos de ausência de políticas sociais efetivas.

O Lugar representa, também, a **expressão de uma luta pela permanência frente à ameaça de desterritorialização pelo Estado**. Entre outros fatores, isso se associa à necessidade da segurança da posse, da propriedade, ainda que ela se origine da “invasão dos locais disponíveis para os pobres”, na expressão dos afetados (idem). A isso também se associam a insistência pelo retorno e reconstrução em locais tecnicamente condenados e a busca por alternativas individualizadas de minimização dos danos através de pequenas obras de reparo e recuperação da edificação, dos equipamentos, viabilizando, ainda que precariamente a permanência. Na verdade, a ausência sistemática de uma rede de proteção social gera formas próprias de entendimento do mundo e práticas próprias de convivência com as ameaças.

Quando do desencadeamento do desastre, esses Lugares se projetam como objeto de contestação o que só reforça a sua já condição de segregação e estigmatização: aquilo que Valencio (2008) trata como transposição da “área carente” para a “área de risco”. É acionado o reconhecimento das fronteiras opositivas em relação a grupos sociais específicos e seus projetos de inserção no Lugar, na cidade, que são projetos antagônicos à noção da ordem social vigente.

A enunciação originada no discurso oficial enseja a tentativa de anulação do Lugar calcada no discurso do risco. Porém, as estratégias discursivas, e não só elas, são mobilizadas também pelos grupos localizados e organizados em função da resistência – que se revela nessa pesquisa também como “resistência cotidiana” (SCOTT, 2002). Em Teresópolis/RJ, a experiência da AVIT em associação com outros movimentos regionais e nacionais, se traduz como um esforço pela afirmação de direitos, num contraponto sensível às formas de gestão do desastre naquela região. Como afirma Zhouri (2010), a formação de mobilizações locais e a reconstrução do território (ou “a luta por”, num esforço de revisão da agenda pública) colocam em pauta o esforço dessas populações em articular seu problema como um fato coletivo de onde emergem novas identidades políticas.

Em oposição ao que se constata na atuação do Estado frente ao desastre, a força desses significados traduz uma densidade por parte dos afetados (como bem explicitado em suas narrativas anteriormente registradas), que se contrapõe à ambivalência originada do comportamento da autoridade, porque é referendada pelo testemunho e pela vivência no Lugar. Tal autoridade é incisiva sobre a realidade, se afirma frente aos recursos e sobre o meio com a finalidade de ordená-lo, enquadrá-lo e se impor sem, no entanto, necessariamente entendê-lo. É ambivalente, pois, porque age sem a densidade que é correspondente aos Lugares que sofrem a intervenção, caindo no esvaziamento, violência, inadequação – se desautorizando e deslegitimando frente ao contexto e ao seu próprio papel.

O Lugar na discussão do desastre - em analogia a Zhouri (2010) quando de suas argumentações no debate ambiental -, deixa de ser categoria residual, ganhando novos contornos, tonalidades, potencialidades, representando a inserção da diversidade e heterogeneidade dos sujeitos, de suas formas de viver e morar frente à imposição de verdades que querem se fazer únicas. **“Território” e “Lugar”**

encontram, pois, correspondência na intervenção ambivalente da autoridade e na densidade dos afetados, respectivamente.

4.1.4 - CÁLCULO de risco e cálculo de vida e de morte

A luta pela preservação e permanência do/no Lugar se encontra em vinculação direta com o que denominaremos “cálculo de risco” e “cálculo de vida e morte”.

O **cálculo de risco** integra a visão predominante no campo dos desastres que tem cada vez mais negligenciado as etapas de prevenção e recuperação, previstas normativamente para as ações do sistema de proteção e defesa civil. A ênfase nos riscos, como já tratamos, esvazia os fundamentos estruturais e classistas dos **desastres**, colocando-os como “**epifenômenos**”. Inúmeros desdobramentos danosos são registrados como consequência de tais limitações, gerando a naturalização do processo, a **ênfase nos procedimentos de emergência e o posterior abandono**, e a consolidação de uma cultura de gestão pública fragmentada, feita de critérios provisórios e convenientes à manutenção da ordem vigente, e ainda, promotora da distorção da própria noção de direitos.

Portanto, diz respeito ao tratamento do desastre como **manifestação exógena**, autônoma e independente das forças sociais, políticas e econômicas que operam no interior das instituições do Estado (VALENCIO, 2010a, p. 32) e, portanto, passível de ser gerenciado como “exceção” ou excepcionalidade quando, na verdade, já é “regra”, se faz constante, posto que a vulnerabilidade social se apresenta como parte que integra a realidade em discussão. Essa forma limitada de interpretação do fenômeno tanto se repercute na forma de planejamento mais geral, como na gestão dos desastres de maneira mais específica.

O entendimento da problemática a partir do enfoque do “risco”, com ênfase na sua mensuração, se contrapõe aos “cálculos” que os sujeitos afetados fazem quando do enfrentamento do desastre. “**Cálculo de vida e cálculo de morte**” se associam respectivamente à **segurança gerada pela possibilidade de permanência no seu Lugar**, das garantias da casa própria (ou a fuga das incertezas geradas pelo aluguel frente à inexistência ou incerteza da renda) - ainda

que seus padrões construtivos possam ser questionados, assim como sua condição jurídico-formal -, da manutenção dos vínculos de convivência e ativos sociais; já o **“cálculo de morte”** traduz o inverso, ou seja, as **ameaças e incertezas advindas da falta de garantia de direitos, da ameaça de expulsão** (do “ter que deixar a sua casa”, seu Lugar, a inserção em abrigos e a perda das referências), numa mobilidade social descendente - experiência constituinte de suas trajetórias na relação com a moradia e a inserção no espaço social.

Refletindo, pois, sobre o contexto da submissão às ameaças e riscos tecnicamente classificados, se pode indagar: que morte seria pior? Aquela originada do deslizamento do barranco que ameaça atingir a moradia, da saída radical para o abrigo ou do abandono definitivo do Lugar? Qual delas é a mais “dolorosa”? Tais processos de vulnerabilização apresentam sujeitos que, a partir de suas vivências, estão “calculando”. Seus cálculos, no entanto, não contam com “estratégias” como alternativas - de permanência ou de saída -, mas se dão a partir de condições determinadas. O cálculo de morte integra o processo de **“morte social”** dos sujeitos.

4.1.5 - PROTEÇÃO originada na ciência e no discurso político; originada na solidariedade e na fé

A noção de proteção em contextos de desastres se expressa a partir de referências bastante antagônicas quando tratamos de autoridades e afetados, ainda que haja elementos convergentes entre elas. Pode-se indagar tanto acerca de “quem a promove”, como sobre “quem pode dela usufruir” ou “com ela contar”. Hegemonicamente, o fenômeno desastre e sua gestão são compreendidos a partir das referências científicas e técnicas, como já abordado. As “ciências da natureza” têm predominado na resposta a tal tarefa. No mote da gestão, e monofonicamente, o Estado e suas políticas têm registrado a predominância da concepção e ação sobre os territórios e sujeitos afetados, ainda que a qualidade e eficácia de seu papel possam ser questionadas.

A pesquisa nos permite a observação de um esforço, tanto das normativas que constituem o Sistema de Proteção e Defesa Civil, como dos recursos

metafóricos utilizados pelos representantes do Estado, por traduzir suas práticas ou intenções a partir de uma organização e eficiência que, no entanto, não têm se objetivado na forma de proteção social, escamoteando a real ausência da política pública direcionada aos grupos sociais mais severamente afetados – a exemplo da morosidade e do abandono registrados nos 07 (sete) municípios afetados da Região Serrana do Rio de Janeiro.

Tais referências de proteção, dentre elas, acesso a benefícios sociais, assistência, efetivação de obras, reconstrução de fixos, retomada de fluxos, atenção à saúde (inclusive emocional) e o acesso à moradia, passam a integrar o emaranhado de cifras, cálculos e burocracia que se distanciam do domínio cotidiano dos afetados, de seu entendimento e poder de interferência, fugindo brutalmente ao controle social. O discurso hermético da ciência e da técnica cumpre o papel de obscurecer o campo dos desastres impedindo, portanto, a diversidade que o constitui e a participação dos diferentes agentes na sua classificação.

Nesse sentido, Zhouri (2010) afirma que tal embate porta a **tentativa de redução da diversidade local ou o esforço de negação do dissenso**, onde a própria noção de participação dos afetados receberá conotação específica – tal como nos foi evidenciado nas audiências públicas realizadas em Teresópolis/RJ, em 2011. É possível identificar a tentativa de escamotear confrontos ou camuflar o dissenso, pela busca da adesão dos sujeitos do ‘Lugar’ aos projetos hegemônicos pela técnica aliada ao capital. A perspectiva de dissolução do dissenso se mostra como tentativa de apagamento das resistências às formas hegemônicas ou como um **“exercício de silenciamento”**, onde os sujeitos e sua oposição são apresentados como susceptíveis a “parcerias”, numa disposição à negociação e ao entendimento para a eliminação do conflito. As audiências Públicas podem exemplificar vários processos: embates, denúncias, enfrentamentos, omissões e busca por alianças entre os agentes na sua diversidade. A AVIT, associação criada naquele município a partir do desencadeamento do referido desastre, em abril de 2011, revelou-se como o principal agente a denunciar, de maneira sistemática, as formas de abandono experimentadas pela população afetada, colocando em xeque as ações ou omissões do Estado nesse contexto. Por consequência, se encontra assediada pelo discurso das forças oficiais na tentativa de traduzi-la como “parceira” na condução dos encaminhamentos, a fim de diluir as tensões explicitadas na cena;

cerceá-la, assim como aos demais presentes, pelas exigências de “objetividade no discurso” através do controle do tempo de fala e “exigência de foco” nos temas estabelecidos para as duas audiências.

Parte da luta de afetados, através de suas formas de organização, se dá pela tentativa de elucidar e denunciar as intencionalidades reveladas nos posicionamentos das autoridades municipais e estaduais, traduzidas nas suas ausências, nas especificidades de suas presenças e vocalizações. A busca pelo consenso é a tentativa de “silenciamento das dissidências existentes”, com agentes que são apresentados como dispostos à negociação e ao entendimento. As diferentes falas registradas nas plenárias de outubro e novembro de 2011 evidenciam esse processo.

Zhourri (2010) afirma que o que se tem é a deslegitimação (ou *tentativa de*) da resistência, traduzida pelo procedimento de interdição do discurso efetivado. Para tal, se utiliza da existência da dicotomia entre *participantes legítimos/agentes desautorizados* (p. 452) – o que, em se tratando do discurso do “risco” e, portanto, de uma condição limítrofe, se faz legitimar mais facilmente. O direito de integrar a decisão se faz à base da persistente contestação por parte dos afetados⁴⁸.

Então, as políticas sociais de proteção não têm se traduzido em espaços de participação efetiva dos afetados, no sentido de sua inclusão nas tomadas de decisão e possibilidade de alteração da agenda pública. Tais atores, em verdade, se veem submetidos à lógica predominante no campo dos desastres, qual seja, a não interferência nas decisões hermeticamente tomadas pelo conhecimento predominantemente tido como válido, o técnico.

A visão de proteção alimentada pelos afetados será diretamente influenciada pela **perspectiva supramundana**, nas palavras de Tuan (2005), o que, no entanto, não suprime a luta organizada pela efetivação de direitos e as contestações travadas. As **frágeis relações** historicamente mantidas **com o Estado** fortalecem nesses grupos sociais o sentimento de desproteção que se origina no “mundo dos homens”, de suas incapacidades e limitações e mesmo de sua suposta “má fé”, em contraponto ao que o **mundo da fé**, das crenças, religioso promove e assegura. “Eu soube que o prefeito sabia que isso ia acontecer aqui, mas ele não alertou porque

⁴⁸ Elemento marcante da segunda Audiência Pública foram as frequentes contestações coletivas da plenária em razão da limitação de tempo imposta pelos organizadores à fala de cada participante (30 segundos).

quanto mais pessoas morressem, mais ele ia lucrar com isso (...). Ele não alertou porque não quis” (Entrevistado 20 – Bairro Campo Grande).

Revela-se certa **conflitividade** entre os elementos originados da religiosidade, da **proteção divina**, expressa também via mundo onírico e a **perspectiva científica**, informações/recomendações geradas por parâmetros racionais. O cenário é, pois, mesclado por dois elementos importantes: a expectativa acerca da proteção social originada do ente público e a forte presença da proteção oriunda do “divino”, inclusive na dissolução ou alívio do sofrimento. Tal situação nos sugere que o acúmulo científico, ao não se converter em proteção social, além de gerar dúvidas acerca de seu potencial fortalece a expectativa de uma proteção “superior” e abre concessões para a insegurança e desconfiança na relação com a autoridade. A confiança no conforto gerado pelo supramundano gera iniciativas que reinventam as formas dos agentes se relacionarem com o “divino” e com as regras institucionais que o representam.

4.1.6- O OUTRO no desastre

A visão esboçada por autoridades sobre os afetados e vive-versa, ou seja, aquilo que estamos denominando “o outro no desastre” se revelou significativa. Utilizando-nos do pressuposto de que tal fenômeno configura um campo e que os agentes que o protagonizam ocupam posições distintas no espaço social, se torna possível esperar que tal relação se revele na forma principal de tensões e confrontos.

É recorrente o posicionamento de autoridades em desastres na tentativa de promover a desqualificação dos grupos afetados acusando-os, entre outros, de falta de conhecimento e investimento no seu capital humano, o que caracterizaria certa ignorância e irresponsabilidade (ou mesmo abuso) frente aos elementos que envolvem suas formas de interagir com o meio e, portanto, culpabilizando-os pelo seu sofrimento. Tal estratégia retórica condena os sujeitos pela sua suposta inaptidão em “se arranjar” dentro das disputas que o modelo mercadológico impõe e desvia o centro da questão para o aspecto meritocrático.

No âmbito de uma multiplicidade de agentes em concorrência e da **disputa desigual ou assimétrica**, se confirma a **desqualificação de determinados argumentos e práticas leigas** – ou a depreciação de suas formas de interpretação do processo. Como afirma Acselrad, (2006, p. 56), a desqualificação dos testemunhos leigos pela remissão a linguagens técnicas faz parte de um conjunto de artifícios retóricos integrantes da luta simbólica através da qual se pretende retirar a legitimidade das reivindicações de tais grupos sociais. Esse embate é, pois, caracterizado pelo acionamento e reafirmação do conhecimento científico como hegemônico na determinação dos diagnósticos de risco, numa tentativa de reduzir o fenômeno desastre à adoção de meras soluções técnicas, possibilitando, pois, a observação do locus de poder que condiciona as escolhas e os processos técnicos.

Ainda que outras percepções possam ser consideradas acerca do afetado, garantindo certo grau de sensibilização frente ao sofrimento experimentado, estas, em grande parte, encontram força na compaixão (SENNETT, 2004), que como já explorado, é sentimento que não se coaduna com a experiência do reconhecimento do direito.

Somando-se aos muitos elementos já esboçados, os afetados dirigem às autoridades e à não efetividade de suas ações as suas mais severas críticas e descontentamentos. O “outro/autoridade” é fundamentalmente pensado a partir dessas referências. O conhecimento acumulado e expresso pela ciência e técnicos, institucionalmente representados na grande diversidade de agentes presentes, simboliza um **estranhamento relacional** traduzido, ora pelo autoritarismo, ora pelo abandono, ausência e negligência no trato de suas demandas, entre outras formas de tratamento pautadas no excesso de formalidade, burocracia ou pela inacessibilidade aos produtos gerados de suas competências.

Considerando um olhar mais geral sobre os eventos registrados nos últimos anos, é possível identificar que aquilo que poderia ser interpretado no âmbito da gestão dos desastres como certo descompasso com a realidade que a desafia, ou como um grau elevado de desconhecimento sobre seus papéis e poder interventivo, ou ainda, como “rejeição” às demandas específicas originadas de certos grupos sociais – comprometendo a proximidade e dialogicidade -, se revelam como características que se encontram, na verdade, no bojo de uma intencionalidade que produz a inclusão ratificando a desigualdade e a desqualificação. Qual seja, trata-se

de condições internas ao Estado, não se tratando, pois, de desconhecimento, ineficácia, mas das lógicas e contradições próprias a esse Estado - a exemplo da desconexão estrutural entre a política habitacional que está na base das causas e o tratamento que vem sendo dado aos desastres e seus efeitos.

Pensando as particularidades da defesa civil, sua forma institucional se projeta atrelada a uma noção de ordem social específica que a aparta dos temas transversais com os quais deveria dialogar e interagir. Trata-se, pois, da forma como tal realidade e os processos de vulnerabilidade dela constituintes são interpretados, gerando, sobretudo, a imposição de uma racionalidade. **A sinergia com afetados e a proteção que integra suas competências se veem comprometidas.**

4.1.7- ENFRENTAMENTO: Estratégia (alternativa) e Tática (ausência de um próprio⁴⁹)

O campo dos desastres não só pressupõe um embate entre diferentes forças, entre saberes em disputa (e esta os qualifica, os produz e reproduz), como também revela a **desigual condição dos agentes** presentes nessa luta. Os recursos com os quais tais agentes contam são aqui definidos pelos termos “**estratégia**”, na representação das alternativas ou escolhas que correspondem à ação e possibilidades colocadas pelas autoridades e “**tática**” (CERTEAU, 2009), a ação calculada determinada pela ausência de um próprio, ou seja, ausência do lugar do poder ou do querer próprios – condição correspondente à realidade dos grupos afetados por desastres.

Tais referências objetivam colaborar para a elucidação dos impasses e tensões existentes entre, de um lado, as demandas imediatas da população e suas lutas, na urgência por restabelecer as condições básicas de moradia e do cotidiano e, de outro, o posicionamento das forças institucionais do Estado engessadas nos argumentos técnicos e burocráticos que, como afirmam Valencio *et al* (2011), redefinem os direitos constitucionais dos grupos afetados como ‘carências negociáveis’, dissolvendo o drama humano em negócios em torno de obras civis (idem, p.22) e engessando a sua possibilidade de interferência e participação na agenda estatal.

⁴⁹ Certeau (2009).

A gestão alavancada pelo Estado é considerada nessa análise como forma de **inclusão que ratifica a desigualdade e a desqualificação e produz estigma**. Trata-se, pois, do que Silva (2012) denomina “**incompletude planejada**”, ou seja, a existência de uma funcionalidade e racionalidade que se formalizam nas estruturas de poder representadas pelos governos, aparatos jurídicos, órgãos de ação, para garantir a imposição de sua força, a força de uns sobre outros. A pesquisa nos aponta para a existência de uma diversidade de políticas e órgãos de proteção, sendo que estes não são feitos para funcionarem da forma como é preconizado normativa e retoricamente. Tudo é forjado para a manutenção de uma ordem. Mas de que ordem se trata? De uma ordem que assimila desigualdade e vulnerabilidade e que produz o refugio humano (BAUMAN, 2004), a banalização da morte e da vida.

Nesse sentido, não se trata da ausência ou inconsistência do Estado, mas da adoção de estratégias que projetam seu esforço e empenho de maneira exitosa e comprometida, sem que, no entanto, suas ações correspondam a essa projeção ou resultem no bem estar social sinalizado. Os afetados por desastres no Brasil não correspondem a “pobres sem Estado”, mas a grupos que integram a parcela denominada por Rizek (2002) “matáveis”, ou aquela que está em oposição ao que o Estado deve tratar com civilidade. Valencio (2009, p. 14), referenda:

Não nos utilizemos, pois, de meias palavras: trata-se de favorecer um ambiente de genocídio, pois não é outra a situação quando a instituição de Defesa Civil é controlada por agentes que tomam o Estado instrumentalmente para seus interesses particularizados ou quando tais agentes são corriqueiramente indiferentes ao sofrimento do cidadão ou impelem terceiros ao ódio àqueles que, no seio da nação, já se encontram socialmente enfraquecidos.

Nessa relação, os sujeitos do Lugar, os afetados, registram o esforço de se fazerem reconhecer como **agentes políticos**. Suas formas de resistência se alternam entre as expressões de **organização coletiva** e aquelas que são de natureza mais pontual e isolada, como veremos. Travadas por movimentos locais, regionais e nacionais, a exemplo das manifestações registradas na Região Serrana em diferentes momentos do desastre em andamento, as iniciativas de reivindicação e contestação coletivas estiveram associadas à AVIT, CDDH/Petrópolis, MNLM, MONADES, CEAT e diversas associações locais, revelando um contraponto à noção

de indivíduos atomizados que obscurece a existência de coletividades organizadas em torno da resistência e da defesa de seu território (ZHOURI, 2010). Então, vê-se discursos e ações que se voltam contra uma ordem hegemônica estabelecida e que se origina da perda de legitimidade da autoridade, cujas ações não são mais vistas como justificáveis. Há questionamentos acerca dos arranjos de poder vigentes e o apelo por mudanças.

As **formas de resistência cotidiana** (SCOTT, 2002), por sua vez, marcam aquelas manifestações expressas de forma pontual, mas com algum grau de recorrência, regularidade a despeito de uma articulação ou acordo entre os agentes envolvidos. Estão fortemente presentes no contexto do sofrimento vivenciado pelos afetados em desastres, traduzindo seu descontentamento frente às inúmeras regras impostas autoritariamente pela racionalidade técnica (que acredita melhor organizar as coisas e pessoas) e também frente ao abandono recorrente. Apesar da tentativa de desqualificação de tais manifestações, tidas como “desordeiras” e “ignorantes”, estas dizem muito da natureza das relações estabelecidas entre afetados e autoridades e dos afetados com o Lugar.

Nesse sentido e pela posição ocupada no jogo, tais grupos sociais - em princípio destituídos das estratégias que representam a “alternativa”, “opção” e possibilidade de “escolha” -, lutam contra a conformação esboçada pela técnica através da “tática” (CERTEAU, 2009), numa reinvenção do cotidiano e na reapropriação do espaço e do uso a seu jeito. A tática pressupõe, assim, a existência da resistência associada a um conjunto de determinações que desenham a desigualdade para além da possibilidade de escolha consciente desses sujeitos.

4.1.8- Participação no “JOGO”: condições diversas de poder

Supomos que as regularidades presentes nas vocalizações e nas práticas de autoridades e afetados em desastres, neste capítulo, brevemente sintetizadas, se revelam convergentes, se completam e podem ser amarradas e assimiladas como partes integrantes de um “jogo”. Falar de desastre pressupõe integrar um jogo e participar da luta pelo poder de nomeá-lo, classificá-lo, dizer o que ele é. Tratamos, referenciados em Valencio (2010c), de **jogos com linguagem** que estão

subjacentes aos **jogos de poder**. O desastre entendido como campo (BOURDIEU, 2005), se faz de lutas entre os diversos agentes da produção simbólica com o objetivo da imposição, ou redefinição, de seus princípios legítimos de visão e de divisão do mundo natural e social. Sendo assim, revelará embates, disputas, mas não só.

Tais embates e disputas são desencadeados a partir de desiguais condições de poder. Não se trata de um jogo de “afetados contra autoridades”, mas, sim, da presença de uma **racionalidade determinista, fragmentadora** que evidencia posições de poder, impondo sobre os afetados o aumento do sofrimento. Este, não resulta apenas do impacto dos elementos biofísicos sobre o território e a população, como está convencionado pela visão hegemônica de desastre, mas também das tensões e imposições institucionalizadas e respaldadas pelo objetivismo associado à noção de risco. O “cálculo de risco” é, pois, determinante na manutenção da ordem idealizada e na reconfiguração da paisagem.

A diversidade constituinte do “jogo” sucumbe na medida em que avançam as tecnicidades (VALENCIO, 2010c) envolvendo o discurso e práticas em torno do que é denominado “gerenciamento de risco e desastre”: as pessoas e seu sofrimento desaparecem. Isto está diretamente associado à tentativa de anulação da vocalização dos afetados, ou seja, de seu **silenciamento**.

É importante constatar que tendencialmente o discurso perito e as práticas nele respaldadas, têm se revelado inibidores dos processos de participação da diversidade dos integrantes dessa disputa. Quando os afetados por desastres, ou aqueles mais vulneráveis a tais processos são considerados nos diagnósticos e processos decisórios (diretamente vinculados a sua reprodução social e à da coletividade a qual pertencem), o são numa condição de submissão a uma linguagem hermética, simbologia de poder, e a posturas que reforçam a sua desfiliação.

Os debates públicos registrados na pesquisa de campo, principalmente aqueles registrados nas audiências públicas, apresentaram agentes numa atitude de contestação à lógica burocrática ininteligível e avessa ao atendimento adequado de suas demandas mais urgentes, numa expectativa pela alteração da agenda estatal em vigor. As manifestações elucidam esse lugar de sofrimento que se amplia frente às atitudes decorrentes de uma racionalidade instituída na figura do Estado. A problemática não residiria na falta de recursos financeiros para os empreendimentos

e ações propostos, mas no emaranhado de regras que se convertem na banalização de práticas de violência, nas palavras de Arendt (2010a). Keinert (2005) afirma - ao tratar dos argumentos da autora sobre “a banalização do mal”-, que nada no social garante a universalização de acesso a um lugar de reconhecimento no mundo assegurado por direitos. A violência pode, então, se dirigir a estes indivíduos que são indesejáveis e, portanto, passíveis de eliminação (p.1). Apesar de sentirem o efeito brutal de tais mecanismos burocráticos, os afetados não conseguem entendê-los, desvelá-los uma vez que são “mentiras organizadas” que se apresentam como armas contra a verdade e a vida dos que a expressam, afirma a autora (2010a e 2010b).

Utilizando-se de Arendt, Paoli (2007, p.234) tece a crítica à gestão pública como forma de controle e cerceamento do real sentido da política, afirmando que:

métodos de coação simbólica e material, revelados pelos totalitarismos dos anos 1930-1940 (...) estão presentes desde então nos governos democráticos, métodos que impedem o agir espontâneo e a constituição livre de comunidades políticas no espaço público. De um lado, esses métodos geram formas de violência e subjetividades isoladas e medíocres: jogam os cidadãos no refúgio do mundo privado, no eximir-se da responsabilidade pública, no repúdio da política, na adaptação por conveniência, na ignorância de qualquer forma de alteridade que não traga vantagens (...).

O argumento de que *as decisões têm por base um fundamento técnico* – sem paixões ou ideologias -, é determinante nas conduções observadas, ainda que possamos encontrar nesse mesmo âmbito a queixa de que “o meio político” negligencia seus pareceres, forjando uma separação entre “técnica”, “gestão” e “política”. Porém, tal “denúncia” cumpre apenas o papel de evidenciar o desastre como fenômeno integrante do rol da negligência e abandono, características que já integram a prática do ente público, potencializando os processos de vulnerabilização já desencadeados na realidade dos referidos grupos sociais. O fenômeno se revela como apenas mais uma entre as várias manifestações de descomprometimento com o tecido social registradas historicamente, ou seja, é também produzido pelas intencionalidades específicas da institucionalidade estatal nas suas formas de regulação social - e pela completa liberdade dada ao capital.

Como afirma Valencio (2012, p. 10):

(...) as esferas decisórias abafam o limitado alcance das práticas de gestão expressas por planos de contingência e equivalentes, sejam essas elaboradas e executadas pelas equipes dos megaempreendimentos ou por órgãos públicos de emergência. As incongruências, conflitos e a célebre decomposição e recomposição dos elementos observáveis no plano concreto do território são encetados por inúmeras forças que evocam tensões no terreno, mas o ultrapassam; tais forças, em embate, disseminam riscos, muitos dos quais, embora inominados, estão presentes. Quando se explicitam contundentemente e se concretizam como desastres – denotando os limites do escopo da *gestão* – caem na gaveta retórica da *fatalidade* (VALENCIO, 2010; 2012) para em seguida, serem recapturados pelas práticas técnicas, de onde furtivamente tornarão a escapar, ainda mais fortalecidos.

A capacidade crítica dos indivíduos se enfraquece diante dos excessos da ordem vigente, uma vez que a racionalidade técnica, que se superpõe ao sentido participativo da política, visa tornar inoperantes as ações de contestação até o ponto onde o indivíduo abdique de sua crítica, sem necessariamente demandar repressões externas abertas. **O “jogo” conta com seus componentes simbólicos**, ou, nas palavras de Bourdieu (2005), com a eficiência do poder simbólico. Trata-se de uma construção que não só torna hegemônico um conceito de desastre a partir de sua racionalidade técnica, mas que o impõe com base no poder que advém da ciência.

Segundo Acselrad (2009), a controvérsia científica, explicitada pelo próprio conhecimento técnico, tem temporalidade distinta da controvérsia política (aquela própria da ação administrativa). “O saber especializado não é mais capaz, por si só, de fechar o debate no interior da própria ciência”, se expondo, pois, à discussão e decisões públicas. Pode-se observar em narrativas apresentadas no capítulo 2, a defesa de se firmar uma “peritagem específica”, e a produção cartográfica resultante de seu fazer, como centrais na condução da gestão de desastres e do reordenamento da cidade; no entanto, as intencionalidades presentes nesses cenários se mesclam entre “fazeres técnicos”, não neutros ou apolíticos – e, portanto, direcionadores da realocação dos afetados no território –, e fazeres reconhecidos como “políticos”, não estando, pois, separados. Não se pode pensar uma dada qualificação tecnológica advinda de uma especialidade científica desassociada da decisão política, vinculada a um processo maior de organização

espacial fundada numa ordem social específica geradora de desigualdade.

Assim, o “jogo” no desastre sucumbe com a diversidade que lhe é própria e que o integra como campo. Sucumbe na medida em que, na disputa pela agenda pública e por validar uma verdade, os agentes envolvidos engendram embates originados de condições desiguais de poder. A imposição do desastre como “noção única” torna-se, de maneira geral, convincente no que diz respeito à formação de um imaginário social sobre o fenômeno, limitando-o aos elementos biofísicos que se firmam como determinantes. Os afetados nos desastres são invisibilizados no seu potencial político e projetados, nessa perspectiva do embate de forças, como “vítimas” frente à opinião pública que responde com a compaixão própria dos momentos de colapsamento social.

Porém, como bem explicita a reflexão de Valencio (2010c): é muito importante que os outros sujeitos que também têm as suas demandas e seus pontos de vista, possam estar inseridos ativamente nesse jogo de verdade, que possam participar da interpretação do mundo construída coletivamente. Os grupos sociais comumente afetados pelos desastres não são ouvidos centralmente, apesar de se falar muito sobre eles, sobre suas vidas, sobre ações, estratégias, obras e programas para eles voltados. Disso, dentre outros, resulta o anseio pela fala, a fome de expressão, necessidade de expressão própria, originada daquele que sofre, **porque o desastre é com ele, é ele**. O “jogo” é elucidativo no entendimento das forças que constituem uma prática política.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

O Desastre e a luta pela classificação do mundo

Esse trabalho nasce primordialmente de uma vivência profissional. Ao problematizar o desastre como um campo, inserido numa luta pela classificação do mundo, à luz de Bourdieu (2005) e da Sociologia, reavivo o meu lugar de agente integrante dessa luta, ou seja, a experiência de 10 (dez) anos de trabalho como assistente social na Defesa Civil de Juiz de Fora/MG e atualmente, meu lugar como pesquisadora inserida na investigação acadêmica. Inicia-se, pois, com as inquietações e desafios profissionais, perpassa uma primeira aproximação com o debate da “construção social do risco” vivenciada através do mestrado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ, culminando na referida pesquisa de tese.

As reflexões desencadeadas aqui permitem pensar o ‘desastre’ como construto do qual fazem parte diversos agentes a partir de diferentes e desiguais posições. É importante destacar que, quando discuto a luta classificatória, como perito ou pesquisadora, me aproximo da condição de agente nessa luta inserido e, a despeito de buscar a objetivação, integro a sua definição -, o que traz para esse exercício de investigação um caráter bastante desafiador.

Ao identificar as diversas nomeações produzidas pelas narrativas dos agentes frente ao desastre desencadeado em Teresópolis/RJ, em janeiro de 2011 – apenas uma entre as muitas experiências significativas do caso brasileiro -, identifico a presença de regularidades discursivas que apontam para os diferentes sentidos que um mesmo termo e/ou prática podem expressar. Trato de nomeações que não são inocentes, e que têm a ver com a luta pela hegemonia, pela “forma dominante de dominação”. Nesse sentido, não são inocentes as formas como certos grupos sociais são designados, como não o é a nomeação de seus territórios, as formas de interpretação de suas relações e dos usos que fazem do espaço. Identifico conflitos e também convergências, encontros e desencontros entre os agentes envolvidos na disputa, ou seja, entre aqueles que optamos por denominar autoridades em

desastres e os grupos sociais afetados pelos desastres, assim como um conjunto de relações e tensões que são internas a esses mesmos grupos.

Diante dessa afirmação, essa pesquisa representa um esforço de identificação e interpretação de categorias, estratégias discursivas, que podem colaborar para o entendimento dessa disputa e das diferentes formas de apropriação do chamado desastre e dos elementos a ele associados, sublinhando dissensos e a diversidade de projetos em curso na sociedade (ZHOURI, 2010). Ou seja, para os diversos agentes, o “inevitável” do desastre, a “ameaça” (o elemento biofísico ou a falta de todo mundo), o “espaço” (território e/ou Lugar), “o cálculo de risco, de vida e de morte”, a “proteção” (originada na ciência, no discurso político, na solidariedade e na fé), a presença de um “outro em relação” (a ‘autoridade’ e o ‘afetado’), “estratégias e táticas” no contexto de um “jogo” (expressando as diferentes condições de poder), são denominações possíveis na caracterização de certa reciprocidade, mas predominantemente, de embates e conflitos disparados pelos agentes quando de sua interpretação e vivência, decorrentes de posições distintas e desiguais.

Noções como perigo, risco ou ameaça não são designados apenas pelo discurso técnico e aparentam “consenso” ou “verdade” no imaginário social em razão da força que assumem a partir de expressões específicas de poder: neste caso, a racionalidade técnica. Desastre designa um conjunto de aspectos, variáveis e dimensões: se destaca, num primeiro momento, o valor da diversidade que esse termo assume. No entanto, verifica-se uma tentativa de silenciamento dessa multiplicidade de interpretações. Por outro lado, o território perde a exclusiva perspectiva de objeto de controle e planejamento, tal como vislumbramos na perspectiva técnica, para ser ressignificado e defendido como Lugar identitário, referência de pertencimento e das lutas contra remoções compulsórias e outras ações arbitrárias, quando de sua classificação técnica como “áreas de risco” pelo Estado.

Conforme avançam as technicalidades envolvendo o gerenciamento de riscos e desastres, tal diversidade desaparece, sucumbe. Na condução da política pública, os afetados em desastres não são centralmente ouvidos, uma vez que se configura uma arrogância das instituições e de seu corpo perito/técnico sobre o outro. As ações e estratégias, obras, programas “dizem respeito ao outro”, a seu sofrimento e

vulnerabilização, mas não os escuta. O “outro” é centro dos interesses e atenções, das providências e recursos, mas não é centralmente ouvido, não participa, não compõe a tomada de decisões, não interfere na agenda pública.

Vigora a tentativa de seu silenciamento, por um lado, e a sua sede de expressão própria, por outro, porque “o desastre é com ele”. O que acontece na paisagem acontece como expressão do humano; o sistema de objetos da paisagem é uma construção social. O desastre é problemática originada do meio social e a reorganização do sistema de objetos demanda a compreensão da dinâmica societária do qual faz parte.

Tratamos de forças movidas pelo embate político. Nesse sentido, se reafirma um exercício de poder e nele, a subsunção da diversidade quando da imposição de verdades unilateralizadas que se fazem representar predominantemente pelas tecnicidades. A tentativa de influência do discurso técnico sobre os afetados pode ser interpretada como a eficiência do poder simbólico (BOURDIEU, 2005) que é tão mais dominador quanto mais suave se faz, sendo que esse não é o único recurso do qual se busca fazer uso na correlação de forças em discussão. Podemos problematizar a ação do Estado como aquela que inclui ratificando a desigualdade: a realidade dessa investigação nos sugere essa interpretação. Então, o poder se dá também pelas intervenções desse Estado, ainda que se configurem como técnicas de controle e violência (PAOLI, 2007) ou gestão da precariedade (RIZEK, 2002).

Valencio (2010c) iluminará essas reflexões afirmando que falar de desastre é participar de “jogos com linguagem” subjacentes a “jogos de poder”. A autora afirma que, nesse jogo de verdade há um jogo de poder, que no geral, pode interessar a muitos. (...) É muito importante que os diferentes agentes, em desigual condição de poder possam expressar as suas demandas e seus pontos de vista e estar inseridos ativamente nesse jogo de verdade: dizer que do seu lugar de formação, de sofrimento, de suas lutas querem participar da interpretação do mundo que é construído coletivamente, tendo sua vocalização também legitimada.

O desvelamento do amplo e complexo campo denominado desastre e sua multiplicidade interpretativa, se revelou como o principal esforço dessa pesquisa de tese. No entanto, não se objetivou promover um fechamento dessa discussão. Ao contrário, a pesquisa afirma a necessária evidenciação da diversidade e complexidade que não é só de agentes e olhares, mas das diferentes gradações de

seus mergulhos dentro do tema e experiência. Confirma também um campo que tem mais a oferecer do que aqui foi investigado, no sentido da presença de outros atores e processos que não foram explorados nesse trabalho de tese. Supomos haver nesse âmbito a predominância de uma forma de interpretação e poder, mas não se trata do fechamento disso, ou seja, da existência do consenso -, inclusive na literatura que respalda esse debate. Tratamos, em verdade, mais daquilo “que falta”, da demanda pela elucidação de processos e relações: identificamos um campo, uma luta pela classificação do desastre, a diversidade que tende a sucumbir a partir de um ambiente que se revela monofônico, e supomos haver carências. Esse reconhecimento justifica o esforço e a metodologia que coloca a pesquisa de campo – e os depoimentos que colaboram para o cumprimento do objetivo da tese -, como a chave deste trabalho, uma vez que permite calibrar aquilo que o debate sociológico e suas possibilidades analíticas trazem como contribuição à elucidação do fenômeno dito desastre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: _____. (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Heinrich Boll, 2004, p. 13-35.

_____. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações**. In: Encontro Nacional De Produtores e Usuários De Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, 2, 2006, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Comunicação. Disponível em: <http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/UserFiles/17/Files/VulnerabilidadeAmbP rocRelAcselrad.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2011.

_____. **Apropriações sociais das mudanças climáticas**. Democracia Viva, n. 43, set 2009. p.70-73.

ARENDDT, H. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 11. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. **Sobre a violência**. Tradução André de Macedo Duarte. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BIELLA, Célia R. F. **Águas encantadas: uma análise sócio-histórica das representações do litoral potiguar pelo olhar do turista**. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **O poder simbólico**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005a.

_____. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005b.

_____. **Meditações Pascalianas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____ **Razões práticas** – sobre a teoria da ação. 10 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loic. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago, University of Chicago Press, 1992.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL. **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasília: Diário Oficial da União, 1995.

CALLAI, Helena Copetti. O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e do pertencimento. In: **VIII congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais** - a questão do novo milênio, 2004.

Cartas de Risco Remanescente a Escorregamentos nos Municípios de Teresópolis e Nova Friburgo – RJ. DRM -RJ - Departamento de Recursos Minerais do Serviço Geológico do Estado Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.drm.rj.gov.br/index.php/downloads/category/25-carta-de-risco-remanescente>

CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Relatório final. Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as circunstâncias, os fatos, as possíveis omissões, negligências, imprevidências e averiguar possíveis responsabilidades de agentes políticos, públicos e de terceiros, em face do desastre ocorrido nos municípios da região serrana do estado do rio de janeiro decorrente das fortes chuvas que causaram inundações e deslizamentos de encostas no período de 11 e 12 de janeiro de 2011. (RESOLUÇÃO Nº 09/2011), Rio de Janeiro, agosto de 2011.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, J.L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FERNANDES, Florestan. **Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Anhambi, 1961, p. 370.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Relatório sobre a situação atual do Município de Teresópolis**: versão preliminar. 2006, p. 10 (texto ara uso técnico – Fundação Getúlio Vargas. Teresópolis).

GALEANO, Eduardo. O livro dos abraços. Porto Alegre: L&pm, 2005.

GILBERT, Claude. **Studying disaster: changes in the main conceptual tools**. E. L. Quarantelli (ed). What is a disaster? Perspectives on the question. Routledge: London and New York. 1998. p.11-18.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização – do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf Acesso em 22 de agosto de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Perfil dos municípios brasileiros. Censo 2010. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em 25 de março de 2011.

KEINERT, Fábio C. **O Social e a violência no pensamento de Hannah Arendt**. Dissertação (Mestrado). Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.

Lavell, Allan. **Ciencias Sociales y Desastres Naturales em America Latina: um encuentro inconcluso**. In: MASKREY, A. (org.). Los desastres no son naturales. Panamá: Rede de Estudos Sociales em Prevención de Desastres em América Latina, 1993. P. 111-125.

_____. **Desastres y Desarrollo: Hacia un entendimiento de las formas de construcción social de un desastre: El caso del Huracán Mitch en Centroamérica**. In: FERNÁNDEZ, Armando. Comarcas Vulnerables: Riesgos y Desastres Naturales en Centroamérica y el Caribe. 1 ed. Buenos Aires: Editorial CRIES, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000. [1974]

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente**. In: DINIZ, Nilo; SILVA, Marina; VIANA, Gilney (orgs). O desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 215-232 (Coleção Pensamento Petista).

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, José de S. **Clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo**. In: _____. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **A sociedade vista do abismo – novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 1 ed. São Paulo: Contexto,

2009.

_____ **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** São Paulo: Hucitec, 2010.

_____ **A política do Brasil: lúmpen e místico.** São Paulo: Contexto, 2011.

MENEZES, M. A. **O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott.** Raízes, Campina Grande, v. 21, n 01, p.32-44, jan-jun/2002.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde.** 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Relatório de Inspeção da Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação x Áreas de Risco – O que uma coisa tem a ver com a outra?** Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=publicacao_publicacoesPorSecretaria&idEstrutura=146>. Acesso em 26 nov. 2011.

OLIVEIRA, Francisco. Prefácio. In: RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social.** São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele S. (orgs) **A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo, 2007 (Estado de Sítio).

PAOLI, Maria Célia. **O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política.** In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele S. (orgs) A era da indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007 (Estado de Sítio).p. 221-256.

PEREIRA, Luiz Antônio de S. **Falta de Planejamento urbano e a tragédia “ambiental” no verão de 2011 em Teresópolis – RJ.** In: XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA CIÊNCIA E UTOPIA: POR UMA GEOGRAFIA DO POSSÍVEL, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arg/trabalhos/8f2b39a8031af685e40899019202e4c3.pdf>. Acesso em 23 nov. 2011.

QUARANTELLI, E. L. **What is a disaster?:** Perspectives on the question. London/New York: Routledge, 1998.

QUARANTELLI, E. L. **A social science research agenda for the disasters of the 21 st century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementation.** In: R. W. Perry; E. L. Quarantelli (eds).What is a Disaster? New answers to old questions. USA: International Research Committee on Disasters, 2005, p.325-396.

RIZEK, Cibele S. **Os sentidos da cidade brasileira: da civilidade a seu avesso.** In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 23, 2002, Gramado. Anais...

Gramado: ABA, 2002.

ROSA, Waleska Marcy. **Regularização fundiária e eficácia dos novos instrumentos: a concessão de uso especial para fins de moradia no município de Teresópolis** – RJ. Disponível em: <http://www.ibdu.org.br/imagens/Regularizacaofundiariaeeficaciadosnovosinstrumentos.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2012.

SABINO, Fernando; LISPECTOR, Clarice. **Cartas perto do coração**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCOTT, James. **Formas cotidianas de resistência camponesa**. Tradução Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. Raízes, Campina Grande, v 21, n 01, p 10-31, jan-jun/2002.

SENNETT, Richard. **Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SIENA, Mariana. **A Atenção Social nos Desastres: uma análise sociológica das diversas concepções de atendimento aos grupos sociais afetados**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2012.

SILVA, Diego Correia da. **Entre idas e vindas, entre perdas e ganhos: As trajetórias de camponeses brasileiros em vivências na fronteira boliviana com o Acre**. Dissertação de Mestrado, Sociologia, UFSCar, 2012.

SILVESTRE, Giane. **Dias de Visita: uma sociologia da punição e das prisões**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Dissertação de Mestrado, 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagem do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VALENCIO, N. et al. **Implicações éticas e sociopolíticas das práticas de Defesa Civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa**. São Paulo em Perspectiva, v 20, p 96-108, 2006. Impresso 2006.

VALENCIO, Norma. **A gestão de desastres como prática institucional de reiteração da violência contra grupos vulneráveis: o caso dos abrigos temporários**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13, 2007. Anais... Recife: SBS, 2007.

VALENCIO, Norma et al. **Após o desastre: abrigos temporários como loci de reafirmação da vulnerabilidade dos afetados pelas chuvas**. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26, 2008, Porto Seguro. Anais... Porto Seguro: ABA, 2008a.

VALENCIO, Norma. **Práticas de reabilitação no pós-desastre relacionado às chuvas: lições de uma administração participativa de abrigo temporário**. In:

ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4, 2008, Brasília. Anais... Brasília: ANPASS, 2008b.

_____. **Da “área de risco” ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária.** In: VALENCIO et al (orgs). Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, vol I, 2009. p. 34-45.

VALENCIO, N. **O desastre como lócus da barbárie: apontamentos sobre o caso brasileiro.** N. Valencio (org). Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, vol II, 2010 (a). p. 31-52.

_____. **Quem tem medo da remoção? A violência institucional contra moradores de “áreas de risco”.** In: XXXIV ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 2010 Caxambu. Anais... Caxambu, ANPOCS, 2010 (b). Disponível em www.ufscar.br/neped/pdfs/anais/ANPOCS2010_Norma_Valencio.pdf. Acesso em 14 maio 2011.

_____. **Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro.** Saúde e Sociedade. São Paulo, v.19, n.4, p.748-762., 2010 (c).

_____. **Desastres “naturais” ou genocídio velado? Subsídios para um exame sociológico do caso brasileiro.** In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 28, Recife. Anais... Recife: UFPE, 2011.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Víctor. **Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

VALENCIO, Norma. **Para além do dia do desastre – o caso brasileiro.** Curitiba: Appris, 2012 (a).

VALENCIO, Norma. **A crise social denominada desastre: subsídios para uma lembrança coletiva acerca do foco principal do problema.** In: VALENCIO, N. (org). Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, vol III, 2012 (b). p. 3-22.

VARGAS, M. A. R. **Construção Social da Moradia de Risco: trajetórias de despossessão e resistência – a experiência de Juiz de Fora/MG.** Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ/Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, 2006. 160 p. Dissertação de Mestrado.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

ZHOURI, Andréa; KLEMENS, Laschefski (orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ANEXOS

ANEXO 1: ESTATUTO E REGIMENTO DA ASSOCIAÇÃO DAS VÍTIMAS DAS CHUVAS DO DIA 12 DE JANEIRO EM TERESÓPOLIS

Fonte: AVIT

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DAS VÍTIMAS DAS CHUVAS DO DIA 12 DE JANEIRO EM TERESÓPOLIS (AVIT)

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINALIDADE DA DENOMINAÇÃO

Art. 1º - A **Associação das Vítimas das Chuvas do dia 12 de Janeiro em Teresópolis – AVIT** foi constituída em Assembléia Geral realizada aos dez dias do mês de março de 2011, sendo uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, em conformidade com a Constituição Federal e com o Código Civil, no que couber.

Parágrafo Único - A **AVIT** atuará precipuamente em âmbito municipal, podendo, todavia, quando presente o interesse dos associados e/ou da Sociedade Civil Organizada de Teresópolis, atuar em âmbito estadual, nacional ou internacional.

DA SEDE E DA DURAÇÃO

Art. 2º - A duração da associação será por tempo indeterminado, sendo sua administração e foro no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, com sede na Av. Delfim Moreira, 181 sala 401, Várzea, Teresópolis, RJ, podendo o Conselho Deliberativo, demonstrada a necessidade, aprovar a criação de filiais e escritórios no país e no exterior.

DA FINALIDADE DA ASSOCIAÇÃO

Art. 3º - A **AVIT** tem por finalidade a defesa do interesse público, das pessoas físicas ou jurídicas que de alguma maneira, direta ou indiretamente, foram atingidas pela catástrofe ocorrida no município de Teresópolis no dia 12 de janeiro de 2011, quando, em decorrência de enormes quantidades de chuva, ocorreram inundações, desmoronamentos e desabamentos, causando danos materiais e perdas de vidas, culminando com a decretação do Estado de Calamidade Pública na cidade, através do Decreto Municipal número 3.988, de 12 de janeiro de 2011, pretendo a Associação contribuir para que seja assegurado o uso ético e transparente dos recursos públicos transferidos, a qualquer título, pela União, pelo Estado do Rio de Janeiro ou qualquer outro organismo governamental ou não-governamental, nacional ou estrangeiro, público ou privado, preservando e difundindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem assim dos demais princípios constitucionais, intrínsecos ou extrínsecos, a fim de que possa haver o efetivo amparo à população atingida, mediante elaboração e execução de projetos e ações que visem a real melhoria das condições de vida;

Parágrafo Único – Para alcançar sua finalidade, a Associação poderá:

a) promover eventos, encontros e projetos que aproximem os vários setores da Sociedade Civil Organizada em torno de objetivos comuns; mobilizando tais setores da sociedade para a criação e o desenvolvimento de ações que visem valorizar a imagem do Município e amparar as vítimas das chuvas; apoiando projetos sociais que visem a melhoria da qualidade de vida em Teresópolis, inclusive, prevenindo que novas perdas ocorram pelo mesmo motivo;

b) Promover e efetivar a publicação de trabalhos escritos e audiovisuais, seminários, cursos, debates, conferências, congressos e pesquisas sobre a qualidade de vida em Teresópolis e sobre as ações efetivadas para auxílio às vítimas das chuvas e prevenção de novos acidentes, visando uma maior conscientização e participação de cada cidadão, objetivando despertar sentimentos de responsabilidade pelo bem comum e de solidariedade para com os menos favorecidos, promovendo o desenvolvimento do espírito comunitário;

c) buscar patrocínio para suas ações; dedicando atenção especial aos problemas de recuperação econômica e social no Município; promovendo a capacitação da população vitimada, buscando projetos de geração de renda; acompanhando junto aos órgãos governamentais de qualquer esfera e à sociedade, formas pacíficas e legais de fortalecimento dos direitos da cidadania;

d) atender a demanda de projetos sociais nas diversas áreas da engenharia, arquitetura e paisagismo das áreas atingidas, em relação a melhor qualidade de vida da população, principalmente, as em situação de risco; acompanhando junto aos órgãos governamentais os projetos de desenvolvimento e recuperação de tais áreas, propondo e/ou requerendo ações judiciais cabíveis para a eficiente prestação de informações e serviços fornecidos pelos órgãos públicos, suas autarquias e empresas afins.

Art. 4º - A associação aplicará os resultados financeiros eventualmente alcançados, obtidos por meio da realização de projetos ou resultantes de doações ou auxílios de qualquer espécie, exclusivamente no desenvolvimento de projetos, atividades e serviços voltados para a finalidade da Associação, não distribuindo quaisquer espécies de vantagens pecuniárias aos sócios ou membros eleitos de quaisquer dos órgãos que compõem a associação.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

DA CATEGORIA DOS ASSOCIADOS

Art. 5º O quadro social é composto por associados, pessoas físicas ou jurídicas, que estejam em pleno gozo de seus direitos civis e políticos que tenham livre disposição de seus bens, que se proponham a contribuir para a finalidade da associação, conforme as seguintes categorias:

a) Fundadores – são as pessoas físicas que se enquadrem nas condições estabelecidas no artigo 3º, acima, comprovadamente presentes na assembléia de fundação da Associação;

b) Efetivos – são as pessoas físicas ou jurídicas que ingressarem na Associação, mediante requerimento escrito, aprovado pelo Conselho Deliberativo, que não estiveram presentes à assembléia de fundação da associação;

c) Colaboradores – são as pessoas, físicas ou jurídicas, que vierem a se integrar, mediante colaboração intelectual, com o propósito de contribuir para a consecução dos objetivos da associação, a critério da Diretoria Executiva;

d) Beneméritos – são aqueles que, a critério da Assembléia Geral, tenham prestado relevantes serviços ou efetuado contribuições financeiras à associação, inclusive por meio de doação em pecúnia ou em bens móveis e/ou imóveis;

e) Mantenedores – são aqueles que colaborarem para a consecução da finalidade da associação, por intermédio do pagamento de contribuições pecuniárias periódicas, observados os valores e os prazos estabelecidos pela Assembléia Geral;

DA FORMA DE ADMISSÃO

Art. 6º - A admissão de associados dependerá de:

- a) Apresentação de proposta (ficha de cadastro);
- b) Aprovação da proposta pela Diretoria Executiva;
- c) Recolhimento da contribuição, conforme a categoria de associado.

Parágrafo Único - As atribuições dos associados serão definidas em Assembléia Geral, sendo vedada a remuneração a qualquer título ou pretexto.

DA PERDA DA QUALIDADE DE ASSOCIADO

Art. 7º - A qualidade de associado extingue-se por desligamento ou exclusão do quadro social nos seguintes casos:

I – O desligamento poderá se dar por:

- a) Iniciativa pessoal do associado, mediante solicitação escrita, encaminhada à Diretoria Executiva;
- b) Decisão da Diretoria Executiva ou do Conselho Deliberativo, ratificada pela Assembléia Geral, em virtude de infração legal, estatutária, regimental ou descumprimento de qualquer obrigação assumida perante a **Associação**.

II – A exclusão efetivar-se-á após reconhecida ou deliberada pela Diretoria Executiva, dando-se :

- a) Por falecimento do associado;
- b) Por incapacidade civil;
- c) Pela existência de motivos graves, elencados no Código Civil Brasileiro.

Art. 8º - O associado desligado ou excluído deverá ser notificado de tal decisão por meio de correspondência ou edital, visando o exercício pleno do direito de defesa e contraditório; cabendo recurso dirigido à Assembleia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação, ou no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do edital.

DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Art. 9º - São direitos de todos os associados:

- a) Participar das Assembléias Gerais, ordinárias e extraordinárias, votar e ser votado, concorrendo para eleições para as quais estiver habilitado;
- b) Representar a associação, sempre que devidamente credenciado pelo Conselho Deliberativo ou pela Diretoria Executiva, em eventos relacionados aos fins da entidade;
- c) Retirar-se do quadro social, mediante prévio aviso de, no mínimo, 30 (trinta) dias;
- d) Solicitar esclarecimentos aos Órgãos diretores da associação;

Parágrafo Único - Os sócios fundadores, efetivos e colaboradores poderão participar das deliberações das Assembléias Gerais, ordinárias e extraordinárias, inclusive com direito a voto para integrarem a Diretoria Executiva ou o Conselho Deliberativo, enquanto que os demais sócios beneméritos e mantenedores, não poderão votar ou ser votados;

DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 10 - São deveres dos associados:

- a) Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e regimentais;

- b) Colaborar com a entidade na consecução de seus objetivos;
- c) Acatar as decisões da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e das Assembléias;
- d) Zelar pelo bom nome da entidade, não praticando ações que deturpem seus objetivos;
- e) Estar em dia com as contribuições, comprovando tal situação quando solicitados;
- f) Participar ativamente das campanhas e projetos implementados pela associação;
- g) Manter seus cadastros atualizados;
- h) Desempenhar com zelo e responsabilidade as funções às quais tenham sido incumbidos e cumprir com as exigências dos cargos aos quais eventualmente tenham sido eleitos;
- i) Envidar esforços para a implementação dos programas, projetos e políticas sociais da entidade.

Art. 11 - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas em nome da associação.

CAPÍTULO III

DAS FONTES DE RECURSOS

Art. 12 - O patrimônio da **Associação** será constituído pelos bens, doações, legados e direitos a ela transferidos e adquiridos no exercício de suas atividades.

§ 1º A utilização do patrimônio observará sempre os interesses da associação.

§ 2º O patrimônio será administrado pela Diretoria Executiva, dependendo de prévia autorização da Assembléia Geral a alienação ou o gravame dos respectivos bens móveis ou imóveis.

Art. 13 - Constituem receitas da associação as contribuições financeiras dos associados, rendas resultantes de aplicações financeiras e rendas auferidas por serviços prestados pela associação a terceiros contratantes, pessoas físicas ou jurídicas; doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras; legados, patrocínios, além de outras rendas eventuais.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 14 - A estrutura da associação será integrada pelos seguintes órgãos:

I – Assembléia Geral;

II – Diretoria Executiva;

III - Conselho Deliberativo;

IV – Conselho Fiscal;

Parágrafo Único - A organização e o funcionamento dos órgãos de que trata este artigo serão definidos em Regimento Interno.

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 15 - A Assembléia Geral será constituída pelos sócios fundadores, colaboradores, beneméritos e mantenedores, estes com no mínimo 01 (um) ano de contribuição ininterrupta, e se reunirá, ordinariamente, uma vez por ano, sempre no mês de janeiro e, extraordinariamente, por convocação do Presidente do Conselho Deliberativo ou da Diretoria Executiva, ou, ainda, mediante requerimento de, pelo menos, um quinto dos seus membros, quites com suas obrigações.

Parágrafo Único - As decisões da Assembléia Geral são soberanas, desde que não contrariem o presente Estatuto e a legislação vigente.

Art. 16 - A Assembléia Geral reunir-se-á em primeira convocação com a presença de, no mínimo, a maioria absoluta dos associados com direito a voto e em segunda convocação, 15 (quinze) minutos após a primeira, com a quantidade de membros presentes.

§ 1º A Assembléia Geral será convocada com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência.

§ 2º Cabe à Assembléia Geral deliberar sobre a direção de seus trabalhos, que serão presididos e secretariados por associados eleitos por aclamação.

§ 3º As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria simples dos sócios com direito a voto, excetuadas as hipóteses que exigirem quorum qualificado.

§ 4º Será lavrada ata da Assembléia Geral, que será assinada pela mesa diretora dos trabalhos e livro de presenças, que será assinado pelos associados que comparecerem;

§ 5º O Voto deverá ser pessoal, não sendo admitida outorga de procuração para tanto.

Art. 17 - Compete à Assembléia Geral:

I – Eleger os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

II – Deliberar sobre o relatório anual de atividades da associação;

III – Deliberar sobre a prestação de contas relativa ao período imediatamente anterior, mediante parecer prévio do Conselho Fiscal;

IV – Deliberar quanto às alterações do presente Estatuto, sendo obrigatório o quorum qualificado de dois terços dos associados com direito a voto.

V – Destituir os administradores, conforme disposto neste Estatuto; VI - VI – Examinar os recursos interpostos contra decisões do Conselho Deliberativo ou da Diretoria Executiva.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 18 - A Diretoria Executiva será constituída por 5 (cinco) associados, eleitos em Assembléia Geral, os quais ocuparão os cargos de: Presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e um diretor suplente, devendo tais membros, indistintamente, representarem todos os três distritos do Município de Teresópolis.

§ 1º – O mandato da Diretoria Executiva será de 2 (dois) anos, permitida uma reeleição; não podendo qualquer de seus membros exercer cargo público, eletivo ou não.

§ 2º – A Diretoria Executiva indicará um Diretor Jurídico, um Diretor de Assuntos Institucionais e um Diretor Social, escolhidos entre os associados;

Art. 19 – A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 20 - Compete à Diretoria Executiva:

- I – Definir, por proposta de qualquer associado, as diretrizes gerais de ação da associação, com vistas à consecução de sua finalidade;
- II – Deliberar sobre a implantação dos planos, programas, projetos, ações e atividades concernentes às finalidades da associação;
- III – Fomentar o intercâmbio entre a associação, núcleos comunitários e outras entidades congêneres, nacionais ou internacionais;
- IV – A representação ativa e passiva da Associação em juízo e fora dele.
- V – Fomentar a criação de núcleos comunitários de acordo com a necessidade de cada bairro, comunidade ou localidade, a fim de garantir a plena representatividade na Associação;.

Art. 21 - Compete ao Presidente da Diretoria Executiva:

- a) Representar a associação em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, podendo nomear procuradores, prepostos ou mandatários, para fins específicos;
- b) Supervisionar as atividades da associação e velar pelo fiel cumprimento deste Estatuto e das decisões emanadas dos órgãos integrantes;
- c) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e Regimento Interno;
- d) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva e convocar Assembléias gerais;
- e) Responsabilizar-se pela boa administração dos recursos relativos aos termos de parcerias;
- f) Autorizar as despesas necessárias, compromissos financeiros, pagamentos e saques, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, emitir e endossar cheques, receber, passar recibo e dar quitação, autorizar débitos e transferências, requisitar talonários de cheques, emitir e receber ordens de pagamento e realizar as aplicações das disponibilidades financeiras, assinando sempre em conjunto com o Tesoureiro.

DA COMPETÊNCIA DO TESOUREIRO**Art. 22 - Compete ao Tesoureiro:**

- a) Organizar toda a documentação financeira;
- b) Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, repasses obrigatórios, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia escrituração contábil;
- c) Criar mecanismos que ampliem a arrecadação;
- d) Organizar as atividades ou campanhas de arrecadação junto aos associados, mediante requerimento prévio a Diretoria Executiva;
- e) Pagar as contas autorizadas pelo Presidente e emitir recibos comprobatórios;
- f) Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados pelo Presidente;
- g) Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da entidade, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil sobre as operações patrimoniais realizadas;
- h) Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos ao setor financeiro;

- i) Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito e um fundo de caixa para atendimento de despesas imediatas de pronto pagamento;
- j) Submeter ao Presidente, periodicamente, o boletim de movimento do caixa, juntamente com os respectivos comprovantes que, depois de visados, serão remetidos à contabilidade;
- k) Realizar outras ações que estejam dentro de sua esfera de competência.

DA COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO

Art. 23 - Compete ao Secretário:

- a) Manter sob sua guarda, devidamente atualizados, os arquivos da associação;
- b) Secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral e redigir as atas;
- c) Registrar, em livro próprio, propostas, programas e projetos;
- d) Manter em ordem os livros de atas de reuniões da Diretoria e Assembléias Gerais, bem como o registro da presença dos participantes a fim de verificação de quorum;
- e) Realizar outras ações que estejam dentro de sua esfera de competência.

DA COMPETÊNCIA DO DIRETOR SUPLENTE

Art. 24 – Compete ao Diretor Suplente:

- a) Substituir o tesoureiro, o secretário ou o vice-presidente, no caso de ausência ou impedimento de quaisquer destes, mediante indicação do Presidente;
- b) Assistir direta e imediatamente o Presidente e os demais membros da Diretoria Executiva no desempenho de suas atribuições;
- c) Analisar os temas de interesse da Associação, produzindo estudos acerca do assunto tratado, levando ao conhecimento do Presidente do Conselho Deliberativo;
- d) Acompanhar a execução de programas e projetos onde a Associação esteja atuando;
- e) Acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelos núcleos comunitários;
- f) Preparar, coordenar e executar medidas de ação social, sempre que necessárias;

DA COMPETÊNCIA DO DIRETOR JURÍDICO

Art. 25 – A Diretoria Executiva nomeará um Diretor Jurídico, escolhido preferencialmente entre os sócios colaboradores, ao qual competirá:

- a) Prestar assessoramento jurídico à Associação;
- b) Acompanhar as questões judiciais, extrajudiciais e administrativas de interesse da Associação;
- c) Emitir parecer, quando provocado, sobre assuntos de interesse da Associação ou afeto ao objetivo social da mesma;
- d) Emitir parecer acerca de todos os contratos, convênios e termos de parceria a serem firmados;
- e) Representar a Associação em juízo, em todas as instâncias, mediante procuração outorgada pelo Presidente;

- f) Emitir parecer técnico em todos os processos de exclusão de associados;
- g) Realizar outras ações que estejam dentro de sua esfera de competência.

§ 1º Em caso de ausência do Diretor Jurídico suas funções serão exercidas por quem o Presidente do Conselho Deliberativo indicar, recaindo a escolha sobre membro do Conselho Deliberativo com formação em direito e inscrição válida nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º Não havendo membro do Conselho Deliberativo com formação em direito, recairá escolha sobre associado que possua tal qualidade.

DA COMPETÊNCIA DO DIRETOR DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Art. 26 – A Diretoria Executiva nomeará um Diretor de Assuntos Institucionais, escolhido, preferencialmente entre os associados, ao qual competirá:

- a) Assistir direta e imediatamente o Presidente e os demais membros do Conselho Deliberativo no desempenho de suas atribuições;
- b) Analisar os temas de interesse da Associação, produzindo estudos acerca do assunto tratado, levando ao conhecimento do Presidente do Conselho Deliberativo; coletando informações veiculadas pela imprensa em geral;
- c) Realizar, quando solicitado pelo Conselho Deliberativo, estudos de natureza institucional, visando um melhor rendimento da Associação em temas de interesse da mesma;
- d) Promover a articulação com outros organismos, congêneres ou não, visando a defesa dos interesses da Associação;
- e) Acompanhar a execução de programas e projetos onde a Associação esteja atuando;
- f) Redigir releases de interesse da Associação para ser veiculado na imprensa em geral; organizando e assistindo entrevistas com a imprensa; providenciando a publicação oficial e divulgação das matérias de interesse da associação e sua atuação;
- g) Realizar ou mandar realizar, após referendo do Conselho Deliberativo, pesquisas de opinião sobre a imagem, o conceito e a credibilidade da Associação;
- h) Supervisionar a criação e a execução de folhetos, cartazes, avisos, filmes e outras peças;
- i) Realizar outras ações que estejam dentro de sua esfera de competência.

DA COMPETÊNCIA DO DIRETOR DE AÇÃO SOCIAL

Art. 27 – Compete ao Diretor de Ação Social:

- a) Estabelecer medidas de ação social, visando a melhoria da qualidade de vida da população de Teresópolis, em especial das comunidades atingidas pela tragédia, em sintonia com outros órgãos de mesma competência e que estejam dentro dos objetivos da Associação;
- b) Preparar, coordenar e executar medidas de ação social, sempre que necessárias;
- c) Fornecer, quando solicitado, relatórios sobre as atividades de área de atuação;
- d) Assistir direta e imediatamente o Presidente e os demais membros do Conselho Deliberativo quando estes venham a desempenhar atividades de ação social;
- e) Realizar outras ações que estejam dentro de sua esfera de competência.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 28 - O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, que componham o quadro social, com mandato de 2 (dois) anos, eleitos pela Assembléia Geral, sendo permitida apenas uma reeleição.

Parágrafo Único – O membro do Conselho Fiscal não poderá fazer parte de qualquer outro órgão da Associação.

Art. 29 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando entender necessário, mediante convocação da maioria de seus membros, ou por solicitação da Assembléia Geral, do Conselho Deliberativo ou da Diretoria Executiva;

Art. 30 – Em caso de ausência do Conselheiro assumirá o suplente, que substituirá o Conselheiro Efetivo até o retorno deste.

Art. 31 – Em caso de vacância do cargo de Conselheiro Fiscal, assumirá o seu lugar o suplente que tomará posse e exercerá a função até o término do mandato daquele que for substituído.

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL

Art. 32 - Compete ao Conselho Fiscal:

I – Examinar e emitir parecer sobre os balancetes e balanços financeiros e patrimoniais da associação;

II – Examinar e emitir parecer sobre as prestações de contas da Associação;

III – Apresentar à Assembléia Geral parecer anual sobre o movimento econômico-financeiro da associação.

IV – Acompanhar o trabalho de Eventuais Auditores externos independentes;

V – Requisitar, a qualquer tempo, ao tesoureiro, a documentação comprobatória de operações econômico- financeiras realizadas pela associação;

VI – Convocar Extraordinariamente a Assembléia Geral.

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 33 - O Conselho Deliberativo será formado por um representante de cada núcleo comunitário, bairro ou localidade de Teresópolis, cuja área tenha sido indicada como atingida no Decreto de Calamidade Pública antes referido, devendo sua composição obedecer aos seguintes critérios:

a) O representante de cada núcleo comunitário, bairro ou localidade, comprovadamente tenha sido ou seja residente ou ocupante na localidade, apresentará à Diretoria Executiva requerimento, por escrito, para sua admissão no Conselho Deliberativo da Associação, subscrito por, no mínimo, 20 (vinte) moradores de tal local, devidamente identificados, sendo tal requerimento submetido aos demais membros do Conselho, já efetivados, que deliberarão, por maioria simples, sobre sua admissão, homologando-a; devendo eventual recusa ser justificada;

b) Na hipótese da existência de dois ou mais requerimentos de representantes de um mesmo núcleo comunitário, haverá a admissão de apenas um deles, mediante escolha pelos demais membros do Conselho, por maioria simples;

c) Uma vez admitidos no Conselho, seus membros exercerão mandato pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da homologação de sua admissão pelo Conselho; podendo haver reeleição;

d) Na primeira Assembléia Geral realizada após a admissão de qualquer membro do Conselho Deliberativo, seu nome será apresentado para ratificação; podendo qualquer associado encaminhar protesto contra tal admissão, desde que justificado, sendo tal impugnação encaminhada para nova análise pelos demais membros do Conselho Deliberativo ou da própria Assembléia Geral;

§ 1º - O Conselho Deliberativo designará, por voto da maioria simples, entre seus membros, um Presidente, a quem caberá liderar as reuniões.

§ 2º - O Conselho Deliberativo reunir-se-á sempre que convocado pelo seu Presidente ou solicitado por qualquer um de seus membros ou pela Diretoria Executiva, ocorrendo suas deliberações por maioria simples de seus membros.

Art. 34 – Compete ao Conselho Deliberativo:

a) Superintender a administração social, referendando os atos da Diretora Executiva, quando necessário;

b) Apreciar as propostas de admissão de sócios;

c) Traçar orientação de atuação da associação, social, política, administrativa, cultural e financeira, transmitindo tais diretrizes à Diretoria Executiva;

d) Aplicar penas de suspensão e exclusão de associados;

e) Apreciar, em grau de recurso, decisão da Diretoria Executiva;

f) Aprovar o Regimento Interno da Associação;

DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 35 - O exercício social terá início no dia 01 de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano civil.

Art. 36 - Até o dia 30 de novembro de cada ano, o Conselho Deliberativo, submeterá à aprovação do Conselho Fiscal a proposta orçamentária do exercício social seguinte.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 – No Prazo de até 90 (noventa) dias, contados da Assembléia de instalação da Associação, será formado o primeiro Conselho Deliberativo, de acordo com as regras estabelecidas no artigo 35, assim como indicados os Diretores Jurídicos, de Assuntos Institucionais e de Ação Social, os três últimos por indicação da Diretoria Executiva;

Art. 38 – Caberá à Assembléia Geral estabelecer e definir os valores de contribuições eventualmente instituídas, assim como seus reajustes anuais, visando a manutenção do equilíbrio das contas da Associação.

Art. 39 - Na hipótese de extinção da associação, exigindo-se neste caso o quorum qualificado de 4/5 dos membros da Assembléia Geral convocada especificamente para este fim, efetuar-se-á a transferência do patrimônio líquido da associação para entidade sem fins econômicos sediada na circunscrição de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, aprovada pela Assembléia Geral e que possua destinação estatutária vinculada à defesa do interesse público.

Art. 40 – No prazo de até 90 (noventa) dias, da Assembléia de instalação da Associação, será realizada eleição dos Membros do Conselho Fiscal, de acordo com o previsto no art. 30, que exercerão seu mandato até a próxima eleição, prevista nos termos do presente Estatuto;

Art. 41 – A Associação poderá receber, na forma estabelecida neste Estatuto, recursos da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.

Parágrafo Único - Quaisquer recursos públicos serão recebidos através da celebração de contratos, convênios e outros ajustes congêneres.

Art. 42 - É vedada a assunção de cargo em qualquer órgão da Associação por parte de associado que tenha sido eleito a cargo eletivo.

Parágrafo Único - A vedação mencionada no *caput* deste artigo se estenderá pelos dois anos seguintes ao término do mandato do associado;

Art. 43 – É facultado à Associação filiar-se a entidades nacionais ou internacionais, cujos objetivos se coadunem ou não se choquem com sua finalidade estatutária;

Art. 44 – As omissões do Estatuto serão resolvidas pelo Conselho Deliberativo após sua instalação e, antes disso, pela Diretoria Executiva, devendo haver, neste caso, ratificação pelo Conselho Deliberativo tão logo o mesmo se instale; respeitadas as disposições legais em vigor.

Art. 45 - Este Estatuto entrará em vigor na data de sua Aprovação pela Assembléia Geral, devendo ser encaminhado para registro.

Teresópolis, 10 de março de 2011

**REGIMENTO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO DAS VÍTIMAS
DAS CHUVAS DO DIA 12 DE JANEIRO EM TERESÓPOLIS / RJ**

TÍTULO I

CAPÍTULO I - DO OBJETIVO

Artigo 1 – Organização e funcionamento

1. Este Regimento estabelece atribuições e normas de organização e funcionamento da estrutura administrativa da Associação.
2. Este Regimento complementa e é parte integrante do Estatuto.
3. A estrutura administrativa é formada pelos seguintes órgãos:
 - a. Assembléia Geral;
 - b. Diretoria Executiva - Colegiado;
 - c. Conselho Deliberativo;
 - d. Conselho Fiscal;
4. As estruturas de base e sustentação da Associação são os Núcleos Comunitários constituídos sob a forma de:
 - a. Entidades Comunitárias Vinculadas.
 - b. Entidades Associadas.
5. As estruturas suplementares de trabalho, estudo e desenvolvimento são:
 - a. Comitês Temáticos.
 - b. Conselho de Máster.
6. As estruturas eventuais de convênio, apoio e cooperação são:
 - a. Iniciativas Locais.
 - b. Comitês Independentes.

TÍTULO I

CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I – ASSOCIADOS

Artigo 2 – Participação dos Associados

1. O Associado poderá participar de que qualquer assembléia da Associação, porém:
 - a. Só terá direito à palavra a partir da segunda reunião em que participar no período de um ano.
 - b. Só terá direito a voto a partir da terceira reunião em que participar no período de um ano.
 - c. Só poderá ser votado a partir da quarta reunião em que participar no período de um ano.

Artigo 3 – Participação Financeira. Direitos, taxas, e das avaliações

1. Cada associado deve pagar no prazo e nas condições estabelecidas pelo Colegiado sua contribuição em valor não superior a 5% (cinco por cento) do salário mínimo fixado anualmente pelo Colegiado.
2. As contribuições e taxas podem ser proporcionais à capacidade de pagamento de cada Associado, respeitando-se o limite estabelecido.

3. As taxas devem ser suficientes para cobrir os custos da Associação.
4. Contribuições e outras taxas para Mantenedores serão determinadas pelo Colegiado, numa base anual.

Artigo 4 - Requisitos Gerais comunicação

1. Sempre que um Associado for exigido ou autorizado a tomar qualquer ação em uma reunião, será comunicado por escrito.
2. O comunicado de forma inequívoca deve indicar o local, data e hora da reunião.
3. Para uma reunião extraordinária, o comunicado informará a natureza do assunto em pauta e que nenhum outro assunto poderá ser tratado.
4. Para a reunião anual, emitido no prazo devido, o comunicado informará o assunto que deverá apresentar aos Associados.

Artigo 5 – Comunicados

1. Um comunicado ou convocação deverá ser dado pessoalmente ou por carta registrada ou correspondência por correio eletrônico, por fax ou por outros meios de comunicação escrita e será endereçada ao Associado para o endereço que o mesmo indicou nos livros da Associação para fins de notificação.
2. Se não aparecer o endereço nos livros da Sociedade e nenhum endereço foi determinado, a notificação será considerada dada se:
 - a. A comunicação será enviado para o Associado por Carta, sedex ou outra comunicação por escrito para o seu endereço principal.
 - b. Aviso publicado pelo menos uma vez em um jornal de grande circulação local.
3. O envio de comunicação a qualquer Associado ou à entrega de tais comunicações por outros meios pode ser atestado pelo Diretor Secretário da Associação e, se assim for feito, será arquivado e mantido no Livro de Atas.

TÍTULO I

CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção II – LIBERDADE E DIREITOS

Artigo 6 - Liberdade de opinião e informação

1. É assegurada a liberdade de opinião e informação a todos os Associados.
2. O Associado tem o direito de formar livremente sua opinião, de externá-la e divulgá-la sem impedimentos.
3. Sobre a Associação todos têm o direito de receber livremente informações, de buscá-las em fontes de acesso geral e distribuí-las.
4. A Associação deve primar para que todos os Associados recebam informações de qualidade sobre todos os campos do conhecimento, em especial sobre gestão financeira, economia, saúde e educação ambiental e, destacadamente, sobre a administração pública, na gestão de recursos, dos projetos de execução e sobre seus gestores.

Artigo 7 - Liberdade de reunião

1. É assegurado aos Associados a liberdade de reunião em sede ou áreas da Associação para tratar de assuntos a ela atinentes.
2. Todos os Associados têm o direito a organizar reuniões, de participar ou abster-se delas.

Artigo 8 - Liberdade de associação

1. Todos os Associados têm o direito a constituir associações vinculadas, de filiar-se a elas ou nelas permanecer e participar de suas atividades.
2. Ninguém pode ser obrigado a aderir a uma Entidade ou permanecer nela.

Artigo 9 - Direito de petição

1. Todo Associado tem o direito de dirigir petições aos diretores ou ao colegiado sem que isto lhe cause qualquer prejuízo.
2. Os diretores e o Colegiado estão obrigadas a tomar conhecimento das petições.

TÍTULO I**CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****Seção III- SUPORTE ORGANIZACIONAL E ADMINISTRATIVO****Artigo 10 - Suporte organizacional e administrativo**

1. O suporte administrativo, técnico e financeiro, em caráter permanente ou eventual, indispensável ao funcionamento da Associação, deverá ser buscado junto aos associados, às pessoas e entidades privadas da própria comunidade e, em caráter excepcional ou específico junto a entidades públicas.
2. Os gestores da Associação não poderão prescindir de seu esforço e trabalho na manutenção e perpetuação da Associação, nem poderão alegar ausência de condições operacionais para o seu funcionamento, visto serem os responsáveis diretos pela mobilização e busca de recursos necessários à sua manutenção e, portanto, a capacidade técnica e administrativa de gerenciamento é o garantidor da continuidade do mandato.

TÍTULO II**CAPÍTULO I - COMPETÊNCIA DAS INSTÂNCIAS****Seção I – ASSEMBLEIA GERAL****Artigo 11 – Assembléia Geral**

1. A Assembléia Geral é a instância superior deliberativa e normativa da Associação.
2. Aos membros da Associação competem debater a matéria em discussão, em consonância com o interesse coletivo e o bem estar social;
3. Os membros da Associação podem requerer informações e esclarecimentos à coordenação e transmiti-los e discuti-los com seus pares, entidade, grupo e/ou comunidade;
4. A Diretoria Executiva da Associação poderá apresentar propostas e projetos para sua aprovação.

5. A Assembléia Geral apreciará a criação de Grupos de Trabalhos ou Sub-Comissões para tratar assuntos relevantes e no interesse de suas finalidades.
6. O membro da Associação que falar em nome de um segmento ou grupo deverá se fazer reconhecido como seu legítimo representante para falar, assumir posições e tomar decisões.
7. A Assembléia Geral da Associação reunir-se-á em data, hora e local estabelecido previamente, após ampla e devida divulgação pela Diretoria Executiva.
8. O exercício da função de membro ativo da Associação é voluntário e, portanto, não remunerado, porém, deve ser reconhecido como relevante prestação de serviços à Comunidade.

Artigo 12 – Reuniões da Assembléia e Publicidade

1. As reuniões da Assembléia serão abertas ao público com os direitos definidos no Artigo 2 – Participação dos Associados.
2. A Associação é uma entidade pública e suas atividades e tudo o mais ali tratado, sem exceção, devem ser de conhecimento dos associados.
3. Qualquer irregularidade, improbidade administrativa, ocorrência de ameaça à sua finalidade ou ao patrimônio da entidade Associação, poderá ser publicamente denunciada, inclusive por pessoal de apoio técnico ou voluntário, valorizado como ato de preservação do interesse público e livremente consentido, desde que comprovada sua veracidade.

Artigo 13 – Assuntos Próprios da Reunião Extraordinária

1. Nenhum assunto, com exceção do de natureza geral do que foi estabelecido na convocação da reunião, poderá ser tratado numa sessão especial.

Artigo 14 – Ordem das reuniões da Assembléia

1. As reuniões da Assembléia obedecerão à seguinte ordem:
 - a. Instalação da mesa diretora dos trabalhos pela coordenação.
 - b. Leitura solene dos princípios norteadores da Associação.
 - c. Checar se há quorum suficiente.
 - d. Checar se o percentual de votos presentes de Mantenedores não ultrapassa o limite regimental.
 - e. Leitura e aprovação da Ata dos assuntos tratados na reunião anterior, facultados os pedidos de retificação.
 - f. Leitura da Pauta da Reunião em curso.
 - g. Debates e votações dos assuntos constantes da Pauta.
 - h. Agenda livre para serem debatidos ou levados ao conhecimento da Assembléia assuntos de interesse geral.
 - i. Sugestões de pauta, data, horário e local da próxima reunião.
 - j. Encerramento da reunião.

Artigo 15 – Debates

1. Nos debates, os membros da Associação terão uso da palavra concedida pela mesa, na ordem em que for solicitada.
2. A Mesa deverá buscar a solução de eventuais discordâncias pela via do consenso progressivo.
3. Caso o consenso progressivo não seja atingido e haja necessidade de votação, esta será por maioria simples dos presentes, podendo tal votação ser nominal.

Artigo 16 - Votação

1. Cada Associado com direito a voto deverá ter direito a um voto em cada matéria submetida à votação dos Associados.
2. Na decisão sobre qualquer assunto, se atingido o quorum, a votação favorável da maioria dos votos válidos, deve ser considerado vontade dos Associados, a menos que o voto em um número maior seja exigido pela legislação aplicável, pelos Estatutos ou este Regimento Interno.

Artigo 17 - Interrupção e Notificação de reunião suspensa

1. Qualquer reunião dos Associados em que o quorum não é atingido pode ser suspensa pelo voto da maioria dos Associados presentes na reunião.
2. Nenhuma reunião poderá ser suspensa por mais de quinze (15) dias.
3. Quando uma reunião dos Associados é adiada para outra data ou local, não precisa ser emitido novo comunicado se a data e o local da reunião suspensa são anunciados na reunião em que adiamento é tomado.
4. Se depois do adiamento uma nova data de reunião é fixada, um novo comunicado de suspensão da reunião e de nova data deve ser enviado a cada Associado que na data da reunião tinha direito a voto.
5. Na reunião suspensa os membros estão impedidos de decidir sobre qualquer assunto que possa ter sido tratado na reunião original.

Artigo 18 – Atas

1. As reuniões da Assembléia serão lavradas em atas, que serão lidas e submetidas à aprovação dos membros da Associação na reunião subsequente.
2. Das atas constarão, no mínimo:
 - a. Local, data e hora da abertura da reunião e quantidade de membros presentes.
 - b. Hora do encerramento da reunião e quantidade de membros presentes.
 - c. Sumário do expediente, relação das matérias lidas, registro das proposições apresentadas e das comunicações transmitidas.
 - d. Resumo das matérias incluídas na pauta, com a indicação dos Membros que participaram dos debates e seus opinamentos.
 - e. Declaração de voto, se requerido.
 - f. Deliberações da Assembléia Associação.

Artigo 19 – Mesa da Assembléia

1. Para presidir a Assembléia será escolhido um membro titular, o qual deverá ter:

- a. Boas habilidades de negociação, que dirijam as reuniões com objetividade, sem permitir que algum indivíduo ou grupo prevaleça e que não imponha soluções.
- b. Seja bom coordenador e tenha capacidade para organizar e habilidade para equilibrar interesses.
- c. Seja pessoa de caráter ílibado e de reconhecido respeito público e da comunidade.
- d. Não tenha condenação em qualquer instância.

2. Para secretariar a Assembléia será escolhido um membro titular, o qual deverá ter:

- a. Boa habilidade de redação.
- b. Capacidade de síntese.
- c. Pessoa de caráter ílibado e de reconhecido respeito público e da comunidade.
- d. Não tenha condenação em qualquer instância.

TÍTULO II

CAPÍTULO I - COMPETÊNCIA DAS INSTÂNCIAS

Seção II - DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 20 – Colegiado da Diretoria Executiva

1. O Colegiado da Diretoria Executiva é a maior autoridade administrativa e executiva da Associação.
2. Vela por uma organização racional, pelo planejamento, estratégias, ajustes para atendimentos às demandas e pela consecução efetiva das tarefas.

Artigo 21 – Condição de Diretor

1. São condições necessárias a cada componente da Diretoria Executiva:
 - a. Capacidade técnica e administrativa comprovada.
 - b. Caráter ilibado.
 - c. Reconhecido respeito público e da comunidade.
 - d. Não tenha condenação em qualquer instância.
 - e. Disponibilidade.
 - f. Participação ativa nas atividades da Associação.

Artigo 22 - Decisões

1. A Diretoria Executiva decide como colégio.
2. As decisões de competência dos Diretores da Associação serão validas se tomadas em colegiado, nas condições estabelecidas neste Regimento.
3. Nenhum diretor tem poderes para tomas decisões isoladamente.
4. Mesmo as atividades de representações especiais, atribuídas pelo Regimento e Estatuto, deverão ser conhecidas e deliberadas pelo Colegiado dos Diretores.
5. Para a preparação e a execução, os assuntos da Diretoria Executiva são repartidos entre seus membros, por departamentos.
6. Aos departamentos ou aos órgãos administrativos a eles subordinados são transferidos assuntos para execução independente; para isto, deve ser assegurada a proteção jurídica.
7. Os diretores se comprometem a cumprir e fazer cumprir as diretrizes estatutárias e regimentais da Associação.

TÍTULO II

CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS

Seção I – FUNCIONAMENTO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 23 - Decisão sem uma reunião

1. Qualquer decisão a ser tomada pelo Colegiado pode ser tomada sem reunião se, por consentimento unânime, todos os Diretores, individual ou coletivamente, autorizarem por escrito a ação.

2. O consentimento escrito terá a mesma força e efeito como qualquer outro validamente aprovado na atuação do Colegiado.
3. Todas as autorizações escritas devem ser arquivadas com a ata das deliberações do Colegiado.
4. A autorização escrita, na medida em que permitido pela legislação aplicável, pode ser solicitada e prestada por correio eletrônico ou fax, desde que contenha um fac-símile ou assinatura eletrônica reais indicando claramente o parecer favorável à proposição.

Artigo 24 - Itens Específicos da Agenda

1. A aprovação pelo Colegiado de qualquer das seguintes propostas, só será válida se aprovada por número mínimo de três quartos (3/4) da totalidade dos Diretores.
 - a. A substituição de um diretor.
 - b. Proposta que altere os Estatutos ou o Regimento Interno da Associação.
 - c. Aprovação de um contrato ou transação entre a Associação e um ou mais administradores, ou entre a Associação e qualquer entidade em que um diretor tenha interesse financeiro.
 - d. Eleição para concluir assunto de dissolução da Associação.
 - e. Aprovar um plano de distribuição de bens, se a Associação estiver em processo de liquidação.
 - f. A necessidade de uma avaliação especial do Associado ou de Associado Mantenedor.
2. Toda questão estatutária e/ou patrimonial deverá ser submetida à aprovação na primeira Assembléia Geral.

Artigo 25 - Composição e eleição

1. O Colegiado de Diretores compõe-se de sete (7) membros, sendo cinco (5) diretores estatutários e dois (2) diretores regimentais.
2. Os membros da Diretoria Executiva são eleitos após cada período de dois (2) anos ou confirmados pela Assembléia Geral em caso de vacância e substituição.
3. Em primeiro momento os candidatos a Diretor serão eleitos individualmente por maioria de votos entre todos os membros ativos e elegíveis da Associação.
4. No momento seguinte, para que as Comunidades sejam adequadamente representadas, os candidatos serão agrupados por Comunidades.
5. A classificação final será feita considerando o maior número de votos por Comunidade, escolhendo-se os mais votados de cada região de forma a privilegiar a diversidade de participantes.

Artigo 26 – Ocorrência de grupos divergentes, de dissidentes ou de cisão

1. Em caso de ocorrência de grupos representativos divergentes, dissidentes ou de cisão poderá a diretoria da Associação ser recomposta e parte de seus membros destituídos, conforme aqui definido.
2. Tal grupo deverá formalizar de requerimento ao Colegiado de Diretores com pelo menos dezoito por cento (18%) dos associados.
3. O grupo deverá se autodenominar, apresentar relação dos associados com a justificativa do ato e contendo: nome, CPF, Núcleo a que pertencam e assinatura.
4. Caso a Diretoria não se manifeste ou tome as devidas providências para a realização das eleições em trinta (30) dias, os interessados poderão montar um Comitê Eleitoral de Transição, observando os dispositivos Regimentais e a diversidade de componentes, e adotar os procedimentos necessários.
5. A Diretoria em exercício não poderá opor-se ao procedimento, recusar-se ao apoio logístico e muito menos abdicar antecipadamente da gestão da Associação sob pena de responsabilização.

6. Nesse processo, respeitado a representação por Núcleos ou Comunidades, a Diretoria passará a ter uma composição, denominada Composição de Nível 2, em que identificados os Grupos de atuação dentro da Associação, cada um dos três maiores Grupos terão dois (2) representantes na Diretoria e o quarto maior terá um (1) representante.

Artigo 27 – Mandato e cargos da Diretoria Executiva

1. O mandato de cada diretor é autônomo em relação ao Colegiado como um todo.
2. O período de mandato do novo diretor iniciará sua contagem no momento em que este assumir a função.
3. O Colegiado contará com um Diretor Presidente eleito em reunião ordinária do colegiado.
4. Não se admite a reeleição de presidente para o ano seguinte. O presidente do Colegiado não pode ser eleito vice-presidente no ano seguinte.
5. Em caso de eleição e posse de toda a Diretoria a Assembléia Geral será suspensa por quinze (15) minutos para que seus membros em reunião decidam as Atividades Representativas Especiais de cada um.
6. O Diretor Presidente e os demais cargos estatutários serão referendados pela Assembléia.
7. Ao Diretor é inadmissível se fazer representar por procuração.

TÍTULO II

CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS

Seção II – SUBSTITUIÇÃO DE DIRETORES

Artigo 28 - Substituição e Vacância de Diretor

1. Sem prejuízo do compromisso individual, administrativo, civil e criminal de cada Diretor de zelar pela boa gestão da Associação até que outro assuma seu lugar.
2. Cada diretor em caso de perda de condição, morte, de renuncia, impedimento, desinteresse ou falta de participação nas reuniões será automaticamente substituído.
3. A caracterização da condição de vaga em aberta por falta de participação nas reuniões se dará pela ausência mesmo que justificadas a oito (8) reuniões semanais num período trimestral.
4. A falta de capacidade administrativa, colaborativa ou de trabalhar em equipe e o desinteresse é motivo suficiente para que qualquer membro da Associação que possa votar requeira de forma fundamentado a inclusão em pauta de reunião do colegiado ou da Assembléia a substituição de um Diretor.
5. A caracterização de vaga em aberto por desinteresse se dará pela ausência não justifica a seis (6) reuniões semanais num período trimestral.
6. A condição de em substituição no cargo será imediatamente comunicada ao Diretor por qualquer meio com efetiva comprovação de seu recebimento.
7. O Diretor ocupante da vaga em questão poderá comparecer e apresentar suas justificativas na primeira reunião após o recebimento do comunicado, devendo o Colegiado de Diretores apreciar imediatamente a questão.

8. A caracterização de vaga em aberto, sem especificação do motivo, e o nome do novo candidato à vaga deverão ser amplamente divulgados entre os associados.

9. Na reunião do Colegiado na semana seguinte ao recebimento da comunicação de vacância, não comparecendo o Diretor da cadeira para apresentar suas justificativas ou não aceita suas justificativas, sua substituição será efetivada pela imediata posse do novo Diretor.

10. Para a escolha do novo membro além da Condição de Diretor, deverá ser mantida a adequada representatividade das localidades do Município e das Entidades Comunitárias Vinculadas.

11. A posse do novo diretor deverá ser amplamente divulgada entre os associados.

12. A declaração de vacância no cargo de diretor se dará por voto de dois terços (2/3) dos Associados para remover qualquer diretor.

13. A declaração de vacância no cargo de diretor o voto de dois terços (2/3) dos diretores para remover qualquer diretor.

Artigo 29 - Lista de Cadeira Sucessória de Diretores

1. A Diretoria não terá suplência, mas, a Associação poderá dispor de uma Lista de Cadeira Sucessória de Diretores.

2. A lista será composta por associados que manifeste interesse e preencha a condição de Diretor.

3. A lista será atualizada periodicamente e validada mediante ampla divulgação aos Associados e sem manifestação de oposição no prazo de trinta (30) dias.

4. O Associado que receber oposição deverá ser imediatamente comunicado por qualquer meio com efetiva comprovação de seu recebimento e apresentará defesa no prazo de quinze (15) dias.

Artigo 30 – Conhecimento pela Assembléia Geral

1. O elenco das vacâncias e substituições será pauta da primeira reunião ordinária da Assembléia Geral.

2. A Assembléia Geral poderá ratificar a permanência dos diretores em exercício ou substituí-los em parte ou na sua totalidade.

TÍTULO II

CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS

Seção III – ATIVIDADES DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 31 – Atividades

1. A Diretoria Executiva é um colegiado que cuida das questões relacionadas à representatividade e às atividades administrativas e técnicas, como: coordenação, finanças, comunicação, registro, assessoramento e outras.

Artigo 32 – Atividades colegiadas

1. Atividades colegiadas são as de planejar, organizar, decidir, coordenar, avaliar riscos, regulamentar, fiscalizar, contratar e verificar conformidade.

2. Decidir preliminarmente os casos urgentes ou inadiáveis, submetendo sua decisão à apreciação da Assembléia Geral na reunião seguinte.

Artigo 33 – Atividades Representativas especiais

1. As atividades representativas especiais são a de Presidente, Vice-Presidente, 2o. Vice-Presidente, Secretário, 2o. Secretário, Financeiro (Tesoureiro), 2o. Financeiro (2º. Tesoureiro) com as atribuições estatutárias de relações institucionais, de representação ativa e passivamente em juízo e de relações bancárias.

2. O diretor Presidente representará a Associação ativa e passivamente em juízo ou fora dele.

3. O diretor Presidente e diretor financeiro, indicados em reunião formal do colegiado, representação a Associação juntos às Instituições financeiras, podendo abrir, movimentar e encerrar contas e fazer investimentos de forma não solidária.

4. Outros diretores especificamente eleitos em reunião formal do colegiado poderão representar a Associação junto a outras entidades que ofereçam recursos financeiros e/ou materiais e em eventos externos.

5. O diretor Financeiro (Tesoureiro) isoladamente terá acesso a extratos e demais informações financeiras da Associação, podendo solicitá-las diretamente às instituições financeiras ou outras instituições depositárias ou repassadoras.

Artigo 34 - Atividades por Diretoria

1. São as seguintes as atividades por departamento ou órgãos subordinados aos Diretores, podendo ser acrescida de outras que o Colegiado entenda necessárias:

- a. Relações institucionais com governo, entidades e comunidade;
- b. Secretariado;
- c. Finanças;
- d. Informação, Logística;
- e. Jurídica;
- f. Propaganda & marketing;
- g. Parcerias, desenvolvimento e ação social.

Artigo 35 - Atividades por capacidade individual

1. Outras atividades terão suas execuções assumidas de acordo com o conhecimento técnico, a capacidade e a competência de cada Diretor.

2. As atividades são de propor, avaliar, treinar, motivar, ritualísticas e comemorações, identificação de fontes de recursos e financiamentos, demandas de associações e associados; convocar reuniões; elaborar atas; manter e atualizar cadastros de sócios e colaboradores; publicações; orçamento; controle financeiro; balanços e demonstrativos; manutenção de site, blogs e Email; atualizar e manter banco de dados; desenvolvimento de sistemas; demandas judiciais; direitos difusos; pareceres jurídicos; assistência jurídica aos associados; divulgação e promoção; faixas, cartazes e folders; novos projetos institucionais e sociais; ouvidoria; convênios; núcleos comunitários; outras demandas e atividades.

TÍTULO II

CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS

Seção IV – REUNIÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 36 – Reuniões do Colegiado

1. O Colegiado de Diretores reunir-se-á ordinariamente a cada semana e extraordinariamente segundo as necessidades administrativas, sendo lavradas Atas destas reuniões.
2. O comparecimento dos membros dos Diretores às reuniões, ordinárias e extraordinárias, é obrigatório.
3. O exercício da função de membro da Diretoria Executiva é voluntário e, portanto, não remunerado, porém, deve ser reconhecido como relevante prestação de serviços à Comunidade.

Artigo 37 – Locais de Reunião

1. As reuniões do Colegiado serão realizadas na qualquer lugar que tenha sido designada por deliberação do Colegiado ou no anúncio da reunião.
2. Se não for assim designado, na sede da Sociedade.

Artigo 38 - Reuniões por telefone ou por meio digital

1. Qualquer reunião pode ser realizada por conferência telefônica ou sistemas de comunicação digital, desde que todos os participantes da reunião possam ouvir ou falar uns aos outros.
2. Todos os diretores devem estar presentes em tal reunião.

Artigo 39 - Reuniões Especiais

1. As reuniões extraordinárias ou emergenciais do Colegiado, para qualquer efeito, podem ser convocadas a qualquer momento pelo Diretor Presidente ou por dois diretores.

Artigo 40 – Do funcionamento do Colegiado

1. O diretor Presidente do Colegiado terá mandato de um (1) ano. Não se admite a reeleição para o ano seguinte.
2. O diretor Presidente assume funções representativas especiais.
3. Dentre os demais membros da Diretoria Executiva será eleito em reunião do Colegiado um membro para coordenar cada área de interesse administrativo, observando suas competências e capacidade.
4. Ato relevante de cada Diretor deverá ser dado a conhecer a todos os membros do colegiado, constituindo-se em pauta da reunião.
5. À Diretoria Executiva compete informar ao público em tempo e amplamente sobre suas atividades, na medida em que interesses preponderantes da Associação não sejam ameaçados.

TÍTULO II

CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS

Seção V – SUPORTE ADMINISTRATIVO E FINANÇAS

Artigo 41 – Atendimento aos serviços administrativos

1. O suporte administrativo, técnico e financeiro, em caráter permanente ou eventual, indispensável ao funcionamento da Associação, deverá ser buscado junto aos associados, às pessoas e entidades privadas da própria comunidade e, em caráter excepcional ou específico junto a entidades públicas.

2. Os gestores da Associação não poderão prescindir de seu esforço e trabalho na manutenção e perpetuação da Associação, nem poderão alegar ausência de condições operacionais para o seu funcionamento, visto serem os responsáveis diretos pela mobilização e busca de recursos necessários à sua manutenção e, portanto, a capacidade técnica e administrativa de gerenciamento é o garantidor da continuidade do mandato.

3. Os serviços de Administrativos do Colegiado serão atendidos por pessoal voluntário, cedido por entidades parceiras ou contratado.

Artigo 42 – Ordem Financeira e Orçamentária

1. A Associação mantém suas despesas e receitas permanentemente em equilíbrio.

2. O valor máximo das despesas totais do plano orçamentário deve ser fixado em função das receitas estimadas, levando em consideração a situação econômica.

3. O Colegiado elabora o plano financeiro, delinea o orçamento e prepara as contas para conhecimento público.

4. Providência a execução correta do orçamento.

TÍTULO II

CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS

Seção VI – REGISTROS CORPORATIVOS

Artigo 43 - Manutenção de Registros Corporativos

1. A Associação deverá manter:

a. Adequada e correta livros e registros contábeis.

b. minutas escrita dos processos e trabalhos de seus membros, conselhos, comitês e vinculados.

c. o registro do nome, endereço, identificação e classe de cada associado.

TÍTULO II

CAPÍTULO III – SETORES, CONSELHO E COMITÊS

Seção I – ASSEMBLÉIAS SETORIAIS E CONSELHOS

Artigo 44 – Assembléias Setoriais e Conselhos

1. As Assembléias Setoriais são instâncias parciais deliberativas formadas por membros da Associação ou por membros de Entidades Comunitárias Vinculadas.

2. Tem de funcionamento simular à Plenária da Associação.

3. São constituídas para tratar de assuntos de interesse específico de uma localidade, de uma entidade ou da própria Associação, tendo como finalidade principal, debater assuntos que deverão ser foco de atenção da Associação.

4. O membro da Assembléia Setorial ou de Entidades Comunitárias Vinculadas poderá sempre que necessário solicitar o apoio técnico e logístico da Associação e da Diretoria Executiva.

TÍTULO II

CAPÍTULO III – SETORES, CONSELHO E COMITÊS

Seção II – COMITÊS TEMÁTICOS

Artigo 45 – Autoridade e Impedimentos

1. Os Comitês Temáticos, para a medida prevista na resolução do Colegiado ou da Assembléia Geral, terão toda a autoridade do Colegiado.
2. Exceto que nenhum Comitê, independentemente da resolução do Colegiado, pode:
 - a. Tomar qualquer decisão final sobre qualquer assunto que, nos termos regulamentares e da Lei, também requeira aprovação dos membros do Colegiado ou a aprovação da Assembléia.
 - b. Preencher vagas no Colegiado ou em qualquer Comitê que tem a autoridade do Colegiado.
 - c. Alterar ou revogar a qualquer resolução do Colegiado que, por seus termos expressos, não é a alteração ou revogação.
 - d. Criar quaisquer outras comissões da Associação ou nomear os membros de outras comissões da Associação.
 - e. Gastar fundos corporativos em atividades estranhas ao seu propósito.

Artigo 46 - Reuniões e atividades dos Comitês

1. Reuniões e atividades dos Comitês serão regidas, realizadas e tidas em conformidade com as disposições do Estatuto e deste Regimento Interno.
2. Exceto que, o tempo para as reuniões regulares e as convocação de reuniões extraordinárias poderão ser determinadas por resolução do Colegiado ou, se não houver, por deliberação do próprio Comitê.
3. A ata de cada reunião de qualquer Comitê deve ser mantida e apresentada junto com o resultado de seu trabalho.
4. O Colegiado pode definir regras para a atuação de qualquer Comitê, que sejam coerentes com este regimento interno ou, na ausência de regras, o Comitê será regido por essa norma.

Artigo 47 – Comitês Independentes

1. Poderá se apoiado Comitês Independentes de Estudo, de Pesquisa, de Projetos, de Auditoria e de Pareceres cujos trabalhos se alinhem com as finalidades da Associação.

TÍTULO III

CAPÍTULO I – OBJETIVOS SOCIAIS

Artigo 48 - Objetivos sociais

1. A Associação e as Entidades Vinculadas e as Associadas empenham-se, de forma complementar à responsabilidade individual e à iniciativa pública e privada, para que:
 - a. todos os Associados disponham de segurança social;
 - b. todos recebam a assistência necessária para sua saúde;
 - c. as famílias, enquanto comunidades constituídas de adultos e crianças, sejam protegidas e estimuladas;

- d. as pessoas capazes de trabalhar possam sustentar-se por meio do trabalho, em condições adequadas;
- e. toda pessoa tenha acesso à habitação adequada, para si e sua família, em condições viáveis;
- f. as crianças e os jovens, bem como as pessoas em idade de trabalhar possam ser educados, formados e aperfeiçoados, de acordo com a suas aptidões;
- g. as crianças e os jovens sejam estimulados no seu desenvolvimento para se tornarem pessoas independentes e socialmente responsáveis, bem como apoiados na sua integração social, cultural e política.
- h. todos os associados compartilhem e disponham de informações de qualidades para o seu desenvolvimento pessoal, no trabalho e para subsidiar suas decisões no desenvolvimento comunitário.

2. A Associação e as Entidades Vinculadas e as Associadas empenham-se para que todos sejam assegurados contra as conseqüências econômicas da idade, da invalidez, da doença, do acidente, do desemprego, da maternidade, da orfandade e da viuvez.

3. A Associação e as Entidades Vinculadas e as Associadas Aspiram aos objetivos sociais no âmbito de suas competências e dos seus recursos financeiros disponíveis.

TÍTULO III

CAPÍTULO II - COOPERAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO E ENTIDADE COMUNITÁRIA VINCULADA E ENTIDADE ASSOCIADA

Seção I – ENTIDADE COMUNITÁRIA VINCULADA

Artigo 49 - Princípios

1. Uma Entidade Comunitária Vinculada é um Núcleo Comunitário organizado por Associados, sob forma de representação, com funcionamento autorizado e que seguem as regras Estatutárias e Regimentais da Associação.
2. A Associação e as Entidades Comunitárias Vinculadas se apóiam mutuamente no cumprimento das suas tarefas e cooperam entre si.
3. Devem-se respeito e assistência mútuos. Prestam-se reciprocamente assistência administrativa e jurídica.
4. Todas as decisões dos gestores da Entidade Vinculada serão em colegiado.
5. O mandato de seus dirigentes não será superior a um (1) ano.
6. É inadmissível a reeleição do Presidente do Comitê Gestor do Núcleo.
7. No ano seguinte o Presidente não poderá ser Vice-presidente.
8. Os conflitos entre as Entidades e entre essas e a Associação são solucionados por negociação e mediação.

Artigo 50 - Formação de vontade da Associação

1. Conforme prescrito no Estatuto e no Regimento Interno as Entidade Vinculadas participam na formação da vontade da Associação, especialmente no tocante à regulamentação.
2. A Associação informa às Entidades Vinculadas em tempo e amplamente sobre seus projetos; elas a consulta no que tange a seus interesses.

Artigo 51 - Aplicação do Direito

1. As entidades vinculadas aplicam o direito de associado de acordo com o Estatuto e este Regulamento Interno.
2. A Associação outorga às entidades vinculadas uma margem de liberdade de ação mais ampla possível e leva em conta as particularidades locais e associativas.
3. A Associação leva em conta o ônus financeiro, relacionado com a aplicação do Estatuto e deste Regimento Interno, no que assegura às Entidades vinculadas fontes de arrecadação suficientes e providencia a adequada compensação financeira.

Artigo 52 - Primazia legal

1. O direito da Associação prima sobre o direito das Entidades Vinculadas que lhe seja contrário.

TÍTULO III**CAPÍTULO II - COOPERAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO E ENTIDADE COMUNITÁRIA VINCULADA E ENTIDADE ASSOCIADA****Seção II – ENTIDADE ASSOCIADA****Artigo 53 - Princípios**

1. Uma Entidade Associada é uma organização independente, com quadro social próprio, possuidora de regulação própria, administração independente e recursos financeiros próprios, mantendo, porém, atuação alinhada e estreita relação com a Associação.
2. A Associação e as Entidades Associadas se apóiam mutuamente no cumprimento das suas tarefas e cooperam entre si.
3. Dentro do possível, os conflitos entre as Entidades e entre essas e a Associação são solucionados por negociação e mediação.

Artigo 54 - Formação de vontade da Associação

1. Conforme prescrito no Estatuto e no Regimento Interno as Entidade Associadas participam na formação da vontade da Associação, com voz e voto nas Assembléias.
2. A Associação informa às Entidades sobre seus projetos; elas nos consulta no que tange a seus interesses.

Artigo 55 - Aplicação do Direito

1. As Entidades Associadas aplicam o direito de associado de acordo com o Estatuto e este Regulamento Interno.
2. A Associação preserva a independência das Entidades Associadas.

Artigo 56 - Contratos entre Entidades Associadas

1. A Associação as Entidades Associadas podem celebrar contratos entre si, bem como estabelecer organizações e instituições comuns. Nomeadamente podem, em conjunto, exercer tarefas de interesse regional.
2. Dentro dos seus limites de sua competência a Associação pode atuar como participante nas Entidades Associadas.

3. Os contratos não podem contrariar os interesses da Associação, nem os direitos de outras Entidades Associadas ou Vinculadas. Devem ser levados ao conhecimento da Associação.

Artigo 57 - Primazia legal

1. O direito da Associação prima sobre o direito das Entidades Associadas que lhe seja contrário.

TÍTULO III

CAPÍTULO II - COOPERAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO E ENTIDADE COMUNITÁRIA VINCULADA E ENTIDADE ASSOCIADA

Seção III – OUTRAS ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES

Artigo 58 – Relação com outras associações e entidades

1. Os assuntos relacionados com outras Associações e Entidades são da competência da Associação.
2. Apresentam-se como Entidades Associativas não vinculadas, podendo ser Associadas com voz e voto nas Assembléias ou administrativamente, como parceira em relação contratual.

TÍTULO III

CAPÍTULO II - COOPERAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO E ENTIDADE COMUNITÁRIA VINCULADA E ENTIDADE ASSOCIADA

Seção IV – ASSOCIAÇÕES E EDUCAÇÃO

Artigo 59 - Auxílios à educação

1. A Associação pode conceder a entidade Vinculada, Associada ou outra entidade contribuições para suas despesas com estudos e outros auxílios à educação.
2. Além disto, em aditamento às medidas das entidades e sem prejuízo de suas soberanias, pode tomar outras medidas apropriadas para fomentar a educação.
3. No cumprimento de suas atribuições, a Associação e as entidades levam em conta as necessidades especiais do incentivo e da proteção das crianças e dos jovens.
4. Em aditamento às medidas das entidades, a Associação pode incentivar a educação para o trabalho fora das escolas com as crianças e os jovens, bem como a formação dos adultos.
5. A Associação promove o desporto.
6. A Associação pode incentivar e apoiar esforços culturais de interesse de toda a comunidade, bem como a arte e a música.
7. A Associação deve promover o encontro de associados com expoentes do conhecimento e promover debates públicos sobre temas de interesse das comunidades.

TÍTULO III

CAPÍTULO III – MEIO AMBIENTE

Artigo 60 - Desenvolvimento duradouro

1. A Associação e as entidades vinculadas aspiram a uma relação equilibrada e duradoura, entre a natureza e sua capacidade de regeneração de um lado e sua utilização pelo homem, do outro.

Artigo 61 - Proteção do meio-ambiente

1. A Associação defende a proteção do homem e de seu ambiente natural dos efeitos prejudiciais e importunos.

2. Empenha-se para que tais efeitos sejam evitados. Pelos custos oriundos de se evitar e de sua eliminação responsabilizará os autores.

Artigo 62 - Águas

1. No âmbito de sua competência, a Associação apoiará o aproveitamento econômico e da proteção dos recursos hídricos, bem como a defesa contra as influências nocivas à água.

2. Defende a preservação e exploração dos recursos hídricos, como a proteção das águas, a preservação de volumes adequados das águas residuais, obras para o controle das águas, a segurança das barragens e a influência das precipitações.

Artigo 63 - Floresta

1. A Associação vela para que a floresta possa cumprir suas funções de proteção, usufruto e bem-estar.

2. Promove e apóia medidas para a proteção e a preservação das florestas.

Artigo 64 - Proteção da natureza e da terra

1. Apoiará ações que preserve paisagens, a apresentação dos sítios, lugares históricos, bem como monumentos naturais e culturais; que os mantenham conservados onde o interesse público assim ditar.

2. Apoiará ações para proteger a fauna e flora e para a preservação do seu habitat na variedade natural. Que proteja as espécies ameaçadas de extinção.

3. Apoiará ações de proteção aos parques, jardim, áreas públicas e as áreas pantanosas de beleza especial e de importância para a comunidade inteira.

Artigo 65 - Caminhos e trilhas

1. A Associação apoiará ações para a manutenção das redes de caminhos e trilhas.

2. Pode apoiar e coordenar medidas das entidades vinculadas para a construção e manutenção de tais redes.

TÍTULO III**CAPÍTULO IV – PRINCÍPIOS NORTEADORES****Artigo 66 - Princípios Filosóficos**

1. Enquanto existir pelo menos um pouco que possa ser feito, precisamos continuar fazendo e, se queremos que as coisas mudem precisamos fazê-la de outro jeito. Superar a crise é superar a si mesmo.

2. Nós, indivíduos, e os dirigentes somos pessoas humanas e, portanto, passivas de erros, de imperfeições, de incapacidade administrativa, de vícios, de egocentrismos, de sofrer pressões acima de nossa capacidade de suportar e de estar sujeito a transtornos emocionais.

3. Os valores coletivos só são alcançados com pessoas, com participação, com boa vontade, com liberdade, com solidariedade e com regras eficientes.

Artigo 67 – Princípios Regimentais

1. Esta Associação tem um Estatuto e um Regimento Interno elaborados objetivando uma gestão com qualidade, ética e totalmente voltada a atender aos interesses comunitários e da sustentabilidade ambiental. Precisamos evitar que interesses pessoais, corporativos e da falibilidade humana venham trazer prejuízos e danos à suas finalidades.

2. Esta Associação buscou uma regulação que incentive à participação de todos, permitindo a transparência das informações, propiciando a divisão do poder e sua distribuição estruturada entre todos os seus membros para que fatores negativos interfiram minimamente nas decisões.

3. Se as ações de seus membros e na alteração do Regimento ocorrer mudanças nas regras que possam desvirtuar ou tornar a Associação vulnerável à manipulação, identificada essa mudança, a ocorrência será levada à Assembléia que obrigatoriamente deverá constituir um Comitê Temático formado por associados imparciais para apreciar o assunto.

4. A conclusão do Comitê Temático será levada à apreciação da Plenária e, constatada danosas, a alteração será considerada nula e responsabilizados pessoal e patrimonialmente seus autores.

5. Qualquer dano ou prejuízo causado por um de seus membros ao desenvolvimento institucional da Associação poderá ser denunciado por qualquer membro com direito a voto.

Artigo 68 - Princípios Comunitários

1. Os membros desta Associação e seus gestores se obrigam a valorizar a responsabilidade, a sobrepor os valores coletivos ao individual e a minimizar a influência de lideranças impositivas.

2. Os membros desta Associação valorizam e apóiam a educação das crianças e jovens, a educação continuada dos adultos, a proteção dos idosos e a inserção de todos na comunidade.

3. Os membros desta Associação se reúnem objetivando o desenvolvimento comunitário, a melhor utilização dos recursos disponíveis, a ajuda mútua e o bem-estar social.

TÍTULO IV

CAPÍTULO I – NEGOCIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Artigo 69 – Conflitos

1. Dentro do possível, os conflitos entre as Entidades, entre os associados e entre esses e a Associação são solucionados por negociação e mediação.

2. O colegiado tomará providências imediatas para formar um Comitê Temático para administrar o processo.

3. Em caso das partes concordarem com o uso da Arbitragem na solução de conflitos não solucionados por negociação e mediação, adotar-se-á no que couber para os procedimentos e regulamento as regras do Decreto Nº 4.719, de 4 de junho de 2003 que promulga o Acordo sobre Arbitragem do Mercosul e como base legal as regras da Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre a arbitragem.

4. Os membros deste Comitê Temático, a Arbitragem, bem como os Diretores não podem, ao mesmo tempo, fazer parte de um e de outro desses órgãos.
5. A Associação poderá se valer de uma entidade privada para a solução do conflito.
6. As despesas com os procedimentos serão suportadas pelo demandante até que decisão final venha decidir sobre a questão.
7. A Associação assistirá aos conflitantes no intuito de buscar a igualdade legal de ação e defesa.

TÍTULO IV

CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 70 – Conselho de Máster

1. A Associação poderá contar com um Conselho Consultivo de Máster formado por 6% (seis) por cento dos membros mais idosos da comunidade.
2. Para que pleitear sua participação o membro deve formalizar requerimento à administração da Associação.
3. O Conselho de Máster seguirá no que couber os princípios do Estatuto e deste Regimento.

Artigo 71 – Alteração do Regimento

1. Este Regimento Interno poderá ser alterado por proposição dos membros da Associação.
2. As propostas de alteração serão encaminhadas ao Colegiado para divulgação e a inclusão na agenda da próxima reunião.
3. As propostas de alteração do Regimento deverão ser aprovadas por maioria qualificada de 2/3 da Plenária da Associação, com direito a voto, precedendo de ampla e prévia divulgação pública.

Artigo 72 – Anexo

1. Anexo I: Modelo Organizacional da Estrutura Administrativa.
2. Anexo II: Atividades dos Gestores.

Artigo 73 – Exceções

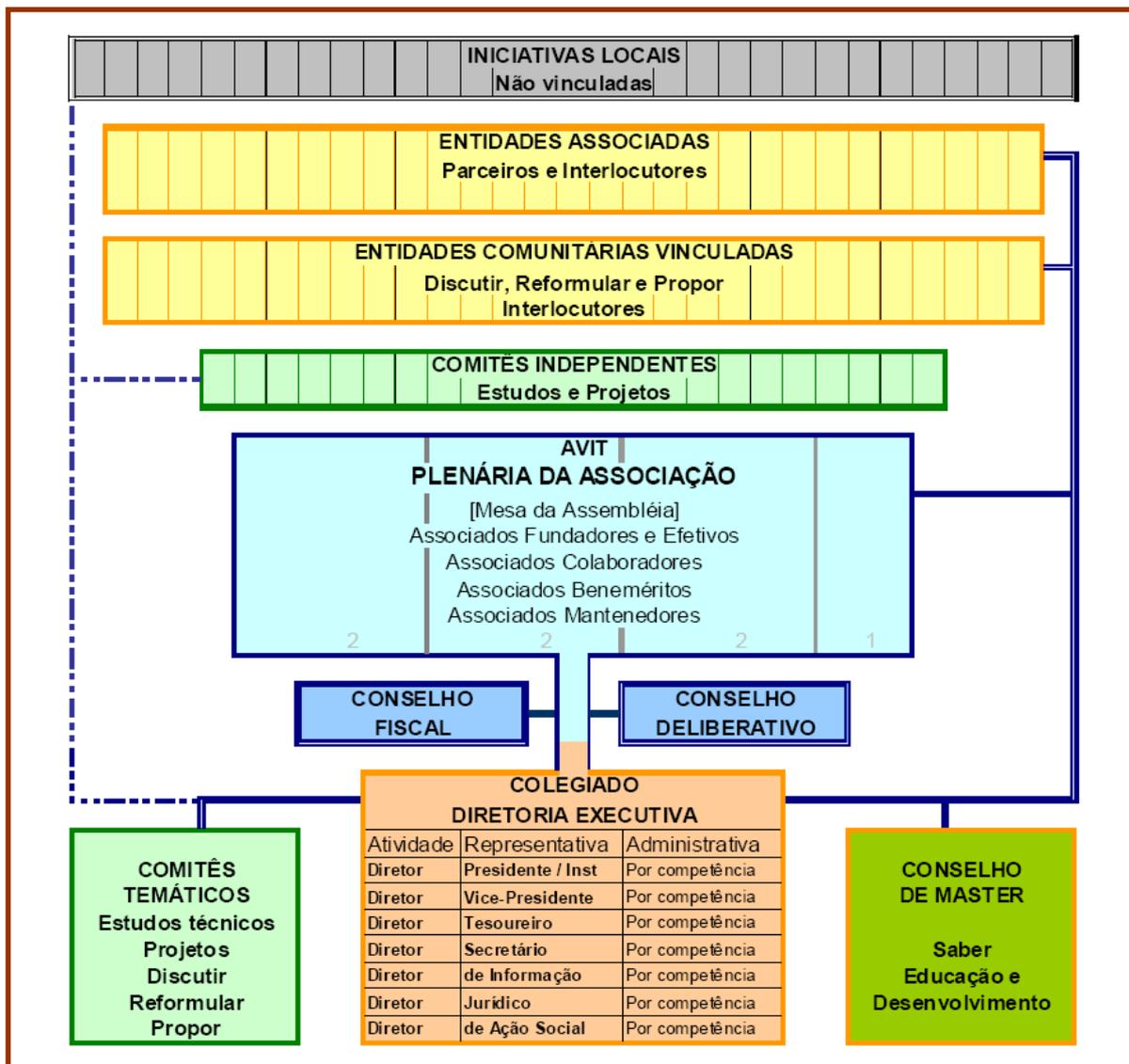
1. Os casos omissos no presente Regimento serão resolvidos pelo Colegiado e posteriormente apreciados pela Assembléia da Associação.
2. Este Regulamento Interno deverá ser interpretado de boa fé e considerado seu objetivo social.

TÍTULO IV

CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 72 – Anexo

Anexo I: Modelo Organizacional da Estrutura Administrativa.



TÍTULO IV

CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

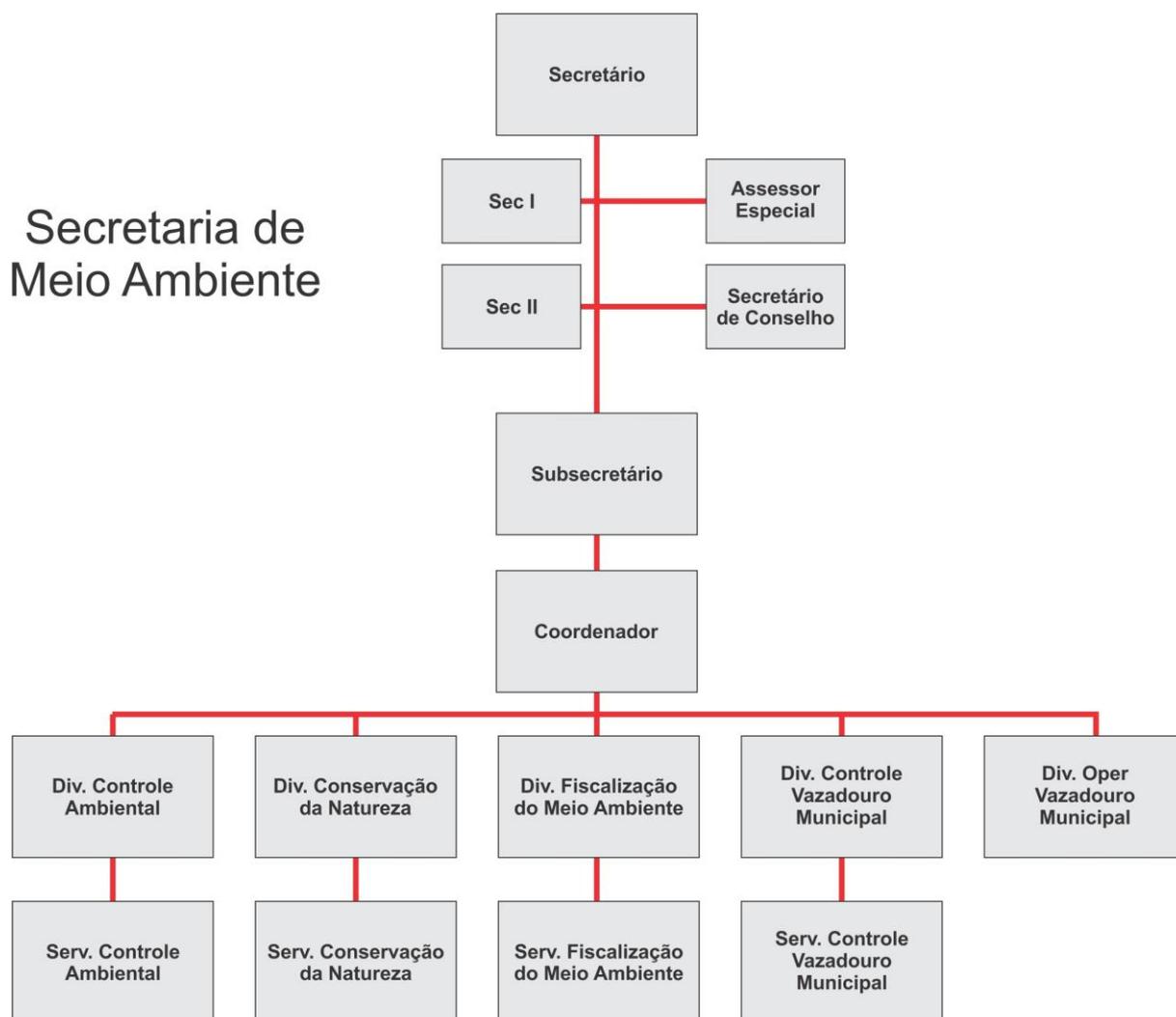
Artigo 72 – Anexo

Anexo II: Atividades dos Gestores.

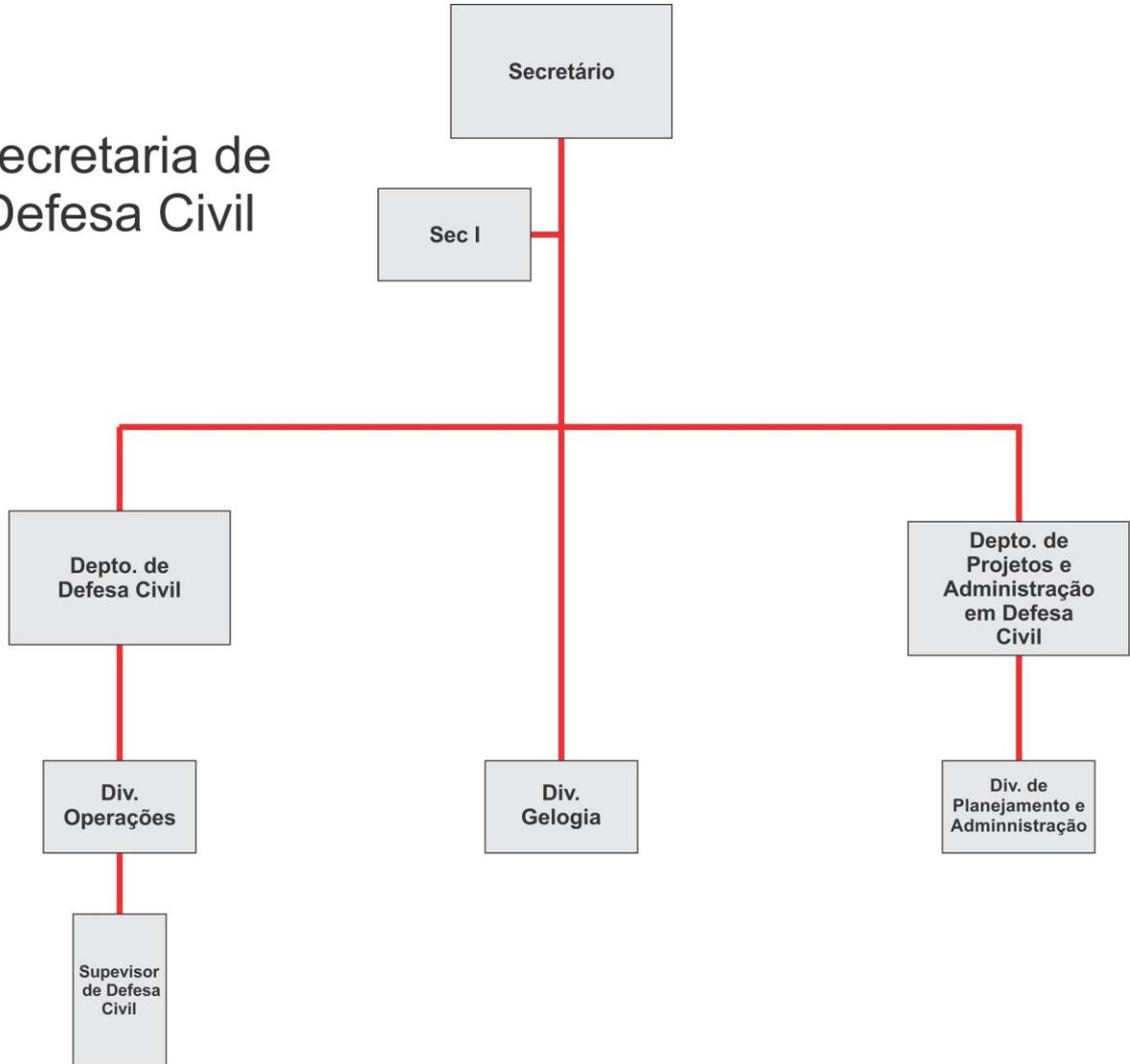
Diretores	Atividades Adm Colegiada	Atividades Administrativas por Competência		Atividades de Todos
		Principais por Diretor	Complementares por competência	
1	PROPOR	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	Avaliar, treinar, motivar, ritos e comemorações	Levantamentos e verificações individuais
		Governo	Fontes de Recursos e Financiamento	
		Entidades	Demandas de Associações e Associados	
2	DECIDIR	Comunidade	Convocar reuniões	Atitude Ética
		SECRETARIADO	Atas	
3	AVALIAR		Cadastros (Sócios e colaboradores)	Observar procedimentos normativos
			Publicações	
			...	
4	RISCOS	TESOUREIRO / FINANÇAS	Fontes de Recursos e Financiamentos	Gastos mínimos x Maximização de resultados
			Orçamento	
			Controle Financeiro	
5	REGULAMENTAR		Balanços e Demonstrativos	Comprometimento
			Site, blogs e E_mail	
		INFORMAÇÃO	Atualizar e manter banco de dados	
6	FISCALIZAR	Manter dados & informações	Desenvolvimento de sistemas	Comprometimento
			...	
		JURÍDICO	Demandas Judiciais	
7	VERIFICAR		Direitos Difusos	Comprometimento
			Pareceres Jurídicos	
			Assistência Jurídicas aos Associados	
6	VERIFICAR	PROPAGANDA & MARKETING	Divulgação	Comprometimento
			Faixas, Cartazes e folders	
			Novos projetos institucionais	
7	VERIFICAR	AÇÃO SOCIAL / LOGÍSTICA	Ouvidoria	Comprometimento
			Convênios	
			Núcleos Comunitários	
		Novos projetos sociais		
		Núcleos Comunitários		
		Novos projetos sociais		
		Outras demandas		

ANEXO 2: ORGANOGRAMA DA DEFESA CIVIL DE TERESÓPOLIS/RJ

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil – Prefeitura Municipal de Teresópolis



Secretaria de Defesa Civil



ANEXO 3: SOBRE O DIAGNÓSTICO OFICIAL DENOMINADO “MEGADESASTRE DA SERRA”

Fonte: Folha de São Paulo, 16 de fevereiro de 2011

Avalanches no RJ chegaram a 180 km/h

Conclusão é de relatório do Serviço Geológico do Estado sobre o que o órgão chama de ‘megadesastre da serra’

Texto cita como causas a geologia da região, a ocupação irregular do solo e as fortes chuvas em períodos curtos

EVANDRO SPINELLI
DE SÃO PAULO

As avalanches que atingiram a região serrana do Rio na tragédia de um mês atrás, que matou quase 900 pessoas, atingiram 180 km/h. Cada massa de terra que se descolava do morro despencava 1 km em 20 segundos.

Os dados constam do relatório elaborado pelo Serviço Geológico do Estado do Rio sobre o que o órgão chama de “megadesastre da serra”.

O relatório aponta como causas a própria geologia da região, a ocupação irregular do solo (encostas e áreas de várzea) e as chuvas de grande intensidade concentradas em períodos de 15 minutos.

Mas poderia ter sido pior. De acordo com Cláudio Amaral, geólogo que coordenou o trabalho, os meses anteriores à tragédia não foram tão chuvosos na região serrana.

“Se nós tivéssemos as chuvas antecedentes do ano passado, o desastre teria sido maior”, diz Amaral.

Outro fator que minimizou os danos foi o local das chuvas. Amaral afirma que em Teresópolis, por exemplo, as chuvas não atingiram a área de maior risco, na região do Jardim Melão.

“Se a chuva tivesse caído lá, nós estaríamos amargando mais 8.000 mortos. Lá a geologia é pior, a geomorfologia é pior, o uso [do solo] é pior”, afirma.

Amaral diz ainda que o volume de chuvas que atingiu a região serrana não pode ser considerado excepcional.

“Na minha vida de desastres, onde estou desde 1982, essas chuvas em ambiente tropical não podem ser classificadas de excepcionais. São chuvas muito fortes, mas não são excepcionais. Há uma certa simplificação de achar toda chuva excepcional”, afirma.

O relatório do Serviço Geológico apontou cinco tipos de deslizamentos na região serrana. Todos são tecnicamente conhecidos, mas dois deles surpreenderam porque não havia registros de ocorrência naquela área.

Um deles é o “catarina”, batizado assim pela semelhança com os que ocorreram em Santa Catarina em 2008. Foi esse tipo de deslizamento que atingiu 180 km/h em Conquista (Nova Friburgo).

O outro, batizado de “vale suspenso”, é comum na região de Barra Mansa (sul fluminense), mas não em Friburgo, onde se deu este ano.

TRAGÉDIA NO RIO
Ranking de letalidade dos movimentos de terra que atingiram a região serrana



o que mais matou

material transportado

10 Corridas de Massa de Detritos, Terra ou Lama
> Atinge velocidades médias a altas
> Movimento semelhante ao de um líquido viscoso, que desce pela encosta
> Mobilização de blocos (pouca distância), solo ou detritos e água

ONDE OCORREU
Bairros: Vale do Cuíabá (Petrópolis), Posse e Vieira (Teresópolis), Córrego Dantas e Hospital São Lucas (Nova Friburgo)



Grande “corrida de massa” ocorrida em janeiro, no bairro Vale do Cuíabá, em Petrópolis (RJ)

OUTROS TIPOS DE DESLIZAMENTOS OCORRIDOS NO RIO



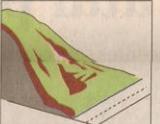
20 Deslizamento na Parroca
> Atinge velocidades altas
> Deslizamentos na parte superior da encosta, que desestabilizam a parte inferior também
> Mobilização de pequenos a grandes volumes de material

ONDE
Bairro: Caleme (Teresópolis)



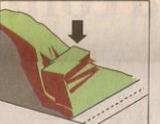
30 Deslizamento tipo catarina
> Atinge velocidades altas. No Rio, chegou a 180km/h
> Um pedaço do morro se solta da rocha e vai levando tudo como se fosse uma massa de mingau
> É o tipo mais violento e ocorreu em Santa Catarina em 2008

ONDE
Bairro: Conquista (Nova Friburgo)



40 Deslizamento tipo rasteira
> Atinge velocidades altas
> Lascas de solo deslizam e seguem até o fim da encosta
> Está ligado a erosão fluvial intensa

ONDE
Nova Friburgo



50 Deslizamento tipo vale suspenso
> Tem pequeno alcance mas movimentam grandes volumes de material
> Deslizamentos profundos com forma circular
> Ocorrem em vales ou drenagens fluviais

ONDE
Nova Friburgo



Números atualizados do desastre na região serrana do Rio	896 pessoas morreram	405 estão desaparecidas	34,6 mil estão desabrigadas ou desalojadas	R\$ 100 milhões foram liberados pelo Ministério da Integração Nacional para a reconstrução	R\$ 40,8 milhões é quando será gasto pelo Estado em aluguel social
---	----------------------	-------------------------	--	--	--

Fonte: Serviço Geológico do Estado do RJ

ANEXO 4: VOLUNTARIADO E BUROCRACIA

Fonte: Folha de São Paulo, 18 de janeiro de 2011

Disputa entre Cruz Vermelha e prefeitura atrapalha assistência

Voluntários reclamam de burocracia da prefeitura para liberação de água e comida para desabrigados

Donativos só podem ser retirados após cadastro e com documento assinado pela secretária municipal de Educação

**VINÍCIUS QUEIROZ GALVÃO
JORGE ARAÚJO**
ENVIADOS ESPECIAIS A TERESÓPOLIS

Um semana após o temporal que devastou a região serrana no Rio, uma disputa pela distribuição de donativos entre a Prefeitura de Teresópolis e a Cruz Vermelha atrapalhou a assistência a milhares de desabrigados.

Coordenadores e voluntários da organização humanitária reclamam do excesso de burocracia para liberação de água e comida, que só saem com um ofício assinado pela Secretária de Educação.

Para retirar as doações, os flagelados têm de fazer um cadastro com RG e CPF, mas a maioria perdeu todos os documentos na enchente.

Ontem, caminhões do Exército recolheram donativos que eram distribuídos pela Cruz Vermelha em dois galpões no Bom Retiro, periferia de Teresópolis, para levá-los ao ginásio Pedraão, onde a distribuição é centralizada.

A medida causou discussão entre enfermeiros e médicos da entidade e servidores.

"A prefeitura tomou conta. Parei de trabalhar para as vítimas e agora estou a serviço da burocracia", disse a enfermeira Adriana Lopes.

"É uma politicagem no meio da calamidade pública", afirmou a enfermeira voluntária Kátia Loureiro.

O prefeito de Teresópolis, Jorge Mario Sedlacek, disse ontem que o trabalho com a Cruz Vermelha "está funcionando perfeitamente".

Ele confirmou a ordem para que as doações só sejam retiradas com documento assinado pela secretária de Educação, Magali Tayt-Sohn de Almeida. A medida, disse, foi tomada para evitar desvios.

As divergências prosseguiram ao longo do dia. No fim da tarde, numa igreja que servia de novo depósito da Cruz Vermelha, a coordenadora Sandra Helena Mendonça disse: "Aqui não tem burocracia. Quem chegar com fome leva".

AS OPERAÇÕES NA REGIÃO SERRANA DO RIO

Cada prefeitura possui um Centro de Coordenação Operacional

Limpeza

De acordo com a secretaria de Obras, homens, carross-pipa e caminhões basculantes trabalham na limpeza pública dos sete municípios atingidos. O maior efetivo está em Nova Friburgo



Resgate
Corpo de Bombeiros, Exército, PM, Força Nacional de Segurança e Polícia Civil atuam no atendimento às famílias que estão em locais isolados e na busca por vítimas

Como funcionam os Centros de Coordenação Operacional

- 1 Cada prefeitura tem seu centro, equipado com computadores, mapas e linhas diretas para receber pedidos de serviços
- 2 O Centro reúne o comando das instituições envolvidas na operação de resgate e assistências às vítimas: Exército, Força Nacional de Segurança e a Defesa Civil do município
- 3 De lá partem as ordens para ações de resgate, entrega de doações a desabrigados e remoção de barreiras nos bairros atingidos pelas chuvas

Saúde

Há dois hospitais de campanha em Nova Friburgo, um em Teresópolis e um em Itaipava. A secretaria de Saúde enviou 20 mil vacinas antitetânica e monitora a região contra focos de doenças

Donativos

O recebimento e a distribuição de alimentos e roupas para os atingidos são feitos pelos municípios. Voluntários ajudam na tarefa. As peças são distribuídas de carro e, para as localidades mais distantes, de helicóptero

Água e luz

O abastecimento de água está normalizado para 90% da população de Teresópolis. A energia elétrica já está restabelecida em 93% das localidades atingidas. Em Nova Friburgo, o fornecimento de água só deve voltar no fim de semana

BALANÇO*



	MORTOS
Nova Friburgo	312
Teresópolis	276
Petrópolis	58
Sumidouro	19
TOTAL	665

O que União e governo do Estado disponibilizaram

5.228	562	200	120	78	42	31
profissionais	veículos	máquinas	picapes	carros-pipa	caminhões	aeroplanos

*Até as 18h de ontem Fontes: Bombeiros, Defesa Civil do RJ e prefeituras

ANEXO 5: INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS/RJ

Fonte: Plano de Habitação de Interesse Social de março de 2011, em:
<http://www.avit.org.br>

CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS / RJ

HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

Teresópolis recebeu esse nome em homenagem à imperatriz Teresa Cristina, mulher do imperador Dom Pedro II. A primeira descrição oficial de Teresópolis foi feita em 1788 pelo Dr. Baltazar da Silva Lisboa, que em seu relato descrevia a serra e também a Cascata Imbuí. Foi George March quem tornou a região conhecida ao adquirir uma sesmaria de quatro léguas quadradas e ao torná-la uma fazenda modelo no bairro hoje conhecido como Várzea - antigamente denominado "campo da éguas"- e cuja sede se localizava onde hoje é o Bairro do Alto. A fazenda de George March denominada Fazenda de Sant'Ana do Paquequer (Fazenda dos Órgãos e Fazenda do Paquequer) - entre 1818 e 1845, acabou por gerar uma povoação denominada Santo Antônio ou Sant'ana do Paquequer. O desenvolvimento do povoado se deu inicialmente em função dos viajantes que vinham de Minas Gerais e demandavam o Porto da Estrela, fazendo de Sant'ana do Paquequer um lugar de pouso. Somente em 1908, com a inauguração da ferrovia, é que ocorre um progresso mais significativo para a região. Em 1855, o povoado foi elevado à categoria de Freguesia de Santo Antônio do Paquequer. Em 6 de julho de 1891, através de um decreto do então governador Francisco Portela, Santo Antônio do Paquequer foi elevado à categoria de município, recebendo, então, a denominação de Teresópolis e se desmembrando de Magé. Só em 1959, com a inauguração da rodovia ligando a cidade ao Rio de Janeiro, é que o progresso se instala definitivamente na região.

LOCALIZAÇÃO

Teresópolis se localiza na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro juntamente com os municípios de Petrópolis, Nova Friburgo, Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras, São Sebastião do Alto, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto, Bom Jardim, Macuco, Carmo, Santa Maria Madalena e Trajano de Moraes. Confronta-se em seus limites geográficos com os municípios Cachoeira de Macacú, Guapimirim, Nova Friburgo, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia e Sumidouro, conforme divisão política apresentada no mapa abaixo. Com uma área de 772,9 quilômetros quadrados, o município tem um território que corresponde a 11,1% da Região Serrana. O município é servido por duas rodovias federais: a BR116 e a BR495 interligando-o a Guapimirim, São José do Vale do Rio Preto e Petrópolis e pela rodovia estadual RJ130, que o interliga com Nova Friburgo.

Sua sede se localiza nas coordenadas geográficas de 22° 26' 12" de Latitude Sul e 42° 58' 42" de Longitude Oeste, a uma altitude de 902 m, cuja distribuição espacial se apresenta em forma de sítio comprido e estreito, no vale do Rio Paquequer, sendo o ponto mais alto do Estado, distante 91 Km da cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado. De acordo com a Lei Orgânica, o Município de Teresópolis se subdivide, para fins administrativos, em três Distritos:

.1º Distrito (sede do Município): Teresópolis, com sede na Várzea;

.2º Distrito: Vale do Paquequer, com sede em Cruzeiro;

.3º Distrito: Vale do Bonsucesso, com sede em Bonsucesso.

Os 2º e 3º Distritos não contam com qualquer estrutura administrativa descentralizada, concentrando-se na sede todas as decisões da Administração Pública do município.

TERRITÓRIO

O ordenamento do território municipal foi demarcado pela Lei Municipal Nº 1805, de 28 de novembro de 1997, que dispõe sobre a caracterização das áreas urbanas, de expansão urbana e rurais.

“As Áreas Urbanas, de Expansão Urbana e Rural são delimitadas em conformidade com o que estabelece a planta e relação de “TS”, designativo das rodovias muni-ci-pais, constantes do denominado Plano Rodoviário Municipal da referida Lei. Na realidade, esse Plano não tem características de um instrumento de planejamento rodoviário do município, tratando-se, apenas, de uma planta diagramática (Figura 2.3.1), sem indicações precisas para a definição dos limites territoriais entre os distritos ou para a determinação da localização de suas sedes ou demais núcleos urbanos existentes.”

Nesta citada lei a *Área de Expansão Urbana* se define como aquela situada entre os limites da Área Urbana e a linha divisória que separa os 2º e 3º Distritos do 1º, e inclui as localidades de Pedra da Vargem Grande, Córrego das Pedras, Serrinha, Pessegueiros, Biquinha e Colônia Alpina. Fazem parte da Área de Expansão Urbana as Localidades de Maria da Prata, Jacarandá, Parada dos Aredes, Canoas, Isaías, Boa Fé, Agriões de Dentro, Boqueirão, Pedra da Vargem Grande, Serrinha, Biquinha, Hospedaria, Caxambu, Soledade, Colônia ou Fazenda Alpina e Arriero.

Na *Área de Expansão Urbana* são estabelecidos e delimitados os Núcleos Urbanos de Três Córregos, de Vargem Grande e Pessegueiros.

A *Área Rural* é a remanescente das demais. Na Área Rural também são estabelecidos e delimitados Núcleos Urbanos: Núcleo Urbano de Cruzeiro, sede do 2º Distrito de Teresópolis; Núcleo Urbano de Nhunguaçu, localizado no 3º Distrito; Núcleo Urbano de Bonsucesso, sede do 3º Distrito de Teresópolis; Núcleo Urbano de Vieira, localizado no 3º Distrito de Teresópolis.

Não há muita precisão quanto à delimitação das Áreas Urbana, de Expansão Urbana e Rural, o que é apoiado pela própria legislação que, conforme dispõe o artigo 5º da lei nº 1.805/97, pode “adaptar” as suas delimitações, sempre que necessário. Ademais, as bases cartográficas do município não estão atualizadas e não possuem a delimitação dos bairros, das Áreas Urbana, de Expansão Urbana e Rural e os conceitos de Localidades e de Núcleos Urbanos são confusos e imprecisos e a própria terminologia adotada para nomear as distintas subdivisões territoriais carece de maior precisão e hierarquização, inclusive para se determinar as normas eventualmente incidentes nessas subdivisões, possibilitando melhor gestão territorial do Município.

DEMOGRAFIA E INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

O município tem uma população estimada para 2009 pelo IBGE de 162.070 habitantes, sendo aproximadamente 52% do sexo masculino e 48% feminino. O PIB de Teresópolis em 2007, segundo o IBGE, foi de R\$ 11.562,57. Há a constatação do fraco desempenho da economia local que corresponde ao 10º lugar da Região Serrana e ao 65º do Estado do RJ. A Firjan calculou para os anos 2000, 2005 e 2006 outro importante indicador para o desenvolvimento dos municípios denominado IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Esse indicador é produzido com base em uma cesta de dados regulares, nas áreas de emprego e renda, educação e saúde para as quais são calculados indicadores específicos. Dessa forma é possível comparar com precisão não apenas o desenvolvimento entre municípios, mas também a evolução de um mesmo aspecto entre os diferentes anos que o IFDM foi calculado. Teresópolis aparece na 560ª posição na classificação nacional e na 18ª posição na classificação do Estado do Rio de Janeiro. Na Região Serrana o município aparece na 3ª colocação, após Nova Friburgo e de Petrópolis. No indicador para emprego e renda, Teresópolis aparece na 2ª colocação na Região Serrana, após Petrópolis. Para a educação, Teresópolis aparece apenas na 13ª colocação da Região Serrana. Na área de saúde, o município ocupa 10ª posição na Região Serrana. O Índice do Desenvolvimento Humano - IDH, calculado pelo PNUD é outro importante indicador que permite aferir o desenvolvimento municipal e fazer comparações entre municípios. Infelizmente já se encontra bastante defasado, já que a sua última versão foi calculada para o ano 2000.

EDUCAÇÃO

Teresópolis possuía em 2006 em sua rede, segundo dados da Fundação CIDE, 57 estabelecimentos da educação infantil, sendo 40 da rede municipal e 17 privados e 23 creches, sendo 12 da rede municipal e 11 privadas. Possui também 93 estabelecimentos do ensino fundamental. Tendo tido um decréscimo a cada ano entre os anos de 2003 e 2006 dessa série histórica. Em Teresópolis, em 2006, essa rede era composta por 10 escolas estaduais, 73 municipais e 10 privadas. Para o ensino médio, Teresópolis contava no ano de 2006 com um total de 13 escolas, sendo 8 estaduais e 5 privadas. Em relação à educação de jovens e adultos, Teresópolis possuía no ano de 2006, um total de 6 estabelecimentos, sendo 2 estaduais, 3 municipais e 1 privado. Possuía, em 2006, apenas 1 estabelecimento privado para educação especial. Segundo a Fundação CIDE, em 2006 o município possuía 4.108 alunos matriculados na educação infantil, 28.217 alunos no ensino fundamental, 7.079 no ensino médio, 675 na educação de jovens e adultos e 703 na educação especial. Em 2005, teve 1.525 alunos concluintes do ensino fundamental, 1.000 no ensino médio e 139 na educação de jovens e adultos. No ano 2000, Teresópolis possuía uma taxa de analfabetismo de 10,91 entre a população urbana com 5 anos ou mais de idade, número bem maior do que a média estadual de 8,76 para o mesmo tipo de população. Para população com 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo é de 8,67 enquanto na média estadual para o mesmo tipo de população é de 6,10. A situação do analfabetismo é mais grave ainda entre a população do Vale do Paquequer, que atinge a taxa de 23,06 para 5 anos ou mais e 22,08 para população com 15 anos ou mais.

SAÚDE

Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, Teresópolis conta com 3 hospitais gerais privados, um pronto socorro especializado municipal, 3 policlinicas municipais e uma privada, 4 clínicas especializadas municipais e 27 privadas, 8 postos de

saúde, 19 unidades básicas de saúde, 114 consultórios privados, 2 unidades de apoio e de terapia municipais e 11 privadas e um centro de atenção psicossocial.

ECONOMIA E FINANÇAS

O Turismo ocupa uma importante fatia na economia de Teresópolis. Em 2005, empregava em suas diversas atividades 2080 pessoas. No setor agrícola, Teresópolis era o segundo maior produtor da Região Serrana, perdendo apenas para São José de Vale do Rio Preto.

ASPECTOS URBANÍSTICOS

Ao redor da Fazenda de Sant'Anna do Paquequer desenvolveu-se o núcleo primitivo da cidade. Inicialmente a fazenda possuía dois núcleos, com sua sede situada no alto e a várzea. Assim, o crescimento da cidade, se deu no sentido de aproximar esses dois núcleos através do fundo do vale que ligava as duas localidades e resultando na conformação urbana linear que pode ser vista atualmente. A estrutura urbana de Teresópolis responde a uma lógica de lenta repartição da antiga fazenda em grandes propriedades, denominadas Granjas, nome que, aliás, ainda designa até hoje alguns bairros – Granja Florestal, Granja Guarani –, ocupadas originalmente por famílias abastadas que se instalaram na região com o intuito de firmar residência ou mesmo para utilizá-las como segunda residência de veraneio. Os bairros do Ingá e Lucas, entre outros bairros, ainda preservam parte dessa estrutura original.

CHEIOS E VAZIOS URBANOS

Há poucos vazios urbanos significativos em Teresópolis, pois os vales estão todos ocupados, assim como boa parte das encostas estão antropizadas. As áreas de mata ainda desocupadas e preservadas são aquelas que apresentam dificuldades extremas para estes fins, mas que, de toda a forma, são áreas que devem ser preservadas por sua natureza e importância para a vida de Teresópolis. A cidade ainda tem uma ocupação bastante espalhada por diversos pontos por conta dessas áreas não ocupáveis, mas chama a atenção a fraca fiscalização sobre a ocupação irregular, especialmente das encostas de áreas da Mata Atlântica, levando a uma utilização intensiva das áreas de proteção e de risco, com uso precário do solo, do sistema viário e das construções. Não raro, nestas áreas, um mesmo lote, muitas vezes de dimensões inadequadas, é ocupado por mais de uma edificação de uma mesma família. O recente desastre que se abateu sobre a cidade em 12/01/2011, trouxe à tona esse já velho problema, o que colaborou bastante para tornar suas dimensões ainda maiores e mais dramáticas. Em bairros mais antigos, como Ermitage, ainda se pode observar grandes propriedades, mas há grande pressão do setor imobiliário para seu parcelamento visando o adensamento urbano. No entanto, a maior parte da vegetação existente que não se encontra na encosta, está justamente nestas áreas. No entanto, ainda há nas áreas mais novas da cidade uma quantidade razoável de lotes a serem ocupados, mas que são parcelamentos não regularizados.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Há grande segmentação no uso e ocupação do solo da cidade podendo ser observadas as áreas de ocupação permanente mais antiga, de ocupação mais recente, de ocupação transitória por veranistas, em casa ou sítios de grande porte, de ocupação por população de poder aquisitivo mais baixo, de ocupação agrícola etc. O bairro mais valorizado da cidade e cuja população é majoritariamente permanente é Agriões, assim como a Várzea é também um bairro tipicamente destinado a residências permanentes, sendo também o bairro onde a vida comercial e de serviços é mais ativa. No Alto, há já um processo de mudança de uma

população anteriormente majoritariamente de veraneio para uma ocupação mais permanente ou mesmo ocupação por estudantes da Feso. Há também uma concentração de atividades comerciais. *“Comary e Granja Guarani são bairros predominantemente ocupados por população de veraneio, que residem em casas de alto padrão construtivo, muitas vezes em loteamentos fechados. Santa Cecília é um bairro criado por iniciativa do Poder Público Municipal para abrigar faixas da população de menor renda.”*As mudanças mais expressivas, no entanto, vêm ocorrendo nos últimos 30 anos, posto que tem crescido a demanda por residências permanentes, ao contrário do que ocorria até então, quando era expressivo a prevalência de residências de veraneio. Essa demanda se concentra nas áreas mais centrais da cidade, especialmente nos bairros que ficam entre a Rodoviária e o Alto.

O Documento Técnico elaborado em setembro de 2006, como parte integrante do Plano Diretor Municipal de Teresópolis, Lei Complementar nº 79 de 2006, identificou uma forte demanda no município por financiamentos habitacionais, indicando a procura por imóveis por parte de camadas de faixa de renda média da população, que podem consolidar-se mais fortemente, com a implantação de um polo industrial no Município de Duque de Caxias, graças a amenidade climática, os serviços e a qualidade ambiental do Município. Atualmente há um deslocamento da área preferencial de veranistas do Alto para a área do que interliga o município de Teresópolis ao município de Nova Friburgo, parte no trecho entre a cidade e a localidade de Albuquerque, onde cerca de 40% das edificações existentes são casas de grande porte ocupadas por residentes permanentes e cerca de 30% são ocupadas por veranistas e a maior parte, aproximadamente 95%, no trecho que vai em direção a Nova Friburgo, no chamado circuito TereFri, algumas das glebas dessas localidades vêm sendo parceladas para formação de condomínios horizontais, fracionados em grandes terrenos notadamente nas localidades de Vargem Grande e Parque das Rosas.

De menor procura é o eixo da rodovia Rio - Bahia, na direção de Além Paraíba, que ainda conserva grandes áreas sem ocupação urbana, de vegetação natural, ou utilizadas para atividades rurais mais extensivas que a horticultura praticada no circuito Teresópolis-Friburgo. Esta área, no entanto, foi bastante afetada pelas chuvas de janeiro e grandes áreas sofreram com a proximidade do curso de água que corre ao longo da mesma, pois, apesar da exigência da faixa de domínio e reserva de faixa de proteção para o parcelamento ou construção havia já partes das faixas marginais da rodovia ocupadas por população de menor renda e um comércio de abrangência local que atende a essa população residente em suas faixas marginais. Bairros como Granja Guarani, Lucas, Ingá, Golfe e Quebra-Frascos são predominantemente residenciais. Outros, como Meudom, tem predominância de atividades industriais.

Segundo o *Documento Técnico elaborado em setembro de 2006 como parte integrante do Plano Diretor Municipal de Teresópolis, Lei Complementar nº 79 de 2006*, o Município é dividido em 49 bairros.

ÁREAS DE RISCO

O Plano Municipal de Redução de Riscos do Município de Teresópolis mapeou uma área de 16,1 km² na área urbana de cidade, em 38 dos 49 bairros e identificou 95 setores de risco, sendo 64 destes de ‘alto risco’ e 31 de grau ‘muito alto’. Apontou 88 setores associados a risco de escorregamentos e 7 de risco de inundações. O custo para intervenções estruturais nestes setores foi orçado em 75,5 milhões de reais.

Identificou que, dado o sítio ocupado, o vale do Rio Paquequer, e a forma que o núcleo urbano tomou, marcadamente longitudinal, condicionam a cidade, assim como o relevo bastante acidentado, formada por encostas elevadas e constituídas por materiais rochosos

em diferentes estágios de alteração e por depósitos coluviais (solo das encostas dos morros formado por detritos provindos dos altos) com predominância de altos gradientes, cujos relevos se encontram em franco processo de dissecação por um sistema de drenagem disposto em vales encaixados e com alto poder erosivo, ditado pelos elevados índices pluviométricos, concentrados no período do verão, que favorecem o caráter naturalmente vulnerável quanto a movimentos de massa. As áreas estudadas foram divididas em 7 grupos onde foram levantados e mapeados os pontos sob risco de acidentes, a definição do grau de risco de acidentes e a delimitação das áreas homogêneas em relação ao grau de risco – alto e muito alto. A partir desses dados, foram definidos diferentes tipos de intervenções estruturais para a mitigação dos riscos que iam desde a limpeza e remoção do lixo e do entulho, drenagem, reconformação do talude, proteção superficial, drenagem sub-superfície, estruturas de contenção em solo, desmonte de corpos rochosos, estruturas de contenção em rochas, obras lineares em cursos d'água, até a medida mais drástica de remoção de moradias dessas áreas.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS QUE ATUAM NO SETOR HABITACIONAL E SUA CAPACIDADE DE ATUAÇÃO

A organização das entidades da sociedade civil na cidade de Teresópolis tem como marco histórico a retomada do processo de democratização do país. A partir da segunda metade dos anos 70, surgiram nos bairros da cidade várias organizações sociais, denominadas de Associações de Moradores. (...) Teresópolis já assistia a um crescimento marcante, mas ainda conservava suas características de cidade de veraneio. Porém, seus problemas urbanos já refletiam o drama de cidades que cresceram sem planejamento e tiveram as suas políticas públicas orientadas a partir de uma lógica que pouco integrava o território e pouco orientava a ocupação dos espaços urbanos. Hoje podemos perceber uma relativa heterogeneidade na composição da rede de atores sociais, todavia, as associações de moradores sempre exerceram uma relativa hegemonia na composição. A partir da segunda metade dos anos 90, o movimento das associações de moradores vive um momento de crise. Há um declínio da participação popular e assistimos a emergência de novos atores sociais, com maior ênfase nas Organizações não Governamentais e em outras formas de mobilização social (...). Excetuando-se os conselhos municipais, espaços institucionalizados, Teresópolis tem 69 (sessenta e nove) instituições da sociedade civil que atuam em diferentes áreas desde educação, cultura, esporte, meio ambiente, saúde, infraestrutura entre outras. Os principais grupos atuantes na questão habitacional em Teresópolis foram as associações de moradores abaixo relacionadas:

ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE TERESÓPOLIS			
1. FAMEAT – Federação das Associações de Moradores de Teresópolis			
2. Agriões	19. Coréia	36. Jardim Salaco	53. Quinta Lebrão
3. Albuquerque	20. Corta Vento	37. Jardim Suspiro	54. Rosário
4. Álvaro Paná	21. Cruzeiro	38. Lucios (Bonsucesso)	55. Santa Cecília
5. Água Quente	22. Delta (servidão)	39. Meudom	56. São Pedro
6. Alto	23. Espanhol	40. Morro do Tiro	57. Sebastiana
7. AMAFASB – Fazenda Suíça, Brejal, Parque Boa União	24. Fischer	41. Parque Imbuí	58. Taumaturgo
8. Andradas	25. Fonte Santa	42. Paineiras	59. Tijuca
9. Artistas	26. Funcionários	43. Perpétuo	60. Três Córregos
10. Beira Linha	27. Granja Florestal	44. Pessegueiros	61. Vila Santo Antônio
11. Barra do Imbuí	28. Granja Guarani	45. Pimenteiras	62. Vale Alpino
12. Bonsucesso	29. Granja Mafra	46. Pimentel	63. Vale da Prata
13. Caleme	30. Green Valley	47. Poço dos Peixes	64. Vale da Revolta
14. Campo Grande	31. Imbiú	48. Ponte Nova	65. Vale dos Cedrinhos
15. Campo Limpo	32. Jardim Cascata	49. Prata	66. Vargem Grande
16. Canoas	33. Jardim Meudom	50. Prata dos Aredes	67. Várzea
17. Cascata do Imbuí	34. Jardim Pinheiros	51. Providência	68. Venda Nova
18. Comary	35. Jardim Serrano	52. Quebra Frascos	69. Vieira

DÉFICIT HABITACIONAL EM TERESÓPOLIS

De acordo com o Censo 1991, os dados levantados para Teresópolis, considerando os componentes agregação dos domicílios improvisados, rústicos, famílias conviventes e domicílios em cômodos cedidos e alugados, apontavam para um déficit total de 3,6 mil unidades, que inclui a de moradias urbanas e rurais. Pode-se perceber que o déficit está fortemente concentrado nas faixas de renda familiar mais reduzidas e essa concentração aumenta tanto quanto diminui o valor da renda. Assim, com relação às famílias de menor renda, de até dois salários mínimos, o déficit é ainda mais acentuado, pois 76,4% ocorre na faixa de até 2 salários mínimos e 95,3% na faixa acumulada de até 5 salários mínimos. Considerando a Região Serrana, embora a lógica seja a mesma, ou seja, de haver maior concentração do déficit nas faixas de renda menores, essas proporções atingem, respectivamente, 66,8% e 90,9%, bem abaixo do que ocorre no Município de Teresópolis. Com relação à questão dos alugueis que comprometem mais de 30% da renda familiar, observa-se a mesma tendência observada para o déficit, podendo-se constatar que 52,3% se concentra na faixa de renda até 2 salários mínimos e 86,10% na faixa acumulada até 5 salários mínimos. Em 2000, esta situação tornou-se um pouco diferente, pois o déficit diminuiu para 1,9 mil unidades, a despeito do crescimento populacional de 1,5% ao ano, o que elevou a população de 120.712 para 138.081 habitantes. Outra mudança foi que o déficit passou a se concentrar nas faixas de renda mais altas. Assim, na faixa de renda de até 2 salários mínimos, o déficit se situou em 12,0% e na faixa acumulada de até 5 salários mínimos 43,1%, enquanto o déficit concentrou-se na faixa de renda que vai de 5 a mais de 10 salários mínimos, ficando em 56,9%. O déficit relativo à infraestrutura situava-se, em 2000, em 19.841 unidades, sendo que, deste total, a maior parte refere-se ao déficit por saneamento básico, correspondendo a 64,20% do total de inadequação por carência e 51,66% de inadequação por deficiência. A iluminação elétrica aparece com o menor déficit, menos de 1% do total, em ambos os casos. Comparando o déficit de Teresópolis ao déficit de outros municípios da Região Serrana observa-se que Teresópolis ocupa o segundo lugar também quanto ao déficit por infraestrutura, ficando atrás apenas Petrópolis, o maior município. As condições de infraestrutura urbana de Teresópolis podem ser percebidas pela sua população pela precariedade do acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem, a falta de pavimentação adequada e a falta de calçadas. No ano de 2000, dos 41.268 domicílios do município, apenas 26.361 domicílios, ou seja, 63,8% estavam ligados à rede geral de água canalizada, 12.380, ou 29,9%, possuíam poço ou nascente na propriedade e 2.552 possuíam outras formas de abastecimento de água. Quando se trata de esgotamento sanitário, a situação ainda é pior, na medida em que apenas uma pequeníssima parcela da população tinha, em 2000, rede coletora, enquanto o restante da população usava métodos variados para o esgotamento. A coleta e a destinação final adequada do esgotamento sanitário não são a tônica da ação pública municipal e estadual. Após 25 anos de investimentos públicos contínuos, Teresópolis ainda não dispõe de uma estação de tratamento de esgotamento sanitário. Ainda no ano 2000, o Censo levantou que dos 41.268 domicílios do município, apenas 3.202 domicílios estavam ligados a rede geral de esgoto ou pluvial, 21.955 possuía fossa séptica, 4.330 possuíam fossa rudimentar, 8.555 lançavam o esgoto no rio, 477 em outros escoadouros e 271 não possuíam banheiro e nem sanitário. A informalidade é crescente, com aumento do número de construção de novos domicílios em loteamentos irregulares, novas moradias em um mesmo lote e também com reformas e ampliações das unidades existentes para permitir a ampliação do número de famílias conviventes. Analisando os índices de informalidade dos demais municípios da Região Serrana, observa-se que Teresópolis se destaca dos demais com o alarmante índice de 26,22%, seguido por Petrópolis que apresenta um índice de 0,27%, embora seja o município com maior número de domicílios. O acesso à terra e a regularização fundiária é um processo que nas condições atuais demanda intervenção pública, sob os aspectos jurídicos, físicos e sociais, objetivando legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei para fins

de habitação, implicando melhorias no ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiária. Com relação à Região Serrana, Teresópolis despontava, em 2000, como a terceiro maior município em número de domicílios, 41.293, ficando atrás apenas Petrópolis, o maior município, e Friburgo. Mas, no que diz respeito ao déficit, aparece em segundo lugar, logo após Petrópolis. A informalidade é crescente, com aumento do número de construção de novos domicílios nestes loteamentos e também de reformas e ampliações das unidades existentes para permitir a ampliação do número de famílias conviventes.

Dados preliminares do Censo 2010 apontam para um crescimento da população em Teresópolis de 148.965 para 163.805 no último decênio. A observação da evolução da população em Teresópolis demonstra que a população da cidade tem sido decrescente e se mantido relativamente baixa e constante a uma taxa de 1,5% ao ano mais ou menos nos últimos dois decênios, e com uma média de pessoas por domicílio também decrescente. Essa condição induziria a pensar que a situação atual permaneceria igual à encontrada para 2000, não fosse pelo recente desastre na Região Serrana que deixou desabrigadas cerca de 5.000 famílias e deixando outras 6.000 desalojadas, sobretudo nas áreas mais pobres da cidade, que são também aquelas de ocupação informal e sem qualquer obediência aos códigos de obras e zoneamento da cidade. Os bairros afetados tornaram-se áreas quase desertas, pois, a par do elevado número de mortos, a situação de instabilidade dessas áreas leva a população a abandonar esses locais de livre e espontânea vontade ou a serem retiradas pela Prefeitura e pelo Governo do Estado para abrigos, moradias de aluguel, amparadas pelo aluguel social, ou casa de parentes e amigos.

A tabela abaixo que contém as áreas afetadas, o número de habitantes e domicílios e as interdições da Defesa Civil em cada um desses bairros, demonstra a dimensão dessa nova demanda que, ademais será acrescida pela demanda já usual na cidade. Observa-se também que esta área corresponde a um percentual de 39,1% de domicílios do município e afetou a uma população que corresponde a 33% do total do município.

BAIRROS / LOCALIDADES AFETADAS	POPULAÇÃO	DOMICÍLIOS	INTERDIÇÕES
Cascata do Imbuí	1197	469	99
Fisher	1836	691	82
Vila Muqui	1159	482	27
Paineiras	3051	948	52
Caleme	3353	1130	194
Posse / Campo Grande	1252	765	134
Barra do Imbuí / Feos e Espanhol	7716	3028	515
Parque do Imbuí	1294	969	103
Granja Florestal	4092	1186	291
Jardim Salaco	1384	442	120
2º Distrito e Pessegueiros	11.758	4.618	601
3º Distrito (Vale do Bonsucesso)	16.005	6.057	93
TOTAL	54.097	20.785	2311

A pesquisa realizada junto às principais imobiliárias da cidade demonstrou que, se anteriormente à tragédia a oferta de imóveis para locação era já pequena, concentrando-se a oferta na compra e venda de imóveis - fosse para as faixas de renda mais baixas ou para as demais faixas de renda, mesmo considerando-se os novos empreendimentos imobiliários em andamento, sobretudo nos bairros de Agriões e Várzea -, após o evento essa oferta para locação diminuiu substancialmente, tendendo a zero. Quanto à oferta de imóveis para venda, esta aumentou bastante, alavancada pelo temor produzido pelo evento (...). Ainda de acordo com dados preliminares do Censo 2010, a maior concentração de população do município se encontra no 1º Distrito, nos bairros de São Pedro com 20.292 habitantes, seguido pela Várzea, com 7.768, Barra do Imbuí, com 7.718, Meudom com, 6.949, Quinta Lebrão, com 6.113, Alto, com 6.030, Granja florestal, com 4.092 e Fonte Santa, com 3.179.

Desses bairros, apenas a Várzea e o Alto estão fora da listagem de áreas de ocupação informal, provavelmente por se constituírem nas áreas mais antigas e consolidadas da cidade. Nas rodovias e vias principais que podem ser consideradas como indutoras do crescimento e ocupação urbana é verificada uma mescla entre áreas comerciais e residenciais. Muitos dos bairros mais populosos de Teresópolis se localizam ao longo da BR 116: Meudom, Quinta Lebrão, Fonte Santa, por exemplo. Nos locais com relevo mais plano estão localizadas as casas de melhor padrão construtivo e no restante do território, especialmente nas áreas mais altas em terrenos mais acidentados e de maior declividade, com menos infraestrutura, em áreas consideradas *non aedificandi* ou de risco, verificamos que a maioria das construções são de residências mais simples, o que piora à medida que as locações se distanciam das vias importantes, em áreas de difícil acesso e longe dos centros. No entanto, há uma grande mistura de tipologia e padrões construtivos na cidade e mesmo nos bairros mais populares pode-se encontrar aqui e ali construções de melhor padrão e até mesmo grandes loteamentos ou mesmo sítios bem próximos a áreas de ocupação informal. Atualmente, o que é observado é um controle insuficiente do número de construções, a maioria destas sem aprovação por parte do Poder Público e sem cumprimento das exigências legais. Outro aspecto importante relacionado à questão habitacional é a ausência de calçadas adequadas ao trânsito de pedestres, a falta de arborização junto às construções e nas próprias vias urbanas, além da falta de áreas para lazer e manutenção das poucas existentes (...).

ÁREAS DE OCUPAÇÃO IRREGULAR EM TERESÓPOLIS

A despeito do que é estabelecido pela legislação federal, em Teresópolis a ocupação das encostas, algumas com declividade bastante acentuada, beiras de rio e APAs é bastante intensa. E não apenas pela população de baixa renda. Muito dessa ocupação é feita por casas de bom padrão construtivo e são “regulares”. São inclusive frequentes as ocupações irregulares nos terrenos demarcados nos parcelamentos como reserva florestal obrigatória. *“Há falta de clareza a respeito da titularidade dessas áreas bem como sobre a sua destinação. Há casos em que os próprios moradores dos lotes próximos, em situação regular, se apropriam dessas áreas, parcelam-nas e as vendem a terceiros, com ou sem edificações. Muitas das casas existentes nesses terrenos são de razoável padrão construtivo.”*

(...) Devido às características e à interação entre a geologia e os processos geomorfológicos ativos dos terrenos e do solo em Teresópolis, a ocupação das encostas é particularmente grave, pois o terreno é fortemente ondulado. Assim sendo, a retirada da cobertura vegetal pode provocar danos irreparáveis à população e ao meio ambiente. Cada vez mais, a cidade “sobe os morros”, de forma aleatória e desordenada.

“A ocupação das margens dos rios é feita em vários locais, indistintamente, e independentemente da classe social, seja utilizando-as para ampliação de gramados ou áreas de recreação, no caso dos bairros de população de mais alta renda e dos condomínios horizontais, seja construindo até o limite do leito do curso de água, no caso das classes de renda média ou baixa.” Além disso, o aumento da população sem adequado direcionamento quanto às áreas ocupáveis e quanto ao uso com relação à legislação federal pertinente pode causar impactos sócio ambientais, decorrentes da ocupação de áreas ambientalmente frágeis, inundáveis ou com risco de deslizamentos (...).

NECESSIDADES HABITACIONAIS DE TERESÓPOLIS EM 2000		
DÉFICIT HABITACIONAL	Coabitação Familiar	1.753
	Aluguel de Cômodos	112
	Domicílios Improvisados	129
TOTAL		1.994
INADEQUAÇÃO HABITACIONAL	Carência da Infraestrutura	15.207
	Deficiência de Infraestrutura	4634
TOTAL		19.841

NECESSIDADES HABITACIONAIS DE TERESÓPOLIS EM 2010 ⁽¹⁾		
DÉFICIT HABITACIONAL	Coabitação Familiar	2.244
	Aluguel de Cômodos	137
	Domicílios Improvisados	165
TOTAL		2.552
INADEQUAÇÃO HABITACIONAL	Carência da Infraestrutura	19.466
	Deficiência de Infraestrutura	5.932
TOTAL		25.398

(1) Dados projetados pela consultoria

NECESSIDADES HABITACIONAIS DE TERESÓPOLIS EM 2020 ⁽¹⁾		
DÉFICIT HABITACIONAL	Coabitação Familiar	2.872
	Aluguel de Cômodos	175
	Domicílios Improvisados	211
TOTAL		3.267
INADEQUAÇÃO HABITACIONAL	Carência da Infraestrutura	24.432
	Deficiência de Infraestrutura	7.593
TOTAL		32.025

(1) Dados projetados pela consultoria

LEVANTAMENTO DOS MARCOS REGULATÓRIOS E LEGAL EXISTENTES

Em termos de legislação, o Município Teresópolis possui as principais leis e instrumentos urbanísticos necessários a uma adequada administração do uso e ocupação do solo no Município, tais como Código de Obras, Lei de Zoneamento, Macrozoneamento, Parcelamento do Solo bem como Plano Diretor e Plano Municipal de Redução de Riscos, todos recentemente elaborados ou atualizados. O quadro abaixo demonstra essa assertiva:

No entanto, a despeito dos instrumentos e legislação acima descritos e do que é estabelecido pela legislação federal, é flagrante em Teresópolis o desrespeito a esta legislação e a ocupação irregular das encostas, beiras de rio e APAs é bastante intensa.

PLANOS / LEGISLAÇÃO E DATAS	EMENTA	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 105, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.	Dispõe sobre o código de obras e edificações do município de Teresópolis e dá outras providências.	Secretaria Municipal de Planejamento
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 079, DE 20 DE OUTUBRO DE 2006.	Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Teresópolis e dá outras providências.	Secretaria Municipal de Planejamento
PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO DE RISCOS	Apresenta as áreas de risco identificadas e as diretrizes de intervenções estruturais para a mitigação dos riscos dessas áreas.	Secretaria Municipal de Defesa civil / Terrae Engenharia
LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 025, DE 03 DE JANEIRO DE 2001.	Dispõe sobre o Zoneamento do Município de Teresópolis e dá outras providências.	Secretaria Municipal de Planejamento
LEI DE MACROZONEAMENTO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 093, DE 2 DE JULHO DE 2007.	Dispõe sobre o perímetro urbano da cidade de Teresópolis e delimita as macrozonas urbanas e urbano - ambiental	Secretaria Municipal de Planejamento
LEI MUNICIPAL Nº 1805, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1997.	Dispõe sobre a caracterização das áreas urbanas, de expansão urbana e rural.	Secretaria Municipal de Planejamento

ANEXO 6: "CERTIFICADO DE TEMPO DE POSSE"

Fonte: Associação das Vítimas das Chuvas
do dia 12 de Janeiro em Teresópolis - AVIT

Prefeitura Municipal de Teresópolis

Certificado
de Tempo
de Posse

MARIO TRICANO Prefeito Municipal de Teresópolis certifica
que o(a) Sr(a) MARIVONE GUEZZO COVAM ^e THIAGO C. MENTZ é Possheiro (a) há mais de 5
anos de um imóvel situado à Rua VICENTE DE CARVALHO Nº 265 no bairro
GRANJA FLORESTAL nesta cidade preenchendo portanto quanto ao tempo os pressupostos
necessários à obtenção do usucapião urbano.

Teresópolis, 24 de SETEMBRO de 1992


Mario Tricano
Prefeito



ANEXO 7: OPERACIONALIZAÇÃO BUROCRÁTICA DA MORTE

Fonte: Folha de São Paulo, 13 de janeiro de 2011



Corpos retirados de soterramento no Vale do Cuiabá, em Petrópolis

DE NOVO, A CHUVA

245 MORTOS (e ainda contando)

★ CHUVA CAUSA DESTRUIÇÃO JAMAIS VISTA NA REGIÃO SERRANA DO RIO ★ HÁ CORPOS, CASAS E CARROS SOB ESCOMBROS POR TODA PARTE ★ BOMBEIROS FICAM SOTERRADOS AO TENTAR RESGATE

Uma madrugada de chuva torrencial —mas prevista pelos institutos de meteorologia— trouxe destruição e morte jamais vista à região serrana do Rio de Janeiro. Nas cidades de Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo, 245 corpos já haviam sido encontrados até a conclusão desta edição.

O número deve aumentar, pois há regiões onde o socorro ainda não conseguiu chegar. Em alguns pontos de Teresópolis, o acesso só é possível por helicóptero.

Por todo lado se veem carros e casas soterradas. Em alguns pontos de Teresópolis, corpos enlameados aguardam remoção às margens da estrada. “Vi muitos corpos passan-



do”, disse o aposentado Juaci Rabelo, que pernouteou no telhado de casa.

A destruição atingiu pessoas de todas as classes sociais. No Vale Cuiabá, área de Petrópolis onde se concentram condomínios e hotéis de luxo, o desabamento de uma casa

matou a estilista Daniela Conolly e mais sete pessoas de sua família. Em Nova Friburgo, três bombeiros ficaram soterrados ao tentar salvar vítimas de um desabamento.

A nova tragédia ocorre nove meses após 229 pessoas terem morrido também por conta da chuva que atingiu o Estado.

“Nunca vi nada igual, nem nos deslizamentos de Angra dos Reis, em janeiro do ano passado”, disse o vice-governador do Rio Luiz Fernando Pezão, que foi à região. Hoje a presidente Dilma Rousseff sobrevoa o local ao lado do governador Sérgio Cabral.

» LEIA MAIS C2 A C7

Fonte: Folha de São Paulo, 13 de janeiro de 2011

DE NOVO, A CHUVA



Corpos de vítimas dos deslizamentos que atingiram Teresópolis, na região serrana do Rio de Janeiro

DEPOIMENTO

Do alto, o que se vê é um mar de lama e destruição

HIDSON CORRÊA DO RIO

Quem sobreviveu Teresópolis a partir do centro da cidade e vai em direção às serras vê o cenário de árvores e rochas se transformar em um mar de lama, com casas e carros soterrados, além de pedras a meio caminho de destruir as construções que restaram embaixo.

Já em Nova Friburgo, a destruição aparece na região central, cercada por serras e atingida por deslizamentos, com a base da Igreja de Santo Antônio imersa na lama.

Próximo ao local, mais acima, o teleférico com cadeiras amarelas e vermelhas contrasta com a cor marrom da terra que tomou conta das ruas.

Do outro lado da serra, no fim da tarde de ontem, um grupo de homens fazia buscas entre escombros.

Outra região, conhecida como Areal, que fica em Petrópolis, foi atingida pela forte correnteza de uma água que descia da serra. Casas estavam submersas.

Motoristas que tentavam chegar ao local paravam no meio das estradas.

Em Teresópolis, corpos boiavam na rua

Mortos enlameados aguardavam remoção em estrada; a alguns trechos, só era possível chegar de helicóptero

Alan Azeite/Diário de Petrópolis

Os corpos resgatados eram guardados na igreja, identificados por uma folha de papel com o primeiro nome deles

ITALO NOGUEIRA FABIA PRATES ENVIADOS ESPECIAIS A TERESÓPOLIS

Às margens da estrada que leva ao bairro Campo Grande, em Teresópolis (100 km do Rio de Janeiro), corpos enlameados aguardavam uma remoção que com certeza demoraria a chegar.

A reportagem da **Folha** contou quatro corpos, entre eles o de uma criança.

Moradores relatavam que mais acima, onde não era possível chegar de carro, mais corpos se amontoavam. Apenas helicópteros conseguiram chegar ao bairro para resgatar os feridos pelas chuvas da madrugada.

O rio que corta o bairro transbordou e arrastou o que estava no caminho. Do alto do telhado de sua casa, o aposentado Juaci da Ponte Rabelo, 65, perdeu a conta dos corpos que viu passando.

"Ficamos no telhado até a chuva passar. Passava tudo: carro, bichos, corpos. Rezamos para que o telhado não caísse porque senão todos iríamos morrer", disse.

RESGATE

A chuva começou por volta das 2h da madrugada.

O estrondo de árvores sendo arrancadas do chão despertou os moradores de dezenas de bairros.

No bairro Caleme, onde ao menos 16 pessoas morreram, farol de motos e celulares serviam para ajudar no resgate, que começou a ser feito pelos próprios moradores.

Como ambulâncias não conseguiram chegar, os feridos resgatados eram levados em picapes.

Os corpos eram guardados na igreja, identificados por



Moradores carregam corpo de vítima das chuvas em Petrópolis; cidade estima que ocupação em hotéis e pousadas caia 60%

Em Petrópolis, turista é salvo de helicóptero

DO RIO

Em Petrópolis, região do vale do Cuiabá repleto de condomínios e pousadas de luxo, as chuvas no Rio de Janeiro pegaram as famílias de surpresa.

Antonio Lopes, 53, funcionário de uma loja na região, contou ter visto dezenas de desabrigados na estrada enquanto tentava chegar para seu local de trabalho.

"As pessoas saíram só com a roupa do corpo", disse Lopes.

A pousada Tambo Los Incas foi inteiramente destruída. Regina Leite Garcia, mãe da proprietária, disse que a água ultrapassou o teto do estabelecimento, mas que não havia hóspedes no local.

A família não pretende reabrir a pousada. "Isso custaria uma fortuna e temos medo de expor as pessoas a um novo risco", disse Regina.

Na pousada Tankama, um casal de hóspedes foi resgatado de helicóptero. A ABIH-RJ (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis) estima que a ocupação no local deve cair até 60%.

Tragédias causadas pela chuva são recorrentes em Petrópolis, onde 13% da população vive em áreas de risco.

"O que aconteceu aqui foi pior do que o ocorrido em 2008. Não sobrou nada. Todas as casas foram atingidas", disse Regina.

A Defesa Civil está tendo dificuldades de localizar desaparecidos, que podem ter sido arrastados pelas águas.

uma folha de papel com o primeiro nome.

Num local onde havia 16 casas, restou apenas o quarto de um imóvel de dois andares. Ali estava casal que, após ficar ilhado pelo rio de lama, conseguiu escapar.

No apartamento acima viviam o filho e a nora, levados pela água.

CARROS

Os carros que não estavam virados de cabeça para baixo e cheios de lama ficaram presos no alto de muros. Duran-

te todo o dia pessoas reviravam a lama em busca de sobreviventes ou de corpos.

Quem escapou vasculhava tudo em busca de parentes e vizinhos. Com lama por todo lado, qualquer movimento da terra trazia esperanças. Dez homens reviraram desesperadamente um carro soterrado depois que um cão farejador parou em frente a ele. Depois de uma hora de muito trabalho, nada foi encontrado.

O mecânico Paulo Henrique, 47, ficou ilhado em casa,

no bairro Cascata do Imbaú. Ele e a mulher passaram a noite boiando dentro de casa, esperando socorro. "Vieram duas trombas d'água e a casa alagou toda. Minha mulher ficou boiando num colchão de ar e eu ao lado dela, esperando a água baixar."

O IML (Instituto Médico Legal) da cidade, com capacidade para receber 10 corpos, abrigava mais de 60 por volta das 17h. Corpos não paravam de chegar, em caminhões e caminhonetes. Na porta, mais de 50 pessoas se

aglomeravam em busca de informações sobre parentes desaparecidos.

Único hospital de Teresópolis com heliponto, o São José, com 128 leitos, suspendeu todos os atendimentos eletivos para receber apenas vítimas da chuva.

Participaram da cobertura das chuvas que atingiram o Estado do Rio de Janeiro: DIANA BRITO, ITALO NOGUEIRA, FABIA PRATES, RODRIGO ROTSCH, CIRILO JUNIOR, JANAINA LAGE, GABRIELA CANCIKO, PEDRO SOARES E CLAUDIA ANTUNES

Fonte: Folha de São Paulo, 13 de janeiro de 2011

Em região quase inaccessível, faltam sacos para corpos

HUDSON CORRÊA

ENVIADO ESPECIAL A TERESÓPOLIS

Uma das regiões de Teresópolis mais atingidas, o bairro de Campo Grande, acumulava ontem corpos em sacos plásticos à espera de helicópteros de resgate.

Campo Grande ficou isolada por barro, pedras e troncos de árvore. O bairro fica a cerca de sete quilômetros do centro e a estrada de acesso foi tomada pelo que o rio carregou e há árvores caídas.

A **Folha** chegou de helicóptero ao local para onde eram levados os corpos.

“Podem faltar sacos, só ficamos com 50”, disse um guarda. Oito corpos eram acomodados em sacos pretos. Moradores conferiam se havia algum parente. Três estavam sem identificação. Cães cheiravam os corpos.

Um quilômetro acima, havia uma vila onde cerca de 200 casas foram esmagadas por rochas.

No local, a lama que sufocou moradores é capaz ainda de atolar meio corpo de uma pessoa desavisada.

Em meio à lama, Josiel Ribeiro, 62, tentava chegar à sua casa e dar ração aos cachorros. Um coelho branco encontrado vivo nos escombros animou Josiel.

Também foram para um saco preto documentos das vítimas, reunidos pelo construtor Geazir Serafim, 52, e demais voluntários.

Dois dias após a tragédia, só é possível sair da parte alta a pé. É uma caminhada de quase uma hora até onde carros podem chegar.

Há um fluxo de pessoas subindo e descendo. Os que vão para cima levam água mineral e biscoito, distribuídos no local onde ficam os carros. Quem desce, leva, em sua maioria, sacolas.

No caminho, um rapaz anuncia: “encontraram uma mulher grávida morta agora. Quem quiser pode ver se é parente”.

Fonte: Terra

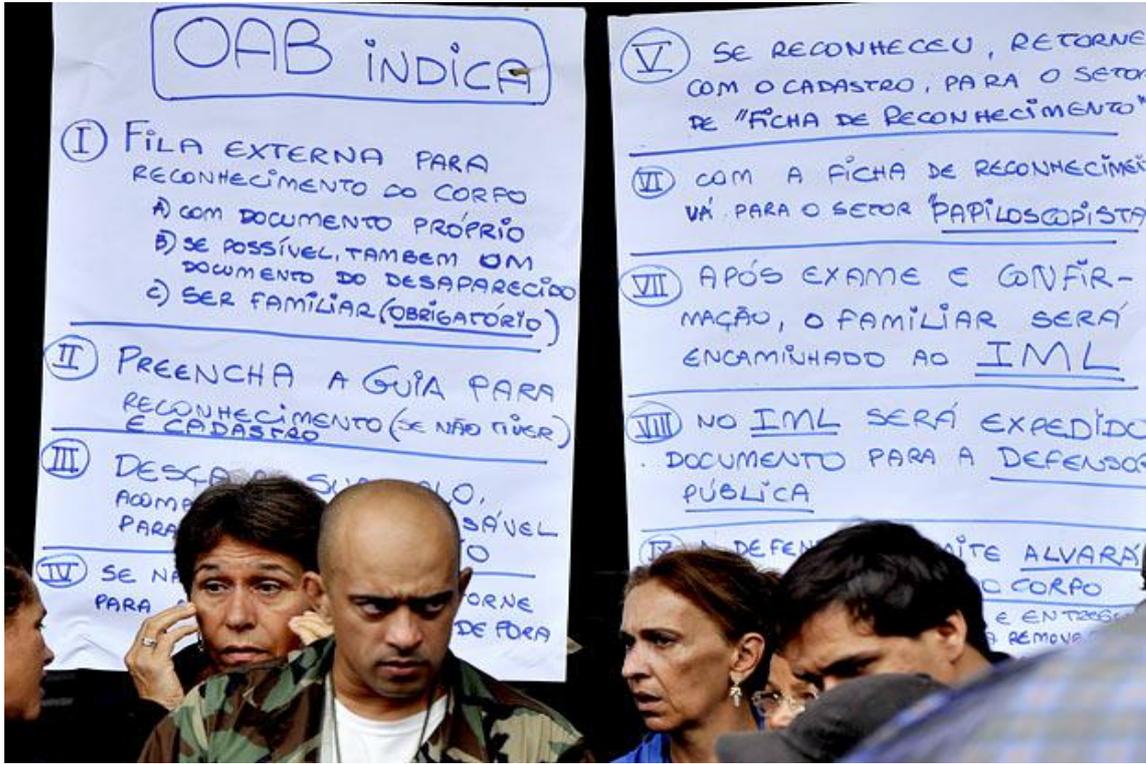


Fonte: Folha de São Paulo, 20 de janeiro de 2011



Pessoas procuram reconhecer familiares e amigos em fotos que foram afixadas em cadastro de desaparecidos montado no centro de Teresópolis, na região serrana do Rio de Janeiro

Fonte: Terra



Fonte: Terra



ANEXO 8: DOCUMENTOS PROTOCOLADOS PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS JUNTO AO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OUTROS

Fonte: Associação das Vítimas das Chuvas do dia 12 de Janeiro em Teresópolis – AVIT.

1- AO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – protocolado pelos movimentos sociais no Palácio da Guanabara

ILMO. DR. GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS – GRUPO DE AÇÃO, JUSTIÇA E PAZ DE PETRÓPOLIS (CDDH/PETRÓPOLIS), entidade civil de estudos e de trabalho, filantrópica, sem fins lucrativos, por seus advogados abaixo assinados, a **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO VALE DO CUIABÁ**, neste ato representada por seu presidente, JOSÉ QUINTELLA, a **ASSOCIAÇÃO DE VÍTIMAS DE TERESÓPOLIS**, neste ato representada por sua presidente, NINA BENEDITO ALVES, a **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DE CÔRREGO D'ANTAS – NOVA FRIBURGO**, neste ato representada por seu presidente, SANDRO SCHOTTZ, e o **MOVIMENTO NACIONAL DOS ATINGIDOS POR DESASTRES NATURAIS (MONADES)**, neste ato representado por seu dirigente EDILSON MOURA, vem perante V. Sa., solicitar providências em relação aos fatos que passa a expor:

Em janeiro de 2011, fortes chuvas precipitaram-se sobre a Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, em particular, os municípios de Areal, Bom Jardim, Nova Friburgo, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro e Teresópolis, desencadeando uma série de eventos como transbordamento de rios e canais, colapso do sistema de drenagem pluvial, deslizamento de encostas e, conseqüentemente, destruição de imóveis, pontes e outros equipamentos urbanos e rurais, mortes, desaparecimentos, desabrigo e desalojamento de considerável parcela da população, neste sete municípios.

Em toda a Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, segundo dados constantes do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada para a investigação dos fatos em referência, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Resolução 247/2011 –, foi possível contabilizar **909** (novecentos e nove) **pessoas MORTAS**, aproximadamente **241** (duzentos e quarenta e uma) **DESAPARECIDAS**, **23.118** (vinte e três mil cento e dezoito) **DESALOJADAS** e **8.908** (oito mil novecentos e oito) **DESABRIGADAS**, além dos enormes prejuízos de ordem patrimonial impostos às incontáveis famílias atingidas.

A despeito da intensidade das chuvas, não é possível afirmar a inevitabilidade da tragédia – que têm raízes sociais e não pode jamais, portanto, ser imputada a um fenômeno da natureza; sobretudo, não é admissível que as famílias atingidas por esta tragédia social continuem desassistidas pelos governos – federal,

estadual e municipal – e sujeitas a uma série de violações em seus direitos fundamentais. Mas é exatamente isto o que vem ocorrendo.

1. Algumas Considerações sobre a Situação Atual da Região

Desde a data de ocorrência do evento climático que desencadeou a tragédia social, recursos vultosos, da ordem dos milhões de reais, teriam sido investidos pelos governos para a recuperação das áreas atingidas; entretanto, algumas poucas visitas àqueles distritos e bairros já bastam para observarmos que estes investimentos não chegaram ao seu destino, ou não foram suficientes para recuperar estas áreas de modo a torná-las habitáveis e seguras, permitindo a retomada das vidas de seus moradores. Neste sentido, destacamos:

1.1. Situação das Estradas, Ruas e Pontes

Até hoje, somente as estradas principais – que dão acesso dos distritos e bairros afetados ao Centro dos municípios – foram objeto de alguma intervenção.

No caso do Vale do Cuiabá – uma das áreas mais atingidas do município de Petrópolis –, por exemplo, apenas a Estrada Ministro Salgado Filho foi restaurada; todas as vias de acesso para esta estrada permanecem como antes. Também aguardam reformas as vias de acesso às localidades Buraco do Sapo, Tapera (comunidade quilombola em processo de reconhecimento e demarcação junto aos governos federal e estadual), Santa Mônica e Cantagalo. Em Teresópolis e Nova Friburgo a situação não é, em geral, diferente.

Além disso, nenhuma ponte chegou a ser efetivamente reconstruída; apenas no Vale do Cuiabá, 7 (sete) pontes para carros foram destruídas – 4 (quatro) na localidade Buraco do Sapo, 1 (uma) em Santo Antonio da Providência e 2 (duas) no Ponto Final. Além destas, uma ponte de pedestres entre Benfica e Gentio permanece destruída.

Obviamente, são graves os transtornos impostos à população em consequência da ausência de todas estas pontes: o tempo e dinheiro gastos com a locomoção para o trabalho ou para a escola, por exemplo, tem inviabilizado o retorno das famílias à sua vida habitual, quando não inviabilizado a própria manutenção da atividade laborativa ou acadêmica, nos mesmos termos em que eram desenvolvidas antes da tragédia.

Por fim, a ausência de recuperação do sistema de drenagem pluvial contribui para o agravamento do problema, vez que, desde as chuvas de janeiro de 2011, qualquer nova precipitação acarreta em maior destruição da pavimentação destas estradas e ruas. Como temos visto, as consequências das tragédias na Região Serrana acumulam-se ano após ano, em um itinerário de omissões do Poder Público, que impõem apenas mais sofrimento – quando não consequências fatais – à população.

A despeito da gravidade de todas estas questões descritas, nenhum prazo foi apresentado à população para realização e conclusão das intervenções que assegurem a recuperação do trânsito de pedestres e veículos nestas localidades.

1.2. Medidas de Recuperação Ambiental

Tal como já mencionamos em relação às medidas relativas ao trânsito de pedestres e veículos, as ações de recuperação ambiental adotadas na região até o presente momento parecem insuficientes à recuperação destas localidades e prevenção contra a ocorrência de novos desastres.

O desassoreamento dos rios, por exemplo, tem sido feito de modo a suscitar inúmeros questionamentos por parte da população, sobretudo porque A TERRA TEM SIDO RETIRADA DA CALHA DO RIO E DEPOSITADA ÀS MARGENS DO MESMO!

Inúmeros relatórios técnicos, dentre eles do próprio Ministério do Meio Ambiente, publicados pouco tempo depois da tragédia, destacavam que um potencializador deste tipo de evento seria o desrespeito à legislação ambiental – pelos próprios moradores, com a anuência dos governos – pelo descumprimento das normas de preservação do leito do rio, de suas matas ciliares etc.

Mas ora, e quando o próprio governo É RESPONSÁVEL por este desrespeito? Depois das chuvas de janeiro de 2011, a Prefeitura Municipal de Petrópolis contratou dragas que tem depositado a terra retirada do Rio às suas margens, em mais uma flagrante demonstração de uso inadequado dos recursos públicos, em prejuízo dos direitos dessa população, sobretudo, seu direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme prevê o art. 225 da Constituição Federal.

Vários estudos geológicos já realizados nesta região apontam que os graves deslizamentos ocorridos em diversos pontos destes municípios em 2011 teriam sido provocados não apenas pelas chuvas torrenciais, mas pela estrutura geológica de algumas dessas localidades, aliada ao desmatamento das encostas. Para evitar novos eventos como aqueles, portanto, toda a região – algumas áreas, com maior destaque – deveria ser objeto de reflorestamento.

Até hoje, os locais onde se verificaram deslizamentos ainda não foram reflorestados.

A Embrapa/Solos, em seminário realizado em Nova Friburgo, propôs o reflorestamento das encostas utilizando-se uma espécie vegetal mais adaptada às necessidades e condições destas localidades serranas, ao custo total de R\$ 5 milhões. Esta intervenção, além de evitar os deslizamentos, reduziria o montante de investimentos necessários à correção do problema. Mas, porque autorizar uma intervenção de R\$ 5 milhões quando se têm disponíveis R\$ 700 milhões a serem utilizados conforme os critérios políticos de cada administrador?

Não é possível, portanto, afirmar que o reflorestamento da Região Serrana ainda não tenha ocorrido por inexistência de viabilidade técnica; o que inexistente é competência, vontade política ou efetivo compromisso com a população, que até hoje não tem ciência de intervenções efetivamente eficazes para a recuperação ambiental das áreas em que vive.

Neste sentido, cumpre ressaltar que a única intervenção realizada pelo Instituto Estadual do Ambiente nestas áreas mais atingidas consiste, como tornaremos a abordar mais adiante, num projeto denominado de “desfazimento de moradias” situadas em “áreas de risco” – sem que se esteja garantindo o efetivo reassentamento das famílias atingidas. Vemos assim, novamente, a falsa oposição “direito à moradia x direito ao meio ambiente” sendo mobilizada como estratégia de desocupação de áreas pela população mais

pobre. Afinal, nenhuma das moradias de veraneio, de alto padrão, situadas por exemplo às margens do Rio Cuiabá chegou a ser “desfeita” até agora – apenas as moradias da população que vive há décadas na localidade.

Esta região é ocupada, em diversos de seus distritos e bairros, há mais de um século, sendo possível garantir o uso do solo pela implementação de projetos comunitários de proteção das matas e dos recursos hídricos. O que não é admissível é que esta população tenha desconsiderado o seu direito à moradia sob a falsa alegação de que sua permanência no local é que deve ser responsabilizada pela tragédia, alegação absolutamente falsa.

1.3. *Sistemas de Alerta*

Até hoje, não foi possível contar com a instalação de sistemas de alerta adequados e, principalmente, com a formação da população para agir em situações de emergência que tornem a ocorrer nestas localidades.

No Vale do Cuiabá, por exemplo, o Presidente da Associação de Moradores, que subscreve a presente, cadastrou-se no sistema de alertas do INEA e, desde então, recebe cerca de 4 (quatro) avisos por dia para permanecer atento ao enchimento do leito do rio; com frequência, estes avisos são recebidos quando sequer existe chuva precipitando-se sobre o vale.

O mais grave, contudo, é que tais mensagens orientam a guardar a vigilância em relação ao enchimento do rio, mas não prestam qualquer esclarecimento sobre que medida adotar na hipótese de cheia; não há pontos de apoio claramente definidos, nem ciência acerca das políticas disponíveis para o socorro. Em havendo novos eventos climáticos que provoquem cheias, a população estará tão despreparada para a reação como sempre esteve, e mais uma vez NÃO SABERÁ O QUE FAZER.

É preciso que o Governo do Estado do Rio de Janeiro comprometa-se com a instalação de sistemas de alerta que não tornem-se ineficazes, por não contarem com a confiança da população, que percebe o mau funcionamento do sistema atual; para tanto, é preciso assegurar a participação popular na elaboração do projeto destes sistemas, e na sua capacitação permanente para a reação, em caso de chuva expressiva que represente risco à sua vida.

2. **Moradia**

A mais grave violação aos direitos fundamentais da população da Região Serrana afetada pelas consequências das chuvas de janeiro de 2011 tem se manifestado pela ofensa ao direito à moradia.

Como se não bastasse o desabrigo provocado pela enxurrada, a única intervenção efetivamente realizada pelo Estado do Rio de Janeiro na região consistiu na política de “desfazimento de moradias” que, como expressa o nome, não está comprometida com o reassentamento das famílias e, conseqüentemente, a garantia de seus direitos, mas

sim com a ampliação do número de atingidos pela tragédia social, desta feita, com a participação ativa do governo estadual.

Conforme já afirmamos, em tal intervenção de “desfazimento de moradias” o governo do Estado do Rio de Janeiro, através do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) incorpora uma perspectiva pela qual os direitos à moradia e ao meio ambiente são concorrentes, perspectiva já superada no seio das ciências sociais e das elaborações doutrinárias mais recentes no âmbito do Direito Ambiental, que têm demonstrado a necessidade de consideração do direito à moradia como mais um dentre os elementos que asseguram o “meio ambiente ecologicamente equilibrado” de qualquer população.

No Vale do Cuiabá, por exemplo, muitos foram aqueles que, além das famílias e de todo seu modesto patrimônio – composto, sobretudo, pela própria moradia – perderam os empregos, pois viviam do turismo – trabalhando como caseiros nos sítios de veranistas, em pousadas ou restaurantes da região, ou ainda, no comércio local. A despeito disso, muitas famílias permanecem desassistidas pelo benefício do aluguel social, e mesmo aquelas que o recebem, tem enfrentado cada vez mais dificuldades para assegurar a possibilidade de morar em condições que não ofendam à sua dignidade.

Tudo isto, em razão da ausência de uma política de estado comprometida com a solução das graves lesões a que as famílias encontram-se sujeitas, para além da mera ampliação destas lesões, pela imposição do deslocamento dos pobres e indesejáveis para outros locais.

Neste sentido, cumpre ressaltar que nos dias imediatamente posteriores às chuvas, os moradores receberam laudos padrões de interdição de suas casas – interdição que, em alguns casos, recaiu mesmo sobre moradias que foram minimamente afetadas pelas chuvas. Em outras palavras, receberam o mesmo documento tanto aquelas famílias cujas moradias foram integralmente destruídas pela enxurrada, como aquelas cuja residência permaneceu de pé, com mínimos impactos à sua estrutura.

Este laudo genérico, emitido pela Defesa Civil Estadual, continha a informação de que os moradores somente poderiam contestar a interdição de seus imóveis realizando um contra-laudo, o que lhes imporia, obviamente, a contratação de um técnico, realização da planta da casa e comprovação de que esta não encontrava-se em risco.

Mas ora, estamos nos referindo a uma tragédia social em que 909 pessoas morreram em um único dia, praticamente; somente no Vale do Cuiabá, foram 73 mortos! Os sobreviventes que, até então, possuíam capacidade financeira um pouco superior aos demais moradores da localidade, perderam tudo em uma noite; como esperar, portanto, que mesmo estes moradores mais “remediados” pudessem arcar com a contratação de técnicos para a realização deste contra-laudo? E o restante da população, sua maioria?

Além desse laudo genérico, feito pela Defesa Civil, nenhum documento foi fornecido à população, até hoje, que lhe permita identificar com clareza a situação em que se encontra – se seu imóvel encontra-se, efetivamente, em uma zona de exclusão, e caso positivo, quais as razões para que isto tenha ocorrido, ou ainda, as medidas que o governo estadual pretende implementar para assegurar a moradia nestes

casos. Nada. Não há informação, não existem documentos, os fundamentos técnicos e legais que embasam as decisões do Estado não são apresentados à população que, com isso, sente-se à mercê do arbítrio.

Em não havendo informação e participação, é a própria legitimidade das instituições democráticas que encontra-se em cheque.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH/Petrópolis – acompanha a luta dessas famílias desde os eventos que desencadearam a tragédia. Neste período, representantes da entidade acompanharam dois atos públicos realizados na porta da Defesa Civil, oportunidade em que os atingidos manifestaram um desejo absolutamente trivial: o número de protocolo e cópia dos procedimentos administrativos de que são parte interessada. A despeito da simplicidade da solicitação, os manifestantes obtiveram tão somente um documento afirmando que não seria possível entregar-lhes as cópias dos processos, vez que os laudos técnicos – meses após os eventos – ainda não estariam prontos.

Ora, se não há laudos técnicos prontos, em que se baseia o “desfazimento de moradias”? Qual o fundamento da medida?

Ademais, como tem sido noticiado pela imprensa e confirmado pela população, muitos atingidos têm recebido indenizações e sido compelidos a negociar a desocupação de suas moradias, sem conhecer seus direitos ou quais os critérios que o Poder Público empregou na definição dessas “áreas de risco”.

Ou seja, sem processo administrativo regular, laudo técnico, fundamento legal, representante legalmente constituído (as atividades têm sido implementadas por terceiros, que realizam uma atividade fim do Estado), atingidos têm sido convocados individualmente, sem direito a uma assessoria jurídica e compelidos a negociar o valor das indenizações que irão receber por suas moradias.

A situação somente se agrava quando constatamos a “confusão” criada pelo INEA, que vem lançando mão de três situações jurídicas distintas para retirar as famílias dessas áreas de risco.

2.1. A Intervenção do INEA

O Decreto 41.148, de 2008, é o dispositivo que aprova as diretrizes de realocação de edificações de assentamentos populares e está sendo utilizado, dentre outros órgãos, pela Empresa Municipal de Obras Públicas – EMOP, para garantir a retirada da população dessas “áreas de risco”.

Ocorre que, em 13 de abril de 2010, editou-se o Decreto 42.406, instituindo o “Programa Morar Seguro”. Nele define-se uma política de realocação de populações em áreas de risco, baseada na demarcação de três áreas: a área vermelha, que é de exclusão e impõe a retirada das populações, a amarela, que é de transição e deve ser

objeto de avaliação *in casu*, e a área verde, que corresponde a uma área liberada para a manutenção das moradias.

Após as chuvas de janeiro de 2011, um mapa de ocupação da Região Serrana – sobretudo daqueles distritos e bairros mais atingidos, como o Vale do Cuiabá, em Petrópolis – chegou a ser feito pelo INEA, a partir desses critérios, iniciando-se então uma atividade de marcação das casas nestas cores previstas em Decreto.

Cumpra ressaltar, contudo, que não existe qualquer laudo individualizado e nenhum atingido recebeu notificação emitida pelo Estado do Rio de Janeiro, de modo que as pessoas ainda estão sendo chamadas para negociar suas moradias – supostamente, já que também não há qualquer documento a esse respeito – nas bases do Decreto 41.148/08.

Como se não bastasse, o projeto de “Parque Fluvial” elaborado para a bacia do Rio Piabanha em 1999, jamais debatido com a população e não-implementado até as chuvas, também havia previsto desapropriação de imóveis. Agora que as chuvas encarregaram-se de “remover” as casas sem a obrigação de respeitar o devido processo legal, o projeto foi oportunamente resgatado pelo Governo do Estado, de modo que as casas situadas no interior das áreas vermelha e amarela passaram a ser objeto de negociação, agora também nos marcos deste outro tipo de intervenção – ou seja, para implantação deste Parque.

Sem nos dedicarmos a maiores conjecturas acerca da legalidade da implantação deste Parque Fluvial, vale destacar apenas que não houve qualquer discussão pública a seu respeito. Ele está sendo oportunamente empurrado “goela abaixo”, em uma conjuntura absolutamente desfavorável para a população local, em clara violação aos princípios da participação e decisão sobre a cidade, previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade.

Toda esta confusão cria apenas maiores transtornos aos atingidos, QUE ATÉ HOJE NÃO CONHECEM A SITUAÇÃO EM QUE SE ENCONTRAM, tal a diversidade e incongruência dos critérios utilizados para a definição destas situações.

Concretamente, temos observado que há atingidos que encontram-se na chamada “área verde”, mas as chuvas não deixaram qualquer vestígio de suas antigas moradias; a despeito disso, estes atingidos não sabem se serão indenizados, se terão direito ao recebimento de uma nova moradia, e até hoje não obtiveram o benefício do aluguel social; por outro lado, há atingidos que tiveram suas moradias identificadas pelo INEA como situadas em “área vermelha”, apesar de que estas casas encontrem-se intactas. Para estes atingidos, é dito que não podem permanecer em suas moradias mas, ao mesmo tempo, eles simplesmente não podem concordar com a demolição de suas casas, pois nenhum acesso aos laudos lhes foi garantido, e o Estado tem proposto, como indenização pela remoção, algo como metade do valor de mercado que estas moradias alcançam atualmente.

Neste diapasão, são frequentes portanto os questionamentos acerca de quem terá direito a novas moradias, que medidas devem adotar para isso, e quais os

fundamentos para tais medidas impostas pelo Estado, pois nenhum documento chegou a ser apresentado a população para justificar as ações, arbitrárias, portanto.

Embora parte da população e o próprio Estado saibam da existência de liminar judicial obtida pela Defensoria Pública, que impede a demolição de qualquer moradia da região sem o devido processo legal, essa situação de insegurança jurídica tem desesperado a população e levado muitos a fazer a negociação individual, em prejuízo dos seus próprios interesses e direitos.

Parece-nos imprescindível que as ações do Estado estejam baseadas em elementos fundamentais à atuação da administração pública, sobretudo, o princípio da legalidade, mas não apenas; sem que se estabeleçam critérios legais, impessoais, morais, aos quais se dê ampla publicidade, para a adoção de intervenções na Região Serrana, sobretudo nas áreas mais atingidas, quaisquer medidas serão arbitrárias, e ensejarão responsabilidade para seus aplicadores.

3. Assistência aos Atingidos

Até o momento a única política social implementada para o atendimento dos atingidos pelas chuvas de 2011 foi o chamado “Aluguel Social”.

Não houve e ainda não há qualquer política de atendimento psicossocial às famílias que perderam seus entes queridos, atendimento médico ou qualquer outra medida que indique interesse e cuidado, por parte dos governos federal, estadual e municipal, em relação a estas pessoas. São inúmeros os casos de depressão (infantil e adulta), doenças crônicas agravadas pelos eventos, todos sem atendimento direcionado para a redução de danos.

Não existe assessoria jurídica nas questões previdenciárias, nem mesmo nas fundiárias ou no acompanhamento dos processos de desapropriação e indenização das famílias.

É preciso que as Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social estabeleçam a promoção de uma política sistematizada para a região a fim de cuidar da população local.

3.1. *Aluguel Social*

Desde a época do primeiro cadastramento os moradores de toda a Região Serrana vêm denunciando irregularidades relativas ao recebimento do Aluguel Social: famílias que não foram atingidas e estão recebendo o benefício; famílias que recebem o aluguel e permanecem morando na casa destruída, face à impossibilidade de obtenção de nova moradia a partir dos valores disponibilizados pelo Estado; atingidos que

recebem o benefício e alugam, para terceiros, a casa que deveria estar desocupada, além de desvios de toda ordem.

Parece fundamental aos realmente atingidos pela tragédia que o Governo do Estado do Rio de Janeiro se comprometa com a solução definitiva do problema, providenciando moradia para os atingidos e, até que isso ocorra, que realize um novo cadastro capaz de solucionar tais irregularidades.

Ocorre que, além de não realizarem verificação de denúncias, os representantes incumbidos da gestão do aluguel social estão renovando o benefício sem a realização de um novo cadastro.

Por outro lado, várias famílias que deveriam receber o aluguel social, referendadas pelo coletivo da comunidade, estão aguardando há mais de um ano sem qualquer solução. Como não obtém o deferimento nem o indeferimento, as pessoas somente podem aguardar. As consequências disso na vida dessas pessoas e na comunidade são imensuráveis.

Recentemente, representantes dos atingidos no Vale do Cuiabá reuniram-se junto à Casa Civil, e descobriram que talvez a razão se dê ao fato das terceirizadas pelas autoridades públicas sequer terem conhecimento do Decreto 43.091, de 20 de julho de 2011, que afirma expressamente em seu artigo 1º que é um benefício assistencial a ser deferido a TODAS as pessoas que tiveram destruição total ou parcial de imóveis, em decorrência de calamidades.

4. Prestação de Contas

Por fim, insta consignar que a população não está satisfeita com a prestação de contas e muito menos com as definições de prioridade por parte dos poderes públicos. Ainda há recursos de doações na Prefeitura e é preciso que a definição de prioridades seja partilhada com os moradores. Isso se chama gestão participativa e é um princípio constitucional garantido pelos artigos 182 e seguintes, assim como o Estatuto da Cidade.

5. Um pouco de Sociologia dos Desastres

O debate sobre desastres, políticas de adaptação e mitigação a eventos extremos é novo – vem crescendo a partir da década de 1990, principalmente na América Central e Caribe, por considerar que os desastres guardam relação com a modalidade de desenvolvimento da América Latina em geral, cada vez mais degradante e excludente em relação ao acesso a direitos (LAVELL, 2005).

Essa discussão, multidisciplinar, mas fortalecida no campo das ciências sociais, vem apontando que os desastres são consequências de problemas não

resolvidos no processo de desenvolvimento econômico e social, reforçado pela ausência de políticas públicas voltadas para dirimir as consequências dos eventos físicos que atingem principalmente os grupos vulneráveis.

Perceber as vulnerabilidades sociais e mais ainda, as razões pelas quais estas vulnerabilidades se mantêm é um desafio para toda a sociedade, reconhecendo que antes dos desastres serem naturais, são essencialmente políticos, na medida da importância das decisões a serem tomadas antes e depois das emergências e suas consequências trágicas (LAVELL, 2005).

Para que uma tragédia aconteça, inicialmente é necessário o surgimento de um evento físico – uma emergência. Mas não só isso. É preciso que dentro da sociedade exista um grupo social mais vulnerável aos seus impactos, do ponto de vista da infraestrutura, do território, do desenvolvimento produtivo, institucional, político, ambiental, social, que resulte numa incapacidade de absorver e se recuperar dos impactos destes eventos físicos externos (LAVELL, 2005, p. 19).

Para LAVELL (2005), o subdesenvolvimento, a insustentabilidade ambiental e a pobreza são as principais e mais imediatas causas dos desastres. A pobreza já caracteriza ao grupo social afetado antes da emergência, mas esta piora a condição dos atingidos, levando-os à condição de miséria extrema, quando esta já não fosse sua condição.

Debater sistemas de alerta, cursos de formação da Defesa Civil e demais alternativas para enfrentamento das situações de risco é fundamental, porém inócuo se não são modificadas as condições de pobreza dos grupos mais afetados pelos eventos de emergência. Porque após a tragédia – conjunção de políticas públicas (ou sua ausência) desastrosas com uma emergência climática específica – a miséria permanece, e sem políticas públicas que permitam um maior desenvolvimento social das comunidades, reduzindo as vulnerabilidades, a tragédia sempre irá atingi-las.

A falta de políticas de habitação, saúde, assistência social, socioambientais na Região Serrana, aliada às suas características físicas particulares, induz a uma naturalização das tragédias sem respostas eficazes e protetivas da dignidade da pessoa humana, levando a uma infeliz paralisia dos agentes públicos.

Uma manifestação exemplar desta paralisia e naturalização pode ser identificada na afirmação do Secretário de Assistência Social do Município de Petrópolis que, em ato de denúncia do descaso público, afirmou que desde 1981 trabalha com vítimas de chuvas e todo ano há mortes, mas que o caso de janeiro de 2011 é lembrado porque alcançou repercussão nacional.

Fazer uma análise multidisciplinar desses eventos e da ausência de políticas é necessário para que possamos preparar os municípios para o enfrentamento desses eventos físicos, reconhecendo a situação mais vulnerável da população empobrecida.

Por fim, cumpre-nos dar destaque a algumas considerações que, conforme LAVELL, merecem ser adotadas na reflexão sobre desastres:

- Uma análise séria sobre a problemática de desastres e desenvolvimento deve utilizar o marco temporal de um ciclo de vida completo, e não analisá-lo isoladamente quando ocorrido – ou seja, como correspondente à situação de emergência.

- Deve-se perceber como a forma de desenvolvimento tem condicionado a concretização e existência dos desastres e como ela impacta o desenvolvimento futuro. Só respondendo a esta pergunta estaremos em condições de impulsionar formas adequadas de redução do risco na sociedade e reduzir as consequências dos futuros desastres.

- O problema fundamental a ser considerado pelos governos não é o impacto dos desastres no desenvolvimento, mas, principalmente quando há muitas perdas comparadas ao tamanho da economia afetada, o tamanho das economias afetadas e seus problemas de fundo.

- Devemos estar atentos aos desastres que ocorrem de forma ampla, mesmo os pequenos e de média escala, que afetam recorrentemente a múltiplas zonas, regiões, comunidades e localidades do mundo, pois eles reúnem os mesmos fatores de causa e efeito dos grandes eventos e contribuem, permanentemente, na destruição dos benefícios do desenvolvimento, construindo novas vulnerabilidades nas populações afetadas.

- Analisemos o espaço social da vítima do desastre e tentemos perceber a capacidade de resiliência ao dano exibido de zonas e comunidades impactadas. Maiores lições para redução futura dos riscos poderemos ter pela consideração da capacidade de certas comunidades, sistemas produtivos e infraestruturas desenvolverem sistemas de resiliência e adaptação aos desastres, do que apenas analisando as perdas sofridas.

- É possível utilizar critérios econômicos e matemáticos para justificar o custo benefício de políticas em favor da redução de riscos, políticas estas que são necessariamente benéficas para as gerações futuras. Mas os grupos sociais mais pobres são aqueles que tradicionalmente sucumbem às tragédias. Somente é possível alcançar a redução de riscos para essa população com condições de vida mais seguras, qual seja, com políticas sociais. É mais um problema de ética, equidade e justiça socioambiental, do que um problema de racionalidade e eficiência econômica (LAVELL, 2005, p. 42-43).

6. Do pedido

Face a todo o exposto, requer a adoção de medidas que ponham fim à situação de insegurança e ofensa aos direitos da população atingida pelas chuvas de janeiro de 2011 em toda a Região Serrana, assegurando-se sobretudo o direito à moradia da população.

Petrópolis, 06 de novembro de 2012.

Francine Damasceno Pinheiro
Adv. Insc. 117.373 OAB/RJ
CDDH/Petrópolis

Hailton Pinheiro de Souza Jr.
Adv. Insc. 134.871 OAB/RJ
CDDH/Petrópolis

José Quintella
Associação de Moradores do Vale do Cuiabá

Nina Benedito Alves
Associação de Vítimas de Teresópolis

Sandro Schottz
Associação de Moradores do Bairro Córrego D'Antas

Edilson Moura
Movimento Nacional dos Atingidos por Desastres Naturais

2- OFÍCIO Nº 13/2011 AO ARCEBISPO DE PETRÓPOLIS DOM FILIPPO SANTORO EM 14 DE NOVEMBRO DE 2011

Fonte: AVIT

avit

Recebido e planejado a ser enviado pelo Bispo + Filippa

OF 13/ 2011
Teresópolis, 14 de novembro de 2011

Ao
DOM FILIPPO SANTORO
REVERENDÍSSIMO BISPO DE PETRÓPOLIS

Assunto: ASSISTÊNCIA AOS VITIMADOS, PREVENÇÃO DE OUTROS DESASTRES, RECONSTRUÇÃO DA CIDADE E PLANEJAMENTO URBANO RESPONSÁVEL.

Senhor Bispo,

1 A AVIT Associação das Vítimas das Enchentes do Dia 12 de Janeiro em Teresópolis é uma entidade representativa, tendo por objetivo a defesa dos interesses públicos e a contribuição para que seja assegurado o uso ético e transparente dos recursos públicos transferidos a qualquer título, bem como, auxiliar o direcionamento dos esforços em benefício das vítimas em nossa cidade. Gerida por diretores com igual nível hierárquico e, por razões de princípio organizacional e regimentar, suas decisões somente são válidas se tomadas em colégio.

2 Diversas têm sido nossas ações objetivando atingir dos objetivos da AVIT, tais como (a) encontros semanais com vitimados visando identificar, avaliar e discutir questões de interesse coletivo; (b) implantação de núcleos comunitários para melhor discutir seus problemas e necessidades e de dar maior capilaridade à divulgação das informações; (c) impetrar ações na justiça visando o pagamento do aluguel social, formatação e implementação de cursos de desenvolvimento de lideranças e autogestão nas comunidades; (d) cobrança de ações aos governos municipais e estaduais; (e) articulações para a realização de audiência públicas, etc.

3 Apesar de todos os nossos esforços, algumas questões vêm nos afligindo, tanto por sua baixa efetividade de execução, quando no descaso em que são tratadas ou desconsideradas em sua importância, dentre as quais citamos:

3.1 Lentidão nas avaliações e indenizações dos imóveis interditados, bem como, na construção e entrega das casas necessárias às vítimas da tragédia.

3.2 A existência de projetos de construção e entrega de casas que desagregam as comunidades, que destroem sua história, que cria grande núcleo populacional por isso mesmo rejeitado por essas comunidades e mesmo assim há uma enorme lentidão de ação do poder público que acaba por não ser tempestivo e ficando apenas no papel e nas intenções.

3.3 Falta de garantia da continuidade do aluguel social das moradias que foram interditadas definitivamente e ainda não foram negociadas pelo estado.

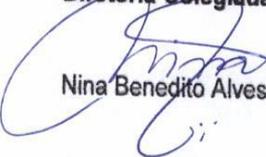
[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



Também os meeiros, principais responsáveis pela produção agrícola em nosso Município, não são alcançados pelo Aluguel Social.

- 3.4 Um importante assunto que hoje é um dos principais motivos de preocupação é a ausência de propostas orçamentárias que contemplem verbas necessárias para reconstrução da região serrana e de garantidas no orçamento estadual e federal de sua efetiva utilização.
- 3.5 Inexiste um plano de assistência psicológica às vítimas. O problema emocional gerado pela tragédia precisa de uma resposta urgente não só do estado, mas da sociedade em geral, visto que se observa grande quantidade de vitimados com transtornos pós-tragédia e que só agora começam a aflorar.
- 3.6 A lentidão da definição das indenizações gera paralisia nas pessoas – como se a vida delas estivessem parado na tragédia.
- 4 Quanto a AVIT, informamos que apesar de nossas ações contamos com poucos recursos de estrutura administrativa e para atender ao que somos demandados. Também, estamos tentando viabilizar um local para instalar a sede já que estamos em uma sala emprestada e com poucas condições de atender aos que nos procuram.
- 5 Solicitamos que mensagens para a AVIT sejam enviadas para o Email: diretoria@avit.org.br.
- 5.1 Cartas e expedientes deverão ser direcionados para o endereço: Av. Delfim Moreira, 181, sala 401, Várzea, Teresópolis, RJ. CEP 25953-233.
- 5.2 Nosso telefone de contato é: (21) 3097-1143.

Atenciosamente,
Diretoria Colegiada

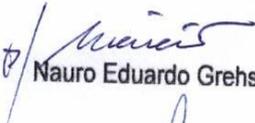

Nina Benedito Alves

Colaboradores


Joel Alves Caldeira


Marco Aurélio B. Alves


Luiz Claudio Carneiro


Nauro Eduardo Grehs


Luiz Claudio Ribeiro

**3- OFÍCIO Nº 021/2012 AO PROCURADOR FEDERAL EM NOVA FRIBURGO
MARCO OTÁVIO ALMEIDA MAZZONI**

Fonte: AVIT



Ofício nº 021 / 2012
Teresópolis, 19 de setembro de 2012

À
PROCURADORIA FEDERAL EM NOVA FRIBURGO
Exmo. Dr. Marco Otavio Almeida Mazzoni
Nova Friburgo, RJ

Assunto: DESAPARECIDOS E OBRAS SEM ACOMPANHAMENTO ADEQUADO - ASSISTÊNCIA EMOCIONAL - MORADIAS - USO DOS RECURSOS

Referência: Acompanhamento das obras para a busca dos desaparecidos em Teresópolis nas chuvas em 12/01/2011. 

Senhor Procurador.

1 Em decorrência dos acontecimentos desastrosos de 12 de janeiro de 2011, que abalaram a infraestrutura da cidade, e do trágico abandono a que estão submetidas as comunidades afetadas, considerando-se a demora nas ações em prol dos vitimados, vimos solicitar a atenção de V. Ex^a às questões abaixo relacionadas. 

2 QUANTO AOS DESAPARECIDOS

2.1 **Reivindicamos a busca e plena identificação dos desaparecidos**, porém algumas questões vêm nos afligindo por falta das necessárias tratativas.

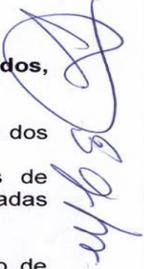
a) Notícia de existência de corpos sem a devida identificação;

b) Ausência de um trabalho consistente e confiável de quantificação dos mortos e desaparecidos;

c) Execução de obras nos locais da tragédia, em especial as de responsabilidade do INEA (Instituto Estadual do Ambiente) e empresas contratadas nos locais onde possivelmente existem corpos sem os cuidados necessários.

2.2 Tais ausências de cuidados se verificam nas obras em andamento de redirecionamento dos rios e de suas calhas, e construção de barragem para controle de cheias nos rios Príncipe e Imbuí, na Posse. As últimas informações são de que já existem 1,5 quilômetro de obras executadas no Rio Príncipe, com galerias pré-moldadas nos pontos próximos à estrada.

2.3 Também nos preocupam as obras de dragagem realizadas no interior do Município, entre outras.

2.4.1 Uma segunda etapa do projeto, prevê ainda a construção de barragem na cabeceira do Rio Príncipe e de um parque fluvial entre a Posse e o Campo Grande, além da dragagem de 7.400 metros de rios e da construção de barragem. Somadas a estas, outras obras com novos recursos do Governo Federal farão a dragagem e a canalização de 27 quilômetros de rios, a construção de novas pontes e a implementação de parques pluviais. 

20120919_Of021_a_ProcuradoriaFederalNFriburgo_v2.doc  - 1 -



3 ATENDIMENTO EMOCIONAL ÀS VÍTIMAS

3.1 Desde a ocorrência do desastre tem sido precário o atendimento à saúde emocional dos vitimados e faltam assistência e acolhimento de forma organizada, estruturada e continuada às suas famílias.

3.2 Somado a isto, a indefinição quanto aos mortos e desaparecidos impossibilita o Exercício do Luto.

3.2 Referência: NEPED da Universidade de São Carlos, SP. – www.ufscar.gov.br.

4 DESAPROPRIAÇÃO DE CASAS

4.1 Os técnicos do setor social do INEA e outros órgãos, destacadamente do Governo RJ, também falam do processo de desapropriação de casas às margens dos rios. Falam que as famílias cujas casas foram demarcadas podem optar por receber uma indenização do Governo Estadual; se inscrever no programa de Aluguel Social enquanto aguardam a construção do condomínio habitacional pelo poder público; ou se inscrever no programa de compra assistida, no qual recebem o valor correspondente à avaliação feita do seu imóvel e o dinheiro só pode ser aplicado na compra de nova moradia.

4.2 Porém não há a devida preocupação sobre onde e como alojar as famílias que perderam suas casas, já que a cidade de Teresópolis não dispõe de moradia suficiente para abrigar a todos. Querem retirar os moradores que hoje continuam nas áreas de risco, sem lhes dar qualquer outra opção de moradia provisória e segura. E, pior, não lhes dão nem esperança de um dia poder ter uma residência digna, pois já se passaram dezoito meses da tragédia e nem iniciadas foram as construções das unidades habitacionais prometidas.

5 USO INADEQUADO DOS RECURSOS

5.1 Levantamento feito por esta Associação constatou que um muro de contenção feito na localidade do Caleme irá beneficiar direto ou indiretamente cerca de 110 famílias. Uma placa existente no local, pouco legível por estar danificada, informa o custo da obra em cerca de R\$37 milhões.

5.2 O muro de contenção no Caleme, com 150 metros de altura, tem um paredão de concreto de 12 metros e uma vegetação rasteira no restante do barranco, o que naturalmente firmará a terra, evitando novos deslizamentos. Possui canaletas para melhor escoamento das águas das chuvas. Está sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Obras, e estão contratadas pelo estado as empresas Contemat Engenharia e Geotecnia, para realizar a obra.

5.3 Ocorre que, se fizermos as contas dividindo-se o valor da obra pelo número de moradias beneficiadas teríamos algo em torno de R\$330.000,00 por família.

5.3.1 Numa estimativa sobrevalorizada, as moradias beneficiadas valeriam algo em torno dos R\$60.000,00. Portanto, se no lugar de se construir o muro indenizassem por R\$60.000,00 cada família, haveria uma sobra de R\$30,28 milhões.

5.3.2 Se o Estado fosse mais generoso e a indenização fosse de R\$100.000,00 por família, ainda assim haveria uma sobra de R\$25,8 milhões. Valor mais que



suficiente para a construção de 330 unidades habitacionais de 2 quartos do Programa Minha Casa Minha Vida.

6 FALTA DE TRANSPARÊNCIA DOS RECURSOS

6.1 O levantamento e o acompanhamento de licitações e orçamentos são bastante dificultados e, portanto, não tão precisos, visto que as informações são fragmentadas, divulgadas junto com uma série de outras não relacionadas com o tema. Existem obras rotuladas e orçadas como Região Serrana e não por localidade do Município, dificultando muito a avaliação do custo x benefício.

6.2 Há, também, que se questionar e levantar dúvidas quanto ao número de beneficiados atendidos com as obras. (Ex.: Que as obras nos rios Príncipe e Imbuí irão beneficiar 57.500 moradores? O valor investido na barragem do Caleme justifica o número de beneficiados atendidos?).

Atenciosamente,
www.avit.org.br
Diretoria Colegiada


 Adalberto Ferreira Serafim


 Geraldo Socorro Santos

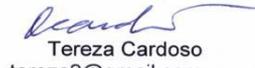
Luiz Claudio Carneiro
claudio.carneiro@controplan.com.br


 Luiz Claudio Ribeiro
cmcan@ig.com.br


 Marco Aurélio B. Alves
marcobenedito@uol.com.br


Associados
 Lucinéia da Silva
lucineiasilvadetere@hotmail.com


 Marjiza da Conceição


 Tereza Cardoso
tereza2@gmail.com

4- CARTA MANIFESTO - 12 DE JANEIRO DE 2013

Fonte: AVIT

Teresópolis, 12 de janeiro de 2013.

No dia 12 de janeiro do ano passado, quando a tragédia completava um ano, foi lida uma carta aberta nesta mesma praça, que iniciava dizendo que poderíamos estar aqui, naquele momento, para protestar e cobrar, para reclamar as promessas não cumpridas, denunciar pelo descaso e pelas omissões dos gestores. Para cobrar o aluguel social que não era pago ou as indenizações que não aconteciam, mas que aquele não era o dia.

Dizíamos, naquele momento, que não era hora para reclamar pela demora na construção das pontes ou casas, pela demora nas obras de contenção e tantas outras anunciadas.

Não era hora para reclamar pelas verbas mal empregadas ou pela incompetência no uso dos recursos públicos, pois entendíamos que não era o dia, pois 12 de janeiro era um dia de memória; dolorida mas necessária memória por tudo que ocorreu.

Porém, passado mais um ano, novamente estamos na praça e o que podemos dizer?

Devemos protestar em razão das promessas não cumpridas?

Pelas casas que não foram construídas?

Pelas pontes que ainda não existem?

Pelas vistorias e pagamento de indenizações que não acontecem?

Devemos denunciar o permanente descaso e omissão dos gestores públicos?

Ou será que mais uma vez devemos nos ater ao silêncio em memória das vítimas?

No ano passado falávamos em acreditar na reconstrução de uma nova cidade, em superar o sofrimento em resgatar a capacidade de sonhar e de ter esperança.

Porém, passado mais um ano, novamente estamos na praça e novamente faremos um minuto de silêncio...

Entendemos, porém, que agora nosso minuto de silêncio, além de representar nossa reverência aos mortos e desaparecidos, é também nosso grito de revolta, nossa solidariedades com todas as vítimas e afetados, nossa convicção de que estamos numa guerra contra o descaso, contra o egoísmo dos que só vem o individual quando deviam trabalhar para o coletivo, contra os que se esquecem de que um dia

vão morrer, contra os que usam seus discursos para nos enganar e roubar o que é de todos.

Entendemos que, enquanto não houver uma resposta efetiva sobre a construção de casas, pagamento de indenizações, reconstrução de pontes e realização de obras, nenhuma vítima da tragédia de 12 de janeiro de 2011 poderá se calar.

Entendemos que passou da hora das autoridades entenderem que não seremos esquecidos e não nos tornaremos mera estatística.

Não são números que há dois anos se submetem à incerteza e à burra burocracia do aluguel social, são famílias que não têm mais onde morar.

Não podemos admitir que se fale em retomada do crescimento, oportunidades com a Copa do Mundo ou Olimpíadas enquanto cerca de três mil famílias vivem diariamente a incerteza da solução de seus problemas, vendo a cada ano que passa (e agora já são dois...), os seus problemas colocados em segundo plano.

Nós, vítimas e afetados com as chuvas de 12 de janeiro de 2011, não somos lixo e não seremos varridos para baixo do tapete.

Não somos pessoas de categoria inferior aos demais teresopolitanos e por isso merecemos resposta aos problemas e não aceitamos a chantagem do aluguel social. Que transformou uma ação emergencial, numa tentativa sórdida de nos calar, de nos fazer aceitar a omissão, a falta de competência e de compromisso com a coisa pública, a falta de resposta e de responsabilidade.

Assim, que seja nosso minuto de silêncio hoje e que daqui em diante um sinal de que não nos calaremos até que todas as vítimas e afetados tenham seus direitos atendidos.

Calar-se sobre nossas feridas é exaltar o conformismo.

Em vez disso, trabalhemos duro; acabemos de uma vez com a única crise ameaçadora, que é a tragédia de não querer lutar para superá-la.

Pois há dois anos existem pessoas que não conseguem dormir... o que não é justo... não é moral... É covardia!

Covarde é também aquele que se cala, se omite, tenta ignorar os fatos e fechar os olhos ao mundo à sua volta.

Acorda Teresópolis!

5- CARTA ENVIADA AO PAPA FRANCISCO POR OCASIÃO DE SUA VISITA AO BRASIL

Fonte: AVIT

Teresópolis (Rio de Janeiro), 22 de julho de 2013.

Sua Santidade Papa Francisco

Saudamos a Vossa Santidade com muito respeito e grande veneração pelo vosso serviço de unidade da Igreja e pastoreio do povo do Deus, na caridade e defesa aos mais sofridos.

O povo de Deus, todavia, não é só excluído de seus direitos, mas abandonado e oprimido. Trazemos junto à Vossa Santidade esta situação no sofrimento de milhares de famílias da cidade de Teresópolis. Esta é uma cidade na serra, com cerca de 170 mil habitantes, distante cerca de uma hora e meia da cidade do Rio de Janeiro. Foi construída em meio a altas montanhas, e, nas últimas décadas, por interesses eleitoreiros, cederam a milhares de famílias empobrecidas construir suas casas em morros com graves riscos de deslizamentos, sendo um terço das moradias da cidade localizadas hoje em áreas de riscos.

Em 12 de janeiro de 2011, a cidade sofreu, juntamente com a cidade vizinha de Nova Friburgo e parte de Petrópolis, a considerada maior tragédia de causa natural do Brasil. Muitos bairros periféricos de Teresópolis foram devastados por uma intensa chuva nesta data, com assustadores deslizamentos de gigantes pedras junto de uma torrente de água, que descia dos morros como rio. Foram milhares de mortos e milhares de desaparecidos. Muitos corpos ficaram soterrados e muitos outros corpos se espalharam pelos bairros, levados pelas águas. Foi acontecimento de intensa tristeza e grande destruição, não só sendo destruídos bairros, mas as famílias foram destruídas, perdendo seus entes queridos, vizinhos, casas e a própria dignidade.

Essa tragédia natural é acompanhada da tragédia governamental. A população foi muito solidária com os que sofreram as perdas de seus familiares e de suas casas, porém o poder público foi omissivo, havendo enormes desvios de verbas, levando até a cassação do mandato do anterior prefeito. Até hoje o poder público não propiciou a construção de nenhuma casa aos atingidos, e cerca de três mil famílias moram hoje em casas alugadas com o aluguel social pago pelo Estado. Porém são, geralmente, moradias precárias (favelas) e em morros com graves riscos.

A população frequentemente se sente acuada, desprotegida. Ainda hoje estas milhares de famílias que sofreram a tragédia de 2011 vivem um forte trauma, somado aos outros milhares que, por morarem em morros com riscos iminentes, em tempos de chuvas literalmente se desesperam.

Por outro lado, tem perseverado algumas iniciativas solidárias. Nos meses seguintes à tragédia, a solidariedade foi grande aos atingidos, mas hoje é muito pequena diante do trauma causado, do drama sofrido e dos perigos iminentes. Tem-se, a partir da iniciativa de algumas lideranças e de alguns que voluntariamente se dedicam intensamente pelo amparo aos atingidos, a organização recente em um Movimento de Moradia da cidade de Teresópolis, contando em alguns bairros com a organização dos atingidos pela tragédia, com o apoio emocional e reuniões para que não desfaleçam na luta por sua dignidade, suas casas e a reconstrução de suas vidas. Temos requerido junto ao governo a construção de moradia já há dois anos prometidas e agilizações nas indenizações, mas o retorno é mínimo. Essas iniciativas e lutas, porém, são abafadas pelos que deveriam executá-las, assim, carecemos de maior apoio, diante das grandes aflições e ausentes soluções. Para esta luta, temos contado com a parceria da Pastoral das Favelas da cidade do Rio de Janeiro, pela qual vos enviamos este parecer, mas urge um apoio mais efetivo para esta situação dramática.

Santo Padre, esta situação é um “clamor que brada aos céus”, por isso, compartilhamos com Vossa Santidade este grande sofrimento para vosso conhecimento, após ouvirmos muitos dos atingidos pedirem que chegasse até Vós sua dor, abandono e desespero ante outros deslizamentos (novamente em 2012 houve outro deslizamento por chuvas atingindo dezenas de famílias). É escandaloso conviver com tanta omissão diante de tamanha dor. Pedimos a vossa intercessão pelas milhares de famílias atingidas pela tragédia bem como às milhares em moradias em riscos, pois elas se cansam e se abatem com tantas omissões e abandonos, precisando de maior apoio e defesa em sua luta. Pedimos sua intercessão ante ao poder público da cidade de Teresópolis e do estado do Rio de Janeiro para a construção de moradias aos atingidos e o respeito a tantos que morreram, para que cuidem de evitar que milhares continuem ainda em áreas de graves riscos.

Dirigimos a Vossa Santidade, assim, esses pedidos de um povo que, muitas vezes, já não tem a mais quem pedir. Agradecemos vossa acolhida destes clamores.

Com grande estima e reverência.

Associação das Vítimas de Teresópolis

Movimento de Moradia de Teresópolis

Contatos:

Cláudio Carneiro: claudio.carneiro@controplan.com.br - (21)9480.6464 ou

Frei Marcelo Toyansk: fr.marcelotq@yahoo.com.br - Rua Tietê, 555, bairro Fátima, Teresópolis, RJ, cep: 25.961-110 – (21)2642.3710.

6- CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO NO FÓRUM PERMANENTE DE HABITAÇÃO POPULAR PARA TERESÓPOLIS - Julho de 2013

Fonte: AVIT



CONVITE

FÓRUM – HABITAÇÃO POPULAR

Habitação de interesse Social

CONVITE

Entidades Cíveis convidam você a participar do Fórum de Habitação Popular de Teresópolis.

Todas as segundas feiras às 19:30 horas, estamos unidos no auditório da empresa Alterdata, na rua Prefeito Sebastião Teixeira, 299, Várzea, com a finalidade de mobilizar diversos atores sociais para discutir e buscar soluções para o problema da moradia em Teresópolis, agravado pela tragédia de 2011 e, que até o momento não recebeu a necessária atenção das autoridades.

Agenda para o dia 29/07/2013 – 2ª. feira – 19h 30m.

- Abertura.

- TEMA: PLANEJAMENTO PARA COLETA DE ASSINATURAS PARA EMENDA A LEI ORGÂNICA DE TERESÓPOLIS

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL N° XXX/2013

Autoria – DE INICIATIVA POPULAR

Ementa: Altera o Artigo 193-A na Lei Orgânica do Município de Teresópolis.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 39 da Lei Orgânica do Município, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica:

Art. 1º A Lei Orgânica do Município de Teresópolis passa a vigorar acrescida do seguinte art. 193-A - Capítulo V – DA POLITICA URBANA:

“Art. 193-A O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 3% (três por cento) da receita própria do Município, ~~na construção de casa populares.~~ **em habitação popular de interesse social, que será direcionada ao Fundo de Habitação de Interesse Social – FMHIS, instituído pela Lei Municipal nº 2725, de 04/12/2008.**”

~~Até 1% (um por cento) do percentual referido neste artigo poderá ser destinado na compra de terreno ou obras que visam à utilização do terreno para uma possível habitabilidade.”~~

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do ano de 2013.

JUSTIFICATIVA

No ano de 1990, a sociedade civil organizada se mobilizou em torno do debate sobre a política de habitação e desenvolvimento urbano em todo país e pela aprovação do Fundo Nacional de Moradia Popular. Desse processo, em que participaram os movimentos populares e outras entidades sociais de grande representatividade, foram coletadas mais de um milhão de assinaturas e depois de 14 anos de tramitação o governo federal sancionou a lei 11124/2005 que dispõe sobre a Criação do Sistema Nacional de Interesse Social com o Conselho e Fundo Nacional de Moradia Popular. **O Fundo pretende ser uma fonte nacional permanente de recursos para habitação popular, que em conjunto com o estados e municípios, deverão atuar de forma integrada para acabar com déficit habitacional que atinge milhões de pessoas em nosso país especialmente, nas regiões metropolitanas onde o problema habitacional atinge a sua maior gravidade. Importante dizer que a cidade de Teresópolis já produziu uma série de legislações pertinentes, desde a sanção da Lei orgânica do Município, quando em seu artigos 11 e 143 afirmam que moradia popular deve ser um dos principais focos de atuação do poder público municipal, garantindo os instrumentos do estatuto da cidade como as Zeis, o IPTU progressivo entre outros.** Com essa preocupação diversas entidades da sociedade civil de Teresópolis, apresentam uma propositura de Iniciativa Popular Municipal que pretende garantir recursos orçamentários permanentes para o Fundo Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, redirecionado o poder público municipal para

o engajamento definitivo na solução de uma das piores chagas sociais que atinge nossa Cidade: a Falta de Moradia Popular.

Vamos cultivar a solidariedade e deixar um legado para nossos filhos e netos.

Participantes & apoiadores



ANEXO 9: “A LISTA DOS MEUS MORTOS”

Fonte: Moradora do Bairro Campo Grande

Na tragédia do dia 12 janeiro de 2011 eu perdi

Da minha família foi:

1. MARIA DO CARMOS FERREIRA
2. JOÃO FABIANO FERREIRA
3. HUÃ FERREIRA VIEIRA
4. RENATA FERREIRA
5. MARCIO FERREIRA SILVA
6. MICAELA FERREIRA DA SILVA
7. PEDRO GABRIEL FERREIRA CAETANO
8. FLAVIO FERREIRA
9. TATIANA PIMENTEL FERREIRA
10. ANDREZA FERREIRA PIMENTEL
11. MARTA CARREIRA
12. IVÔ SALVADOR FERREIRA
13. ROBERTO FERREIRA PEREIRA DA SILVA
14. ANA CLAUDIA SOUZA POLIS
15. CAROL FERREIRA
16. ISABELA FERREIRA SILVA
17. ANA FERREIRA SILVA
18. GUILHERME FERREIRA SILVA
19. JOSÉ FERREIRA DA SILVA
20. DUDU FERREIRA DA SILVA
21. PEDRO LUCAS
22. PAOLA
23. ANA CRISTINA
24. ANA LUIZA
25. ANA PAULA FERREIRA
26. LURDES PEREIRA
27. AMARILDO LOPES
28. ÂNGELO LOPES
29. NATÁLIA LOPES
30. JUNINHO PEREIRA
31. LEONARDO PEREIRA
32. IGOR FERREIRA DA SILVA
33. MARCELO FERREIRA DA SILVA
34. NALANDA FERREIRA DA SILVA
35. RONE

ANEXO 10: A VIZINHANÇA PERDIDA

Fonte: Folha de São Paulo, 14 de janeiro de 2011

Casal se salva no quarto e vê vizinhança desaparecer

Marido e mulher sobrevivem ao temporal encurralados em casa

Durante três horas, eles viram casas sumirem na enxurrada; casal foi retirado do quarto por uma corrente humana

ITALO NOGUEIRA
ENVIADO ESPECIAL A TERESÓPOLIS

Encurralados num canto do quarto, único cômodo da casa que não havia sido destruído, Gilberto Teixeira Joaquim, 57, e Sueli Veríssimo Joaquim, 53, viram pelo rombo na parede as casas vizinhas desaparecerem num bairro de Teresópolis.

Por três horas confinados, a única luz que permitia que eles tivessem alguma ideia da dimensão do que acontecia ao seu redor era a dos relâmpagos.

Os dois foram os únicos sobreviventes de uma vizinhança de 16 casas no alto do bairro Caleme. Do imóvel onde estavam, com duas habitações, cozinha, sala e varanda, restou apenas o quarto que lhes serviu de abrigo durante a tempestade.

“Só conseguia ver com a luz dos relâmpagos. Quando brilhava, com o clarão, eu percebia que onde tinha casa, não existia mais nada”, contou Gilberto Joaquim.

Na madrugada de quarta-feira, Gilberto Joaquim foi acordado por volta das 3h

com o barulho da chuva. Abriu a porta de casa e viu a tromba d'água, que impedia que saísse. Voltou para a cama e ouviu um estrondo.

“Comentei com a Sueli que esse relâmpago era mais chuva. Segundos depois, a parede estava em cima da gente”, disse ele.

Após retirar o concreto de cima deles, Gilberto Joaquim e Sueli se abrigaram no único canto intacto do cômodo, um espaço de cerca de seis metros quadrados. Dali eles acompanharam a destruição da vizinhança.

Ele chegou a tentar sair de casa na escuridão. “Se Deus deixou aquele buraco, era porque eu devia sair”. Mas ao dar o primeiro passo fora de casa, a perna afundou até o joelho na enxurrada.

Apenas depois das 6h o socorro chegou. Vizinhos, de mãos dadas, formaram uma corrente humana para resgatá-los do local, devastado pelo deslizamento.

No apartamento de cima viviam seu filho Robson Veríssimo Joaquim, 28, e a nora, Liliana Carvalho Veríssimo, 25. Os corpos dos dois foram encontrados no início da tarde. Estavam de mãos dadas.

“Eu precisava ver o corpo deles. Precisava dos corpos para enterrar”, disse Sueli, em lágrimas, quando o filho e a nora foram encontrados pelo resgate.

ANEXO 11: REPRESENTAÇÕES DA MEMÓRIA RECUPERADA NA LAMA

Fonte: Folha de São Paulo, 24 de janeiro de 2011



Álbum com fotos no chão de destroços de casa atingida pelo deslizamento de terra e pelas chuvas no bairro do Calemé, na cidade de Teresópolis, na região serrana do Rio de Janeiro

História pessoal vai embora com enxurrada

Lama e chuva forte fazem desaparecer cartas de amor, álbuns de fotos, joias de família, documentos e honrarias

Sobreviventes veem parte de suas histórias pessoais sumirem no rastro de destruição deixado pelas chuvas

VINÍCIUS QUEIROZ GALVÃO
ENVIADO ESPECIAL À TERESÓPOLIS

Em 85 anos, o aposentado Silvestre Rodrigues do Amaral diz nunca ter tido tamanho prejuízo. Com a casa, destruída na tragédia que atingiu o Rio, a enxurrada levou um bem imaterial que não tem mais como recuperar: a memória da família.

Foram-se na chuva álbuns de fotos, registros, documentos, transcrições e títulos conquistados ao longo da vida que contam a história de cinco gerações dos Amaral.

Perdeu, por exemplo, as cartas de amor trocadas com a mulher, Isaura, lembranças da época em que declarações e namoros desenrolavam-se pelo correio postal.

Na última quinta-feira, Silvestre voltou pela primeira vez à casa arruinada para tentar recuperar, não a geladeira, o micro-ondas ou a TV de tela plana — tudo já estragado pela lama —, mas algumas dessas recordações.

Do barro, conseguiu retirar, com a ajuda do neto Bruno Sivelte Teixeira do Amaral, 33, um quadro com um retrato antigo de seu pai.

Na hora da chuva, o aposentado teve tempo apenas de correr com a mulher para o segundo andar de casa, de onde viu toda a destruição.

Na manhã seguinte, antes de os bombeiros chegarem ao bairro de Campo Grande, um dos mais devastados e onde morava, teve ele próprio de retirar dois corpos trazidos pela enxurrada para dentro de sua casa.

“Perdemos até joias de família, como um anel que pertencia à minha sogra e fora passado à minha mulher, que deu à nossa filha, que agora estava com a minha neta e que seria dado à mi-

nhá bisneta. É de um valor emocional que dinheiro nenhum no mundo compra.”

“Essas pessoas perderam também a identidade. É uma experiência dolorosa e de difícil superação, porque são lembranças que não se recuperam mais”, diz Humberto Verona, presidente do Conselho Federal de Psicologia.

No Calemé, outro bairro de Teresópolis devastado pela chuva, o militar da reserva Vicente José de Melo, 78, lamenta a perda das medalhas e condecorações que recebeu ao longo da carreira.

“Tiro o orgulho da minha vida. Cada uma delas tinha uma história por trás. Agora não tenho mais lembranças. Não tenho mais o que mostrar aos meus netos”, diz.

DOCUMENTOS

Perdidos também foram os documentos pessoais. A fila para tirar um novo RG, CPF, carteira de trabalho, título de eleitor ou habilitação levava dois dias em Teresópolis.

Cinco dias depois da chuva, um trailer foi montado no Pedrão, o ginásio dos desabrigados. Em uma semana, 500 segundas vias de identidade haviam sido emitidas.

“Estava ajudando como voluntária. Tinha até esquecido disso”, diz a professora Eliseth Cerqueira, na fila para tirar documentos.

“Voltei para recuperar alguma coisa e não achei nada, na minha casa só tem lama. Não tenho mais registro da família. Se tivesse voltado na hora da chuva, teria morrido”, afirma o açougueiro Eliésio de Almeida Leite, à espera do RG, CPF, carteira de trabalho, título de eleitor e certidão de nascimento.

“Além da memória, perdi a cidadania. Sem os documentos, eu não existo. Não consigo sequer sacar dinheiro no banco”, diz o comerciante Carlos Eduardo Aratijo.

FOLHA.COM
Leia cobertura completa sobre a tragédia no Rio
folha.com.br/110134

ANEXO 12: O RETORNO À “ÁREA DE RISCO”

Fonte: Folha de São Paulo, 16 de outubro de 2011

Moradores voltam a área de risco no Rio

Obras emergenciais reabriram vias, mas há encostas expostas e habitação social não começou a ser construída

Atraso na recuperação de Teresópolis desanima população, à véspera de nova temporada de chuvas

CLAUDIA ANTUNES
ENVIADA ESPECIAL A TERESÓPOLIS

De sua varanda, Deodora da Conceição tem uma vista que lembra aqueles filmes sobre o dia seguinte a uma explosão nuclear: esqueletos de construções destelhadas, troncos retorcidos, blocos de pedra imensos, e a lama envolvendo tudo.

A marca vermelha numa parede lateral indica que a casa em Campo Grande, em Teresópolis, região serrana do Rio, é uma das condenadas depois da tromba d'água de 12 de janeiro.

A tempestade fez o morro desabar, o rio do Príncipe mudar de leito e destruiu o bairro em que moravam cerca de 1.200 pessoas.

Conceição, 69, passou três meses pagando aluguel. Depois, foi à justiça para que a luz fosse religada, e diz que nem ela nem os dois filhos saíram outra vez do conjunto de três moradias que ficou de pé apesar de tudo.

“Marcaram porque são bestas. Pobre leva muito tempo para fazer casa. Não desmanchar assim?”

Como a dela, mais cerca de 70 famílias voltaram à área de risco em que vivia parte das vítimas do pior desastre já ocorrido na serra, que matou mais de 900 pessoas em sete cidades.

Elas se queixam do atraso no pagamento da indenização negociada com o Estado, da especulação que desvalorizou o aluguel social de R\$ 500, e, no caso dos mais pobres, da demora no início da construção das 6.840 casas do programa Minha Casa, Minha Vida prometidas.

“Quem não morreu voltou”, diz Maximiliano Cardoso, que era dono da pousada Pedra do Sino.

Sem medo das chuvas do verão que se aproxima, Cardoso mora com a mulher no que restou do hotel de 16 quartos. Não conseguiu que religassem a água. Mas tem luz e até internet. “Não deixei interditar. Quêrem derrubar, mas não pagam.”

INDENIZAÇÕES

O Instituto Estadual do Ambiente afirma que os R\$ 15 milhões para as indenizações que lhe cabem já foram liberados, e o pagamento começa em novembro.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Rio estimou o custo da reconstrução da serra em R\$ 4,1 bilhões. Segundo seu relatório, um



Deodora da Conceição na varanda da sua casa, que ficou a beira de um barranco depois das fortes chuvas que castigaram a região Serrana do Rio

Contrato será assinado nesta semana, diz Estado

DO RIO

A presidente do Instituto Estadual do Ambiente, Marilena Ramos, espera assinar nesta semana com o governo federal contratos para a principal obra de prevenção de enchentes na serra, a macrodrenagem das bacias fluviais.

R\$ 220 MILHÕES

Orçada em R\$ 220 milhões, a obra inclui barragens e parques alagáveis.

Segundo Marilena, o atraso ocorreu porque a Caixa Econômica exigiu um pro-

jeto detalhado. A largura dos rios foi medida a cada 50 metros, em um total de 80 quilômetros.

O Estado do Rio de Janeiro também quer investir R\$ cerca de 147 milhões em contenção de encostas e reconstruir 69 pontes.

DESAUTORIZADOS

O chefe da Defesa Civil de Teresópolis, Roberto Silva, admite que as obras na cidade estão lentas e há descredito das autoridades.

Silva também afirma que nenhum morador da cidade foi autorizado pelo governo municipal a voltar para áreas de risco.

De acordo com Silva, parte dos que o fizeram recebe aluguel social e o usa para outros fins.

décimo do valor foi liberado pelos governos estadual e federal até setembro.

Foram feitas obras emergenciais de desobstrução de vias e limpeza de rios. Mas em locais como o bairro Fisher, na zona rural de Teresópolis, as encostas barrentas continuam expostas.

Em junho, foi anunciado que a construção das casas populares começaria neste mês, mas o programa ainda está na fase de chamamento, para que as construtoras apresentem os projetos. Nina Benedito, da Associação

de Vítimas das Chuvas, diz que o desânimo foi acentuado pela crise política.

O prefeito na época da tempestade, Jorge Mário (ex-PT), foi afastado sob a suspeita de desvio de verbas. Seu vice e sucessor morreu, e o presidente da Câmara, Arlei Rosa (PMDB), assumiu em agosto.

A Controladoria-Geral da União bloqueou o que restava dos R\$ 7 milhões repassados em janeiro pelo Ministério da Integração.

Agora, o órgão examina a prestação de contas reenviada pelo novo prefeito.

ANÁLISE

É preciso ação articulada para evitar tragédia

ÁLVARO RODRIGUES DOS SANTOS
ESPECIAL PARA A FOLHA

Em alguns dias começa, no Sul-Sudeste, o novo período de cinco meses, novembro a março, de chuvas intensas e concentradas.

Nesse período, e na mesma proporção do crescimento das cidades, são recorrentes e crescentes em sua intensidade e dimensões os eventos associados a esta alta pluviosidade: enchentes e deslizamentos de encostas.

No último período chuvoso, as tragédias ocorridas na zona serrana do Rio de Janeiro, que acabaram em centenas de mortos, causaram profunda comoção em toda a sociedade brasileira.

Desse impacto emocional resultaram diversas providências e iniciativas de governo nas esferas federal, estadual e municipal. Algumas delas eram cobradas desde há muito pelo meio técnico.

Importantes passos foram dados para organizar e preparar os órgãos responsáveis da administração pública para um efetivo enfrentamento desse problema.

No nível federal, foi criado

o Cemaden, órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e que estará encarregado do tratamento de dados climatológicos e da disponibilização de sistemas de alerta pluviométrico.

Outras iniciativas são a mobilização da CPRM (Serviço Geológico do Brasil) para o mapeamento geotécnico e de risco dos municípios brasileiros mais vulneráveis a esses tipos de fenômeno e a recente publicação da medida provisória nº 547, de 11 de outubro, editada pela Presidência da República.

A medida define série de responsabilidades — com destaque à elaboração de suas

Cartas Geotécnicas — aos municípios mais ameaçados por riscos geológicos e correlatos para que, com o correspondente apoio federal e estadual, reduzam corretiva e preventivamente os riscos de acidentes dessa natureza.

Apesar de algumas deficiências, há meritorias iniciativas que colocam o país em um patamar mais avançado no trato do problema das áreas de risco.

No entanto, os grandes frutos ainda não podem ser esperados para o próximo período chuvoso.

A dificuldade e a lentidão da administração pública em tomar decisões e em colocar os planos em prática ainda mostram-se como importantes fatores limitantes.

Inexistem nos três níveis de governo indispensáveis linhas de comando para a devida articulação unificada das ações em curso e das instituições envolvidas.

A disputa por espaços políticos consome tempo e dinheiro e elimina a possibilidade de sinergia de esforços.

Especialmente para as ações emergenciais voltadas ao período chuvoso que se aproxima, impõem-se ações drásticas e imediatas para que vidas possam ser salvas.

ÁLVARO RODRIGUES DOS SANTOS
geólogo, é consultor em geologia de engenharia, geotecnia e meio ambiente

A LENTIDÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM COLOCAR PLANOS EM PRÁTICA AINDA MOSTRA-SE COMO IMPORTANTE FATOR LIMITANTE